

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

AS MÁSCARAS DA FOLIA JOINVILENSE: OS DESFILES CARNAVALESCOS COMO
DIREITO CULTURAL (1988 - 2018)

JOCELI FABRICIO COUTINHO
ORIENTADORA: DRA. LUANA DE CARVALHO SILVA GUSO
COORIENTADORA: PROFESSORA DRA. ILANIL COELHO

JOINVILLE - SC

2020

JOCELI FABRICIO COUTINHO

AS MÁSCARAS DA FOLIA JOINVILENSE: OS DESFILES CARNAVALESCOS COMO
DIREITO CULTURAL (1988 - 2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Professora Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso

Coorientadora: Professora Dra. Ilanil Coelho

JOINVILLE - SC

2020

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Coutinho, Joceli Fabrício

M321d As máscaras da folia joinvilense: os desfiles carnavalescos como direito cultural (1988-2018) / Joceli Fabrício Coutinho; orientadora Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso, coorientadora Dra. Ilanil Coelho. – Joinville: UNIVILLE, 2020.

289 p.: il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)

1. Carnaval – História – Joinville (SC). 2. Festas folclóricas – História – Joinville. 3. Direitos culturais. 4. Patrimônio cultural - Joinville. I. Gusso, Luana de Carvalho Silva (orient.). II. Coelho, Ilanil (coorient.). III. Título.

CDD 363.69098164

Elaborada por Christiane de Viveiros Cardozo – CRB-14/778

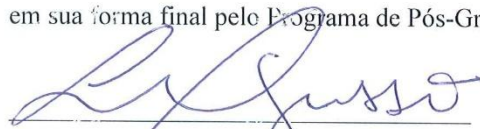
Termo de Aprovação

“As Máscaras da Folia Joinvillense: Os Desfiles Carnavalescos como Direito Cultural (1988 - 2018)”

por

Joceli Fabrício Coutinho

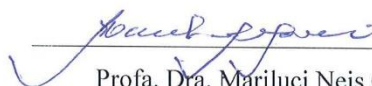
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Ilanil Coelho
Coorientadora (UNIVILLE)

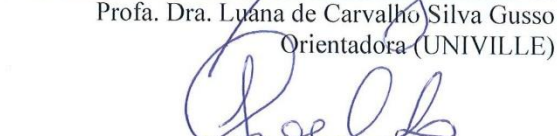


Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade


Banca Examinadora:




Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Orientadora (UNIVILLE)




Profa. Dra. Ilanil Coelho
Coorientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Francisco Humberto Cunha Filho
(Unifor)



Prof. Dr. Diego Fínder Machado
(UNIVILLE)



Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai
(UNIVILLE)

Joinville, 19 de fevereiro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Profiro com veemência ser este um dos momentos mais gratificantes desta dissertação. Agradecer aqueles que espreitaram em mim o sinônimo de conquista é parte imprescindível deste trabalho.

A toda a minha família de sangue, principalmente aos meus pais, seu Joce e dona Carmen, os quais me mostraram em toda a sua vivência que o sonho não tem idade, e sim um trajeto entre o ponto de partida e o pódio.

Ao casal de amigos Ms. Filipe Ferrari e Dra. Cibele Dalina Piva Ferrari, assim como a minha amiga Ms. Cristina Gonçalves Chérici Ceccato, que inicialmente me apresentaram o Programa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, que me deslumbrou e desafiou a percorrer este campo, que até então era um terreno estranho para mim. Agradeço também a ajuda e o companheirismo da mestranda em Educação Janaina Aparecida dos Santos Schlüter, um ombro amigo nas trocas de experiências e desabafos.

Gratifico a todos os meus amigos particulares, colegas de trabalho das escolas onde leciono, principalmente os meus coordenadores, pela compreensão e paciência durante o curso. Sei que não é tarefa fácil conviver com alguém hiperativo e ansioso como eu. Amo vocês por caminharem ao meu lado. Ao meu estimado companheiro, Marcelo Vitor de Souza, com quem compartilhei quase todos os dias os relatos das aulas, as angústias e as conquistas, ouvindo pacientemente, me dando palavras de incentivo. Você tem sido um presente em minha vida.

Ao professor Dr. Felipe Borborema Cunha Lima, o primeiro a me saudar na Univille, antes mesmo do processo seletivo, explicando detalhadamente o programa. Ressalto que no primeiro dia de aula, já como aluno do mestrado, fui provocado por ele a escrever em conjunto o meu primeiro artigo acadêmico. Por acreditar em mim e no meu objeto de pesquisa, e pela paciência mediante a todas as minhas ferrugens durante este processo, sou grato de coração.

A todo o corpo docente, o meu reconhecimento pelas aulas ministradas, pelas discussões levantadas, pelos temas abordados e pelas mediações de conflitos. Por todo o conhecimento dividido conosco, posso declarar que o Mestrado em Patrimônio para mim tornou-se a um dos meios da transformação da mente humana.

Obrigado a toda banca avaliadora desta dissertação. Aos professores Dr. Fernando Sossai e Dr. Diego Finder Machado, toda a minha admiração pelas contribuições, as quais

alargaram o meu olhar e foram imprescindíveis para o meu crescimento durante este processo. Ao professor Dr. Francisco Humberto Cunha Filho, especialista em Direito Cultural, a minha eterna gratidão por ter aceito o convite para fazer parte deste seleto grupo. Tê-lo não somente como avaliador, mas como um dos maiores pensadores da temática discutida é uma honra para mim.

Reconheço com louvor todo o profissionalismo das minhas orientadoras, Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso e Dra. Ilanil Coelho. Tê-las como guias de toda a construção deste inédito objeto de pesquisa, só me encorajou a mergulhar cada vez mais profundamente nesta investigação. Obrigado pelo oxigênio, por vibrarem com cada capítulo, com cada descoberta e por todo o carinho e cuidado durante esta viagem, delineando a melhor rota para o destino final. Vocês duas foram o calmante da minha natureza.

A minha gratidão a todos os entrevistados que contribuíram para a edificação desta escrita, assim como todas as agremiações carnavalescas de Joinville, que prontamente me receberam com afeto. A vocês, a minha admiração pela preservação deste bem cultural. Para mim, não existe expressão maior no Brasil reconhecido internacionalmente do que a alegria do nosso Carnaval.

Externo as honrarias a toda a equipe do Arquivo Histórico de Joinville, que sob o comando do historiador Dilnei Cunha, mantém uma organização invejável na preservação de toda a documentação historiográfica de Joinville. Obrigado por me acolherem durante todas as manhãs e tardes de pesquisas, sem as quais seria impossível a organização cronológica deste trabalho. Vocês foram a bússola dessa caminhada.

Agradeço a todos o corpo discente da Turma XI, a qual qualifico com nota 10. Nutrir-me com todas as suas experiências e argumentações só provou o quanto eu preciso aprender e crescer, simplesmente com o exercício do ouvir. Meu muito obrigado a todos vocês, em especial aos amigos, jovens prodígios, Arlindo Ferretti Junior e Nicolas Marcos, pelas discussões particulares.

Por fim, manifesto minha gratidão imensurável àquele que acredito com todas as minhas forças, que rege tudo e a todos, dirige todas as inteligências, que comanda o universo, e presenciou todos os Patrimônios Culturais da Humanidade, desde o firmamento, e que conhece como ninguém os corações de todos os povos, e os ama sem preconceitos e sem desigualdades, o meu DEUS JEOVÁ TSIDKENU, a minha justiça.

RESUMO

O Carnaval é internacionalmente reconhecido como uma importante tradição brasileira. A presente pesquisa propõe lançar um olhar sobre a trajetória histórica desta celebração na cidade de Joinville, Santa Catarina, onde o festejo se manifesta como expressão cultural. Os 30 anos de festejos, recorte temporal selecionado, de 1988, ano de promulgação da Constituição Brasileira vigente, até 2018, favorecem uma análise sobre as dinâmicas culturais, políticas e sociais do município em diferentes momentos, em suas rupturas e continuidades. O argumento central desta dissertação procura, à luz da Constituição de 1988, delinear os desfiles carnavalescos como um Direito Cultural, que deve ser garantido. Esta escrita foi arquitetada em cinco capítulos. Como fruto das investigações iniciais, foram encontrados vestígios históricos de uma festa que se manifesta já nos primeiros quatorze anos da fundação de Joinville, ainda Colônia Dona Francisca, precisamente no ano de 1865. O primeiro capítulo retirou a poeira deste evento, lançando um olhar para o passado, traçando um panorama sobre uma cultura já arraigada na história da cidade. Assim, pretende-se apontar o Carnaval, seja por meio de Entrudos, bailes, corsos ou préstitos, como um dos mais antigos festejos populares do município, devendo ser, por isso, tratada como Direito Cultural. Os próximos quatro capítulos são subdivididos cronologicamente nos recortes de 1988 até 1993, 1994 até 2006, 2007 até 2012 e 2013 até 2018. Estes dão espaço para uma discussão sobre o desempenho das agremiações e blocos de rua, bem como revelam os desafios dos silenciamentos e retomadas dos festejos. Procura-se demonstrar que a cultura popular do Carnaval permanece, ainda que experienciada de maneiras distintas, e mesmo com o instável apoio do Poder Público. Além disso, problematiza-se o papel das associações carnavalescas, tais como a LECAJ e a LIESJ, e ainda das instituições públicas que se relacionam com as políticas culturais, como o SIMDEC. Esta pesquisa tem caráter qualitativo e natureza exploratória, utilizando como fontes primordiais os vinte e seis testemunhos analisados sob os domínios da História Oral, e os documentos levantados no Arquivo Histórico de Joinville. As discussões aqui reunidas procuram contribuir para a história da cultura popular da cidade e também estimular o desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos Desfiles Carnavalescos, que devem ser entendidos como Patrimônio Cultural Imaterial de Joinville.

Palavras-chave: Carnaval, Direito Cultural, Patrimônio Cultural, Joinville

ABSTRACT

Carnival is internationally recognized as an important Brazilian tradition. This research proposes to take a look at the historical trajectory of this celebration in the city of Joinville, Santa Catarina, where the celebration is demonstrated as a cultural expression. The 30 years of celebrations, selected time frame, from 1988 to 2018, favor an analysis of the cultural, political and social dynamics of the municipality at different times, in their ruptures and continuities. The central argument of this dissertation seeks, in the light of the 1988 Constitution, to outline carnival parades as a Cultural Right, which must be guaranteed. This writing was structured in five chapters. As a result of the initial investigations, historical remains were found of a celebration that was manifested in the first fourteen years of the founding of Joinville, still named Colônia Dona Francisca, precisely in 1865. The first chapter removed the dust from this event, throwing a look at the past, outlining a culture already rooted in the city's history. Thus, it is intended to point out the Carnival, either through Entrudos, dances, Corsican or celebrations, as one of the oldest popular celebrations in the municipality, and should therefore be treated as a Cultural Right. The next four chapters are subdivided chronologically in the clippings from 1988 to 1993, 1994 to 2006, 2007 to 2012 and 2013 to 2018. These give space for a discussion about Carnival associations and street blocks' performances, as well as reveal the challenges of silencing and resumed of the festivities. It seeks to demonstrate that the popular culture of Carnival remains, even though it is experienced in different ways, and even with the unstable support of the Public Power. In addition, the role of carnival associations, such as LECAJ and LIESJ, and public institutions that relate to cultural policies, such as SIMDEC, are questioned. This research has a qualitative character and exploratory nature, using as primary sources the twenty-six testimonies analyzed under the domains of Oral History, and the documents raised in the Joinville Historical Archive. The discussions gathered here seek to contribute to the history of the city's popular culture and also to stimulate the development of public policies aimed at Carnival Parades, which must be understood as Joinville's Intangible Cultural Heritage.

Key words: Carnival, Cultural Right, Cultural Heritage, Joinville

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Samba, Suor e Sucesso.....	24
Figura 2 - Comunicado: Para a Festa da Tarde (Nachmittage – Dionifius, Bromius) ..	39
Figura 3 - Comunicado: Baile de Fantasia!	40
Figura 4 - O Menezes	43
Figura 5 - Para o Entrudo!	43
Figura 6 - Carnaval: Lança-perfume, serpentinas e confettis	47
Figura 7 - Estrondoso Baile á Phantasia	47
Figura 8 - Grupo dos Tangarás	49
Figura 9 - Trecho da matéria de título "Carnaval"	49
Figura 10 - O preço dos vehiculos no Carnaval	53
Figura 11 - O Carnaval e a polícia.....	58
Figura 12 - O Carnaval em Joinville	61
Figura 13 - As Depravadas	73
Figura 14 - Príncipes, com top-less, é a nova campeã.....	77
Figura 15 - Para alemão ver.....	82
Figura 16 - Bateria da Fúria Tricolor, a primeira a desfilar	87
Figura 17 - Nem a chuva impediu a folia em Joinville	88
Figura 18 - Júri popular dá vitória para Príncipes do Samba	92
Figura 19 - Sem desfiles de rua, joinvilense está desanimado	99
Figura 20 - O carnaval da produção	101
Figura 21 - Só se for na rua da amargura!	108
Figura 22 - Carnaval passa em branco em Joinville.....	112
Figura 23 - Joinvilenses extravasam alegria em São Francisco	114
Figura 24 - Cidades resgatam a alegria do Carnaval	116
Figura 25 - Joinville cai na Folia após 13 anos sem Carnaval	121
Figura 26 - Sábado de Festa	123
Figura 27 - As Depravadas e o Rodopio.....	124
Figura 28 - Rainha do Carnaval 2006.....	125
Figura 29 - Joinvilenses prestigiam o retorno do Carnaval	125
Figura 30 - Escola de Samba Imperadores do Samba em Joinville.....	139
Figura 31 - Folia com qualquer tempo	141
Figura 32 - Joinville tem Samba.....	142
Figura 33 - Acredite se quiser, é Joinville	146
Figura 34 - A Tupy Reverencia a Príncipes do Samba.....	149
Figura 35 - A corte do samba está eleita	158
Figura 36 - A Drag Queen Conchita no papel da princesa Dona Francisca	159
Figura 37 - Samba Joinvilense.....	164
Figura 38 - Joinville Arrepia no Carnaval	166
Figura 39 - Sim, é em Joinville	167
Figura 40 - Passarela da Folia	171

Figura 41 - Vila Isabel na Beira Rio.....	173
Figura 42 - Embalou para 2014.....	175
Figura 43 - Mais de 30 mil pessoas acompanharam os desfiles.....	182
Figura 44 - A Campeã de Joinville.....	183
Figura 45 - Espectadores na Avenida Beira Rio.	187
Figura 46 - Folia na Beira Rio.....	189
Figura 47 - Emoções em busca do título.....	190
Figura 48 - Diversidade vence Carnaval.....	191
Figura 49 – Avenida Beira Rio no dia do desfile de 2016.....	199
Figura 50 - Prefeitura cancela o repasse do Carnaval.....	200
Figura 51 - Maracatu.....	207
Figura 52 - Lei 8.537, de 05 de janeiro de 2018.....	213
Figura 53 - De Volta à Folia.....	216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - MODALIDADE DOAÇÃO.....	130
Tabela 2 - MODALIDADE PATROCÍNIO.....	130
Tabela 3 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 01 DE JUNHO DE 2009	150
Tabela 4 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - DIA 27 DE JULHO DE 2009.....	150
Tabela 5 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 26 DE JULHO DE 2010	154
Tabela 6 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - DIA 09 DE SETEMBRO DE 2010.....	155
Tabela 7 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - DIA 07 DE OUTUBRO DE 2011.....	160
Tabela 8 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 30 DE JUNHO DE 2011	161
Tabela 9 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 06 DE JULHO DE 2012	169
Tabela 10 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO – DIA 30 DE OUTUBRO DE 2012.....	169
Tabela 11 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - RESULTADO DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2013.....	176
Tabela 12 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - RESULTADO DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2013.....	176
Tabela 13 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2014.....	184
Tabela 14 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2014.....	185
TABELA 15 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2015.....	192
Tabela 16 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - 15 DE ABRIL DE 2015	192

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN – A Notícia

AHJ – Arquivo Histórico de Joinville

DC – Diário Catarinense

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

CAP – Comissão de Análise de Projetos

CF – Constituição Federal

CF/88 – Constituição Federal de 1988

FCJ – Fundação Cultural de Joinville

FMIC – Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IR – Imposto de Renda

ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

JEC – Joinville Esporte Clube

LECAJ _ Liga das Escolas Carnavalescas de Joinville

LIESJ – Liga das Escolas de Samba de Joinville

MMIC – Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura

MP – Ministério Público

MPSC –Ministério Público de Santa Catarina

PMC – Plano Municipal de Cultura

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

SECULT – Secretaria de Cultura

SIMDEC - Sistema Municipal do Desenvolvimento pela Cultura

GLOSSÁRIO

ABADÁ: Blusa larga estampada com o nome de um respectivo grupo de foliões, para serem reconhecidos no Carnaval.

ADEREÇO: Todo e qualquer enfeite que compõe as fantasias dos foliões de chão, dispostos em alas e destaques, que normalmente aparecem nas cabeças e nas mãos. Avaliados pelos jurados, os adereços têm como função principal ajudar a plateia a entender a história contada através do enredo.

AFOXÉ: Também conhecido como cordão carnavalesco, constituído predominantemente de negros que frequentam os terreiros de Candomblé, tem características lúdico-religiosas (NICÉAS, 1991; COSTA, 2001), ritualizando uma cerimônia através das danças e instrumentos.

AGOGÔ: Semelhante a dois vasos de metal acoplados, chamados também de campânulas, é um instrumento de percussão da bateria de uma escola de samba, cujo som é produzido por uma vareta. De origem africana, suspeita-se ser este o instrumento mais antigo do samba.

AGREMIACÃO: O mesmo que escola de samba.

ALA: Grupo de foliões que, uniformizados e ordenados por fileiras, desempenham o desfile, de maneira coreografada ou não, podendo atuar como personagem do samba-enredo.

ALEGORIAS: Quesito a ser julgado durante o desfile carnavalesco. São um conjunto de formas representadas pelas esculturas de madeira, isopor, ferro e plástico e outros materiais criadas e desenvolvidas pelo carnavalesco da agremiação. São expostas em carros, chamados de carros alegóricos, com efeitos geralmente de luzes, fumaças e movimentos das esculturas. Toda a configuração das alegorias deverá ter coerência com o enredo (CAVALCANTI, 2015).

BAIANAS: Explica Niceas (1991) que, são chamadas assim por terem vindo da Bahia para o Rio de Janeiro no final do século XIX e tinham como hábito reunir em suas residências, sambistas e boêmios para que a música fosse entoada noites adentro. Embora não sejam julgadas durante o desfile e cada uma tenha sua particularidade e sua própria história, “[...] é como grupo que a elas se associam os atributos de independência, atividade, jovialidade das ‘senhoras’ que ‘fazem as coisas por si mesmas’ e rodam com ‘volúpia’” (CAVALCANTI, 2015, p.204).

BARRACÃO: Lugar onde serão construídos as alegorias, carros, e fantasias das escolas carnavalescas para o próximo desfile.

BATALHA DE CONFETE: Brincadeira carnavalesca entre os foliões, fruída durante os corsos e principalmente nos bailes de Carnaval, manifestada em forma de arremessos de confetes uns aos outros.

BLOCO: Constituído por várias pessoas, chamadas de foliões que, necessariamente semi-organizados, trajam abadáas ou fantasias temáticas, desfilam nos dias de Carnaval com bandas próprias ou carros de som. Não buscam atender integralmente aos quesitos obrigatórios das escolas de samba.

BLOCO DE SUJOS: Grupo de foliões, cuja característica é a inversão nas indumentárias: os homens se vestem de mulheres e mulheres de homens.

CAIXA: Tambor de tamanho médio, destaca-se por ter duas membranas compostas por um corpo cilíndrico, tensionado por meio de aros metálicos, chamados também de esteira de metal formada por pequenas molas de arame. Em contato com o corpo, geralmente presa por uma fita sobre o pescoço, produz um som repicado ao ser tocado com baquetas na composição da bateria da escola de samba.

CARNAVALESCO: Profissional de prestígio dentro da escola de samba, é ele o responsável pela representação da escola, em especial a sequência de alas, elaboração dos carros alegóricos e fantasias. É sobre ele posto a incumbência de apresentar a agremiação na avenida.

CARRO ABRE-ALAS: Primeiro carro alegórico da escola de samba durante o desfile. Tal alegoria, que traz na sua parte frontal o nome da agremiação, tem o papel de apresentar a escola à plateia. Posicionado geralmente após a comissão de frente, exhibe o tema do samba-enredo.

CHARANGA: Sinônimo de fanfarra, é composta por vários instrumentos, em especial os tambores.

COMISSÃO DE FRENTE: Grupo de 10 a 15 pessoas, responsável por um dos quesitos da competição de melhor escola. Com fantasias apuradas, encenam, com coreografias, o tema da escola. Saúdam o público, abrindo o desfile de uma agremiação.

CONFETES: Papeis picados utilizados primeiramente na Espanha e, posteriormente, fabricados em massa na França (ARANTES, 2013; MORAES, 1958). É utilizado como decoração ou “munição” da “guerra de confetes”.

CORDÕES: Conforme Moraes (1958), eram grupos de foliões fantasiados, reunidos entre famílias e amigos, que vinham conduzidos pelo mestre, o qual comandava a todos com um apito. Atravessavam as ruas durante os dias e as noites do Carnaval, cantando marchas lentas ou ritmadas ao som do conjunto de instrumentos de percussão.

CORSO: Cortejo de automóveis abertos, ostentando luxo e poder, com foliões jogando confetes, serpentinas e lança-perfumes uns aos outros.

CORTE CARNAVALESCA: Composta pelo Rei Momo, rainha e princesas eleitas no referido ano do Carnaval de uma cidade. A função principal é representar o festejo nos dias de folia, assim como ser a representação máxima do Carnaval durante os outros dias do ano.

CUÍÇA: Instrumento musical utilizado na bateria da escola de samba, muito semelhante a um tambor. A vareta presa internamente ao centro da pele de couro,

produz um som rouco ao ser friccionado com um pedaço de tecido, pressionando a parte externa.

DESTAQUE: Folião isolado no desfile, homem ou mulher, que com fantasia de luxo, destaca-se dos demais desfilantes de ala. O destaque tem como função compor o enredo, representando um personagem, desfilando de modo a ser notado (NICÉAS, 1991).

DIRETOR DE ALA: Pessoa responsável para coordenar a ala de foliões da escola de samba, acompanhando o trajeto dos foliões durante o desfile. Com o apito, se comunica com o diretor da outra ala e assim sucessivamente. Sua função é manter a harmonia, sem deixar espaços entre uma ala e outra.

ENREDO: Quesito de suma importância para as escolas carnavalescas, tanto na construção do desfile, quanto na avaliação dos jurados. Trata-se de uma temática apresentada artisticamente com os foliões das escolas de samba, encenando à carnavalesca com fantasias ou símbolo do assunto em foco. Nicéas (1991) afirma ter surgido em 1923, por sugestão do escritor Coelho Neto, para que os ranchos cariocas desfilassem com temas ligados à vida brasileira.

ENTRUDO: Festa popular, cuja brincadeira consistia em lançar uns aos outros baldes d'água, farinha, pó de mico, graxa, polvilho, cal e bolas de cera recheadas de areia e dejetos, que lançados aos corpos dos desavisados, estouravam ao peito, deixando-os atordoados. Ferreira (2004) alega que apesar deste divertimento incivil, o jogo de Entrudo, como se referiam os praticantes, era a forma mais comum de festejar o Carnaval em terras brasileiras a partir do século XVII, cujos resquícios se viu até início do século XX.

ESCOLA DE SAMBA: Associação conhecida também como agremiação, representam a sua comunidade. É composta pelos responsáveis pela construção do espetáculo, foliões que se apresentam durante o desfile, e até mesmo pelos que desempenham funções na cozinha, limpeza, segurança, etc. Durante o ano, os agremiados desenvolvem eventos para congregarem e/ou ensaiarem os seus respectivos desfiles.

FANFARRA: Agremiação musical que possui instrumentos de percussão e de sopro. Inicialmente executavam apenas marchas, porém, ao longo dos anos, esse tipo de formação musical se estendeu para diversas manifestações artísticas e culturais. Intimamente ligadas ao Carnaval de rua, em especial ditando o ritmo dos blocos.

FANTASIA: Quesito imprescindível no desfile, que serve para materializar a história contada através da letra do enredo. Cada ala possui sua própria indumentária, que deve ser igual para todos os componentes desta, assim como os destaques que possuem suas próprias fantasias. Destacam-se a riqueza dos materiais, acabamento, detalhes, adereços que compõe o conjunto a ser avaliado pelos jurados.

FOLGUEDO: Festa popular realizada anualmente em datas determinadas, que traz as práticas de um povo ou de uma região, podendo estas serem de cunho religioso ou folclórico.

FOLIA: Euforia provocada pelos festejos carnavalescos.

FOLIÃO: Aquele(a) que festeja os dias de Carnaval, brincando nas ruas, em blocos, alas ou nos salões de bailes, fantasiados ou não.

LANÇA-PERFUME: Objeto em formato de bisnaga, utilizado sobretudo nos festejos carnavalescos, contendo éter perfumado aromatizado. As esguichadas do lança-perfume à base de ar comprimido, geravam embriaguez, no momento em que se começou a cheirá-lo, seja aspirado através de um lenço, ou direto nas narinas. O uso deste brinquedo carnavalesco durou décadas, sendo que somente em agosto de 1961, o então presidente Jânio Quadros proibiu o uso dos lança-perfumes em todo o território nacional (ARANTES, 2013).

LIMÃO DE CHEIRO: Também chamadas de laranjinhas ou bolas de cera. Eram produzidas a partir de uma laranja verde embebecida por uma cera transluzente fervente, que misturada com corantes davam o tom de brilho. Após sua imersão em um óleo, eram retiradas, resfriadas e fendidas ao meio. Após retirar a laranja, era aglutinado novamente com cera morna, deixando um orifício para ser preenchido com líquidos aromáticos. Estava pronto um dos símbolos do Entrudo brasileiro, que além de fabricados de modo caseiro, era visto como lucrativo também nos comércios.

MARCHINHA DE CARNAVAL: Gênero musical carnavalesco, teve seu primeiro sucesso em 1899 ao ritmo de “Ó Abre Alas”, composto por Chiquinha Gonzaga. Destaca-se por ser um ritmo que não exige habilidade para a dança, podendo ser executada por qualquer folião que deseja brincar o Carnaval, livremente ou em formato de trezinhas que passeiam pelo salão. Muitos blocos de rua adotam tal estilo ritmado por instrumentos de percussão, cordas e sopros.

MESTRE DE BATERIA: Profissional responsável por reger a bateria de uma escola de samba durante os ensaios e apresentações. É ele o dirigente de todos os percussionistas que compõem o conjunto da bateria, quesito a ser julgado durante o desfile.

MESTRE-SALA: Responsável em cortejar a porta-bandeira, destaca-se por reverenciá-la durante o desfile, dando assistência, reverência e proteção ao pavilhão da agremiação, levado pela sua parceira. Adornado em fantasia luxuosa, munido geralmente de leque, sua exibição com movimentos de galanteador, chama a atenção do público e dos jurados, que o avaliam como parte do quesito “porta bandeira e mestre-sala” (NICÉAS, 1991).

MOMESCO(A): Adjetivo relacionado a Momo ou a Carnaval.

PASSISTA: Folião da agremiação, que samba com maestria.

PAVILHÃO: Conhecido também como bandeira, é considerado o maior símbolo de uma escola de samba. Possui as cores, o emblema, nome da agremiação com data de fundação. Durante o desfile é conduzido pela porta-bandeira e o mestre-sala. Destaca-se por ser notável dentro da sua comunidade, respeitado e reverenciado por todos os agremiados.

PIERRÔ: Um dos personagens mais lembrados, tanto nas fantasias, quanto nas músicas do Carnaval, caracteriza-se por ser sentimental e ingênuo (ARANTES, 2013).

PORTA-BANDEIRA: É o maior destaque da agremiação. Com indumentária suntuosa e pesada, tem a função de conduzir o pavilhão, durante o desfile. Fazendo par com o mestre-sala, o casal é posicionado geralmente entre duas alas, tendo espaço suficiente para evoluir. Destaca-se o seu bailado que, ao rodopiar na ponta dos pés, deverá manter a bandeira sempre aberta, deixando à mostra o brasão da escola (NICÉAS, 1991).

PRÉSTITOS: Desfiles de rua com carros enfeitados, tematizando críticas ao governo e à sociedade, protagonizando foliões fantasiados ao som de músicas de Carnaval (MORAES, 1958). É o precursor dos desfiles atuais, não possuindo enredos específicos.

RAINHA DO CARNAVAL: Entre várias figuras do Carnaval, destaca-se a Rainha, que eleita em concurso, representa a majestade do festejo do seu município, ao lado do Rei Momo juntamente com as princesas. A primeira Rainha do Carnaval carioca, a cantora Elvira Pagã, foi eleita pela Associação dos Cronistas Carnavalescos do Rio de Janeiro em 1950 (NICÉAS, 1991).

RANCHOS: Cordões mais civilizados, com a presença de mulheres. A musicalidade incluía instrumentos de cordas como violões e cavaquinhos, assim como alguns instrumentos de sopro que acompanhavam um coro que entoava as músicas (MORAES 1958 e Ferreira 2004). Além do porta-estandarte, incluía-se três mestres: o da harmonia (responsável pelos instrumentos), o do canto e o terceiro chamava-se sala, responsável pelas coreografias. Tudo isto leva a compreender terem sido propulsores das escolas de samba, as quais mais tarde remodelaram todas estas funções.

REI MOMO: Personagem da mitologia grega, sinônimo de sarcasmo e ironia, o qual sofreu adaptações no Carnaval brasileiro. Figura tradicional de qualquer festejo carnavalesco, a personalidade momesca é responsável em comandar a diversão com simpatia e muito bom humor. Caracterizado muitos anos pela figura gorda, sofrera atualmente nova remodelagem, podendo ser magro. É comum concursos para a eleição do rei Momo, o qual recebe as chaves da cidade.

REPIQUE: Também conhecido como repinique, é um tambor pequeno de som agudo, instrumentalizado com a baqueta em uma das mãos, enquanto a outra mão bate diretamente sobre o instrumento.

RITMISTA: Aquele que executa o instrumento de percussão da bateria de uma escola de samba.

SAMBA-ENREDO: Letra e música composta por sambistas. Tem o objetivo de delinear o enredo da agremiação.

SAMBEIRO: Aquele que brinca o Carnaval, mas não sabe sambar (NICÉAS, 1991).

SAMBISTA: Aquele que compõe, canta, dança ou toca instrumentos alusivos ao gênero samba.

SAMBÓDROMO: Nome dado ao espaço destinado aos desfiles das escolas de samba no Brasil. Geralmente é composto por uma passarela, arquibancadas e uma área de dispersão para as agremiações.

SERINGA: Também chamada de bisnaga. Inicialmente comercializada no molde de plástico, consistia numa bisnaga gigante, muito parecida com uma garrafa “pet”. Eram preenchidas com água de cheiro ou inodora, esguichadas através de um dispositivo. Tinham os mesmos objetivos dos limões de cheiro ou as molhadelas de baldes d’água. Mais tarde surgiram remodeladas em folhas de flandres, material laminado estanhado misturado com ferro e aço, ostentando um brinquedo carnavalesco muito mais moderno e resistente.

SERPENTINA: Fita estreita, colorida, cintilante, enrolada em formato de disco. Segurada por uma ponta, é lançada nos festejos carnavalescos sobre os foliões. Desenrolada cria um efeito de fogos de artifício. Atualmente muito utilizada em bailes de Carnaval.

SURDO: Instrumento cilíndrico, normalmente feito de madeira ou metal. A função deste grande tambor é marcar o tempo, indispensáveis em escolas de samba, orquestras e marchas militares, conhecido no meio como surdo de marcação. Apelidado de bumbo, foi o único instrumento utilizado pelo Zé Pereira nas ruas em dias de Carnaval.

TAMBORIM: Instrumento cilíndrico de percussão de pequeno porte, componente da bateria da escola de samba. Usualmente produzido em acrílico esticado sem suas extremidades. O instrumentista segura com uma mão enquanto com as baquetas, geralmente de três hastes, o chicoteia.

ZÉ PEREIRA: Sr. José Nogueira de Azevedo Paredes, o tal do Zé Pereira; conceituado como umas das figuras mais ilustres do Carnaval brasileiro, desfilava pelas ruas do Rio de Janeiro tocando fortemente uma zabumba, inspirando outros grupos a praticarem o mesmo no final do século XIX e início do século XX. Trajando roupas usadas, tocava um grande surdo, atraindo foliões que o seguiam, motivados pela barulhada.” (FERREIRA, 2004)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 RETIRANDO A POEIRA: O CARNAVAL DE JOINVILLE COMO UMA MANIFESTAÇÃO CULTURAL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.....	34
2.1 UMA BREVE CONJUNTURA DE COMO POSSIVELMENTE COMEÇOU	34
2.2 A COLÔNIA SE RENDE AO BAILE DE CARNAVAL NO ANO DE 1865	36
2.3 O ENTRUDO SE FEZ PRESENTE EM JOINVILLE	41
2.4 OS BRINQUEDOS CARNAVALESCOS: CARACTERÍSTICAS DO FESTEJO	42
2.5 OLHA O ZÉ PEREIRA EM JOINVILLE AÍ, GENTE!.....	48
2.6 O CORSO EM JOINVILLE.....	50
2.7 OS CLUBES CARNAVALESCOS – MÁSCARAS E FANTASIAS.....	56
2.8 OS PRÉSTITOS COM AS PRIMEIRAS ALEGORIAS NAS RUAS DE JOINVILLE	59
3 DA ASCENSÃO AO DECLÍNIO DAS ESCOLAS DE SAMBA E BLOCOS CARNAVALESCOS DA CIDADE DE JOINVILLE ENTRE 1988 A 1993	63
3.1 UM PANORAMA DAS AGREMIações: AS Ações E O DESFILE DE 1988 EM JOINVILLE	63
3.2 AS SUBVENções DA PREFEITURA PARA O FESTEJO MOMESCO.....	67
3.3 O BLOCO “AS DEPRAVADAS” SOB O COMANDO DO MÁRIO FOFOCA ...	71
3.4 O ESPETÁCULO DE 1988	74
3.5 UM OLHAR SOBRE O ANO DE 1989: O SAMBA SEM O TEATRO ENCENADO EM JOINVILLE.....	79
3.6 AS APRESENTAções DE 1990: A VOLTA DO REINADO DE MOMO.....	84
3.7 UM OLHAR SOBRE O FOLGUEDO DE 1991	89
3.8 O ANO DE 1992 E O ÚLTIMO RUFAR DA BATERIA. 1993: O INÍCIO DE UM LONGO SILENCIAMENTO.....	93
4 O DESPERTAR DOS TAMBORINS – DO SILENCIAMENTO (1994 - 2006) À REINVENção DA EMOção: UMA AÇÃO QUE RESULTOU NO RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE CARNAVALESCA EM JOINVILLE	98
4.1 O ANO DE 1994: MOMO NÃO REINOU EM JOINVILLE!.....	98
4.2 O CONTEXTO DE JOINVILLE DURANTE O PERÍODO CARNAVALESCO ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2005	101

4.3 POR ONDE ANDAVAM OS FOLIÕES E OS CARNAVALESCOS DURANTE O SILENCIAMENTO DE QUASE UMA DÉCADA EM JOINVILLE?	109
4.4 A RETOMADA DO CARNAVAL EM JOINVILLE: A AÇÃO DO GOVERNO E O CHAMAMENTO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL CARNAVALESCO	115
4.5 AS BOAS VINDAS AO RETORNO DE MOMO	120
5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS A PARTIR DA RETOMADA DO REINADO DE MOMO EM JOINVILLE E OS FESTEJOS CARNAVALESCOS ENTRE 2007 A 2012.	127
5.1 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM ÂMBITOS MUNICIPAL E FEDERAL.....	127
5.2 O FOLGUEDO EM JOINVILLE EM 2007 E O RETORNO DA AGREMIÇÃO ACADÊMICOS DO SERRINHA.	135
5.3 AS SEXTAS E SÁBADOS DE CARNAVAL DE RUA DE JOINVILLE NAS EDIÇÕES DE 2008 E 2009.	140
5.4 O DESFILE DE 2010: NOVO LOCAL PARA O FESTEJO E A VOLTA DA AGREMIÇÃO “PRÍNCIPES DO SAMBA”	146
5.5 A EDIÇÃO DE 2011 DA FESTA CARNAVALESCA NA RUA RIO BRANCO	153
5.6 O CARNAVAL DE 2012 - A GRES DIVERSIDADE, OFICIALMENTE ESCOLA DE SAMBA.....	161
6 AS MÁSCARAS DO CARNAVAL JOINVILENSE ENTRE 2013 A 2018.....	168
6.1 O NOVO ENDEREÇO DOS DESFILES CARNAVALESCOS: A AVENIDA BEIRA RIO	168
6.2. A ASSISTÊNCIA DO ESTADO E O PRIMOR DOS BLOCOS E ESCOLAS NO PRIMEIRO CARNAVAL COMPETITIVO EM 2014.....	176
6.3. O ANO DE 2015, CONSIDERADO O AUGO DO CARNAVAL JOINVILENSE	184
6.4 O CARNAVAL SEM SUBVENÇÕES DA PREFEITURA.....	192
6.5 O IMPEDIMENTO DO REINADO DE MOMO EM 2017	199
6.6 O ÚLTIMO DESFILE DA ERA LECAJ	208
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
ENTREVISTAS REALIZADAS.....	228
JORNAIS CONSULTADOS	230
REFERÊNCIAS	245
APÊNDICES	254
APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....	255
APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	260

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE ERNESTO MIRANDA CORRÊA.....	264
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE SILVESTRE FERREIRA.....	265
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE MONIQUE BILK DE ATHAYDE	266
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE NEUSA DE LOURDES CAGNETI	267
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE JOSÉ DA SILVA LAURENTINO.....	268
APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE SILVANE B. PSCHIEDT FUNK	269
APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE TAÍS REGINA DA SILVA	270
APÊNDICE J - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE SONIA REGINA DA CRUZ	271
APÊNDICE K - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE VALDIRENE BERNARDI.....	272
APÊNDICE L - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE EVANDRO CENSI MONTEIRO	273
APÊNDICE M - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE MARCO AURELIO BRAGA RODRIGUES	274
APÊNDICE N - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE RODRIGO BORNHOLDT	275
APÊNDICE O - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE RODRIGO FACHINI.....	276
APÊNDICE P - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE DEYVID DA SILVEIRA.....	277
APÊNDICE Q - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE MARIA INÊS GONÇALVES.....	278
APÊNDICE R - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE JOÃO NESTOR PADILHA	279
APÊNDICE S - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE LÚCIA NARA FERREIRA	280
APÊNDICE T - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE JUCÉLIO MANOEL NARCIZA	281
APÊNDICE U - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE MARIO SERGIO FERREIRA	282

APÊNDICE V - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE GUILHERME AUGUSTO HEINEMANN GASSENFERTH	283
APÊNDICE W - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE ROSA MARIA DE OLIVEIRA	284
APÊNDICE X - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE MARTA PIRES NUNES	285
APÊNDICE Y - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE JACILA DE SOUZA BARBOSA	286
APÊNDICE Z - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE ROGÉRIO DE SOUSA M. JUNIOR	287
APÊNDICE AA - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE GABRIEL DE PAULA DA SILVA.....	288

1 INTRODUÇÃO

Quem nunca assistiu a esse espetáculo só tem um dever: ir vê-lo no próximo Carnaval. Perdê-lo seria maior do que um crime, seria um atentado de lesa-pátria (MORAES, 1958, p.316)

Os desfiles carnavalescos trazem consigo um momento de desprendimento do cidadão, uma euforia súbita, uma enxurrada de desvarios que contrastam os dias comuns de qualquer folião que expecta a chegada momesca. Na ânsia de trocarem os uniformes do trabalho, as roupas surradas do cotidiano e os acondicionados comportamentos controlados pelos relógios dos compromissos por antitéticas condutas que se envolvem neste festejo, fazem com que seus desejos desenfreados sejam liberados ao trajarem indumentárias carnavalescas (DA MATTA, 1986). Portanto, os coadjuvantes da vida comum convertem-se em atores e atrizes principais do teatro de rua, embalados pelas ressoantes baterias que melodiam os enredos, tornando “[...] possível o uso de fantasias e máscaras na abertura constante de novos espaços impossíveis no mundo diário” (DA MATTA, 1981, p.33,34).

A festa carnavalesca é, de fato, causadora de encanto, não somente pela musicalidade, mas pelo conjunto de quesitos que compõem uma escola de samba, que desde o final da década de 30, segundo Ferreira (2004, p.354) “[...] atraíam a atenção de boa parte da população brasileira”. Foi apenas em 2012, em Joinville, que pude sentir na pele a emoção de desfilar pela primeira vez em uma escola de samba, cuja ala se posicionou atrás da bateria. Por não ser um ano competitivo, deixei a emoção falar mais alto, não executando a ordem do diretor de ala que exigia o alinhamento e o compasso temporal do desfile. Para Moraes (1958, p.321) “o Carnaval exige apenas que seus vassallos a ele se entreguem simplesmente pelo amor à alegria, com vontade firme de brincar, pular e rir”. Por isso, posso dizer com veemência que sou um folião apaixonado.

De acordo com Queiroz (1999, p.122), a atmosfera carnavalesca se estende “[...] a todas as atividades do Reinado de Momo, com o intuito de destruir distâncias socioeconômicas, barreiras étnicas, diferenças de sexo, instalando nas coletividades a concórdia, a amizade e o prazer”. Foi talvez este testemunho frenético, incondicionado, que fez com que na segunda feira do dia 20 de fevereiro de 2012, a capa do jornal A

Notícia¹ estampasse a minha foto (imagem 1) , representando a “Unidos pela Diversidade”, com a seguinte inscrição: “Samba, suor e sucesso”, fazendo alusão ao desfile carnavalesco na rua Rio Branco², com o público de vinte e cinco mil espectadores.

Figura 1 – Samba, Suor e Sucesso



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 1 – 20/02/2012

A partir deste ano, agremiei-me à Unidos pela Diversidade a convite do presidente Jackson de Oliveira³, participando ativamente de reuniões pré-carnaval, na organização de eventos paralelos, oficinas de confecções de fantasias, até os adereços de carros alegóricos supervisionados pela diretoria. Estas preliminares fazem parte de um ciclo, um ritual anual que culmina no desfile (CAVALCANTI, 2015). Porém, deixo elucidado que sou um folião e não um carnavalesco, pois há uma distinção ampla entre estes dois termos: o folião é um integrante da escola, podendo estar inserido em qualquer fragmento do desfile, transportando “[...] consigo a carga mais intensa da febre carnavalesca” (QUEIROZ, 1994, p.31). Já o carnavalesco é “[...] que passa a centralizar parte importante do processo de confecção do desfile” (CAVALCANTI, 2015, p.27), cujo objetivo é desenhar cada ato do teatro sambado.

¹ Jornal impresso de circulação diária em Joinville e região.

² Tradicional rua de Joinville, onde se situa o Museu Nacional de Imigração (tombado em 1939), assim como um dos acessos para a Alameda Brüstlein, a rua das Palmeiras Imperiais.

³ Fundador da Escola Gres Diversidade em 01/04/2011.

A partir de então, o universo do Carnaval passou a constituir uma pequena fatia da minha vivência, correlacionado com a vida pessoal e profissional. Esta proximidade com os festejos, me agraciou com a oportunidade de conhecer não somente a árdua tarefa da minha agremiação, mas também das demais escolas de samba e blocos de Joinville, em especial a Príncipes do Samba⁴, a escola com maior número de títulos do Carnaval de Joinville (principalmente na década de 80 e início dos anos 90), e as novas agremiações fundadas a partir de 2006, quando o Carnaval foi retomado em Joinville, como veremos adiante.

Envolto por este sentimento, participei do processo da transição do local dos desfiles das escolas de samba, o qual passou a ser na rua Beira Rio⁵, tendo o Expocentro Edmundo Doubrawa⁶ como barracão da concentração de todas as agremiações para a preparação de alegorias e finalizações de fantasias a partir do mês de janeiro. A minha trajetória com o Carnaval ascendeu em 2015, quando passei a participar dos desfiles também no formato de blocos. Neste ano contribuí para a formação do bloco Arca de Noé, auxiliado por professores da rede pública e privada, no anseio de agrupar os foliões numa configuração diferente, contrastando a escola de samba.

Associado, participei das discussões a respeito das subvenções diretas do poder público e das políticas públicas culturais, em especial o SIMDEC (Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura), cuja ferramenta tenciona o incentivo à cultura municipal criada em 2005, com o objetivo de estimular a produção cultural de Joinville, incluindo o Carnaval. Por mais que tivéssemos um público que girasse em torno de trinta mil espectadores nos desfiles carnavalescos, um misto de inquietações tomavam conta de mim ao me deparar, após Carnaval, com cidadãos da cidade que alegavam desconhecer o espetáculo das agremiações, ou que, simplesmente espantados, cingidos pelo deboche e o desdém, me questionavam: “_ Joinville tem Carnaval?”, ou meramente

⁴ Segundo Correia (2016), a escola mudou três vezes de nome desde a sua fundação em 1968. Batizada como Escola de Samba Amigos do Kênia, passou em seguida a ser chamada Escola de Samba do Kênia. Somente no ano de 1987 foi renomeada para “Príncipes do Samba”, nome que perdura atualmente.

⁵ A avenida José Vieira, bairro América, é mais conhecida como Avenida Beira Rio, tendo às margens o histórico rio Cachoeira, consagrado pela tradição da cidade como o rio através do qual os imigrantes chegaram na cidade, em 1851.

⁶ O pavilhão, localizado na avenida Beira Rio (local dos desfiles), serve para a realizações de eventos comerciais, industriais e diversas feiras durante o ano. O Expocentro Edmundo Doubrawa se transforma em barracão para todas as agremiações nos meses que antecedem os festejos na cidade, assim como espaço único de concentração para os foliões nos desfiles carnavalescos. Está localizado anexo ao Centreventos Cau Hansen, a arena multicultural de eventos da cidade.

afirmavam conclusivamente: “_ Aqui, não tem Carnaval, ou se tem, o Carnaval daqui é invisível”.

Em geral, os “[...] discursos sobre Joinville, falam de ‘harmonia’, ‘progresso’, ‘ordem’ e ‘trabalho’, primando pelo trabalho dos imigrantes alemães” (SILVA, 1997, p.17), o que desclassificaria, possivelmente, a cidade para uma experiência carnavalesca. Mesmo sediando o maior festival de dança⁷ do planeta, muitos ainda alegam que Joinville, a cidade da dança, nunca reteve esta cultura com sua euforia e êxtase, de gozo e júbilo, expressa no Brasil inteiro.

Movido pelas inúmeras vezes que ouvi tais indagações, pesquisei dissertações e artigos que discursassem sobre este fenômeno, e surpreendentemente, constatei que tínhamos pouquíssimas investigações do folguedo joinvilense. Esta dissertação, intitulada: “Os Desfiles Carnavalescos como Direito Cultural em Joinville – 1988 à 2018”, está vinculada ao Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade – PPGPCS - da Universidade da Região de Joinville. Esta investigação está relacionada ao grupo de pesquisa DIPATRI - Direito do Patrimônio Cultural: Perspectivas e Desafios para o seu Reconhecimento como Direitos Humanos.

O recorte temporal de 30 anos da história do Carnaval em Joinville, justifica-se pelos desfiles carnavalescos em Joinville a partir de 1988, considerado aqui o auge antes de sobrevir o declínio da exteriorização do folguedo. Desse declínio, resultou um silenciamento de treze anos sem os festejos de Momo. O Carnaval na cidade só foi reavivado em 2006, e desde então ainda enfrenta problemas para seu firmamento e reconhecimento diante das esferas públicas e privadas do município.

Arelado à Constituição Brasileira de 1988, com especial atenção aos artigos 215 e 216, parto da perspectiva de que é tarefa do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais, com apoio, incentivo e difusão destas manifestações. Assumo também que o Carnaval é um dos mais peculiares atributos brasileiros (CAVALCANTI, 1999; PANCEVSKI, 2014; DA MATTA, 1979). Diante disso, sugiro que os desfiles carnavalescos devem ser assegurados e valorizados por intermédio do Estado. Isso exposto, é importante ressaltar que não pretendo travar uma batalha com os que desdenham tais manifestações.

⁷ Criado em 1983, o Festival de Dança de Joinville, promovido pelo Instituto Festival de Dança da cidade, acontece ininterruptamente durante duas semanas do mês de julho, e é considerado pelo Livro Guinness dos Recordes, desde 2005, o “maior festival de dança do mundo”, com o maior número de participantes e público, atraindo milhares de turistas para a cidade.

Para além dos gostos e das visões particulares, neste trabalho busca-se, como objetivo maior, discutir as dificuldades de se fazer cumprir a Constituição de 1988, “[...] que garante a todos nós o direito à cultura [...]” Assumo, portanto, que “produzir e ter acesso aos bens culturais da sociedade à qual pertencemos, representa a identidade de um povo” (SANTANA, 2006, p.15). Para Hall (2000), a identidade de um povo não é singular. Portanto, não pode ser considerada única, uma vez que os discursos, práticas e posicionamentos de uma comunidade podem se cruzar em argumentos antagônicos.

Utilizo, a partir dessa percepção, o termo “identidades”, pois o autor explicita que estas fragmentações e fraturas da sociedade, submete os indivíduos a processos de mudanças e transformações constantes, uma vez que o este é mutável, modificando-se conforme as mudanças temporais, sociais e culturais nas quais está inserido. Mourão e Cavalcante (2011, p.208) acentuam tal concepção ao reiterar que

A identidade, portanto, não é um estado fixo, mas se constitui em um processo dinâmico e mutável que ocorre ao longo da vida dos sujeitos, a partir de suas vivências, envolvendo comportamentos cognitivos, materiais e atos de investimento emocional, tendo em vista a satisfação de suas necessidades e desejos.

Para Coelho (2004), a identidade cultural de um povo permeia diferentes núcleos e pode ser caracterizada pela tradição oral, a religião, os comportamentos coletivos formalizados, informalizados⁸, manifestações artísticas, folclóricas. O Carnaval, como componente de nossa cultura popular, pode ser entendido como elemento vivo, dentro de discussões sobre esta temática.

Para Camponero e Leite (2010), as festas populares, independente de quando surgiram, são verdadeiros espetáculos realizados a céu aberto, cujos cenários dependem das ruas, avenidas e praças da cidade, que são “[...] associadas à civilidade, por reviverem lutas, batalhas e conquistas, homenagearem heróis, personalidades e mitos (CAMPONERO e LEITE, 2010, p.100). Com base nestas peculiaridades, podemos incluir a expressiva festa de Carnaval, que “[...] é uma forma de manifestação cultural, portanto a concretização de direitos culturais” (WANDSCHEER, 2014, p.87).

Percebe-se que Joinville faceja, por parte de alguns governantes, o preconceito, discriminação e a rejeição da garantia efetiva desta manifestação, atravancando a promessa de externar tal expressão artística cultural: o Carnaval no formato de desfiles de escolas de samba. Partindo deste pressuposto, foi levantado o seguinte problema de

⁸ O autor exemplifica com ações como: ir à praia, frequentar espetáculos esportivos, etc.

pesquisa: Se o desfile carnavalesco é um Direito Cultural, quais os motivos que levam o Estado a não garantir a permanência do Carnaval de rua, e quais os quesitos para as agremiações terem acesso ao dinheiro público para a execução do festejo, uma vez que não se trata de um favor, mas de uma obrigação do Estado, que deve apoiar, incentivar e valorizar a disseminação desta expressão cultural?

Esta dissertação foi organizada em cinco capítulos, seccionados cronologicamente, de modo a permitir uma compreensão panorâmica da temática discutida. O intuito principal do primeiro capítulo é problematizar o Carnaval como uma das mais antigas manifestações culturais da cidade de Joinville. Mediante a análise das fontes coletadas, pode-se apresentar uma festa popular rica em detalhes, que foi se transformando desde sua primeira manifestação, ainda no final do século XIX, quatorze anos após a instalação da colônia Dona Francisca, em 1851.

O ponto de partida para a discussão do primeiro capítulo foi uma reportagem publicada no ano de 2009 do jornal A Notícia dia 20 de fevereiro, página 9, intitulada A Folia na Colônia. A partir das pistas suscitadas por este material, encontramos vestígios dos festejos carnavalescos já nos primeiros anos de colonização. Desse modo, se pretende inferir sobre a possibilidade de entender como a cidade, neste momento, se esforçava para acompanhar as “tendências” carnavalescas dos grandes centros urbanos. Tal cenário fornece evidências para que se compreenda o Carnaval como uma manifestação não pontual, mas recorrente, e por isso parte das manifestações culturais e do patrimônio cultural de Joinville⁹ nas primeiras décadas de sua instalação. Dessa forma, sugerimos que tal festa popular é, em Joinville, um Direito Cultural, que deve ser assegurado à sua população, apoiado por uma historicidade adormecida em camadas de poeira.

A partir do segundo capítulo, realizou-se um salto temporal com o objetivo de abordar o período histórico coberto pela proteção da Constituição Federal de 1988, que é o foco desta dissertação. Neste momento, discute-se o cenário dos festejos pândegos na cidade de Joinville entre 1988 e 1993, quando as escolas carnavalescas Príncipes do Samba, Unidos do Boa Vista, Fúria Tricolor e os blocos de rua, em particular As Depravadas, transformavam a rotina da cidade em uma excitação pública, reunindo de

⁹ Ressaltamos que o Plano Municipal de Cultura de Joinville (2010), em suas páginas 84 e 85, traz uma curta discussão a respeito do Carnaval, sob o título “O Carnaval como patrimônio imaterial”, o que mostra um tímido reconhecimento deste *status* em um documento oficial.

20.000 a 30.000 pessoas no principal logradouro da cidade, a rua do Príncipe¹⁰. Uma análise sobre as ações da Prefeitura em conjunto com as agremiações, será delineada, a fim de contextualizar o comportamento das escolas diante do apoio do poder público na efetivação dos desfiles.

A narrativa do terceiro capítulo trará como tema principal o mutismo de treze anos do festejo do Carnaval de rua. Aspira-se relatar os anos de silenciamento desta manifestação, quando por falta do apoio da Prefeitura, as agremiações instauradas na cidade não desfrutaram da exteriorização dos préstitos de rua, o que gerou descontentamento e conseqüentemente o silenciamento dos foliões e diretores de escolas de samba e blocos. Estes passaram a ocupar as ruas de cidades vizinhas, em especial, São Francisco do Sul¹¹, que financiou a formação de uma nova escola de samba formada por joinvilenses, integrando-a às comemorações na cidade, que costumam atrair milhares de turistas.

A investigação deste terceiro capítulo também oferece uma análise de como uma nova gestão do poder público, em 2005¹², atrelada ao reconhecimento da comunidade cultural carnavalesca formada pelos antigos organizadores¹³ dos desfiles da cidade, alcançou, através de uma ação visionária, reativar o Carnaval joinvilense por meio do chamamento destes atores, o que proporcionou a retomada dos festejos de Momo em 2006.

O quarto capítulo discute as esperanças, através da experiência dos carnavalescos e foliões joinvilenses, de que a participação popular proporciona a abertura de novos caminhos para o exercício da cidadania. “O Carnaval é para o povo, para todo o mundo”, escreve Cavalcanti (1999, p. 14). A reflexão proporcionada por esta afirmação, permite expandir ainda o horizonte desta pesquisa, perpassando os limites da discussão sobre a democratização do acesso à cultura no Brasil. As problemáticas enfrentadas pelos que constroem e celebram o Carnaval em Joinville, com certeza não são exclusivas dos simpatizantes deste festejo.

Será apresentada, também no quarto capítulo, a construção de políticas públicas culturais, ligadas a criação do SIMDEC – que projetou o estímulo da produção e

¹⁰ Rua no Centro da cidade de Joinville, onde, entre os anos de 1988 e 1992, eram realizados os desfiles carnavalescos, com grande número de espectadores.

¹¹ Localizada a 46 quilômetros de Joinville, São Francisco do Sul é a cidade supostamente mais antiga de Santa Catarina, e a terceira cidade mais antiga do Brasil. Colonizada por portugueses, espanhóis e açorianos, sua primeira ocupação foi feita por volta de 1553.

¹² Gestão de Marco Tebaldi (2005-2008)

¹³ Foliões e diretores das antigas agremiações de Joinville, atuantes antes de 1993.

execução de projetos considerados relevantes para o desenvolvimento da cidade, e abriu portas para vários setores da cidade, inclusive aos projetos referentes aos desfiles carnavalescos. Neste sentido, importância de uma política pública dá-se por ser parte do exercício democrático, e ter papel de fomentar

[...] uma maior participação da sociedade civil, no que concerne tanto a formatação quanto à decisão de qual política de cultura atende às necessidades reais da comunidade onde será desenvolvida (FERREIRA, 2009, p.63).

Este capítulo também abrange a criação do PMC (Plano Municipal de Cultura) de Joinville, no ano de 2010, o qual reconhece o Carnaval como Patrimônio Imaterial “[...] assumindo então como manifestação cultural e evento de alto turístico” (PMC, 2010, p.85). Retornam, neste momento, os desfiles de rua, com a participação das agremiações Príncipes do Samba e Acadêmicos do Serrinha, quebrando o silêncio do passado. Surgem também a Fusão do Samba, a Diversidade, e o Afoxé Omilodê, além de novos blocos agremiados à LECAJ – Liga das Escolas de Samba de Joinville.

Já no quinto capítulo, o último recorte desta pesquisa, há o intento de relatar, a partir de 2013, o crescimento da expressão carnavalesca em Joinville. Neste capítulo, que expõe a festa pândega até 2018, será dada a continuidade da discussão tanto a respeito do SIMDEC, que sofreu modificações desde a sua implantação na gestão Marco Tebaldi, passando pelo prefeito Carlito Merss, até a atual gestão Udo Dohler, quanto as subvenções diretas do Estado para a realização dos desfiles e a consolidação do festejo. Ainda nesta última divisão da dissertação, a narrativa propõe uma avaliação das investigações das três últimas edições do Carnaval, entre 2016 e 2018, anos considerados pelas agremiações como sinais de retrocessos do festejo, devido à falta de recursos financeiros e apoio subsidiados pelo Estado de Santa Catarina.

Projetos de Carnaval inscritos no SIMDEC e ações da LECAJ serão analisados, para que seja traçado um olhar sobre a resistência do Carnaval, que mesmo com os cortes de patrocínios, foi festejado, tendo um público considerável. Será discutido o caso do ano 2017, quando por recomendação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), a prefeitura da cidade optou por não subsidiar o evento, embora tenha firmado parceria para as comemorações no Mercado Municipal. Todavia, uma denúncia resultou no cancelamento do evento em sua véspera, por determinação do MPSC, justificado pela alegação de falta de alvarás. Note-se também que há uma transição institucional neste momento, quando a LECAJ deixa de ter papel central, precisamente no ano de

2018, dando espaço para o surgimento da Liga das Escolas de Samba de Joinville (LIESJ).

Os métodos para relatar cada capítulo desta dissertação, mediante as sínteses supracitadas, foram cuidadosamente designados para cimentar cada nicho desta pesquisa. Primeiramente projetou-se trilhar um percurso metodológico de caráter qualitativo e de natureza exploratória, que segundo Gil (2010, p.27) “[...] tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Atrelado ao primeiro método, recorreu-se a pesquisa bibliográfica, recurso indispensável para o reconhecimento do estado da arte sobre o tema estudado (CERVO e BERVIAN, 1975).

Assim, foram acessados pesquisadores e especialistas que discutem temas relevantes para este trabalho, tais como Felipe Ferreira, Roberto Da Matta, Maria Laura Cavalcanti, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Francisco Humberto Cunha Filho, Eneida de Moraes, Teixeira Coelho, entre outros, que, diligentemente selecionados, foram chamados para dialogar com as fontes utilizadas nesta pesquisa. A abordagem dá prioridade para interpretações associadas a uma visão do Carnaval como festa popular fundamental na composição do conjunto do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Para dar suporte ao pressuposto acima reiterado, que conclama o Carnaval como Patrimônio, procura-se discutir as problemáticas referentes aos direitos culturais, perpassando elementos conceituais quanto a sua forma e aplicabilidade, nas diferentes situações em que eles possam ser convocados. Na medida em que se assume que o Estado deve garantir a liberdade das expressões da Cultura de sua população, se pressupõe que seja necessário ter como referência elementos advindos da área legal e jurídica, núcleo duro do contrato social de uma sociedade que se pretenda democrática.

Os indícios sobre o passado do Carnaval da cidade foram obtidos através do levantamento documental e historiográfico, junto ao Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Como observa Leite (2015), por termos instituições como estas, que organizam e catalogam estes materiais, os pesquisadores têm seu trabalho facilitado. Primeiramente, recorreu-se às clipagens¹⁴, organizadas ano a ano, entre as décadas de 80, 90 e o primeiro decênio do ano 2000, as quais estavam separadas em envelopes específicos sobre o tema de pesquisa. Os quase 150 traços coletados foram anotados, e forneceram

¹⁴ Recortes de jornais selecionados, que fazem alusão ao tema “Carnaval”, em uma dada época, especialmente na cidade de Joinville de região.

direções para que a pesquisa se aprofundasse diretamente ao arquivo completo de edições do jornal A Notícia, um dos principais órgãos de imprensa de Joinville e região.

Pelo fato de não haver, nas clipagens, os primeiros indícios do Carnaval em Joinville, datados do final do século XIX e início do século XX, pensou-se em traçar uma planilha das datas, tanto desses carnavais, quanto dos festejos contemporâneos. Assim sendo, em contato com estas fontes primárias, foram pesquisados os periódicos das duas semanas anteriores, bem como das duas semanas posteriores a cada edição do Carnaval no Brasil, para que assim identificássemos indicativos relacionados ao festejo. Todo este processo deu-se entre os meses de março de 2018 a novembro de 2019.

Através deste processo foram reunidos quase mil e cem recortes de jornais, que foram submetidos a uma análise criteriosa e catalogados em planilhas, sendo também fotografados e separados por pastas em seções anuais, de 1865 a 1930, e de 1988 a 2018. Em seguida fez-se um agrupamento correspondente aos cinco capítulos. Este material foi, por fim, inserido nas tramas da narrativa aqui constituída.

Para alicerçar esta dissertação, foi fundamental, para dar novos sentidos ao problema levantado, o uso do método de História Oral. Segundo Thompson (2006), a aplicabilidade de tal metodologia exige a aptidão de se escutar os relatos de histórias de vidas “[...] como um reforço cultural para alguns grupos de pessoas: bairros, aldeias, grupos étnicos e coisas do tipo” (THOMPSON, 2006, p.33).

Foram designados vinte e seis entrevistados, repartidos em diferentes atuações, quais sejam: dois espectadores, seis foliões agremiados, treze diretores carnavalescos, e cinco pessoas ligadas à gestão pública. Todos os selecionados participaram ativamente da manifestação carnavalesca em Joinville, possuindo diferentes idades e pertencendo a distintas gerações, e alguns vivem o folguedo até os dias atuais. Assume-se, neste método, que “[...] o que pesa é a ‘apreensão de narrativas’, o que garante um significado primordial às pessoas que vivem o processo social em curso” (MEIHY e HOLANDA, 2015, p.18).

Para Benjamin (1994), todos os dias lemos notícias prontas, dispostas resumidamente, as quais não nos surpreendem, pois chegam fechadas com explicações impostas, apenas anunciando o porquê de tal matéria. A narrativa oral, esta fonte produzida, ao contrário, exige o exercício da arte de ouvir, evitando explicações instantâneas. Optamos por somar os relatos da mídia aos relatos obtidos por meio da História Oral, justamente para que fosse possível cruzar diferentes “verdades”, presentes neste jogo narrativo. Após a gravação das entrevistas, todos os relatos foram transcritos

na integralidade, sendo posteriormente analisados e contextualizados, até que integrados a cada capítulo desta escrita.

A relevância da metodologia da história oral revela-se no fornecimento de informações que escapam de documentos burocráticos e manchetes jornalísticas. Como indicam Santos e Araújo (2007, p.192), cada história propicia “[...] diferentes diálogos, bem como possibilita compreender a constituição de classes sociais e a tradição de gerações, contada a partir de uma multiplicidade de pontos de vistas e vivências”. Os entrevistados contribuirão, assim, para a reflexão sobre a problemática aqui desenvolvida, e juntamente com a bibliografia e os documentos coletados no AHJ, agregarão para o alcance dos objetivos.

Ressalta-se que tanto as transcrições, quanto as gravações de áudio, farão parte permanentemente do LHO (Laboratório de História Oral da Univille), tendo em vista os consentimentos e as assinaturas dos entrevistados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi entregue em duas vias, sendo que uma cópia ficou sob posse do pesquisador e outra com o entrevistado.

Ao final da dissertação, deseja-se deixar registrada a expressão da cultura do reinado de Momo no formato de desfiles, que para muitos cidadãos comuns são limitados apenas a dança e folia. Esta pesquisa, de caráter interdisciplinar, como é, de fato, a própria constituição do Carnaval, pretende contribuir, dessa forma, para ampliar as percepções sobre o festejo. Espera-se que os cidadãos joinvilenses, em especial a comunidade carnavalesca, possa encontrar neste trabalho uma abordagem útil para que se possa compreender as diferentes atribuições de valor e interesse com relação ao Carnaval, que são dadas não só pelo apoio ou descaso do Poder Público, mas também pela própria associação de agremiações do município.

Por haver um número reduzido de pesquisas voltadas a história do folguedo joinvilense, pretende-se alimentar o acervo referente a esta temática, através de publicações em revistas e periódicos, participações em congressos e simpósios, e principalmente, estender este estudo por meio de palestras em escolas públicas e privadas, gerando “[...] conhecimento, cujo acúmulo promova a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos” (TRZESNIAK e KOLLER, 2009, p.20). Que as possíveis soluções sugeridas por este estudo possam auxiliar não só a manutenção da expressão desta que é, para Da Matta (1986), a maior, mais popular, livre e criativa festa popular, mas também para todas as expressões que sofrem por problemáticas similares, que impedem o usufruto do Direito Cultural.

2 RETIRANDO A POEIRA: O CARNAVAL DE JOINVILLE COMO UMA MANIFESTAÇÃO CULTURAL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Mas como definir o Carnaval? Não seria exagero dizer, é uma ocasião em que a vida diária deixa de ser operativa e, por causa disso, um momento extraordinário é inventado” (DA MATTA, 1986, p.71)

2.1 UMA BREVE CONJUNTURA DE COMO POSSIVELMENTE COMEÇOU

Quando falamos de “Carnaval”, uma série de reações podem ser notadas. De um lado, alguns concordam com Ferreira (2004, p. 16), ao afirmar que tal festa “[...] é a maior celebração de felicidade do mundo”. Por outra perspectiva, no entanto, alguns questionam a necessidade de sua existência, considerando que ele seja algo extremamente negativo, uma mera bagunça, que se expressa pelo escárnio e pela desordem.

Todavia, poucos se questionam sobre a invenção desta festividade. Se tratando de uma comemoração, é questionável como possivelmente começou. Algo deve ter acontecido para que houvesse, até a época atual, o tal festejo. A partir desta indagação, pesquisamos autores especialistas no assunto, sendo que curiosamente, apesar de referenciarem seus conceitos, percebe-se oposições em assumirem com exatidão a sua origem.

Podemos encontrar uma vasta gama de versões a respeito da história do Carnaval. A escritora Eneida de Moraes (1958), em sua obra “História do Carnaval Carioca”, inicia com uma reflexão bastante ampla, alegando que há quem diga que essa festa tenha surgido antes de Cristo, sendo à época expressa por pessoas do campo, que disfarçadas com peles de animais, procuravam espantar os maus espíritos.

A referida autora menciona que alguns historiadores são categóricos em afirmar que tal festa tenha se originado no paganismo egípcio. Outros declaram que em Roma tenha sido o alfa da festa, onde todas as pessoas libertas e escravos enlouqueciam, comiam à vontade e desabafavam suas angústias. A crítica a um suposto caráter orgíaco do Carnaval pode estar associada, sugere Moraes (1958), às festas dedicadas aos deuses greco-romanos do vinho, como Baco e Dionísio. Nestes eventos, os celebrantes

entregavam-se aos prazeres da carne, desligando-se de quaisquer princípios que hoje poderíamos considerar morais. Como indica a autora supracitada:

[...] festa pagã ou religiosa sempre existiu na história da humanidade, num determinado momento escolhido pelos homens para expandir maior alegria, para rirem, pularem e cantarem mais livremente” (MORAES, 1958, p.22).

Ao traçar um paralelo com a obra “O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro”, Felipe Ferreira (2004, p.16) declara que “[...] não dá para se afirmar que já existia Carnaval no antigo Egito ou nas civilizações greco-romanas, como muita gente boa já escreveu por aí”. Moraes (1958) admite que as festas pagãs não são capazes de explicar o Carnaval em sua totalidade, apesar de compartilharem características com o festejo. É na Idade Média que a autora sugere que ele tenha se originado.

Conceitos à parte, as festas da Antiguidade e da Idade Média muito se assemelham. Nota-se então, que o homem sempre esteve em busca de diversão para libertar seus desejos e extrapolar o seu gozo em um determinado momento, seja nas festas dionisíacas com suas procissões de mascarados dissimulados com peles e galhos (FERREIRA, 2004) ou com os bailes de máscaras na Europa durante a Idade Média (MORAES, 1958), salientando a criatividade e a libido numa esfera de êxtase.

Algumas indagações ainda persistem. E o nome Carnaval? Quem o apadrinhou? Quando foi batizado? A primeira teria vindo da expressão *carrus navalis ou carrum novalis*¹⁵, um protótipo em forma de barco sobre rodas, cortejado por procissão para ser lançado ao mar como oferta em troca de proteção. Talvez pela junção fonética, alguns acreditavam ser esta a origem do nome da comemoração festiva, porém sem muita fundamentação teórica e muito pouco convincente ao nosso ver.

A segunda teoria, ao contrário da primeira, mais testemunha a origem do nome Carnaval. Ferreira (2004, p.25) detalha em seus registros que “[...] quem ‘inventou’ o Carnaval foi a Igreja Católica, por mais estranho e irônico que possa parecer.” Ao declarar que a Igreja Católica, no ano de 604, sentenciando 40 dias de quaresma, na qual a satisfação de certos prazeres do cotidiano deveria ser deixado de lado, assim como Cristo que passara 40 dias no deserto em jejum, no preparo para o início do seu ministério, todos os cristãos deveriam elevar seus pensamentos a Deus. Portanto, como

15 Moraes (1958) descreve que gregos e romanos saíam em desfiles (préstitos), todos mascarados, sobre um carro semelhante a um barco, puxados por cavalos ornamentados. No alargamento desse carro, mulheres nuas eram cortejadas por homens que entoavam canções imodestas, contendo trechos obscenos.

forma de compensação, os cristãos se esbaldavam dias antes da privação, com os excessos dos prazeres carnais, com celebrações regadas a bebedeiras e comilanças, o que seria nos dias atuais, uma das características do nosso Carnaval.

Quase meio século depois, o início dos 40 dias de abstinência seria chamado de Quarta-feira de Cinzas. Ao contrário da quaresma, restava ao povo cristão desfrutar dos prazeres da vida antes dos 40 dias de penitência. O deleite estava liberado nos dias que antecediam o período de meditação. Estes dias de prazer de acordo com o autor,

[...] começaram a ser chamados de dias do “adeus à carne”, e que em italiano, fala-se dias da “carne vale” ou de “carnevale”. Surge assim a palavra para definir o período do ano onde a comilança e a esbórnia corriam soltas, e que acabaria por se tornar uma espécie de antônimo da Quaresma: Carnaval. Ou seja, se não fosse pela invenção da Quaresma, não haveria Carnaval (FERREIRA, 2004, p.26).

Do mesmo modo, Eneida de Moraes nas primeiras páginas de sua obra de 1958, de forma mais sintetizada, descreve o mesmo fato. As variadas versões, levam a conclusão que independente de sua origem, tal celebração sempre achava-se em momentos históricos distintos, exprimindo alegria, risos, festas, cânticos e danças incorporando pessoas mascaradas, trajadas com diferentes vestimentas, exteriorizando figuras fantasiosas nos dias do festejo.

A partir desta fase, concordamos com a citada literata para que “deixemos com os doutos a discussão sobre a origem do Carnaval” (MORAES, 1958, p.26), e partimos diretamente para o nosso objeto de pesquisa, a qual trata dos primeiros indícios das festividades carnavalescas na cidade de Joinville, a partir do formato adotado pelo Brasil com a vinda dos imigrantes europeus.

2.2 A COLÔNIA SE RENDE AO BAILE DE CARNAVAL NO ANO DE 1865

Imaginemos uma fatigante viagem marítima de aproximadamente 3 meses a bordo de um veleiro¹⁶ vindo do continente europeu, transportando imigrantes à “[...] ‘Terra da Promissão’, que supostamente era a Colônia Dona Francisca, descrita nos panfletos e publicações de propaganda como sendo o paraíso terrestre” (FICKER, 1965,

¹⁶ Carlos Ficker (1965) descreve que a barca Colon, a qual fora fretada para transportar os primeiros imigrantes à “Terra da Promessa”, nada mais era que um veleiro de carga, de 200 toneladas, ajustado para transportar os passageiros.

p.71). É de se pressupor que mesmo havendo já alguns residentes na colônia, vieram para conquistar a nova terra e aqui com muito esforço, luta, persistência e labor, aspiravam o progresso neste pedaço de território.

Vale lembrar que na Europa, nesta época, já eram de costume os afamados bailes de máscaras, sendo Paris a cidade imitada. (ENEIDA, 1958 e FERREIRA, 2004). Merece apontar que nesta época também, uma década antes de 1851, “[...] boa parte dos principais centros urbanos do país começaria a realizar bailes de Carnaval” (FERREIRA, 2004, p.110).

Chegavam à cidade de Joinville, melhor, à Colônia Dona Francisca, no ano de 1851, os quase 200 primeiros imigrantes europeus a bordo da barca Colon. Trouxeram consigo não somente a ambição de prosperidade, mas seus costumes, e na nova terra se estabeleceram. Julga-se que boa parte dos imigrantes já tinha ouvido falar de Paris, cidade europeia, espelho de todos os moldes de bom baile, luxo e poder, com reflexos principalmente no Rio de Janeiro, sendo que, “tanto aqui como na França, os novos donos do poder queriam mostrar a força do dinheiro de todas as maneiras possíveis” (FERREIRA, 2004, p.111).

Nas primeiras décadas de colonização, o intento predominante era enfrentar as dificuldades para a ascensão social, tanto dos senhores quanto dos lavradores, os quais se reuniam nos finais de semana “[...] nessa ou naquela casa, para comentarem os acontecimentos da semana, as alegrias e mágoas da vida de colono” (FICKER, 1965, p.218).

Salvas as comemorações das novas estradas, igrejas, ou até mesmo uma serraria, festejada e regada com muita cerveja e boa comida, Carlos Ficker (1965) afirma que eram poucas as atividades recreativas que os desbravadores imigrantes pudessem usufruir. Ferreira (2004) afirma que, oito anos após a fundação da Colônia, ouvia-se rumores que Florianópolis, cidade a menos de 200 quilômetros de Joinville, desfrutava de um divertidíssimo baile carnavalesco “[...] com danças e lançamento de flores e de frutas ocas de cera recheadas de papel picado, confeitos ou amêndoas” (FERREIRA, 2004, p.114).

Percebe-se que a novata Colônia Dona Francisca não detinha para si os festejos de fevereiro como Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e demais cidades, que na afirmação de Moraes (1958) eram maduras o suficiente para promoverem imponentes bailes carnavalescos com desfiles de fantasias mascaradas dos moldes europeus, cujos foliões se empoderavam do evento não somente para se deleitarem dos prazeres da

carne, mas também como pretextos para o encontro de famílias endinheiradas e assim exporem suas conquistas e novidades tecnológicas (FERREIRA 2004).

O periódico “A Notícia” do dia 20 de fevereiro de 2009, p.9, rememorou a “Primeira Folia na Colônia”, quatorze anos depois da chegada da Barca Colon, precisamente no ano de 1865. Não é de se estranhar que com 5.500 habitantes, conforme a mesma publicação, a nova urbe, nutria-se de um povoado com padrões e empregados. Ladeada de burburinhos dos folguedos carnavalescos que transcorriam nas grandes cidades e até mesmo na antiga e desenvolta ilha de São Francisco do Sul, há 46 quilômetros da Colônia, o que restava era render-se aos padrões dos municípios em desenvolvimento no Brasil, cujos bailes de Carnaval, nos moldes europeus com pitadas de brasilidade, aconteciam como forma de comemoração da grande festa popular nacional.

Neste ano, o calendário nacional datou o Carnaval na última semana de fevereiro, sendo a terça-feira o último dia de comemoração oficial, precisamente dia 28 de fevereiro de 1865. Não nesta semana de comemoração, mas na posterior, foi anunciado, escrito em alemão gótico, pelo primeiro jornal impresso, o *Colonie Zeitung*¹⁷ o convite ao primeiro baile de Carnaval da Colônia, o “Fastnatch”, celebração alemã¹⁸, o qual aconteceria no domingo de 5 de março de 1865. Seja por este motivo, uma semana após os festejos carnavalescos oficiais do país, que o incomum evento na Colônia não fosse oficialmente chamado “Carnaval”.

Por outro lado, fica evidente neste anúncio do jornal, a menção de dois personagens da mitologia da antiguidade, os quais remetem às festividades greco-romanas, pressupondo como já dissertamos, uma das possíveis origens do Carnaval, Dionísio e Baco, deuses do vinho e da alegria, onde quem brinca, “[...] bebe sem mágoa” (FERREIRA, 2004, p.16). Ressalta-se aqui, que criança, desacompanhada de um adulto responsável não teria sua entrada permitida para o baile, que de acordo com matéria supracitada, contava também com a participação dos munícipes da cidade de São Francisco do Sul, tarimbados neste modelo festivo.

17 De acordo com Carlos Ficker (1965), o dia 20 de dezembro de 1862 seria a data relevante do nascimento da imprensa em Joinville. Ottokar Doerffel, importante figura histórica de Joinville, tentara a implantação desde 1857, mas contou com o naufrago do veleiro que trazia a oficina tipográfica da Alemanha em 1858. Somente 4 anos depois foi lançado, como experimentação, o *Colonie Zeitung*, órgão informativo da Colônia Dona Francisca.

18 Segundo o AN do dia 20/02/2009, p.09, esta festividade tinha diversas denominações em alemão, variando de acordo com a região.

Figura 2 - Comunicado: Para a Festa da Tarde (Nachmittage – Dionifius, Bromius)



Fonte: AHJ - Jornal: Colonie Zeitung, p.36 - 05/03/1865

Com clima, tempo favorável, Domingo à tarde, 5 de março, 3 horas: início da grande festa popular alemã de Dionísio, Bromius e Baco. Estarão a mostra: 1. Baco como o Rei do Vinho. 2. O mesmo como Rei do Campo e Jardim. Para esta festa convida A. Kalotschke, na Neustadt (Cidade Nova). Não será permitida a entrada de crianças desacompanhadas dos pais.

Tradução: Dilnei Cunha (Historiador e coordenador do AHJ)

Independente do fato datado, podia-se dizer que a Colônia Dona Francisca teria agora um momento chamado Carnaval, repetido no ano seguinte, no qual foi anunciado pelo Colonie Zeitung a chegada do Rei Momo ao porto da Colônia, para o início do festejo. De acordo com a tradução de Brigitte Brandenburg pesquisadora do Colonie, citada na reportagem, este seria um momento de relaxamento antes do início da Quaresma, período de abstinência dos prazeres para a elevação espiritual, respeitado pelos imigrantes do século XIX. Para Cavalcanti (2015, p.21), o Carnaval e a quaresma repetidos até os dias de hoje, “[...] opõe-se nesse ciclo anual, pois seus conteúdos sociais e religiosos implicam comportamentos individuais e coletivos opostos”.

Já tendo igreja fundada, a “Casa de Oração” (FICKER 1965), inclusive em menos de um ano antes do primeiro baile carnavalesco, percebe-se que havia agora um ponto de partida para a Quaresma. Seria como se a igreja proferisse que em troca do festejo, esperasse um bom comportamento dos fiéis no decorrer do ano (FERREIRA, 2004), concentrando seus pensamentos no labor cotidiano para a continuidade do progresso. Também é de se cogitar que o baile fosse restrito às classes sociais média e alta, o que não impediria dos menos abastados aproveitarem o ensejo para brincarem o seu Carnaval. Não se podia dizer, a partir de então, que a Colônia Dona Francisca diferenciava-se de outras cidades por não ter seu momento festivo de Carnaval, oferecendo um período de liberdade dos bons costumes. Momentos como estes são descritos por Da Matta (1981) como o abandono do cotidiano sistemático, para dar espaço às experiências do excesso.

A leitura das narrativas históricas sobre o Carnaval no Brasil, a exemplo das obras de Moraes (1958) e Ferreira (2004), quando cruzada com os recortes de jornais de Joinville da mesma época, possibilita observar uma convergência entre as práticas festivas cariocas, e de outros grandes centros com os festejos joinvilenses, tornando evidente um apropriação de influências mistas na composição dos eventos locais.

Não é de se estranhar que uma cidade em crescente desenvolvimento, tanto econômico quanto social, se entregasse às festividades do Carnaval, e não somente pelo deleite da alma, cuja entrega do seu “eu” comportado adquiria um “eu” travesso, irrequieto, bagunceiro e festivo, mas também pela oportunidade vista em aquecer suntuosamente as vendas no comércio do primeiro bimestre anual dos últimos anos do século XIX. Percebemos nos recortes de jornais dos anos finais do século XIX e nos primeiros do século subsequente, além das anúncios de bailes de Carnaval, uma série de anúncios ofertando para os habitantes de Joinville artigos relacionados ao tal festejo.

Figura 3 - Comunicado: Baile de Fantasia!



Fonte: AHJ – Jornal Joinvillenser Zeitung , p.4 – 12/02/1896

Despertavam então nos estabelecimentos comerciais da cidade as mais variadas ofertas com novidades em mercadorias que também eram vistas, de acordo com Felipe Ferreira (2004), como amplo negócio nos grandes centros do Brasil como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Não só os indivíduos associados diretamente ao preparo de indumentárias e acessórios, mas também para os que mantivessem negócios ligados a prestação de serviços. O comércio não era apenas aquecido, no entanto, pelos bailes de

Carnaval. A prática do Entrudo, que apresento a seguir, é parte de um dos indícios do festejo do Carnaval na Colônia.

2.3 O ENTRUDO SE FEZ PRESENTE EM JOINVILLE

Um casal de transeuntes joinvilenses passeia calmamente bem trajados e perfumados de mãos dadas pelas ruas da cidade num domingo de Carnaval. Visualize este moço que enquanto a galanteia com elogios e um olhar sedutor, ela, o vislumbra, balançando o vestido bem passado, com luvas de rendas e uma feição demarcada por uma leve maquiagem que formoseia o seu rosto, com seu cabelo bem penteado e ornamentado com uma bela fita no lado esquerdo.

Com toda a cena montada, que parece mais um filme romântico hollywoodiano do início do século XX, não é de se imaginar que pudesse ter um final desastroso. Simplesmente uma torrente de água os atingiria desprevenidamente. Chuva? Por mais que a cidade catarinense seja adjetivada como chuvosa, não seria este o incidente, mesmo porque apenas o casal estaria encharcado com uma enxurrada de água suja e lodacenta.

Esta era uma das formas de praticar o Entrudo, denominado Carnaval lusitano, recontextualizado no Brasil¹⁹, sendo adaptado aos recursos e demandas próprias aqui encontrados. Da sacada de uma casa ou prédio qualquer, era aplicado por um folião da época, o qual pagodeava o casal desavisado que acabara de receber um balde de água certo, causando ira, ao contrário do praticante que se divertia ao ver o belo casal ensopado. Chacoteados pelos demais transeuntes da avenida, rapidamente procuravam abrigos, a fim de se protegerem de um possível novo ato entrudista.

O escritor Adolfo Bernardo Schneider, natural de Joinville, nascido em 1906, no volume II de sua obra “Memórias de um Menino de 10 anos”, detalha a prática do Entrudo tanto na cidade do Rio de Janeiro²⁰ quanto em Joinville, correlatando os dois municípios com os mesmos costumes. Como narra o autor:

¹⁹ Ferreira (2004) declara que cidades como Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife, São Paulo ou Rio de Janeiro, já adotavam o costume entrudista, e já uma grandiosa fatia da sociedade nos dias dedicados às brincadeiras de Carnaval.

²⁰ Cf. SCHNEIDER, 1997.

E quem andasse meio desprevinido na calçada da Rua do Príncipe, por exemplo, embaixo da Farmácia Delistsh, observando o curso, podia [...] apanhar UM BALDE DE ÁGUA FRIA POR CIMA DA CABEÇA, encharcando toda a roupa. Para este, assim atingido, o Carnaval havia terminado. Mas, a Prefeitura procurava, sempre, humanizar também o Carnaval. Proibiu os limões de cheiro, porque provocavam resfriados, assim como também os baldes de água em cima das cabeças dos passeantes (SCHNEIDER, 1997, p. 111, grifo do autor).

Há de se considerar uma conexão do Entrudo joinvilense com a religiosidade no relato de Schneider durante as brincadeiras de domingo e terça feira de Carnaval, quando os foliões adultos da cidade, concentrados na rua do Príncipe e adjacências, esperavam os peraltas que passavam irrefletidamente e assim o atacavam, mergulhando-os três vezes com roupa e tudo nos tanques do Jardim Lauro Mueller, “[...] para que adentrasse no ano carnavalesco inteiramente limpos e sem pecado” (SCHNEIDER, 1997, p.111). Fato semelhante é relatado na obra de Eneida de Moraes, em narrativa comum no Rio de Janeiro:

Se o infeliz era maltrapilho ou tipo vulgarmente de poucas roupas, os garotos perdiam a cabeça, corriam para ele, pegavam-no como se pega um touro à unha e zás... metiam-no dentro da gamela d’água. Abarrotado de cólera, vociferando os maiores impróprios contra os circunstantes, o pobre diabo erguia-se do banho, disposto a quebrar a cara de alguém (MORAES, 1958, p. 34).

Percebe-se então, que assim como o Rio de Janeiro, Joinville produzia as práticas do Entrudo, que, conforme Ferreira (2004), também era praticado na capital catarinense no mesmo período.

2.4 OS BRINQUEDOS CARNAVALESCOS: CARACTERÍSTICAS DO FESTEJO

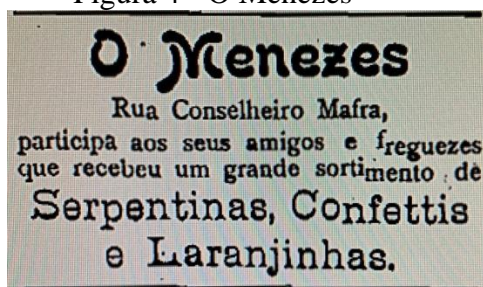
Brincar o Carnaval sempre foi levar a sério a diversão, a distração, a fruição de uma comemoração que envolve o país. As reinvenções das celebrações dos dias de Carnaval são explícitas nos inveterados recortes de jornais da cidade de Joinville, cujos anúncios explicitam os sortidos brinquedos caricatos do festejo, comuns em todo o Brasil desde os finais idos do século XIX, adentrando às primeiras décadas do novo centenário.

Do Entrudo, que tanto ofendia, transfigurando o temperamento contemplativo do cidadão joinvilense, num descontrolado raivoso semblante, habitual de qualquer transeunte brasileiro, os cidadãos de Joinville se renderam às novas configurações tais como os limões de cheiro, assim como as grandes seringas, que segundo Flores (1996), foram aperfeiçoadas pelos entrudistas.

Tanto as máscaras, os confetes, os papéis picados, tão comuns nos dias atuais, as serpentinas, tiras de papéis para serem arremessadas, quanto os lança-perfumes, invadiam o comércio da cidade de Joinville, a fim de municiar os foliões. Como afirma Moraes (1958, p. 171), tudo isso fazia parte da bagagem do carnavalesco, e compunha seu arsenal de “brinquedos”. Joinville transparecia ser consumidora de acessórios de Carnaval, como se confirma nos diversos anúncios de ofertas do comércio da cidade, nos jornais impressos. Seja qual fosse o brinquedo, máscara ou qualquer outra guarnição festiva, Joinville acompanhou o desenvolvimento carnavalesco como podem ser observadas a partir de então.

A venda de limões, também chamados de “laranjinhas”, era anunciada nos jornais, cujas propagandas ofereciam um sortimento de brinquedos entrudistas. Apesar da pesquisa de Felipe Ferreira (2004) demonstrar que nos primeiros anos do século XX, as “laranjinhas perfumadas” tenham sido gradativamente substituídas por outros brinquedos carnavalescos no Rio de Janeiro, percebemos ainda um forte consumo dos foliões joinvilenses, promovendo uma demanda elevada, como demonstra o recorte do jornal *Comércio de Joinville* de 29 de fevereiro de 1908, uma semana antes do festejo de Carnaval, informando seus amigos e clientes o recebimento de apetrechos, tais como as laranjinhas.

Figura 4 - O Menezes



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina
Commercio de Joinville, p.4 – 29/02/1908

Figura 5 - Para o Entrudo!



Fonte: AHJ - Jornal Folha Livre, p.4 –
13/02/1887

Entretanto, os limões de cheiro poderiam ser fabricados de outras maneiras, como se comprova, categoricamente, na descrição do joinvilense, senhor Schneider. “LIMÕES DE CHEIRO, EU MESMO FABRIQUEI. Nós tínhamos em casa uma dessas formas de madeira (duas peças), dessas fabricadas pelo torneiro, sr. Manteuffel” (SCHNEIDER 1997, p.105, grifo do autor).

Após repetidas leituras da obra de Schneider, se pode avaliar que não somente o tal escritor quando menino tornara-se um fabricante artesanal das laranjinhas, mas também inúmeras crianças da cidade atentavam para as técnicas de fabricação deste brinquedo carnavalesco. Todavia, esta prática não era bem vista por muitos joinvilenses, mesmo sendo, de acordo com a historiadora Niehues (1988), um elemento vivo do Carnaval, e acabou perdendo sua popularidade em Joinville na primeira década do século XX, e dando espaço a outros brinquedos.

O jornal impresso *Commércio de Joinville*, de expressiva circulação da cidade, anunciava, no dia 9 de fevereiro de 1907, um estrondoso baile infantil à fantasia, estendendo-se a noite para os adultos, deixando explícito na última linha do convite do periódico a seguinte recomendação do secretário do evento: “A directoria não permite o jogo do Entrudo durante os bailes”. Subentende-se que a prática entrudista ainda persistia na cidade de Joinville, tanto pelas crianças no Entrudo Familiar²¹, quanto pelos adultos que provavelmente também praticavam a cultura do Entrudo Popular²².

Outro brinquedo utilizado pelos joinvilenses entrudistas foi a bisnaga (Figura 5). Podemos observar anúncios deste produto, conforme o exemplo do jornal *Folha Livre* de 13 de fevereiro de 1887. O sucesso foi de tal tamanho que o produto carnavalesco persistiu até a segunda década do século XX. Entendemos aqui, que apesar das reprovações de um grande número de detestantes, as bisnagas tornavam-se sinônimos de brincadeiras infantis, mesmo que praticada pelos adultos durante o Entrudo. Este brinquedo já era comercializado no Rio de Janeiro antes de chegar a moda em Joinville, em concordância com o descrito abaixo:

Em 1879, época na qual imperava o entrudo com seus limões de cheiro, chamaram muita atenção as bisnagas de metal que segundo um cronista “mais se parecem certos instrumentos de reconhecida utilidade em caso crítico (MORAES, 1958, p. 171).

²¹ Caracterizado pelo arremesso de alimentos, geralmente levado a cabo dentro das próprias residências.

²² Tinha por característica a projeção de itens contra as pessoas nas ruas, e incluía ataques mais grotescos, com o uso de graxa, areia, dejetos e etc.

Para Moraes (1958, p. 186), é “impossível separar [...] Carnaval de confete”. O povo assim dizia: “O confete é barato, o confete é distinto e é lindo...Não magoa nem exaure as bolsas. E enfeita... E assim uma brincadeira inocente e distinta” (MORAES, 1958, p.182). Como assegura a escritora, tal brinquedo faz-se parte fundamental das comemorações. Percebe-se que diversos estudiosos do Carnaval atribuem a um único inventor a possível ideia da criação dos confetes, quando

“[...] um fabricante parisiense que viu os papelinhos numa festa, logo imaginou a sua fabricação mecânica e, poucos anos depois, inundava o mundo com papezinhos picados. “E o confete aparece atuando pela primeira vez em Paris no Carnaval de 1892”. (MORAES, 1958, p.177).

O Rio de Janeiro, porta de entrada de qualquer novidade expressiva para alegrar ainda mais o Carnaval, adquiriu a tendência europeia no mesmo ano, convergindo os novos produtos de lançamento do folguedo para os grandes centros, comparecendo em Joinville na primeira década do século XX.

O que parecia ser algo inofensivo, os confetes, chamados de “confettis”, grafia francesa, tornara-se um incômodo, pois o espírito do Entrudo, entranhado na seiva dos foliões, encontrava neste inócuo brinquedo, uma maneira de despertar os jogos entrudistas. No início havia o receio de que se tornasse uma brincadeira melindrosa, pois haviam boatos que em Paris, os foliões enchiam tanto as bocas quanto as roupas dos pândegos carnavalescos com confetes, causando ira, desconforto e coisas do gênero (ARANTES, 2013).

Com o confete parisiense mandado de Paris, a imprensa rejubilou. “O confete – diz um jornal – é um brinquedo elegante, divertido, mas sem resultado prático, inteiramente inútil”. O julgamento de inutilidade do confete era compreensível; ele não sujava, nem machucava. Naquele momento, com baldes d’água jogados pela janela, limões de cheiro arrebentando em caras e cabeças, o confete aparecia como um brinquedo lírico, sem interesse. Um divertimento utópico (MORAES, 1958, p.179).

No Brasil, a nova diversão era recebida com alegria, pressupondo a morte do Entrudo, que mais tarde, não fugiria as regras de Paris, foi adaptado ao jeitinho brasileiro com uma nova reinvenção, imitando os limões de cheiro, agora chamados

“ovos de cera”, que arremessados no cidadão, estouravam-nos no peito, não contendo o líquido indesejável, mas os confetes, conforme nos conta Eneida de Moraes.

Não tão menos entusiastas, os joinvilenses, regozijavam com a chegada do confete, invadindo o comércio da cidade em busca da novidade, que além dos sacos de papéis picados, ofereciam as serpentinas de papel, uma outra invenção parisiense de 1892 usada em demasia nos grandes bailes com aprovação pública que “[...] foi tão amado que continua, até hoje, como um dos símbolos mais eloquentes da época momesca” (MORAES, 1958, p.172).

Já no início do novo século, o lança-perfume foi estreado na Europa como um objeto peculiar, cujo objetivo era ofender os olhos do outro folião, um verdadeiro Entrudo subentendido, causando preocupação à saúde pública. Como nos conta Moraes (1958) o consumo era de tal tamanho no Brasil, que em 1911, o próprio fabricante suíço, *Rôdo*, enviou um representante para investigar o Carnaval carioca.

Antes, porém, em 1910, nos informes do jornal *Comércio* de Joinville de 5 de fevereiro, o Sr. Jorge D. Lemoine, comunicava aos amantes dos bailes de Carnaval que no Salão Walther e no Clube Joinville, haveria venda de lança-perfumes e confetes dourados. Limões de cheiro e bisnagas tornavam-se, agora, coisas do passado. A moda era outra, com muita ênfase nos lança-perfumes, que cada vez mais ganhavam espaços nas festas carnavalescas e enchiam os comércios. Tanto em Joinville, quanto no Rio de Janeiro, os jornais anunciavam os produtos da sensação.

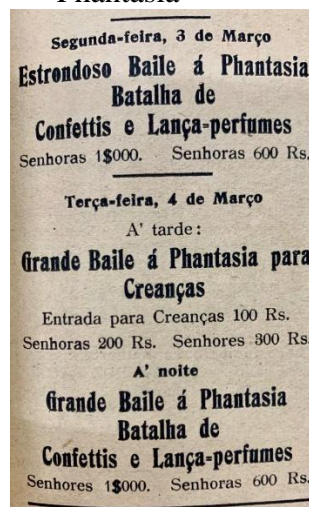
Foi descrito no periódico *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, na segunda década do século XX, a seguinte chamada: “Eu bisnaguei, tu bisnagaste, ele bisnagou. Nós bisnagamos, etc.” (MORAES, 1958, p.175), fazendo alusão ao novo brinquedo que substituiu a ultrapassada bisnaga.

Figura 6 - Carnaval: Lança-perfume, serpentinas e confettis



Fonte: AHJ -Jornal de Joinville, p.3 – 15/02/1919

Figura 7 - Estrondoso Baile á Phantasia



Fonte: AHJ - Jornal de Joinville, p.3 – 03/03/1919

Joinville, a cidade que se apropriava de tudo o que era novidade, praticava a batalha de confetes dentro dos salões, assim como ocorria em várias cidades que se adaptaram à manifestação carnavalesca. O povo joinvilense incorporou tanto esta nova mania, que passados os anos, vemos no Jornal de Joinville de 1919, anúncios de dois grandes bailes com batalhas de confetes e lança-perfumes, que seriam realizadas no Teatro Nicodemus, na segunda e terça-feira de Carnaval.

Não havia como não dizer que a cidade catarinense do novo século não estivesse imersa na áurea do festejo de Momo, colocando Joinville no cenário nacional carnavalesco. Nos chama a atenção um trecho da página anterior da propaganda, onde se lê:

Já dizia um filósofo, que o homem só é feliz nos momentos em que se sente criança; sahindo então da sua compostura, canta, ri e pula, no esquecido da sua condição de adulto, tocado da felicidade de uma leve consciencia. Assim os povos de sua individualidade colectiva, também só são felizes nos momentos como este, em que os entusiasmos do seu espirito os levam para a rua, mascarados, a gritar e a pular, com essa linda inconsciência de criança (JORNAL DE JOINVILLE, 1919, p. 2)

2.5 OLHA O ZÉ PEREIRA EM JOINVILLE AÍ, GENTE!

Embora Moraes (1958) date com certa imprecisão tanto a sua aparição quanto ao mês e dia em 1846, quanto sua naturalidade portuguesa, “[...] o Zé Pereira, foi traduzido em brasileiro e tomou conta da cidade; virou cidadão carioca. Sem ele não havia Carnaval” (MORAES, 1958, p. 61). Diferentes investigações referem-se a tradição do batuque do bumbo sob influência lusitana em alguns estados brasileiros, inclusive em Santa Catarina (MACEDO, 2011).

Imortalizado, era considerado um Zé Pereira qualquer um que saísse pelas ruas, produzindo o barulho de tambores. Qualquer que seja a controvérsia entre os escritores sobre a sua origem, a qual limia os séculos XVIII e XIX, o Zé Pereira se fez ser ouvido; ou sozinho com seu bumbo pelas ruas do Rio de Janeiro, ou provavelmente em um agrupamento de outros instrumentistas de percussões. Independente das indumentárias, eram apelidados como um grupo “Zé Pereira”, pelo seu batuque típico da batida de tambores, integrando assim às festas carnavalescas, conforme citados nos periódicos da década de 1860, como sendo o Zé Pereira uma característica do nosso Carnaval brasileiro (FERREIRA, 2004).

Niehues (1988) discute a visita do Zé Pereira em terra joinvilense em 1882, apesar da fraquíssima adesão de foliões. Assim, Joinville, 30 anos após sua fundação, se entregava aos modelos do festejo carnavalesco, instrumentalizado pela percussão do surdo nas ruas, característica da folia do Zé Pereira, que como veremos ganhou adeptos ao festejo em anos futuros.

Cortando o século XX, o grupo “Dos Tangarás²³”, aproveitando o Carnaval instalado em Joinville, anunciava no periódico *Comércio de Joinville* de 25 de fevereiro de 1911, um retumbante Zé Pereira no próximo dia 27 do referido ano, com saída na praça do Mercado, convidando a todos a comparecerem fantasiados para o estrondoso cortejo.

23 Grupo carnavalesco na época (não havia o termo bloco de carnaval). O nome refere-se a uma espécie de uma ave, cujo colorido destaca-se de outros pássaros, muito citado pelos colonizadores.

Figura 8 - Grupo dos Tangarás

GRUPO DOS TANGARÁS

Aviso ao publico e aos senhores socios, que no dia 27 do corrente, segunda feira á noite, sahirá á rua um retumbante

Zé Pereira

que foi organizado á ultima hora afim de não deixar passar desapercibida este anno a festa do Deus Momo. O ponto de partida escolhido para este grupo carnavalesco é a praça do Mercado onde, nesse dia, ás 8 horas da noite, todos os que tomam parte deverão comparecer decentemente phantasiados.

JULIO BARRETO
Secretario.

Fonte: AHJ - Jornal Commercio de Joinville, p.3 – 25/02/1911

Figura 9 - Trecho da matéria de título "Carnaval"

A's 8 e meia horas da noite partio do largo do Mercado o grupo carnavalesco dos *Tangarás*, devido aos esforços dos Srs. Julio Barreto e Mario Canuto. Acompanhados pela musica «28 de Setembro», os *Tangarás* percorreram varias ruas da cidade, á luz de archotes e de lanternas chinezas, enormemente seguidos por pessoas curiosas e que assim encontravam no *Zé-Pereira*, á ultima hora improvisado, um passatempo desopilante á esta indiferença com que entre nós se passa o Carnaval.

Fonte: AHJ - Jornal Commercio de Joinville, p.3 – 25/02/1911

Dias depois, o mesmo jornal anunciava que o Zé Pereira dos Tangarás agradara demasiadamente a todos que, após os jogos de Entrudo, saíram pelas ruas ao som do batuque dos tambores. Não somente o Rio de Janeiro, Porto Alegre e a capital catarinense tinham seus Zé Pereiras, mas também a cidade de Joinville se rendia ao novo personagem, que conforme a escritora Moraes (1958), desaparecera nas primeiras décadas do século XX, deixando como herdeiros os tamborins, pandeiros e frigideiras.

*“E viva o Zé Pereira
Pois que a ninguém faz mal!
Viva a bebedeira
Nos dias de Carnaval!”*

Do autor Francisco Correia Vasques do ano de 1869, os versos acima, durante anos fizeram parte da alegria carnavalesca (MORAES, 1958), cuja música ainda abre bailes de Carnaval, “[...] considerada a primeira canção especialmente adaptada ao ritmo dos foliões de rua, os tocadores de zabumbas chamados zé-pereiras” (ARANTES, 2013, p.16).

2.6 O CORSO EM JOINVILLE

Presume-se ter sido de grande estupefação avistar um carro extraordinariamente automatizado nas ruas de Joinville, precisamente em maio de 1907. Carlos Ficker (1965), descreve com comicidade que pelo barulho do motor, houve um pressuposto de que fosse um elefante se aproximando. Outros alarmados, pularam cercas e se ocultavam no mato após abandonar as rédeas dos seus cavalos, admirando o belo bicho: o automóvel.

Os carros a motor²⁴, os quais futuramente substituíram os transportes puxados a cavalos, chegaram na moderna Joinville do século XX, transportando não somente os proprietários, mas também qualquer cidadão que pudesse pagar 500 réis para desfrutar de um passeio ao anoitecer, a bordo da invenção motorizada.

No mesmo ano, em fevereiro, Moraes (1958) retrata através de pesquisas em periódicos da cidade do Rio de Janeiro, a criação do corso, cujo intuito era o cruzamento dos carros entre si, durante os dias de Carnaval, enquanto os transeuntes pasmavam a nova moda estabelecida na cidade. Segundo Felipe Ferreira:

Os automóveis, movidos a motor, tinham chegado há pouco tempo no país, e desfilarem com um deles pelas ruas era uma exibição de elegância, modernidade e riqueza mesmo durante o período não-Carnavalesco do ano. Imagine-se então o efeito impressionante que devia causar a presença de um grupo de pessoas elegantemente fantasiados desfilando, para baixo e para cima, pelas sofisticadas avenidas, sobre um ultramoderno meio de transporte (FERREIRA, 2004, p. 237).

Recorremos mais uma vez aos relatos do sr. Adolfo Bernardo Schneider (1997), que rememora aos seis anos de idade ter visto o primeiro corso em Joinville, em 1912, quando foi proibido o tal desfile com carros motorizados. Apesar de poucos carros serem vistos na cidade, o excesso de velocidade colocava a segurança dos foliões em risco. Desta forma, o corso com carroças e charretes enfeitadas com papel crepom, rédeas floridas, rodas com flores naturais e artificiais, puxadas a cavalos com cabeças enfeitadas, desfilavam na cidade pelos principais logradouros. Constata-se no festejo, a rainha do Carnaval de Joinville com apenas 5 anos de idade (SCHNEIDER, 1997) com

²⁴ Carlos Ficker (1965) descreve o primeiro carro a motor, modelo Oldsmobile, importado pela Trinks Sucessores, do próprio sr. Trinks, chegando em Joinville precisamente no dia 17 de maio de 1907.

o mesmo espírito festivo regado a toneladas de confetes e serpentinas pelas vias joinvilenses, contrariando os carros sem capotas movidos a motor.

O Jornal de Joinville de 25 de fevereiro de 1919, estampou a gravura do Pierrô com a manchete “Carnaval”, mostrando-se preocupado com o festejo carnavalesco na cidade, pois rumores do corso em diversos municípios do Brasil alardeavam a fanfarronice carnavalesca. O mesmo anúncio incitava clubes com o seguinte parágrafo na íntegra:

Apenas ainda não se projectou um corso à luz do dia. É de esperar que os nossos clubes não se esqueçam de levar para as ruas ao ar livre, a sua festa num corso de automoveis e carros a que o nosso povo empreste a alegria do seu espirito e das suas phantasias (JORNAL DE JOINVILLE, 1919, p.2).

“Momo aproxima-se, receiando entrar em luta contra a crise²⁵”. Assim lia-se a primeira linha do Jornal de Joinville de 11/02/1920 da página 2, informando que havia no ar perfume de Carnaval e ouvia-se o zabumbar dos vários Zé-Pereiras, que agrupados às costureiras freneticamente no preparo das fantasias para os festejos, impugnavam a recessão do referido ano.

Os festejos dos dias 15, 16 e 17 de fevereiro, seriam marcados pelos bailes de clubes, que cooperaram na organização do corso, igualmente aos grandes centros. De acordo com Ferreira (2004), este desfile caracterizava-se pela socialização das famílias mais abastadas, cujo exibicionismo de elegância e ostentação, manteria de mesmo modo uma separação física entre os desfilantes e espectadores, nas brincadeiras de batalhas de confetes.

No início da década dos anos 20 no Rio de Janeiro, “o chefe de polícia deixava claro quem eram os donos da rua” (FERREIRA, 2004, p.238), com informativos periódicos das regras em comemoração ao Carnaval, em especial ao corso. Segundo Ferreira (2004, p.238) “[...] essa brincadeira se tornou rapidamente a maior ocupante dos novos espaços da folia”.

Com a promessa de um estupefato desfile de corso, provocando a preocupação da ordem dos bons costumes, assim como a segurança dos foliões joinvilenses, o Jornal

²⁵ Niehues (1988) afirma que, em Joinville, os foliões estavam quebrados, e os mais abastados reclamavam da crise e dos altos preços da carne. Para a autora, a crise conjuminou com notícias da guerra e uma epidemia de febre amarela em várias cidades. A falta de dinheiro que atingia a população seria um bom motivo para que o festejo não se realizasse.

de Joinville dedica uma página com o “Edital da Delegacia de Polícia”, expedido pelo 2º Tenente Virgílio E. Dias com as seguintes proibições:

1º - O uso fantasias e máscaras imorais / 2º - Usar como fantasia as bandeiras da Nação e do Estado / 3º - Os condutores dos veículos não poderiam usar as máscaras que transfigurassem seus rostos, deixando-os conhecidos / 4º - Usar as armas proibidas em lei / 5º - Injuriar ou desacatar qualquer religião / 6º - Cantar pelas ruas o que ofenda a moral pública e desrespeite as famílias / 7º - Veículos correrem pelas ruas vertiginosamente, sendo suspenso o condutor, contraventor durante o Carnaval / 8º - Os veículos deverão observar por meio de buzina sereia os grupos dispersos que encontrarem nas ruas, a fim de obter livre trânsito. E para que ninguém se chame ignorância, o 2º Tenente Delegado de Polícia mandou afixar este edital no lugar de costume e publicar na imprensa desta cidade. Eu, Francisco de Oliveira Cercal, escrivão interino o escrevi. Delegacia de Polícia em Joinville, 13 de fevereiro de 1920 (JORNAL DE JOINVILLE, 14/02/1920, p.2).

É de se perceber, mediante as proibições impostas no festejo, que os foliões que compunham o curso, eram caracterizados pela polícia como possíveis baderneiros, os quais poderiam, em algum momento, deturpar a imagem virtuosa da cidade. Por outro lado, com tantas coibições, é meritória a permissão das autoridades na realização do festejo, assim como o aceite dos carnavalescos mediante às condições impostas.

O curso joinvilense de 1921, percorrido pelas ruas do Príncipe, XV de Novembro e Conselheiro Mafra, foi aclamado pelo Jornal de Joinville. Com distintos carros enfeitados, escoltando diversos cordões, o cortejo propiciou uma galante apresentação pelas vias da cidade. Segundo Moraes (1958), era comum que, como forma de galanteio entre rapazes e moças, estes retribuíssem confetes e serpentinas mutuamente, nascendo daí romances, durante qualquer curso do país.

No Rio de Janeiro embolsava-se no ano de 1923, 30\$000 a primeira hora de aluguel dos carros e as horas excedentes 25\$000 para aqueles que não possuíssem seus próprios carros, mas quisessem se empoderar de um automóvel para brincar o festejo (MORAES, 1958). O periódico em circulação na cidade, o *Jornal de Joinville*, edição do dia 10 de fevereiro do mesmo ano, anunciava também uma tabela propondo diferentes preços por hora, os quais variavam de 8\$000 a 20\$000, estabelecendo o itinerário e o período do folguedo no formato de curso.

Figura 10 - O preço dos veículos no Carnaval

O preço dos veículos no Carnaval		O curso
Conforme combinação entre os chauffeurs, boleiros e o sr. Tenente Delegado de Polícia, ficou estabelecida a seguinte tabella de preços de veículos durante os tres dias de carnaval, depois das 15 horas, por Hora:		O itinerario para o curso fica estabelecido as ruas Principe e 15 de Novembro, do ex Grande Hotel até a Superintendencia Municipal, das 15 às 22 horas, ficando prohibido o transito de vehiculos que não tomarem parte no curso.
Autos grandes	20\$000	
• Ford	16\$000	
Carros	10\$000	
Trolley	8\$000	

Fonte: AHJ - Jornal de Joinville, p.2 – 10/02/1923

Enraizada a cultura do curso motorizado na cidade, as 7 horas de duração da festividade carnavalesca, sinalizavam Joinville como cidade moderna que equiparava-se as tendências nacionais no que se refere ao Carnaval, que sintetizando “[...] era um excelente momento de socialização para a burguesia, permitindo o contato entre famílias, mas mantendo uma digna separação física entre as partes envolvidas” (FERREIRA, 2004, p.237,238). Atentamos para alguns depoimentos de senhores ilustres da elite joinvilense, os quais fizeram menção ao Carnaval e ao curso da cidade, concedidos ao “Jornal de Joinville”, do dia 1º de março de 1924:

“Se não houvesse Carnaval o mundo não era mundo. Mas também é o meu único vício”
(Senhor Max Colin).

“O meu automóvel e o Carnaval! Ah, si elles fallassem!”
(Dr. Ernesto de Oliveira).

“Dizem que eu sou diplomata. É porque não me viram ainda no Carnaval. O Carnaval é uma conta corrente que eu sempre tenho um grande saldo”
(Senhor Carlos de Carvalho).

“Sou um homem sério. Sério até os cabelos. Mas o diabo desse Carnaval sempre agita os nervos da gente”
(Sr. Willy Boehm)

“Quero ver se agora arranjo uma noiva. Já não é sem tempo”

(Tenente Ignácio Ribeiro)

“Qual prophylaxia, qual nada! Que os ankylostomos²⁶ não me perturbem a vida.

Carnaval é Carnaval!”

(Dr. Alberico Ferreira)

Os relatos acima deixam explícitos a relevância do Carnaval para os senhores de boa reputação e prestígio na cidade. Exemplo este, o senhor Max Colin, advogado e político de família nobre que evidenciou a festa de Momo como sua dependência, momento para liberar-se da postura vista como centrada e respeitada, o qual o elevaria prefeito da cidade em 1934, e que também receberia em sua homenagem, o nome de uma das mais populares ruas de Joinville. De igual modo o senhor Willy Boehm, que segundo seu depoimento, a festa carnavalesca faria vulneráveis os seus bons costumes. Interpretamos igualmente os demais testemunhos, como sendo o momento pândego à exoneração do exímio comportamento imposto pela sociedade.

Chama a atenção o ano de 1925, quando o Jornal de Joinville, em 29 de janeiro, às vésperas do Carnaval, divulgou mais de 20 matérias²⁷ alusivas ao festejo, aclamando o Bloco dos Inocentes²⁸ na organização de grandiosos bailes, assim como o gigantesco corso, cujos automóveis estariam quase todos alugados, e lotariam a rua XV de Novembro.

Percebe-se então a preocupação da segurança pública em relação ao corso do dia 22 de fevereiro, em especial às crianças, que encantadas com a chuva de serpentinas, invadiam as ruas para juntá-las, como é visto no anúncio antecipadamente do dia 09 com a seguinte nota:

Mas antes que seja tarde, a polícia deve tomar energicas medidas em dias de corso contra a creançada que corre atraz dos autos para juntar serpentinas, estando sujeitas a ficarem debaixo de algum auto. Antes que o mal cresça corta-se a cabeça (JORNAL DE JOINVILLE, 1925, p.1).

26 Também conhecida por amarelão, é uma doença causada por “vermes”.

27 Anúncios de vendas de fantasias, brinquedos carnavalescos, convites aos bailes e crônicas com canções de Carnaval.

28 De acordo com Niehues (1988), o Bloco era considerado jovem para a época, com foliões de até 30 anos.

A imprensa narrou detalhadamente o sucesso do festejo carnavalesco no dia 25 de fevereiro de 1925, enaltecendo o folguedo com a seguinte manchete "CARNAVAL, Os bailes, O curso, Batalha de Confetti, Desastre, Outras notas". Neste boletim do Jornal de Joinville, o jornalista informou a farra na cidade, enfatizando que "Joinville em peso festejou os 3 dias dedicados a Momo com todo brilhantismo".

Porém, como presumia a polícia quanto à segurança dos espectadores durante o trajeto do curso, só não foi perfeito devido a um acidente com uma criança, que ao atravessar em frente a um dos carros para juntar serpentinas, foi atropelado de leve, causando gritarias e a intervenção da polícia. Felizmente após ser levada a farmácia, noticiou o jornal, o inocente fanfarrão foi diagnosticado apenas com ferimentos leves, transcorrendo o curso costumeiramente pela rua XV de Novembro.

A chuva forte do ano seguinte não intimidou os foliões que se reuniram em massa para ver o desfile dos 28 carros e caminhões, que desfilaram com entusiasmo, sob o policiamento do capitão Paiva e o destacamento da guarda municipal. Duas contravenções chamaram a atenção do curso de 1926, quando um folião disparou o lança perfume aos olhos de um motorista, causando um choque de leve com outro automóvel, assim como um outro condutor que foi multado por estar seguindo o curso em sentido contrário, dizia o periódico Jornal de Joinville (1926). Entretanto, não encontram-se registros de qualquer contratempo movido pelas bebedeiras e desvarios que viessem importunar a ordem pública.

Com o surgimento dos automóveis fechados, o qual impossibilitou que os foliões se exibissem a céu aberto travando batalhas de confetes, serpentinas e esguichos de bisnagas e até mesmo lança-perfumes, o curso foi desaparecendo não somente em Joinville, mas em todas as cidades cujo aumento de veículos motorizados foram crescendo bruscamente. Folheando as últimas páginas do livro de Schneider (1997 p. 113), este conclui:

O progresso matou algo muito bonito, o nosso Carnaval de rua, obrigando a todos os foliões dos cordões e do curso a invadirem os diversos salões para deleitarem o prazer da carne nos dias de gracejos de Momo.

2.7 OS CLUBES CARNAVALESCOS – MÁSCARAS E FANTASIAS

Segundo Moraes (1958, p.109) “não podia haver Carnaval sem máscaras e fantasias”. Tão verdade que é perceptível nos anúncios da Gazeta de Joinville do dia 1 de fevereiro de 1882, o convite para o festejo do dia 19 e 21 de fevereiro no Clube carnavalesco Joinvilense. Tal convite continha ainda a recomendação do comerciário C. W. Boehm, para a compra de máscaras para o baile. Se em Porto Alegre, Recife, Florianópolis e Rio de Janeiro eram costumeiros os bailes caricatos de Carnaval, Joinville principiava os primeiros bailes com cidadãos requintados exprimindo glamour, uma imitação europeia com o refinamento dos foliões locais.

Não há muitos registros sobre os primeiros indícios dos festejos em Joinville, salvos os recortes de jornais da época, propagando os bailes. O periódico Joinvillense *Colonie Zeitung*, de fevereiro de 1896, comprovou o interesse do cidadão local pelos bailes carnavalescos, ofertando a venda de guarnições de todas as qualidades para o grande baile de fantasia do referido ano.

Percebe-se na virada do século, que os bailes tornaram-se frequentes na cidade, de formas mais organizadas com exigências do uso de máscaras, conforme vemos a partir de 1907 nos informes do jornal *Comércio de Joinville*, reivindicando que os foliões comparecessem mascarados, apresentando os cartões de ingressos, que deveriam ser retirados antecipadamente. Tanto o Club Joinville e a Sociedade Guarany, os quais utilizavam as dependências do Salão Walther, enalteciam seus organizados bailes, não somente para os adultos, mas também para os filhos dos sócios, proibindo categoricamente a entrada de crianças estranhas, assim como os jogos de Entrudo dentro do salão.

Percebe-se uma divisão social gerada nos bailes joinvilenses durante os festejos. Há exíguos informes da categoria de bailes públicos, com foliões pertencentes a classe baixa nos primeiros anos do século XX. Porém, infere-se que os pândegos menos abastados festejavam nos formatos de cordões com a prática do Entrudo.

A ordem e a sofisticação previstas para os bailes à fantasia fazem com que a elite da época decida reforçar a distância que separa sua festa das brincadeiras grosseiras que teimavam em resistir nas ruas das cidades brasileiras. Pouco a pouco, o termo “Carnaval! Vai sendo utilizado exclusivamente para descrever a festa sofisticada dos bailes e dos

passeios das elites, reservando-se para as brincadeiras populares o nome Entrudo (FERREIRA, 2004, p.119).

Com a chegada da luz elétrica em Joinville, no ano de 1909²⁹, é de se imaginar o aperfeiçoamento nas decorações dos bailes e o magnetismo do glamour das fantasias com brilhos, plumas e tecidos coloridos, com máscaras que reluziam sob o reflexo da luz elétrica, com fortes influências parisienses.

Deixam-se então as máscaras estranhas, usadas e comuns para as classes baixas, uma vez que guardar as máscaras e fantasias para o ano seguinte não era visto como gosto refinado, pois “[...] as pessoas ricas mudavam a cada ano a elegância de suas fantasias” (MORAES, 1958, p.117). Lemos no jornal *Gazeta do Comércio* de 13 de fevereiro de 1915, a venda particular de 4 fantasias para o Carnaval na rua Norte nº 18, pressupondo serem usadas, sem função para a família no referido ano, o que dá indícios de prática semelhante na festa local.

Os jornais eram enfáticos em anunciar a obrigatoriedade do uso de fantasias. Tal prática, como sugere Ferreira (2004), pode estar associada a intencionalidade comercial, já que tal demanda promove um aumento das vendas no período. O mesmo jornal, prevenia em seus anúncios, que homens solteiros e senhoritas não participariam do baile, caso não estivessem com os seus respectivos cartões de entrada, assim como devidamente paramentados. Tornavam-se comuns os concursos de fantasias com premiações promovidos pelos salões, conforme a circulação periódica do *Comércio de Joinville* de 3 de fevereiro de 1912.

Constata-se que o baile de 1914 em Joinville, ficaria para a história dos foliões. Com a iluminação recém-chegada na cidade, bastava um pouco de criatividade unindo a modernidade e o festejo carnavalesco. Mais uma vez, infere-se aqui a influência carioca, uma vez que os disfarces mais incorporados eram o de diabinho, diabão, o velho e a morte com lábios brancos (MORAES, 1958). Assim, o bloco carnavalesco *Os Vagalumes*³⁰, promoveram um estrondoso e ruidoso baile no salão Walther, ostentando

29 Segundo Carlos Ficker (1965) Joinville recebera as primeiras lâmpadas elétricas da iluminação pública precisamente no dia 3 de fevereiro de 1909, com grande comemoração e queima de foguetes durante a tentativa de iluminar as ruas do centro da cidade. Este experimento produziu uma luminosidade bastante intensa e fixa. Somente 17 dias mais tarde foi feita oficialmente a sua inauguração.

30 Grupo Carnavalesco de 1914, considerado o mais criativo da época, o qual organizava bailes e desfiles de corsos e préstitos na cidade. Apontado como elitizado, tendo como foliões pessoas de influência na sociedade.

um folgado temático com luzes vermelhas e verdes, cujo aspecto desde a entrada representava a casa do diabo; o inferno.

Para a época, esta decoração era suntuosa, de tal modo que encantou a todos que compareceram e veneraram a luxuosidade do evento. Dizia a matéria do jornal Gazeta de Joinville do dia 25 de fevereiro de 1914, na sua primeira página: “A decoração mais emprestava ao recinto a nota dominantemente rubra de uma originalidade jamais vista em Joinville”. Inference-se que Joinville tornara-se notícia no convívio das camadas elitizadas, retumbando nas cidades vizinhas o seu belíssimo Carnaval, cultuando Momo como nas grandes cidades brasileiras.

A promoção de vários bailes mascarados e orquestrados em diferentes salões abundavam na cidade com profusas predileções tais como o Salão Walther, Teatro Nicodemus, Salão Berner, Salão Pau d’água, Sociedade Guarany, Salão Eichholz, Sociedade Bei Guter Laune e outros como informou o Jornal de Joinville, do dia 17 de fevereiro de 1925. A matéria de capa informando as atrações dos bailes da Sociedade Operária Familiar, Sociedade União Familiar, Sociedade Boa Noite, Club Joinville e Harmonia Lyra, aliciava os foliões joinvilenses, com suas atrações luxuosas para gozarem os dias de Carnaval.

No ano de 1926, nota-se o reforço da segurança pública mais apreensiva, não somente com os cursos, mas com o festejo na sua totalidade, em especial aos foliões mascarados. Inference-se que devido a vasta comercialização de lança-perfumes evidenciados nos periódicos deste ano, infratores prevaleciam-se do momento para molestarem os foliões que mantinham a ordem, forçando a vigilância a tomar medidas drásticas conforme o informe abaixo:

Figura 11 - O Carnaval e a polícia



Fonte: AHJ - Jornal de Joinville, p.2 – 03/02/1926

Como tornara-se de praxe, o tradicional Zé Pereira se fez presente no curso pelas ruas da cidade em companhia no desfile do Bloco das Bahianinhas³¹, dos Inocentes e de mais um grupo de rapazes sem citar o nome do bloco. A reportagem do dia 02 de fevereiro do Jornal de Joinville, anunciava então na página 2 a preparação do concurso dos blocos, que com entusiasmo exprimiam o slogan “Tristeza não paga dívidas”, finalizando a matéria pedindo as bençãos: “Que o Momo os auxilie”.

2.8 OS PRÉSTITOS COM AS PRIMEIRAS ALEGORIAS NAS RUAS DE JOINVILLE

A escassez de relatos sobre os primeiros desfiles de carros alegóricos em Joinville, mesmo que sejam peculiarmente simples comparados com os desfiles dos dias atuais, faz-nos recorrer aos periódicos da cidade, cujas informações servem para a legitimação deste formato carnavalesco.

Considera-se o primeiro préstito carioca em 1855, o qual mais tarde metamorfosearia o que chamamos hoje de o grande desfile carnavalesco do Rio de Janeiro; um dos maiores espetáculos do mundo. O jornal Gazeta de Joinville do dia 29 de fevereiro de 1908, trouxe uma nota convidando os que quisessem se juntar no desfile de préstito de carros alegóricos nas ruas da cidade com saída no salão Walther às 15:30h, a luz do dia, provavelmente pela falta de iluminação pública que até então não existia. Nota-se que persistia a intenção da tradição do Entrudo, pois a nota jornalística alertava para ausência desta prática devido às crianças que compunham os carros.

Já em 1911, o jornal Comércio de Joinville de 04 de março, página 01, noticiou o préstito que partiu às 20h30 do pátio do Mercado. Os informes deste ano deixaram explícitos que neste desfile não somente carros, mas foliões mascarados, acompanhavam a pé os carros enfeitados, o que hoje podemos chamar de blocos de Carnaval. Com a bandeira dos Tangarás no alto e um dos carros mostrando uma

31 Bloco imponente, formado em 1922 por sargentos e soldados do 13 Batalhão de Caçadores de Joinville. Caracterizava-se pela prática de se travestirem de baianas, com fanfarra e bandeira. O nome completo do bloco era “Bloco das Bahianinhas, a Canjica pegou fogo”.

chaleira, os foliões traçaram uma crítica com o seguinte bordão: “É o que rege o mundo”.

Para melhor compreender este bordão, recorremos a análise da historiadora Niehues (1988), que através de suas pesquisas narra um ocorrido em 1909 no Rio de Janeiro, quando o senador Pinheiro Machado, famoso e lisonjeado por políticos que aspiravam a ascensão na carreira pública, e por isso o pajeavam devido a sua influência. Escreve a tal pesquisadora que em uma dessas circunstâncias onde a classe política reuniu-se, um parlamentar ao servir o chá para o exímio senador, pegou no bico da chaleira, queimando o seu dedo.

Embora possa parecer-nos algo sem relevância, a chaleira teria sido um dos símbolos do Carnaval carioca para aludir aos bajuladores, cujos objetivos propositados teriam segundas intenções. A partir de então “[...] no bico da chaleira’ ou ‘pegar no bico’, ficou sendo uma expressão para designar às pessoas adadoras” (NIEHUES, 1988, p.18), motivo este muito provavelmente, o mote do préstito joinvilense.

Não obstante, foi em 1914 que o jornal *Gazeta do Commercio* de 25 de fevereiro, pautou em sua primeira página o préstito organizado pelo bloco dos Vagalumes. A matéria descreveu um desfile organizado pela diretoria com 6 carros alegóricos, estes evidenciavam críticas locais com alegorias criativas, tendo a presença de um Zé Pereira. Joinville nunca presenciara antes a junção do folguedo nesta proporção com julgamentos políticos e sociais em forma de parada farrista, muito comum hoje em dia em todos os desfiles carnavalescos, os quais chamamos de enredo.

Cabe citar as críticas dos foliões deste inédito desfile do domingo de Carnaval do dia 22 de fevereiro, considerado o maior desfile da cidade até então, detalhado na matéria do mencionado periódico. Seguindo o primeiro carro com a banda musical Guarany, estava a primeira desaprovação, tendo um chafariz como alegoria, aludindo a falta d’água na cidade, com mulheres encenando meretrizes, lamentando a míngua do líquido da vida. Já o terceiro carro chocou o público que ao céu aberto presenciou um cofre gigante aberto sem dinheiro. A metáfora alegórica trouxe um desfilante representando um tesoureiro falido financeiramente.

Podemos atribuir o título de primeiro carnavalesco, mesmo não havendo este termo na época, ao sr. Ruy Tibiriçá³² que, com seus dotes artísticos, criou a quarta

32 De acordo com o periódico *Gazeta do Commercio* de 21/02/1914 edição nº15 p.2, a matéria intitulada “Carnaval em Joinville”, atribui ao Vagalume Ruy Tibiriçá, o grande artista do préstito de 1914, sendo este o responsável pela idealização dos 6 carros alegóricos do grande

alegoria, que contrastando as paixões e as animosidades, trouxe uma rocha no meio do temerário oceano, da qual surgia uma flor d'água e uma concha, que aberta mostrava uma encantadora criança.

Até mesmo o colégio dos frades sofreu críticas, sem saber as quais, pois não foram explicitadas nos informes do jornal, representado na 5ª alegoria. Porém, percebe-se a ousadia dos organizadores em admoestar a religiosidade. Para arrematar o desfile, o pomposo sexto carro trouxe uma enorme cesta de flores, surgindo dela uma formosa moça, a qual erguia a apoteótica bandeira dos Vagalumes: os responsáveis pelo préstito. O jornal referiu-se a esta alegoria como o belo sexo, seguindo atrás do comportado carro que gerava crítica ao colégio religioso. O jornal finalizava a matéria do desfile apresentado na rua dos Príncipes no período da tarde, porém justificando a luz do dia como um empecilho de maior efeito com a seguinte nota:

Se não fosse a hora, aliás cedo, em que os Vagalumes se apresentaram a rua, outro seria o efeito do préstito. A noite é sempre a melhor amiga dos préstitos Carnavalescos pelo efeito da luz elétrica e dos fogos de bengalas (GAZETA DO COMMERCIO, 25 de fevereiro de 1914, p.1).

Chamado de destemido Carnaval, muito agradou a plateia, que nas calçadas da rua de Joinville, acompanhou o desfile carnavalesco de 1914, o qual desembocou no Salão do sr. Carlos Walther sob aplausos e aclamações.

Figura 12 - O Carnaval em Joinville



Fonte: AHJ - Jornal de Joinville p.2 – 25/02/1914

desfile. O apoiador foi o sr. Carlos Walther, proprietário do renomado salão Walther, estimado espaço para comemorar os bailes de Carnaval. Na mesma nota jornalística foi divulgado a nova chapa do bloco Os Vagalumes, tendo como presidente o sr. Walther, e como secretário o criador das alegorias carnavalescas, o sr. Ruy Tibiriçá.

Nesta mesma avenida, a rua do Príncipe, posteriormente, futuras agremiações na década de 90, fariam também apresentações, não mais chamadas de préstitos, mas de desfiles carnavalescos. Podemos inferir que esta atmosfera festiva, a qual envolve a todos que celebram os dias de folia, desde a colonização da cidade, é uma das mais antigas manifestações culturais da cidade de Joinville. Assim, vê-se que o folião joinvilense, tem no Carnaval uma demanda clara: sua consagração como manifestação cultural com profundidade histórica no município, protegida pelo Plano de Cultura da cidade e pelos Direitos Culturais.

Seja com o som retumbante do barulhento Zé Pereira ou das sofisticadas bandas de Carnaval, o folguedo ressurgia anualmente, ferindo os ouvidos daqueles que renegavam o reinado de Momo e alegrando a alma dos que o louvavam. Seja no curso, ostentando quem pudesse desfilar nos carros sem capotas, ou no contento de fazer parte de um préstito em meio à multidão de foliões. Já dizia o cronista Aristides Rego, do antigo periódico *Gazeta do Commercio* do dia 21 de fevereiro de 1914: “amo os folguedos de Carnaval como se pode amar uma jovem donzela que gosta de leituras amenas e lança-perfumes na sala de cinemas”.

3 DA ASCENSÃO AO DECLÍNIO DAS ESCOLAS DE SAMBA E BLOCOS CARNAVALESCOS DA CIDADE DE JOINVILLE ENTRE 1988 A 1993

Esqueceram um pouco que Carnaval não é só cultura negra, é uma cultura popular brasileira, é nosso, não tem cor, certo? O samba não tem cor, a cultura negra não tem cor (CORRÊA, Ernesto Miranda entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 21 out. 2019)

3.1 UM PANORAMA DAS AGREMIACÕES: AS AÇÕES E O DESFILE DE 1988 EM JOINVILLE

A reflexão trazida pelo seu Ernesto, mais conhecido como seu Butiaquinho, exposta na epígrafe deste capítulo, provoca uma visão sobre o Carnaval que o posiciona como uma manifestação cultural a ser defendida não somente pelos negros, mas por todos aqueles que amam o folguedo regido pelo samba. A fala daquele que, para Joinville, é um dos símbolos dos desfiles carnavalescos contemporâneos, esclarece que essa festa é algo a ser discutido por todos, sem destaque para negros e brancos, já que contempla todas as etnias que desejam fazer parte desta celebração. Esse olhar revela, de certa forma, a crença na suspensão das diversas diferenças, que se apresentam no dia a dia e perfazem a vida cotidiana.

A primeira escola de samba surge no Largo do Estácio - Rio de Janeiro (MORAES, 1958), a “Deixa Falar”, que em seguida chamou-se “Escola de Samba Estácio de Sá” (BEIRÃO FILHO, 2015). Este formato gerou novas escolas de samba cariocas “[...] e os primeiros campeonatos para verificar qual mais bonita e animada” (BEIRÃO FILHO, 2015, p.48). Assim, o Carnaval deixava de ser considerado “[...] a festa da esculhambação e esbórnia, passando a ser encarado como uma expressão da tradição” (FERREIRA, 2004, p. 255).

Ferreira (2004), expõe que os desfiles carnavalescos de todo o Brasil, na atualidade, se espelham nas representações do Rio de Janeiro desde os anos 40, apesar que somente na década de 1960 a explosão dos desfiles se espalharam pelas cidades de todos os estados sem deixarem de ter como exemplo as agremiações cariocas, porém se

adaptando “[...] de acordo com os diferentes processos culturais de cada região” (FERREIRA, 2004, p.373).

Os foliões do Carnaval contemporâneo do Brasil, no formato de desfiles de escolas de samba, compostos pelos amantes da folia, anseiam exteriorizar sua folgança ao som do conjunto dos batusques da bateria “[...] que já serviu como ferramenta de resistência e modo de lazer dos escravos vindo da África [...]” (FARIAS, 2010). Este conjunto de instrumentos de percussão passou a ter nova configuração dentro das agremiações, cujo enredo é materializado pelo combo de alegorias, adereços e fantasias para que o público se deleite sob o espetáculo cantado e dançado na avenida, provando que o Carnaval é a festa popular que sofre mutações sem perder a sua genuinidade: a alegria da folia expressa nas ruas.

A rua, definida por Da Matta (1986, p. 28) como um “[...] mundo exterior que se mede pela ‘luta’, pela competição e pelo anonimato cruel de individualidades e individualismos”, deixa de cumprir o seu papel cotidiano de ir e vir de transeuntes e automóveis. Na reconfiguração momentânea das relações sociais, motivada pelo interesse compartilhado no festejo, este ambiente transforma-se num palco aberto, apelidado de sambódromo, onde os invisibilizados cidadãos comuns, passam a ser notáveis desfilantes num desfile carnavalesco, que segundo Cavalcanti (1999, p. 49),

[...] é um grande ritual urbano contemporâneo, uma competição na qual as escolas rivalizam entre si diante de um objetivo valorizado por todas (ganhar o campeonato) e controlam a rivalidade por meio de regras comuns (os quesitos de julgamento) renovadas por consenso ano a ano.

Não diferente, a cidade de Joinville aspirava com suas agremiações festejar o Carnaval de 1988, apesar de mais uma vez a rua do Príncipe, palco dos desfiles oficiais no mês de fevereiro, estar sem adornos. Aponta-se que a decoração era habitual e de responsabilidade da Prefeitura, percebida pela população joinvilense nas edições dos desfiles anteriores.

O Diário Catarinense de 07 de fevereiro de 1988, página 8, estampava em negrito a seguinte epígrafe: “Falta de decoração nas ruas desanima as escolas de samba”. Presume-se então que era costumeira a ação do poder público saudar a festa momesca, com adereços nas ruas, preparando o espírito festivo dos cidadãos para o Carnaval, o qual “[...] faz parte do patrimônio cultural brasileiro e é reconhecido internacionalmente como marca nacional” (WANDSCHEER, 2014, p.89).

Considera-se aqui parte das manifestações do Carnaval como patrimônio cultural, de natureza imaterial³³, por se tratar de um conjunto de práticas transmitidas de geração a geração, cujos saberes, modos de criar, celebrar, são recriados reiteradamente pelos foliões, filhos, e parentescos destes, cujo intuito é conceber esse sentimento de pertencimento e de ininterruptão, apropriando-se da sua identidade, e assim manifestar a expressão da diversidade cultural e a criatividade humana, explícitas também no artigo 216 da CF de 1988.

O mesmo periódico, do dia 7, ressaltou que Joinville seria a única cidade na região que não estaria ainda no ritmo de festa, enfatizando que há 3 anos as ruas da cidade não obtinham auxílio substancial da Prefeitura, contrapondo as celebrações natalinas, que incessantemente recebiam seu devido tratamento. Alcides Camargo, folião assíduo, acrescentou em entrevista na referida matéria jornalística: “_Não entendo porque gastar tanto dinheiro em decoração natalina. Porque não dividir melhor a verba da prefeitura? Afinal, escolas de samba merecem mais atenção que Papai Noel. São brasileiras”.

Não obstante, a Prefeitura de Joinville, sob a gestão do senhor Wittich Freitag³⁴, em seu último ano de mandato, em 1988, articulou o festejo carnavalesco com todas as agremiações durante o mês de janeiro, na promessa de apoiar os desfiles, os quais realizar-se-iam em duas edições durante os cinco dias festivos: sábado dia 13, noite competitiva, e na terça-feira dia 16, com desfiles livres.

Compreende-se, neste recorte temporal, que o termo “políticas públicas culturais”³⁵, voltado ao Carnaval, não era mencionado entre os foliões, muito menos citados nos periódicos, principalmente em Joinville. Portanto, os desfiles de rua eram sempre apadrinhados pela municipalidade local, a qual assegurava tanto a organização quanto o policiamento, podendo ou não do mesmo modo oferecer subsídios para a execução do evento. Partindo do princípio de que políticas culturais são o conjunto de iniciativas geridas por agentes culturais objetivando a promoção e a preservação do

³³ Cf. IPHAN. Patrimônio Imaterial. Patrimônio Cultural. S. d. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em 29 set. 2019.

³⁴ Prefeito eleito pelo partido PMDB em 1983, comandou a Prefeitura até dezembro de 1988.

³⁵ Percebe-se, em entrevistas com os diretores e foliões das agremiações que participaram do Carnaval de 1988, o desconhecimento do termo políticas públicas culturais, ou seja. “[...] instrumentos e meios para atingir os objetivos de realização de direitos culturais, produção simbólica, disseminação de valores, reconhecimento de modos de saber, fazer e viver” (SILVA, MIDDLEJ, 2011, p.15).

patrimônio (COELHO, 2004), poderíamos chamar as subvenções diretas como uma forma de fazer tal política pública?

Vários foram os assuntos pleiteados para a realização da festa carnavalesca do ano de 1988, assim como quais seriam os grupos oficiais que fariam parte do desfile, sendo estes a Príncipes do Samba e Unidos do Boa Vista, além dos dois blocos mais conhecidos da cidade: As Depravadas e o Prisma Samba. Ficou também definido o concurso da escolha da corte, rainha e rei Momo no dia 5 do mês de fevereiro do desfile no clube Alvorada³⁶. Numa ação inovadora, ficou acordado que, no dia 03 de fevereiro (quarta feira), as duas baterias das escolas de samba, ficariam incumbidas de fazer o ensaio geral em plena praça pública às 21:00h, com o intuito de alertar os cidadãos joinvilenses para o folguedo, na esperança de agrupar o máximo de cidadãos num pré-Carnaval de rua.

O secretário de turismo, responsável pela articulação entre a Prefeitura e as agremiações, salientou na matéria do dia 15 de janeiro de 1988 do jornal AN: “_Será uma boa forma de atrair a atenção das pessoas para o Carnaval de rua de Joinville”. É possível sugerir que, de fato, a batucada de tamborins, cuíca, bumbo e chocalho, orquestrando os sambas-enredos, provavelmente atingiria os ouvidos dos transeuntes joinvilenses e ao mesmo tempo numa investida de marketing, chamaria os foliões de Florianópolis e de São Francisco do Sul, que no referido ano não teriam os desfiles de Carnaval. Queiroz (1999, p.124):

[...] uma festa que se inicia de forma comedida pode repentinamente se transformar em festa Carnavalesca, com seus ritmos e meneios: começam a soar sambas e marchinhas particulares ao Carnaval e instala-se na reunião o clima específico, desencadeiam-se a dança e o canto que compõe a essência do que é Carnaval no Brasil. A importância da música, do ritmo, das canções, do estilo de dança para caracterizar o Carnaval é, pois, flagrante; assim que soam, instalam o “espírito Carnavalesco”; constituem, portanto, a essência deste.

Entende-se então que a bateria de uma escola de samba é o gatilho para que os passos carnavalescos sejam performados, sejam nos admiráveis pés dos passistas, ou simplesmente no chacoalhar dos ombros do menos habilidosos. O AN de 27 de janeiro de 1988, página 13, oficializara antes, porém, toda a programação do Carnaval de Joinville, reforçando o encontro pré-folia na praça no dia 03 do próximo mês, assim como o concurso da corte carnavalesca e os desfiles oficiais.

³⁶ Tradicional clube privado da cidade, fundado no dia 15 de julho de 1960.

Percebe-se a intervenção forte da imprensa jornalística³⁷ na última tentativa do dia 03 de fevereiro, dia da batucada, em despertar a população para o esquentar de Carnaval, gratuitamente na praça Nereu Ramos³⁸, trazendo a seguinte inscrição: “Carnaval tem encontro com público na praça”. Aproveitando o tema “Carnaval”, a imprensa ressaltou as dificuldades e a busca de soluções para o desfile mediante ao pouco recurso financeiro disponibilizado para as entidades carnavalescas.

Em síntese, o AN do dia 04 de fevereiro de 1988, página 5, exaltou o público que prestigiou as baterias das agremiações, indicando que apesar de válida a promoção, os presidentes das escolas de samba lamentavam não terem um público de foliões ainda maior devido à péssima data escolhida na qual coincidiu com o jogo do JEC³⁹. Porém, a legenda da imagem exibindo o grande público afirmou: “Mesmo com jogo no mesmo horário, público foi à praça sambar”.

3.2 AS SUBVENÇÕES DA PREFEITURA PARA O FESTEJO MOMESCO

Todos os cidadãos têm como direito a participação livre na vida cultural da comunidade, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O Carnaval, em formato de desfile, representa parte da cultura de uma comunidade cuja “[...] forma de representar a nacionalidade transformou-se, valorizando cada vez mais as diferenças culturais, numa sociedade que se concebe cada vez mais nitidamente como plural” (CAVALCANTI, 2015, p. 28).

A partir deste ponto, voltamos os nossos olhares à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a ampla carta do novo sistema democrático pós-regime autoritário; cujo discurso relativo às questões culturais segue os princípios daqueles

³⁷ AN do dia 03/02/1988, p. 5.

³⁸ Localizada no centro de Joinville, na região da rua dos Príncipes (local dos desfiles oficiais de Carnaval), a praça recebeu o devido nome no final da década de 30 do século XX, em homenagem ao interventor federal, senhor Nereu Ramos.

³⁹ Joinville Esporte Clube, o JEC, time oficial de futebol de Joinville, fundado em 29/01/1976. Em seu auge, na década de 80, obteve 7 títulos do campeonato catarinense. De acordo com Gusso e Tobar (2018), “[...] as percepções do patrimônio futebolístico e o futebol como patrimônio, começam a ganhar impulso em meados da década de 1980 [...]”.

apresentados na DUDH. Assim sendo, reproduzimos o artigo 215 da CF de 1988, diretamente voltado aos direitos culturais ligados ao contexto nacional:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Para Cunha Filho (2018), este documento torna-se um marco para a cultura nacional, visto que é a primeira vez que o termo “direitos culturais” surge em um artigo constitucional. A elaboração da Carta Magna de 1988 contou com mais de 500 parlamentares, que apesar das suas divergências políticas, visaram na referida escrita ressignificar a integridade dos direitos e liberdades essenciais do cidadão brasileiro, após um período de ditadura militar. Nossa Constituição, então, passou a dialogar mais diretamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que por sua vez foi elaborada por uma delegação criada pela ONU. Entendemos que o artigo 215 veio como uma extensão para assegurar a garantia indispensável à dignidade humana e ao livre progresso da personalidade.

O Brasil teria, a partir de então, inserido na Constituição, um parágrafo especial apontado para a cultura, cujo “[...] patrimônio é percebido como algo positivo e relevante na nossa vida, um bem precioso que devemos preservar a todo o custo” (CABRAL, 2011, p.25). A proteção legal é fundamental, tendo em vista que é “[...] natural que qualquer cidadão que se preocupe com a questão cultural, defronte-se de imediato com a consciência dos obstáculos que terá de enfrentar” (MAMBERTI, 2003, p.15).

Vale lembrar que o Carnaval brasileiro de 1988 antecedeu em alguns meses a promulgação da Constituição Brasileira⁴⁰. Assim, o apoio da Prefeitura de Joinville, no evento da cidade, revela um interesse não dependente da força das novas leis, que receberam particular ênfase no âmbito dos direitos sociais e culturais. Neste mesmo período, de acordo com Ferreira (2004), o Rio de Janeiro reforçava seu Carnaval, com a construção da Passarela do Samba e a fundação da Liga Independente Carnavalesca, competindo juntamente com a festa baiana e paulista, a coroação como maior festa popular do mundo.

⁴⁰ Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição Brasileira foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, durante o governo do presidente José Sarney, sendo o Carnaval deste ano festejado entre dos dias 12 e 16 de fevereiro.

Joinville, envolvido pelo samba com suas agremiações, travava uma batalha⁴¹ para arrecadar verbas para a efetivação dos desfiles, envolvendo alguns foliões que durante o período momesco se submetem aos preparativos a fim de construir uma “[...] festa do mundo social cotidiano, sem uma sujeição às regras duras do pertencer e do ser alguém” (DA MATTA, 1979, p.94).

O AN de 13 de janeiro de 1988, anunciou os primeiros indícios dos desfiles de Joinville, como se observou na fala do secretário de turismo, o qual emitiu uma nota proferindo a liberação de 1 milhão de cruzados para as agremiações realizarem o festejo público, sendo este montante, a metade solicitada pelos presidentes de escolas e blocos. Por este motivo, não seria possível a decoração das ruas, privilegiando apenas o incentivo aos grupos carnavalescos. Ressalta-se que nesta década, em especial o ano de 1988, a alta inflação nebulava todos os setores do país. Como escrevem Ometto et al. (1995, p. 405):

Resumindo, a crise do endividamento externo manifestada na economia brasileira na década de oitenta reflete-se em desequilíbrios internos que impactam desfavoravelmente na situação econômica da população principalmente através da queda dos níveis de emprego (e crescimento da proporção de trabalhadores sem vínculos formais) observada nos anos iniciais da década, e da aceleração da inflação verificada mais nitidamente nos seus anos finais.

Por esta razão, acrescentava no mesmo periódico do dia 13, o sr. Wilson Leal Moura, responsável pela pasta de turismo de Joinville, as dificuldades da liberação do montante exigido pelas agremiações via LECAJ. Fato este que, dias depois, como comprovado no jornal AN de 31 de janeiro de 1988, página 16, acarretou na desistência da agremiação Fúria Tricolor, campeã do Carnaval de 1981, representante do time de futebol de Joinville, o JEC. Mesmo alegando terem feito promoções prévias para a arrecadação de fundos com rodas de samba, o grupo não atingiria a quantia necessária para a construção da sua apresentação.

O mesmo ocorreria com o tradicional bloco carnavalesco, O Que é Que eu Vou Dizer lá em Casa, mencionado no Jornal do Estado, do dia 16 de janeiro de 1988, na página 12, fazendo menção a insignificância de 100 mil cruzados oferecidos ao grupo

⁴¹ De acordo com o AN do dia 03/02/1988, p.05, a agremiação Unidos do Boa Vista, que desfilou em 1987 como bloco, e em 1988 voltaria a desfilar como Escola de Samba, enfrentava problemas para financiar os dois dias de desfiles na cidade, visto que não realizara nenhuma promoção até então, e dificilmente realizaria, dependendo então da subvenção pelo poder público.

de foliões. Definidos os grupos que participariam da edição de 1988, a agremiação Príncipes do Samba, maior escola da cidade, com 700 integrantes, levaria a subvenção de 450 mil cruzados, seguido da Unidos do Boa Vista, com número menor de desfilantes, o total de 320 mil, e os blocos receberiam 100 mil cada. Valores declarados no mesmo informativo do dia 16 de janeiro de 1988, pelo Jornal do Estado. Nota-se a constante escassez de recursos, quando o assunto é o Carnaval.

Além disso, iniciativas a parte foram tomadas, que não só através de promoções, empenharam-se na busca de patrocínios privados. Constatamos na declaração de Nestor Padilha, presidente da Sociedade Kênia Club em 1988, em relação a efetivação do espetáculo, descrito na íntegra, seguido do discurso direto do jornalista:

“[...] os carnavalescos é que precisam se conscientizar de que a verba para a preparação do Carnaval não vai cair do céu, que cada um tem que fazer por si e pela sua entidade”. Ele acha indispensável e decisiva a verba destinada pela prefeitura para esta finalidade, mas acredita que ficar esperando só por isso não vai levar nunca a cidade a promoção de um bom Carnaval, de um “Carnaval à altura dos seus valores neste setor” (JORNAL DO ESTADO 16/01/1988, p.12).

Fica evidente na argumentação do senhor Padilha a sua indignação quanto ao comportamento das diretorias das escolas de samba de Joinville, que sentindo-se tuteladas pela Prefeitura, ficavam na espera da quantia necessária para a realização dos desfiles, caso contrário, suas comunidades ficariam sob o risco de não exteriorizarem os espetáculos.

Patrocínio público liberado, uma arquibancada na avenida em frente à Caixa Econômica Federal na rua do Príncipe (local dos desfiles), palanque dos jurados, segurança, divulgação em mídia sob a responsabilidade da secretaria de turismo, assim como a organização da ordem dos desfiles, foi dada a largada da corrida contra o tempo para o dia do festejo.

Para Carvalho (2018, p.50) “Criar e instituir normas não se compara ao árduo trabalho para que elas se efetivem – em que pese sobre o legislador e os gestores devam ter a consciência do dever cumprido”. Compreende-se que pelo menos, no ano de 1988, as ferramentas básicas para o cumprimento dos direitos culturais no que se refere a execução dos desfiles carnavalescos por parte dos gestores, tenham sido efetivados, tendo a incumbência das agremiações executarem-na. Acrescenta-se ainda que é

Imprescindível rememorar que os direitos culturais vêm inexoravelmente acompanhados dos respectivos deveres culturais, de

responsabilidade não apenas do Estado, mas de múltiplos atores sociais (CARVALHO, 2018, p.53).

Veremos, a seguir, um breve panorama da execução do desfile de 1988, cuja junção dos direitos, deveres e ações foram de rememorações até os dias atuais. Antes, porém, lançamos o nosso olhar para o mais tradicional bloco carnavalesco, hoje não mais atuante, porém lembrado pelos foliões contemporâneos, o bloco “As Depravadas”.

3.3 O BLOCO “AS DEPRAVADAS” SOB O COMANDO DO MÁRIO FOFUCA

“Crise não vai afastar os blocos de sujões da rua. Imaginar a festa do Carnaval sem a presença dos blocos de sujões é difícil”. Esta foi a primeira linha da matéria do AN do dia 27 de janeiro de 1988, página 13, a qual resume a relevância do desfile do bloco “As Depravadas” na construção dos desfiles do Carnaval joinvilense.

Para colaborar com esta dissertação, o sr. Mário Fofoca nos contou que já foi funcionário do jornal impresso AN, da cidade de Joinville, assim como também foi radialista da rádio Difusora⁴² por um período de 12 anos com o programa “Samba e Fofoca”. Evidencia-se então o espírito sambista carnavalesco do entrevistado. Homem de influência na mídia, relatava todos os acontecimentos, tanto esportivos quanto os boatos do mundo artístico, de onde surgiu o apelido “Mário Fofoca”. Com suas gargalhadas, fez questão de explicitar que apesar do seu pseudônimo, sempre dizia: “Sou o Mário Fofoca do bem, do bem né, do bem”.

Impulsionado por um amigo, que juntamente com os primos trajavam-se de mulheres, e brincavam o Carnaval nas praias, seu Mário implantou a mesma ideia, porém no Carnaval joinvilense, no início da década de 80, sem perceber a proporção que tomaria ao formar o bloco dos sujões, o qual apelidou de As Depravadas. Aqui fica evidenciada uma característica importante dos blocos, que difere muito das escolas. Nas palavras de Cavalcanti (1999), estes nascem através de residentes, amigos e de foliões

⁴² De acordo com Mustafá (2009), foi a primeira emissora a entrar no ar em Joinville, e a segunda a ser fundada em Santa Catarina. Em 1941 foi inaugurada por um alemão, que dizia: “Alô, alô, Joinville! Está no ar a Rádio Difusora.”

sozinhos que aderem a brincadeira sem formação de alas com destaques, os quais dançam e pulam, unindo-os numa mesma experiência.

Enfatiza-se que este modelo de brincadeira era comum nos grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e as capitais nordestinas. Roberto da Matta em sua obra “Universo do Carnaval: Imagens e Reflexões”, reserva várias páginas fazendo alusão a esta inversão de papéis com imagens que aludem héteros e gays travestidos livremente durante o período de Carnaval. Em outras palavras:

“[...] homens que se transformaram em mulheres, apresentando imagens da mulher nas suas posições mais nobres dentro do sistema vigente na nossa sociedade: a mulher como mãe e como noiva. O outro lado da medalha, ou seja, a representação da mulher como piranha ou puta [...]” (DA MATTA, 1981, p.47).

Como folião em alguns carnavais, enxergo neste momento a leitura do macho em relação à mulher, que travestido incorpora não somente um personagem estático, modelado na indumentária, mas que encena trejeitos, emoções, falas e olhares, ora sensuais ora caricatos, sem correr o risco de ser intitulado pela sociedade como “marica”, “bixa” e “viado”, mesmo porque é Carnaval, a festa em que tudo pode. Por outro lado, percebo que o gay travestido no cotidiano, mesmo que esteja agregado ao bloco de sujos, é alvo direto de tais nomeações, cujo estereótipo para a sociedade é lido como o de um autêntico “viado”.

Percebo também a aprovação das mulheres, que riem e se divertem ao indumentarem os homens com suas roupas, espelhando o sexo oposto mediante a chacotas do público. Este, passado o momento farrista, se transmuta no macho, reassumindo seu papel padronizado na sociedade. Seriam a puta, a mulher oferecida, o gay e a mulher mal maquiada, a sujeira da sociedade? Seria este o motivo da permanência do nome deste agrupamento de pessoas que brincam o Carnaval ser chamado “Bloco de Sujos?”.

Nesse sentido, percebe-se que a prática do uso de indumentárias femininas por homens durante o Carnaval, pode ser assumida como uma performance, no sentido em que Judith Butler (2003) procura delinear. A performance em Butler, caracteriza-se pela exposição do caráter não natural da masculinidade e da feminilidade. A utilização de roupas que refletem o estereótipo de um determinado gênero, no entanto, por si só, não representa um questionamento dos papéis e comportamentos aos quais estamos submetidos. Ações como essas, na verdade, refletem padrões instituídos socialmente, e

só os questionam na medida em que se apropriam deles. O que ocorre, portanto, é a reprodução do que Butler (2003, p. 38) chama de: “gêneros inteligíveis”, ainda que em alguns momentos ocorram certos desvios, calculados, na linearidade entre “sexo, gênero, prática sexual e desejo”.

Joinville, a partir de então, teria oficialmente o seu bloco, fundado pelo Mário Fofoca, com direito a abrir os desfiles carnavalescos do sábado festivo e fechar a reapresentação dos desfiles na festa de terça feira.

Figura 13 - As Depravadas



Fonte: Acervo pessoal do sr. Mário Fofoca

Um ponto chama a atenção durante a entrevista com o seu Mário, ao ser questionado como o bloco se agrupava no dia do desfile carnavalesco. O entrevistado deixou explícito que os foliões, 90% deles, homens⁴³, de diversas classes sociais e diferentes profissões tais como médicos, jogadores de futebol, advogados, operários e inclusive o comandante do batalhão, que batia o surdo, se concentravam ao meio dia no bar do Ivan, para iniciarem a confraternização do bloco. Curiosamente, o seu Mário apontou uma exigência particular dos foliões, conforme descrito abaixo no excerto da entrevista:

[...] uma coisa que eu ia te dizer, o pessoal lá dizia pra mim: “_Oh, Mário, o pessoal gay não pode entrar, porque aqui é tudo homem, pai de família e tal, não pode entrar”. E o pessoal gay vinha falar comigo: “_Pô seu Mário, deixa a gente sair no bloco”. Aí eu falava pra eles: “_Então, vamos fazer o seguinte, vamos sair daqui do bar do Ivan e

⁴³ Mulheres travestidas de homens também participavam, porém em menor escala. Estas geralmente eram responsáveis por maquiar e adornar os homens para o desfile.

vocês não aparecem aqui. A hora que fizer a curva na Ministro Calógeras⁴⁴, vocês entram juntos e vai todo mundo. O pessoal já tava todo calibrado...(risos). O bloco saía de lá com 200, 300 pessoas e quando chegava na curva dava mais de 500, aí vinha aquela multidão atrás do bloco e entravam todos juntos. Eram todos amigos e ficava tudo igual. Ninguém mais sabia quem era gay” (FERREIRA, Mário Sérgio. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 28 out. 2019)

Fica evidente que a discriminação de identidade de gênero eram marcas fortes nos discursos dos foliões do bloco, cujas vestimentas não se diferenciavam dos gays. Levanto aqui uma outra reflexão: Por que os gays pagadores de impostos como qualquer cidadão comum, participando de uma festa, conceituada democrática, seriam segregados com seus trajes de comum acordo com os foliões machos do bloco? Salienta-se de acordo com o seu Mário, que os desfilantes usavam perucas e maquiagens, imitando meretrizes, que segundo Da Matta (1981, p.51) “[...] são exaustivamente representados no nosso Carnaval”.

Ao ser indagado sobre a verba da Prefeitura, o entrevistado foi categórico: “[...] eu não corria atrás de verbas, a gente nem queria. No começo até deram, depois nem davam mais, a gente não queria, pois não haveria necessidade porque não gastávamos”. O bloco, que no primeiro desfile da sua estreia contou com 60, 70 pessoas, chegou a ter 600 integrantes nos anos posteriores e persistiu com os desfiles até o início da década de 90, sendo um marco para Joinville, sempre no formato de inversões de papéis com personagens polêmicos.

Em contrapartida, ao ser indagado se haveria possibilidade de reacender o formato do bloco de sujeitos atualmente em Joinville, seu Mário nos replicou dizendo que se o bloco não sofresse a interrupção, hoje seria uma enormidade. Por outro lado, ele considera que retomar este formato seria impossível, alegando principalmente a falta de respeito do público nos dias atuais.

3.4 O ESPETÁCULO DE 1988

“Alegria invade a rua do Príncipe”. Essa foi a chamada de sexta feira do dia 12 de fevereiro de 1988 do DC na página 6, um dia antes dos desfiles carnavalescos. A

⁴⁴ Rua lateral, que dá acesso ao início da Rua do Príncipe em Joinville, onde começava o desfile.

arquibancada e o palanque montados na rua do Príncipe anunciavam para os transeuntes que o sábado prometia a passagem das agremiações com os seus sambas-enredos, para a competição entre a Príncipes do Samba e Unidos do Boa Vista.

A rainha do Carnaval joinvilense, Rosemeire Mateus, eleita no dia 05 de fevereiro de 1988, representante do bloco As Depravadas, juntamente com o rei Momo Gilmar dos Santos, foram os primeiros a desfilarem pela avenida no dia 13 (sábado), abrindo oficialmente a folia na cidade. Em desfiles como esse, “a loucura coletiva, de um delírio tomando conta de todos os cidadãos” (QUEIROZ, 1994, p. 27-28), é perceptível.

O DC do dia 15 de fevereiro 1988, página 13, anunciava: “Empolgação diz que renasceu o espetáculo” em Joinville, se referindo às escolas e aos blocos, em especial As Depravadas, que abriu o desfile, e ganhava novos adeptos a cada ano. O jornal ainda destacou que o público vibrou com as trapalhadas e brincadeiras durante sua passagem. O bloco Prisma Samba, com um desfile mais contido, mas não menos empolgante, cantou seu enredo “Da Semente ao Fruto”, pressupondo na visão de muitos espectadores ser uma futura escola de samba. Jurados a postos no palanque, planilhas nas mãos, esperavam ansiosos a primeira escola de samba a desfilar, a Unidos do Boa Vista, cujo soar da bateria se ouvia ao longo da avenida. Vale lembrar que todos os jurados eram joinvilenses, destacando-se a Miss Joinville e a Rainha da tradicional Festa das Flores⁴⁵.

A escola de samba Unidos do Boa Vista, agradou os presentes, percebido pelos aplausos e assovios ao contemplar seu desfile no transcurso de quase 1 hora com o enredo “Axé do Povo”, fazendo alusão aos fatos sociais da atualidade e as dificuldades confrontadas pelo país e os marajás. A escola aproveitou para fazer um protesto pacífico, um dos símbolos de todas as agremiações do país, sendo este momento marcado pela exteriorização coletiva e popular, quando a licenciosidade corta a vida cotidiana pela inversão hierárquica e seus valores (CRUZ; RODRIGUES, 2010).

⁴⁵ A tradição teve início em 1936. Há 8 décadas, sempre no mês de novembro, a cidade de Joinville sedia a Festa das Flores. Sendo a mais antiga festa do gênero no Brasil, a celebração expõe orquídeas, fores e plantas ornamentais, e conta com atrações “germânicas”. Apenas nos anos de 1942 e 1943 não houve edições, devido a 2ª Guerra Mundial. Atualmente é reconhecida como Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado de Santa Catarina (lei 14.697, de 21 de maio de 2009), assim como é a festa oficial do município de Joinville (lei municipal 6.728, de 17 de julho de 2010).

Disponível em: <Disponível em: <https://www.festadasflores.com.br>> acesso em 18 de ago, 2019

Como já era esperado, não somente pelo público, mas também pelos periódicos como favorita, a escola Príncipes do Samba com seus 700 integrantes fecharia o primeiro dia do desfile carnavalesco de 1988. Para Bezerril (2011, p.3), reportagens como estas “[...] fazem dos jornais um potencializador e guardador de memórias locais ou mesmo nacionais”. Ressalta-se que, por não ter havido as comemorações de rua na convencional cidade de São Francisco do Sul, muitos dos cidadãos francisquenses migraram para Joinville para prestigiar o evento, assim como compor alas e destaques da tradicional agremiação do salão do Kênia Club, a Príncipes do Samba.

Em entrevista com Lucia Nara Ferreira, a Nara (como prefere ser chamada), na época a mais bela negra⁴⁶ de Joinville, rainha da escola, passista e destaque no desfile de 1988, nos contou com saudosismo esta edição, detalhando o desfile:

Nossa! o pessoal ficava nas janelas, nas galerias em cima da Pernambucanas⁴⁷, porque nós desfilávamos até lá embaixo fazer a curvinha. Era muito cheio, era bastante gente. O pessoal invadia, porque não tinha espaço em todas as arquibancadas. Tinha o palanque de um lado, a arquibancada de outro. Mas a arquibancada não descia a avenida toda e o pessoal brigava pra poder assistir. Não tinha gradil, era corda e o pessoal respeitava os policiais e os seguranças que ficavam ali nas cordinhas. Não tinha briga, não tinha confusão, todo mundo ia pra assistir o desfile. (FERREIRA, Lucia Nara. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 26 out. 2019)

Em acordo com a fala de Nara, não achamos em nenhum dos recortes de jornais de 1988, qualquer contravenção em relação aos desfiles de Joinville. “O Meu reino é sedutor, sou filho do rei e meu reino é só de amor”. Este foi o estribilho mais entoado em toda a avenida na passagem da agremiação Príncipes do Samba, cujo enredo intitulado “O Amor tem Dessas Coisas”, rememorou as paixões de Romeu e Julieta, Ceci e Peri⁴⁸ e o sofrimento do negro cativo.

Após os desfiles, os jornais elogiaram o samba-enredo da escola fazendo a multidão de quase 20.000 pessoas vibrar e dançar durante o ensejo. Cavalcanti (2015, p. 71), sintetiza a importância do samba-enredo na composição de um desfile carnavalesco nas seguintes palavras:

[...] é a forma musical de expressão do enredo que será visualmente representado pelas alas, tripés e carros alegóricos de uma escola. A totalidade desses elementos se reunirá no desfile”. O desfile da escola

⁴⁶ Concurso realizado no Kênia Club.

⁴⁷ Loja tradicional em Joinville, situada, na época, na região central.

⁴⁸ Personagens da obra “O Guarani”, de José de Alencar. O texto conta o romance entre a nobre Ceci e o índio Peri.

é, assim, um espetáculo, e a analogia com o teatro ou dança é explícita: “a escola é uma coreografia”. Desde o momento em que se pensa no enredo, se pensa na comissão de frente, nas baianas, no mestre-sala, porta-bandeira

Dividida em 12 alas, a escola surpreendeu desde a comissão de frente seguida pelo carro Abre-Alas, cujo destaque foi uma negra com os seios nus. Destaque este, tão inovador na convencional Joinville que ganhou notoriedade no periódico DC do dia 15 de fevereiro de 1988, na página 13, atribuindo elogios à escola, enunciando que este foi um toque de pioneirismo na cidade, onde geralmente as fantasias são mais comportadas. O jornal do mesmo nome, três dias depois, reforçou a ousadia e a polêmica da escola, afirmando que com ela o “top-less” chegara em Joinville

Figura 14 - Príncipes, com top-less, é a nova campeã



Fonte: AHJ - Jornal Diário Catarinense p.7 – 18/02/1988

Entretanto, em entrevista com dona Sônia Cruz, integrante da Unidos do Boa Vista, e organizadora de ala em 1988, esta ressalta uma discrepância da nota jornalística acima:

Naquela época, as escolas eram criticadas, porque a Unidos do Boa Vista foi a primeira que ousou a colocar mulher de fio dental em cima de carro, ousou peitos nus e aí foi muito criticada, porque tinha aquele tabu de escola escandalosa. Mas por trás disso tudo tinha um motivo: é que o dinheiro era tão pouco, que a gente colocava as mulheres todas de biquinis. Só mudava as cabeças⁴⁹. Usava tecido bom, paetê, jogava adereços de mãos e de cabeças e o resto tudo de biquini e as outras escolas copiaram. (CRUZ, Sônia Regina. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 27 out. 2019)

⁴⁹ Os adereços de cabeças (partes das fantasias dos foliões) também são chamados informalmente apenas de “cabeças”.

Fica explícito na fala da dona Sônia, que pela supressão de numerários na construção de fantasias, a diretoria da escola arquitetou estratégias na composição de vestimentas, sendo a mulher o alvo desta tática. Apesar de ser comum mulheres com os peitos à mostra nos desfiles cariocas⁵⁰, Joinville jamais presenciara tal ousadia ao vivo. A mulher para Da Matta (1981) é a figura elevada do Carnaval, que sustenta esteticamente o folguedo. Para o autor, não se trata em classificá-la como objeto, mas sim símbolo do poder máximo do vigor envolta em seus encantos. Destaca-se o conservadorismo do público joinvilense, que escandalizavam-se com as passistas de top-less que sambavam nos desfiles joinvilense.

Os jornais O Estado, Jornal de Santa Catarina e o DC do dia 18 de fevereiro de 1988, anunciaram a nona vitória da Príncipes do Samba do Carnaval joinvilense, afamando a festa da cidade. Após ser ovacionada, triunfou como melhor enredo, mestresala e porta-bandeira, e melhor cidadã do samba. Os foliões das duas agremiações e blocos festejaram sem rivalidades o Carnaval de 1988 após a apuração dos resultados, cuja atmosfera de euforia fez do samba vencedor maior. Áurea esta que segundo Queiroz (1994, p.43) “[...] todos se sentem fraternos e iguais”. Assim detalhou o Jornal de Santa Catarina, fazendo alusão ao resultado final da campeã:

A energia das escolas tomou conta da rua do Príncipe, palco e passarela dos desfiles das duas noites e estendeu-se até a manhã de ontem no calçadão da Praça Nereu Ramos (JORNAL DE SANTA CATARINA, 18/02/1988, p.10)

Vale citar⁵¹ que a Associação Joinvilense de Imprensa Rádio e Televisão presenteou com uma placa de bronze o carnavalesco Adelmo Bráz⁵², vanguardista na introdução do Carnaval de rua em Joinville há 20 anos, assim como o mesmo

⁵⁰ Queiroz (1999) afirma que houve a proibição do “top less” no Carnaval do Rio de Janeiro nos finais dos anos 70 e inícios dos anos 80. Defendida, porém, pela imprensa carioca, a liberdade feminina se impunha, abrindo uma nova era no Carnaval, cada qual se fantasiando do jeito que quisesse.

⁵¹ Jornal de Santa Catarina do dia 18/02/1988, p.10.

⁵² De acordo com Correia (2016), Adelmo Braz foi um dos fundadores da escola de samba Amigos do Kênia (hoje Príncipes do Samba), juntamente com o Sr. Nestor Padilha e outros colaboradores com sede própria (Kênia Club), para amparar a população afrodescendentes de Joinville, servindo inclusive de espaço para bailes e festas voltadas aos cidadãos negros. Em entrevista com o senhor Nestor Padilha, no dia 23/10/2019, em sua residência, este nos contou que o preconceito era de tal proporção, que o negro não poderia entrar em salão de branco. Correia (2016) acrescenta ainda que o primeiro desfile carnavalesco em Joinville foi no mesmo ano da fundação da referida escola de samba, contendo apenas 20 foliões, sem o caráter competitivo. Somente em 1978 foi oficializado o desfile carnavalesco pela Secretaria de Turismo, ano este em que a escola Amigos do Kênia perdeu a competição para a Unidos do Boa Vista.

reconhecimento foi dado ao prefeito Wittich Freitag pelo apoio financeiro na execução do Carnaval de rua do referido ano.

3.5 UM OLHAR SOBRE O ANO DE 1989: O SAMBA SEM O TEATRO ENCENADO EM JOINVILLE

Vai passar
 Nessa avenida um samba popular
 Cada paralelepípedo
 Da velha cidade
 Essa noite vai
 Se arrepiar
 Ao lembrar
 Que aqui passaram sambas imortais
 Que aqui sangraram pelos nossos pés
 Que aqui sambaram nossos ancestrais

A letra da música de 1984 de Chico Buarque⁵³ não se efetivaria na cidade de Joinville em 1989. Os paralelepípedos da rua do Príncipe não saudariam a corte carnavalesca, assim como não desfrutariam da passagem das escolas de samba. Para Ferreira (2008), a plateia dos desfiles é o termômetro do êxito do festejo, não havendo nada similar em nenhum outro lugar do mundo. O DC do dia 21 de dezembro, página 7, anunciava em primeira mão a manchete: “Escolas não desfilarão em 89”, silenciando as comemorações na cidade. Tal decisão trouxe inquietude e desalento aos fiéis foliões, cujo festejo tem significado muito maior.

Aponta-se que, o prefeito Wittich Freitag, estaria deixando a cadeira de gestor municipal, assumindo a Prefeitura o senhor Luiz Gomes⁵⁴. Percebe-se pelas poucas matérias de jornais alusivas ao Carnaval, comparadas com o ano anterior, o descomprometimento do Prefeito Freitag na organização e liberação de verbas para os festejos de 1989, delegando toda a responsabilidade para o novo administrador municipal, que teria pouco mais de um mês para organizar o Carnaval de rua.

⁵³ Disponível em: <<http://letrasehumanidades2011.blogspot.com/2011/11/analise-da-cancao-de-chico-buarque-vai.html>> Acesso em 16 de abr, 2019. A crítica da canção na perspectiva de Wéllia Pimentão Santos, faz alusão a história do Brasil até a ditadura militar em 1964. Reflete o trabalho escravo, quando o negro construiu um país para outros; o negro construiu um país para brancos. Mas um dia, afinal, tinham direito a uma alegria fugaz, uma ofegante epidemia que se chamava Carnaval.

⁵⁴ Candidato pelo PDS, foi eleito em Joinville, assumindo a prefeitura em 01 de janeiro de 1989.

O senhor Padilha, em reunião na sede do Kênia Clube com as demais agremiações, designou que seriam necessários Cz\$ 22 milhões para a execução de todos os desfiles do subseqüente ano; 21 milhões a mais que o espetáculo de 1988, alegando a alta inflação, de acordo com o DC do dia 21/12/1988. O sr. Eugênio Miranda, o Butiaco, presidente da agremiação Príncipes do Samba, em entrevista ao jornal AN⁵⁵, alegava que menos de 6 milhões de repasse para a sua agremiação, seria inviável para a efetuação do espetáculo, argumentando que os preços dos instrumentos e tecidos para as fantasias seriam impraticáveis.

Segundo Cavalcanti (1999, p.76), “[...] o dinheiro participa de sistemas culturais e cultura é diferença, movimento e, de certo modo contágio [...]”. Neste sentido, acrescentou ainda o sambista que não havia nenhum estímulo financeiro para a escola vencedora, sendo o prêmio de campeã apenas simbólico. Apesar da escola “Príncipes do Samba” estar com o tema já definido: “Meu Brasil Brasileiro”, alegou que o mais importante seria ganhar tempo na espera do apoio eminente do novo gestor eleito de Joinville, na promessa de um estupefato Carnaval em 1990.

O DC de 07 de janeiro de 1989, página 11, reiterou o intervalo do festejo na cidade após a primeira reunião entre presidentes das agremiações e a nova gestão da cidade com a seguinte sentença: “Joinville adia o Carnaval”, enfatizando que mesmo com a aspiração do novo prefeito e do secretário do turismo, seria impossível montar um espetáculo carnavalesco em 20 dias⁵⁶. Um desfile, como nos lembra Cavalcanti (2015), não pode ser limitado aos poucos dias de sua execução. O Carnaval demanda tempo de preparo, estudo e criação. Porém, todas as possíveis diligências não tiveram sucesso, devido à falta de planejamento efetivo, o que causou frustrações aos fanfarrões, silenciados em 1989, em Joinville.

Pondera-se o desabafo do já mencionado senhor Mário Fofoca, que ao ser questionado em relação à Liga de Carnaval não somente no ano de 1989, mas no âmbito de gestão geral, o referido entrevistado foi contundente em expor sua opinião:

O Carnaval é uma festa popular, o Carnaval é uma festa do povo. A Liga teria que fazer o que? Teria que entrar em contato com as grandes empresas que tem em Joinville, que tem várias. Grandes lojas, comércios, tudo isso é uma cadeia que puxa. O poder público teria que fazer o que? Dar condições pra ter o Carnaval, fazer as arquibancadas, fazer o local pra ter o Carnaval, banheiros públicos, essas coisas. Isso seria o papel do poder público. Agora, o poder público bancar o Carnaval?! Não. Eu acho que tá errado. As próprias escolas de samba

⁵⁵ 06/02/1988, p.05.

⁵⁶ De acordo com o calendário nacional, o Carnaval de 1989 datou entre 03 e 07 de fevereiro.

têm que ter uma maneira de gerirem o que eles precisam. Eu acho que eles têm que fazer eventos e a Liga, a Liga que se diz das escolas de samba tem que dar um suporte muito grande. O suporte é a Liga. A Liga é que tem que trabalhar. A Liga é que tem que arrumar, a Liga é que tem que fazer. Por que existe a Liga? Pra dizer que tem? (FERREIRA, Mário Sérgio. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 28 out. 2019)

Fica evidente a divergência de um dos âncoras da organização festiva carnavalesca em relação aos demais diretores da Liga, principalmente no ano de 1989. Para ele, portanto, o Carnaval não deveria ser totalmente financiado pelo poder público, e a Liga deveria ter uma atuação muito mais ativa na composição do festejo. Em contrapartida, lemos no terceiro parágrafo da matéria do dia 21 de dezembro de 1988 do DC, página 7, uma idealização da Liga, cuja proposta seria uma comissão de Carnaval atrelada a todos os segmentos interessados na promoção do turismo durante os dias de festa, abrangendo hotéis, restaurantes, agências de viagens, clubes e serviços gerais a fim de realizarem promoções com o propósito de angariarem numerários suficientes para o Carnaval de rua, tornando-o independente. Proposição esta infrutuosa, ficando apenas no discurso.

Joinville experienciou no ano de 1989, os festejos restritos aos salões, que de acordo com Da Matta (1979) categoriza os foliões dos bailes de clubes conforme a sua condição econômica. Nesta perspectiva, os clubes com bailes de Carnaval como o Kênia Club, festejaram as comemorações enquanto a Liga de Sociedade⁵⁷, aprazia o festejo com sua banda, a qual se preparava para conduzir os foliões até às 5:00h da manhã em direção ao calçadão da rua do Príncipe, para finalizar as festividades.

Como é possível perceber, e também assegurou o senhor Butiaco ao DC do dia 09 de fevereiro, página 9: “Todos estão sem dinheiro, de qualquer forma deu para dar uma parada e se divertir muito”. Por outro lado, mesmo não havendo o desfile carnavalesco na cidade, a Unidos do Boa Vista se apresentou em várias cidades, como Canoinhas, São Bento do Sul, Enseada (praia de São Francisco do Sul) e Corupá⁵⁸. Exibições estas que compensavam a inexistência do folguedo em Joinville.

⁵⁷ Os dias de folia foram marcantes mesmo em salões. A Liga bancou boa parte destas festas, e tornou o Carnaval de clube uma tradição ao longo do século XX. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_especiais_patrimonio/liga/patrimonio.html> acesso em: 16 ago, 2019.

⁵⁸ Cidade a 70 quilômetros de Joinville.

Figura 15 - Para alemão ver



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.2 – 03/02/1989

Como já elucidado por Da Matta (1979), o Carnaval é um dos momentos mais propícios para a exteriorização dos estereótipos sociais, ainda que os desloque de forma dinâmica. Assim, como se vê pela imagem acima, o racismo, manifestado nas formas de retratação dos foliões, assim como a objetificação do corpo da mulher, estão também presentes nas representações que são dele feitas.

Dona Sônia nos contou que o sr. Wilson Cruz, o pai da família, fazia parte do conselho da escola de samba, e respirava o Carnaval de segunda a segunda-feira, todos os dias do ano com músicas e batuques de instrumentos, que envolviam seus cinco filhos. Por este viés Da Matta (1986, p.17) afirma que esta “[...] cultura exprime precisamente um estilo, um modo e um jeito, repito, de fazer as coisas”.

Refletimos então mais uma vez a DUDH, no que tange a livre participação da vida cultural da comunidade, que por sua vez atinge a CF de 1988, que imbui ao Estado o dever de garantir os Direitos Culturais através do apoio e incentivo, resultando na valorização e disseminação das manifestações culturais, exemplo, o Carnaval.

Percebe-se durante as entrevistas coletadas para a construção deste capítulo que, tanto os foliões, quanto os diretores de escolas de samba, mesmo sem mencionarem os mecanismos de garantias de direitos, sentiam-se cem por cento tutelados pelo Estado, quanto a certeza dos desfiles carnavalescos.

A apropriação, pela Prefeitura de Joinville, da responsabilidade pela manutenção dos desfiles carnavalescos, deve refletir as perspectivas legais instituídas pela Constituição Federal. Como lembra Duarte (2018, p. 57), nela a “cultura passou a ser considerada como um direito cultural, exigindo uma atuação positiva do Estado”. Ainda

desta perspectiva, deve-se admitir que a cultura não se limita a elementos de caráter material, mas, por outro lado, expande-se para aspectos relativos ao saber criar, fazer e viver, elementos fundantes da imaterialidade, como sustenta o artigo 216 da CF, que relacionado ao artigo 215, fundamenta o que Cunha Filho (2018, p. 71) indica ser um “sistema específico, especial e autônomo de exercício do poder”.

Aludido o Carnaval, é notório que se tratando dos desfiles, esta forma de expressão cultural, não se limita apenas aos dias festivos do calendário anual, mas também aos modos antecipados de suas tramas, fazendo e vivendo o Carnaval nos 365 dias do ano, empenhando-se na criação artística de fantasias, alegorias e adereços “[...] para permitir a compreensão do enredo e uma boa resposta da plateia, associados a uma dedicação cada vez maior aos aspectos visuais e narrativos dos desfiles” (FERREIRA, 2004, p.365).

As discussões precedentes permitem que se compreenda a importância do Carnaval, enquanto manifestação cultural. Essa legítima festa do povo, como denomina Da Matta (1979), pode ser considerada um patrimônio cultural, na medida em que reflete a identidade de uma grande comunidade nacional. Aos que estão envolvidos com tal festejo, ainda que se ignore o caráter formal da classificação do Carnaval como um Patrimônio Cultural Imaterial, a denominação legal não seria mais do que o reconhecimento oficial de algo que já é realidade prática.

Portanto, os desfiles carnavalescos compreendem parte da cultura do povo, reinventada e estudada a cada ano meticulosamente. Cunha Filho resume o que se pretende delinear: o Carnaval como um bem cultural, sobretudo sob o holofote jurídico dos direitos culturais na perspectiva do artigo 215 da Constituição Brasileira:

Passamos a defini-la como a produção humana vinculada ao ideal de aprimoramento, visando à dignidade da espécie como um todo, e de cada um dos indivíduos. A possível subjetividade dos termos ganha forma concreta segundo a observação do ordenamento jurídico que disciplina as relações culturais. (CUNHA FILHO, 2018, p.24)

Sob a proteção legitimada, atentamos os nossos olhares ao histórico das manifestações momescas dos anos de 1990 a 1992.

3.6 AS APRESENTAÇÕES DE 1990: A VOLTA DO REINADO DE MOMO

O DC de 29 de novembro de 1989, página 7, anunciou a seguinte chamada, referindo-se ao Carnaval de Joinville: “Carnaval 90 está ameaçado”. Para o senhor Padilha, foi um desrespeito não somente à cultura carnavalesca, mas com o povo joinvilense, proferindo que sem verbas públicas não haveria a possibilidade da manifestação em formato de desfiles de rua.

Em contraponto, ficou evidente a supressão de diálogo, entre as secretarias da cidade, através da fala do senhor Gregório da Silva, responsável pela pasta do Turismo, que afirmava que o prefeito Luíz Gomes estaria favorável à liberação de verbas, e que tais trâmites estariam sob a incumbência do secretário da Educação, Moacir Tomazi, vinculado à Fundação Cultural. Este, porém, desconhecia tal anúncio, mas afirmou que haveria a flexibilidade da liberação de dinheiro. No entanto, tal medida dependeria exclusivamente do gestor municipal (DC, 1989, p. 7). Consideramos a seguinte fala de Silveira, a qual se encaixa perfeitamente neste cenário de empurra-empurra de responsabilidades:

A cultura não é apenas um setor da vida pública, como muitos querem fazer acreditar. Ela extrapola gavetas e prateleiras da tecnoburocracia e atinge uma dimensão ainda insuspeita, mas que paira sobre todas as políticas, sem exceção, influenciando em todas as direções” (SILVEIRA, 2003, p.23)

A preocupação em não haver o desfile em 1990 em Joinville, assombrava os amantes do Carnaval na ânsia de teatralizarem como atores principais tal espetáculo, sendo que, em abril de 1989, o DC⁵⁹ noticiou a preparação antecipada da Príncipes do Samba, com desfiles de fantasias e o samba enredo do referido ano apresentado à imprensa da cidade.

Em dezembro de 1989, foi concretizada a efetivação dos desfiles de Joinville com a seguinte nota⁶⁰: “Lula⁶¹ quer o melhor Carnaval de rua”. Neste ano, a liberação de verbas chegou a 3 milhões de cruzados novos, que seriam divididos também com a Fúria Tricolor, que retornava a ativa. Infere-se que mesmo com o esforço das escolas de samba, estas não obtiveram sucesso em sensibilizar o comércio, e as indústrias da

⁵⁹ 16/04/1989, p.17, “Escola Prepara Carnaval de 90”.

⁶⁰ Jornal O Estado do dia 22/12/1989, p. 23.

⁶¹ Apelido do prefeito de Joinville, Luíz Gomes.

cidade, para as subvenções dos festejos em complementação às verbas subsidiadas pela Prefeitura.

Da Matta (1979), afirma que um motor significativo na implantação do grande Carnaval no Rio de Janeiro foram os comerciantes que vislumbraram no festejo a mola propulsora dos negócios. Em Joinville, percebemos que os comerciantes aos poucos foram perdendo este impulso visionário, não vendo o Carnaval como festa impactante nos negócios. Suspeita-se que esta mesma ótica tenha atingido inclusive a visão dos administradores das grandes empresas da cidade.

Tecidos cintilantes, lantejoulas, isopor, madeira, cola quente, agulhas, máquinas de costura, serralheria e marcenaria, submetidos ao modo de fazer, criar e inventar, as escolas de samba, correram contra o tempo com seus foliões, sob as orientações dos carnavalescos para materializar os enredos em fantasias e alegorias, que seriam apresentadas nos desfiles de 1990. Cavalcanti descreve este trabalho, que envolve a todos, da seguinte forma:

Os trabalhos do barracão vão assim da concepção do Carnaval pelo carnavalesco, que “sonha noites e noites com a escola desfilando”, à sua realização pelo trabalho do ferreiro, carpinteiro e escultor, culminando no trabalho do decorador, que é “dar vida, dar cor, transformar a realidade de madeira e ferragens em sonho”. Nessa sequência, que vai de um sonho imaterial e individual (que só existe na mente do carnavalesco) a um sonho palpável e coletivo na sua realização e fruição, explode a dimensão simbólica do Carnaval). (CAVALCANTI, 2015, p.76/77)

A alegoria de um índio de quatro metros e meio foi anunciada antecipadamente aos leitores do AN⁶², informando que os oitocentos integrantes da Príncipes do Samba fariam mais um espetáculo, instigando o público a comparecer no Carnaval de rua. Tais alegorias são uma convocação ao público para atuar de outra maneira, ou seja, contemplar da beleza (CAVALCANTI, 2015), exteriorizada exclusivamente à plateia.

A atuação do poder público inovou os festejos no ano de 1990 com dois arrojos, os quais Joinville não havia presenciado até então. O Jornal de Santa Catarina de 11 de dezembro de 1989, primeira página, anunciou que a partir do dia 18 de dezembro, o público poderia todos os dias à noite curtir o samba ao vivo, congregando foliões e espectadores no pré-Carnaval no “Barracão do Samba”, montado na praça Nereu Ramos. Porém, a inovação maior foi anunciada no AN do dia 14 de janeiro de 1990 na

⁶² 22/02/1990, p. 05.

página 5, com o título: “Folia volta à rua do Príncipe”, tendo como subtítulo: “Povo brincará no terminal urbano”.

Destaca-se que, após dois reinados do Carnaval de Joinville, 1988/89, Rosimeire Mateus, a então rainha do Carnaval, entregou o coroa à sua sucessora, representante do salão Alvorada, Cláudia Alice, eleita pelos jurados da imprensa da cidade, a nova rainha do Carnaval, mantendo-se no reinado o rei Momo Gilmar Santos, compondo assim a corte carnavalesca de 1990.

“Escolas de Samba e salões prontos”. Esta foi a última chamada para os joinvilenses, anunciada no AN do dia 24 de janeiro de 1990, p.01. A corte carnavalesca desfilou primeiramente, abrindo os desfiles com saudação ao público no sábado de Carnaval, que lotou os dois lados da rua do Príncipe, apelidado de sambódromo joinvilense. Para Queiroz (1994, p.42), a “[...] separação entre atores e espectadores é discernível com muito maior clareza nos desfiles carnavalescos”.

A plateia assistiu o popular bloco As Depravadas, que comemorou 10 anos de folia com o enredo “Na Terra da Tieta do Agreste, a Cabrita do Sertão”. O bloco Prisma Samba mostrou seu Carnaval sob o tema “Esquecendo a Tristeza”, composto por Maria Gorete Manoel⁶³, interpretado pelo seu marido Valmir Manoel, envoltos nas nuances das cores verde, amarelo e branco.

Sob forte chuva, o público aplaudiu a volta da escola de samba “Fúria Tricolor”, favorita no Carnaval de 1990. Com o tema “Sonhos e Fantasias”, integrantes de alas e destaques desfilaram ao som da bateria composta também por crianças, que encharcados homenagearam Carmem Miranda. Da Matta (1979, p.115) afirma que é neste momento que “[...] temos que tomar o desfile como a dramatização por excelência do Carnaval [...]”. O sr. Sestrem, presidente da escola, proferiu o gasto de 500.000 cruzados novos, alegando que veio para vencer o Carnaval de 1990.

⁶³ Percebe-se a forte participação das mulheres, não somente no trabalho de confecções de fantasias, mas também como compositoras, intérpretes, diretoras de alas, organizadoras e destaques em todas as escolas e blocos.

Figura 16 - Bateria da Fúria Tricolor, a primeira a desfilir



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.6 – 27/02/1990

A Unidos do Boa Vista, com seiscentos componentes, trouxe o enredo: “O Negro na Sociedade”. É relevante comentar que além do presidente Vilson Cruz e o mestre da bateria Edson Cruz, mais 40 componentes da mesma família faziam parte da composição da escola. “O samba está no sangue dos Cruz”, afirmou o AN do dia 23 de fevereiro. Vale dar notoriedade que a intérprete da escola de samba, Maria Zilda Teixeira Cruz⁶⁴, foi a primeira mulher a conduzir como intérprete uma escola de samba em Joinville.

Um depoimento que colhi em entrevista com o mestre-sala da Unidos do Boa Vista, que atuou no referido recorte temporal, revela o seu sentimento em estar na avenida, ou seja, o triunfo de uma etnicidade viva. Josué Laurentino, técnico de enfermagem, que aos 17 anos de idade já cortejava a porta-bandeira nos desfiles competitivos representando sua agremiação, afirmou:

Eu vejo que é um avanço cultural de nós, negros, porque outrora, os meus ancestrais estavam sob um tronco, estavam impedidos da liberdade e ver esse avanço cultural da minha raça que lutou pra conquistar o seu espaço. Aquilo ali é um momento único né? Um momento que você está na avenida ali, que você está expressando o sentimento de alegria, deixando pra trás todos os problemas sociais que a gente tem. A gente esquece tudo. A gente fica num momento único, “seu”. Ali o show é seu. Não importa que tenha 10.000 pessoas nos vendo, se tem uma pessoa vendo. O show é único, é teu, é

⁶⁴ Dona Sônia Cruz, em entrevista a este pesquisador, lembrou saudosamente da intérprete da família, Maria Zilda (*in memoriam*), cantora lírica que desde os primeiros carnavais da entidade carnavalesca, mudava o tom de voz, ocupando o posto de primeira intérprete da escola, assim como foi a primeira mulher, entre todas as agremiações, a cantar na avenida os sambas-enredos da sua agremiação.

maravilhoso. (LAURENTINO, Josué da Silva. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 29 out. 2019)

O depoimento de Laurentino revela uma questão central do Carnaval. A troca de papéis e a transição momentânea dos espaços sociais, fornece uma válvula de escape para o preconceito e as pressões da hierarquia cotidiana. Relembrando a terrível memória da escravidão, o entrevistado projeta um vislumbre de um espaço de alegria e liberdade, que se opõe ao sofrimento gerado pela desumanização. O espaço “único”, descrito por ele, dá indícios da importante função que a cultura exerce na sociedade.

Como de costume, a Príncipes do Samba, fechou o desfile de 1990. Com o enredo “Tributo ao Brasil”, a construção do Carnaval estava sob o comando da carnavalesca e artista plástica Odete Neri, na perspectiva de homenagear o povo sofrido deste país rico, o Brasil. Cavalcanti (2015, p.126) define o trabalho do carnavalesco “[...] como uma espécie de artista-mor da produção do Carnaval de uma escola de samba”. Nara, uma das destaques da escola de samba, nos contou em meio as gargalhadas, a aventura de se apresentar no carro alegórico: “_ Tinha que cuidar pra não cair, só tinha um bastão pra se segurar ali e tinha que sambar, tinha que sambar. Era bem alto, tinha 2 metros e pouco de altura”.

O público que se mantinha aquecido pela bateria da última escola, se dirigiu ao terminal urbano. Com fitilhos e máscaras penduradas no teto da principal parada de ônibus da cidade, o local se transformou no grande baile popular, onde todas as agremiações com seus foliões e plateia se misturaram num único objetivo, brincar o Carnaval até o amanhecer.

Figura 17 - Nem a chuva impediu a folia em Joinville



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.1 - 27/02/1990

O AN do dia 09 de março trouxe em primeira página o seguinte anúncio: “Príncipes do Samba vence o Carnaval de rua”. Com 221 pontos conquistados pelos jurados, consagrou-se campeã, arrebatando os quesitos de melhor samba-enredo, bateria, harmonia, alegoria, mestre-sala e porta-bandeira, assim como melhor coreografia. Todas as demais escolas e blocos receberam troféus de participações. Como era de costume, na terça-feira de Carnaval, no dia 27 de fevereiro, todas as agremiações voltaram para a avenida para repetirem o espetáculo, livres de competições, apenas com o intuito de festejar a última noite oficial da folia.

3.7 UM OLHAR SOBRE O FOLGUEDO DE 1991

Os preparativos para o desfile de 1991 estavam a todo vapor. A Secretaria de Turismo de Joinville, subordinada à Prefeitura, estava crente que o Carnaval da cidade seria o maior do estado neste ano, tendo em vista que Florianópolis não contaria com várias grandes escolas carnavalescas⁶⁵. Ações como a promoção de festas públicas, que congregam o povo com tal regozijo é visto com interesse pelo gestor municipal, sem a qual corre o risco de ver sua imagem corrompida para as próximas eleições (ANDRADE, 2016).

Apesar da redução das verbas liberadas para as agremiações, devido à crise no início da década de 90, escolas e blocos promoveram eventos prévios para que fossem somadas nas ajudas de custos para a realização dos desfiles do vigente ano. O senhor Nestor Padilha, se referiu assim ao prefeito da cidade de Joinville em entrevista⁶⁶ para esta dissertação: “O Lula fez o Carnaval, foi um sucesso, um sucesso mesmo na volta do Carnaval”.

A nova corte⁶⁷ do reinado carnavalesco, entronizou a representante da Fúria Tricolor, Adriana de Oliveira, com apenas 18 anos como nova rainha do Carnaval de Joinville, que reinaria ao lado do rei Momo Edmilson Lins Silva. Destaca-se a vinda do

⁶⁵ AN do dia 09/02/1991, p. 06.

⁶⁶ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 23 out. 2019.

⁶⁷ AN do dia 03/02/1991, p. 11.

Juce Curvelho⁶⁸, patrocinado pela Prefeitura e pelo sindicato dos radialistas para presidir uma comissão de 30 avaliadores do júri popular durante os desfiles, cujo troféu “Cidade de Joinville” seria oferecido à escola vencedora após os desfiles do dia 09 de fevereiro.

Com um público estimado de quinze mil espectadores debaixo de muita chuva, a rua do Príncipe mais uma vez apreciou todo o trabalho com fantasias e alegorias das agremiações joinvilenses. Após a saudação da corte, e a abertura dos desfiles, com o bloco As Depravadas, a agremiação Unidos do Boa Vista, que cantou os seus 20 anos de fundação foi a primeira escola a mostrar o Carnaval de 1991. Dona Sônia, em entrevista, declarou que apesar da escola ser regida majoritariamente por negros, havia muito mais brancos na composição de alas e destaques. Ao ser questionada sobre esta relação, a referida entrevistada afirmou com um largo sorriso: “Foi aí que acabou o preconceito, porque lá eram todos iguais, o pessoal que está de fora não enxerga, éramos todos uma família. Não existe branco e preto”. A fala de Dona Sônia instiga a reflexão sobre a questão social inserida no próprio desfile, e revela uma percepção semelhante àquela de seu Butiaquinho: a suspensão temporária das diferenças é sentida pelos foliões.

Mediante a este relato, percebe-se que Joinville sempre teve, por parte de uma grande fatia da população, um certo olhar preconceituoso para os festejos carnavalescos. Lembro que desde adolescente ouvia burburinhos afirmando que Carnaval era coisa de negro, e que este festejo não era característica de branco. Assim como a dona Sônia, eu, folião em todas as edições da cidade desde 2012, compreendo que este prejulgamento é vencido no momento em que todos, brancos e negros, reúnem-se na mesma ala, envoltos na mesma indumentária, como um exército cantando o mesmo enredo, defendendo a mesma escola. Só quem está inserido no contexto, percebe que pelo menos as diferenças que dividem a sociedade no cotidiano são suprimidas, e a igualdade pode ser vislumbrada na passarela (DA MATTA, 1986). Instigada a contar um pouquinho mais sobre o seu sentimento em desfilar na avenida lotada, me deleitei com o discurso nostálgico da dona Sônia:

Tudo na arte é assim, trabalhoso pra ter minutinhos de glória. Você sai do corpo, porque o coração começa a acelerar, a adrenalina mesmo sobe. Por alguns momentos você faz por impulso os movimentos involuntários que você nunca imaginaria que fazia. É aceno, beijo pra cá, beijo pra lá, exibição de passos e tudo aquilo num aceleração do

⁶⁸ Ex-presidente da escola de samba União da Ilha do Governador, do Rio de Janeiro.

coração lá em cima e depois passa tudo. É uma adrenalina que sobe e depois baixa. É muito gostoso, o pessoal fica satisfeito e se abraça. (CRUZ, Sônia Regina. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 27 out. 2019)

Aos olhos de dona Sônia, o Carnaval é um momento único de extravasamento e alegria, como podemos ler acima. Como é perceptível também em outras entrevistas, os sentimentos que sondam os indivíduos envolvidos com a festa são intensos, e promovem a elevação do estado de ânimo. Além disso, a carnavalesca ainda revela que o trabalho, que é construído ao longo dos meses que precedem o evento, é todo recompensado pela êxtase da avenida.

Tematizando o enredo “10 anos de História”, a Fúria Tricolor entrou na avenida cantando o samba composto pela escritora Mila Ramos⁶⁹, cujo “[...] desfile é, em essência, a encenação de um enredo, narrado por meios em cortejo linear” (CAVALCANTI, 1999, p.82). A escola com maior número de componentes, a Príncipes do Samba, fechou as comemorações cantando o enredo “O Samba e suas Raízes”, com carros alegóricos, e muita criatividade, vista na transformação da alegoria do índio do Carnaval de 1990, ser modificada na escultura de um negro de 4 metros e meio, como carro abre-alas. Para Cavalcanti (1999), ao escultor cabe papel de destaque na cadeia criativa da festa.

O júri popular elegeu a Príncipes do Samba como vencedora disparadamente, sendo vice-campeã a Fúria Tricolor, conforme informou o periódico AN do dia 12 de fevereiro de 1991, página 8, informando também que todas as agremiações voltariam à avenida para os desfiles na terça feira, agregando mais uma vez o povo em comemoração pujante. Segundo Da Matta (1979, p.108) “O Carnaval não promove reuniões de famílias nas casas, mas reuniões de indivíduos nas ruas.”

⁶⁹ Zelândia Ramos dos Anjos, mais conhecida como Mila Ramos, morreu aos 86 anos, em 20/11/2018. Formada pela 2ª turma de letras da Univille, dedicou seus últimos 20 anos à literatura. Entre 1993 e 1996, foi diretora da Fundação Cultural de Joinville. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2018/11/morre-a-escritora-e-professora-mila-ramos-de-joinville-10646752.html>>. Acesso em: 20 abr, 2019.

Figura 18 - Júri popular dá vitória para Príncipes do Samba



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia, p.8- 12/02/1991

Com o custo de Cr\$ 5,5 milhões, a agremiação vencedora, a Príncipes do Samba, convenceu os jurados oficiais, levando além do troféu do 12º título e a premiação extra de Cr\$ 1,5 milhão, oferecida pela Prefeitura (AN, 15 fev. 1991, p. 5). Em entrevista com o mestre da bateria nota “10” de todas as edições dos desfiles da Príncipes do Samba, o sr. Ernesto Miranda Corrêa (o seu Butiaquinho), nos relatou com brio:

A divulgação era grande. A Fundação Cultural de Joinville era forte, trabalhava com a gente, ajudava a gente, participavam do ensaio, faziam o evento, arrumavam os patrocinadores na época. Patrocinador que financiava a Festa das Flores, financiava o Carnaval também na época. Hoje em dia tu não vê falarem isso, entendeu? Então morreu muito a Fundação Cultural em Joinville e os nossos munícipes nem aí né. Quem cuida do Carnaval? (CORRÊA, Ernesto Miranda. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 21 out. 2019)

A fala do seu Butiaquinho permite a construção de um paralelo do Carnaval de 1991 e o festejo atual. Para ele, o apoio do Estado que não somente financiava os desfiles, mas tinha participação ativa durante as preparações, não é mais vista atualmente. Pondera-se o seu olhar quanto a população, que não intervém em prol do Carnaval de rua, deixando-o órfão.

Premiado com Cr\$ 1 milhão, a Fúria Tricolor ficou com o vice-campeonato e, em 3º lugar, repetindo o resultado de 1990, ficou a Unidos do Boa Vista, que além do

troféu recebeu a gratificação de Cr\$ 500 mil. Ficou perceptível que, a compatibilidade no que tange a junção do Poder Público ao apoio, incentivo e a propagação da manifestação cultural carnavalesca e o modo de criar, fazer e viver das agremiações nos desfiles carnavalescos, indicam uma aproximação notável aos direitos expressos nos artigos 215 e 216 da Constituição Brasileira de 1988.

3.8 O ANO DE 1992 E O ÚLTIMO RUFAR DA BATERIA. 1993: O INÍCIO DE UM LONGO SILENCIAMENTO

Os esforços da Prefeitura, unidos aos trabalhos das agremiações, ascendiam a aspiração em fazer o Carnaval de Joinville ser reconhecido como o maior do estado de Santa Catarina. Mesmo com a inexistência de repasse de verbas da Prefeitura para as escolas de samba, alegando a crise econômica nacional, havia o interesse da promoção dos desfiles, porém sem o caráter competitivo, na argumentação de contenção de gastos com jurados e premiações.

A tímida participação da imprensa local na divulgação dos festejos, corrobora com o discurso da contenção de gastos, indicando a escassa movimentação do setor cultural. O jornal AN⁷⁰ anunciou ao público joinvilense a seguinte manchete: “Em Joinville, só amanhã”, aludindo apenas a um desfile na rua do Príncipe no referido ano.

Ao declarar que os Cr\$ 7 milhões arrecadados com os patrocinadores cobririam meramente a estrutura do evento, apenas a Príncipes do Samba e os blocos As Depravadas e a estreante Unidos do Ademar Garcia assumiram a responsabilidade de não deixarem em branco os dias momescos em Joinville. Com reutilizações de materiais e adaptações de alegorias e adereços, a única escola a participar entrou na avenida após os dois blocos desempenharem suas performances, trazendo o enredo “Ilha Encantada, Terra dos meus Sonhos”, uma homenagem a cidade vizinha São Francisco do Sul.

O público compareceu em demasia, lotando as calçadas para assistir ao espetáculo. Não menos divertido do que as edições passadas, após o festejo público, muitos foram para os clubes privados festejarem a madrugada. Esta foi a última contribuição do prefeito Luíz Gomes, o Lula, para o Carnaval joinvilense, tendo em

⁷⁰ 28/02/1992, p.6.

vista que em novembro o sr. Wittich Freitag ganharia a corrida pela gestão municipal, voltando a administrar Joinville em 1º de janeiro de 1993.

Mais de vinte informes do jornal AN do mês de fevereiro de 1993 anunciavam a glorificação do rei Momo nas ruas das cidades catarinenses de Joaçaba, Ituporanga, Laguna, São Miguel do Oeste, Jaraguá do Sul, Florianópolis, assim como a volta da folia de rua em Blumenau após seis décadas sem os festejos. Não obstante, em Joinville, os jornais precaviam a ausência da corte carnavalesca e conseqüentemente as portas fechadas da rua do Príncipe para a passagem das escolas e blocos.

As fontes analisadas não revelam motivações explícitas para a interrupção dos desfiles em Joinville. Nos debruçamos, portanto, apenas sobre os relatos dos que sentiram na pele o interregno dos desfiles de rua. Depreende-se que, ao ouvir diferentes relatos de quem vive e viveu o que está sendo pesquisado como objeto, a informação repassada pela mídia não seja a única verdade a ser realmente digerida.

Ao serem questionados sobre a real justificativa, colhe-se indícios de indeferimentos de liberações de verbas do senhor Wittich Freitag, assim como a repulsa desta manifestação cultural. Seguem três depoimentos, coletados para a esta dissertação:

Nestor Padilha, 75 anos (Presidente das Escolas de Samba de 1993):

“_ Verba, verba, ele não gostava de Carnaval. Porque é o prefeito quem dá dinheiro. Era uma coisa boa, porque eu sempre dizia, sempre dizia né, o operário trabalha o ano todo. Chega no verão o rico vai pra praia, vai passear. Então o Carnaval dá uma alegria né? Pelo menos a pobreza vem pro centro pra se divertir e tal, isso que eu dizia”.

Sônia Regina da Cruz, 60 anos (Foliã da Escola Unidos do Boa Vista em 1993):

“_” Na verdade era é uma festa pro povo, uma festa popular que toda Prefeitura deveria dispor para os seus eleitores de graça. Nos primeiros anos que o prefeito disse que não tinha, ele não disse que não tinha, disse que não iria liberar verbas. As escolas ainda se arrastaram por uns 2 anos com recursos próprios. Foi uma revolta, é como você correr atrás de um carro e depois o carro para e você não sabe o que fazer. Aí o pessoal guardou todos os instrumentos numa casa que agora nem se sabe pra onde foram. E aí acabou, ninguém mais desfilou”.

Ernesto Miranda Corrêa, 63 anos (Mestre de Bateria da Príncipes do Samba em 1993):
_“Na época, muitos amigos meus de escolas de samba, componentes e tal que a maioria é negra, achavam isso racismo, dizem que alemão não gosta de Carnaval né? Eu disse: _Calma, isso não é de cor, é cultura deles, não quer fazer não faz, certo? Foi uma injustiça muito grande com a gente. Quando ele saiu pela primeira vez pra prefeito, ele foi no meu clube, no Kênia, ele pegou o tamborim na mão, porque ele não era conhecido no Itaum, porque a minha escola é do bairro do Itaum e do bairro Floresta. Ninguém conhecia o Freitag no Kênia, não sabiam nem dizer Freitag, falavam Frita, (risos). O Luiz Henrique⁷¹, estava no lado dele e o Pedro Ivo⁷² apoiando também. Aí apoiamos eles e ganhou a primeira eleição. Naquele ano, óbvio, ele foi obrigado a fazer Carnaval, porque a estrutura que ele pegou já tava montada. E no segundo ele não cumpriu a palavra dele dada no clube lá quando foi tocar tamborim. A gente ficou muito sentido, ficou chato”.

Os relatos acima nos levam a refletir sob os três diferentes olhares dos entrevistados. Apesar de uma certa contrariedade na fala do seu Padilha em afirmar que além do apoio do Estado, as escolas também devem dispor dos seus mecanismos para arrecadar fundos, como já fora supracitado no periódico AN de 16/01/1988, aqui, ele alega o Estado como único tutelar dos desfiles. Contudo, a dona Sônia pondera o seu olhar. Apesar de presumir ser de responsabilidade do Estado, esclarece que não houve proibição da manifestação de rua e sim corte da subvenção. Entende-se que pelo fato das escolas e blocos não disporem de reservas financeiras, os desfiles só aconteceriam sob o repasse de verbas.

A fala do seu Butiaquinho vai além. Para ele, não se trata de preconceito racial, mas sim de falta de palavra como gestor, uma vez que este teria pactuado o apoio com liberação de verbas dentro do Kênia Club, sede da Príncipes do Samba, sentindo-se traído pela atual gestão.

⁷¹ Além de senador desde 2011, o político catarinense foi prefeito de Joinville por três mandatos, deputado federal, deputado estadual, ministro da ciência e tecnologia, e governador de Santa Catarina por dois mandatos, entre 2003 e 2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/05/senador-luiz-henrique-da-silveira-morre-em-joinville.html>> Acesso: 21 abr. 2019.

⁷² Além de deputado estadual e federal, foi prefeito de Joinville em 1973, assim como governador em 1987.

Consideramos, por fim, as palavras do mestre-sala da Unidos do Boa Vista do referido recorte temporal, senhor Josué da Silva Laurentino, cujo depoimento resume o cenário joinvilense:

Existe um número muito grande de pessoas em Joinville que amam o Carnaval e tem um número de pessoas que não gostam, porque nunca foram. Então eu acredito que há sim uma cultura de querer impor que as pessoas em Joinville não gostam de Carnaval. Haja visto que mesmo diante das dificuldades que têm para se realizar o Carnaval, acontece, porque as agremiações vão a luta sem dinheiro e muitas das vezes, arregaçam a camisa e vão pra avenida e a população está lá, a população mais carente. Lá não tem barreira, lá entra de graça. As pessoas não pagam 30 reais pra entrarem, mais o estacionamento e mais 10 na cerveja. Lá eles entram e é acesso livre. Lá é um momento único. Exatamente para a população que precisa mesmo, pra população que tá desacreditada de saúde pública, de cultura, estão todos lá, assistindo o Carnaval, batendo palmas e sorrindo, até sem dentes, mas estão sorrindo, alegres. Então aquele é um momento único né, da população (LAURENTINO, Josué da Silva, entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 29 out. 2019)

A narrativa de Josué Laurentino resume o cenário do Carnaval joinvilense. Uma cidade que insiste no discurso de não ser o desfile, uma característica dos dias do festejo em Joinville. Por outro lado, ele, o entrevistado, como folião, traça um panorama do público que lota as ruas quando há os desfiles. Comparando com as outras festas populares da cidade, destaca-se o Carnaval, por não haver cobrança de ingressos, estacionamentos e por ser tão democrática, cada qual pode levar seu isopor com bebidas e lanches do seu próprio lar, traços raramente vistos em outras festas populares de Joinville.

Acrescenta ainda o senhor Laurentino que, a maioria do público que se diverte no Carnaval de rua da cidade, diferencia-se dos foliões de alto poder aquisitivo, os quais não ficam na cidade, e ao mesmo tempo desprezam os festejos de Joinville, enquanto a população desprovida encontra somente nestes dias, os festejos de rua da própria cidade para brincarem e exteriorizarem o espírito carnavalesco, como foliões ou espectadores.

Sob este olhar, o ano de 1993 ficou marcado como o ano da ruptura dos desfiles carnavalescos na cidade de Joinville, a qual perduraria por mais de uma década adentrando o novo século sem os desfiles de rua. O comodismo tomou conta do poder público, das agremiações e da população. A nova geração da cidade cresceu sem saber, sem conhecer, sem participar e sem ouvir os tamborins anunciando que Joinville detém para si a cultura carnavalesca. Embora adormecida, mais tarde, início da primeira

década do século XXI, ela viria despertar sob o grito de Momo: “Quer brincar, é um direito!” (GOLDWASSER, 1975, p.124).

4 O DESPERTAR DOS TAMBORINS – DO SILENCIAMENTO (1994 - 2006) À REINVENÇÃO DA EMOÇÃO: UMA AÇÃO QUE RESULTOU NO RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE CARNAVALESCA EM JOINVILLE

Tirem-nos estas manifestações de sentimentos e ficaremos, talvez, completamente despersonalizados (FERREIRA, 2008, p.40)

4.1 O ANO DE 1994: MOMO NÃO REINOU EM JOINVILLE!

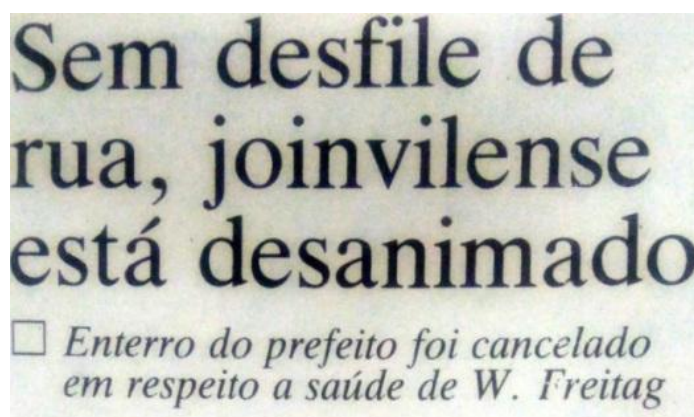
Da batucada ao mutismo, do espalhafato à tranquilidade, da excitação ao esmorecimento. Essas foram algumas das contradições experienciadas na pele, tanto dos amantes carnavalescos e foliões, quanto dos aficionados espectadores dos desfiles da cidade de Joinville no ano de 1994. Da Matta (1979), nos diz que por sermos brasileiros, buscamos o prazer seja qual for o estilo do folião. Porém, o Carnaval não foi o gênero que serviu como válvula de evasão para desobstruir a euforia encadeada pelos dias de labuta na Manchester Catarinense. A cuíca, o surdo, os tamborins, a caixa, o agogô, o repique e o pandeiro, que juntos sustentam o contagiante ritmo do enredo cantado, como nos informa Cavalcanti (1999), não se misturaram uníssonos. O silêncio imperou nos que outrora foram dias de festa: nem plateia, nem desfile.

Durante séculos, a população no Brasil, “[...] sempre se mostrou dividida em dois grupos opostos: os carnavalescos e os não-carnavalescos” (QUEIROZ, 1999, p.13), apontando os que amam o festejo e a repulsa e apatia dos que condenam. Independentemente, o Brasil vive o Carnaval reinventado ano a ano com desfiles de escolas, blocos, trios elétricos e bailes, cada qual extrapolando sua maneira de festejar. O Carnaval se reinventa justamente por ser uma festa que, como relembra Da Matta (1979), é de todos.

Em mais de 20 anúncios do jornal A Notícia, foram veiculadas as festas carnavalescas de todo o estado de Santa Catarina durante o mês de fevereiro. Exemplos dessas comemorações foram os festejos em Florianópolis, Itajaí, Laguna, Criciúma, Barra Velha e São Francisco do Sul. Por outro lado, a comunicabilidade do jornal AN com os cidadãos da cidade de Joinville, deixava inequívoca a inércia momesca

joinvilense durante o período de folia, estampando a notícia do dia 11 de fevereiro de 1994 na página 20, com a explícita manchete: “Sem desfiles de rua, joinvilense está desanimado”. Os jornais, como se sabe, não apenas fornecem informações, mas são participantes do passado (LEITE, 2015). Assim, ao apontar para o desânimo do joinvilense, o AN posiciona-se em uma dinâmica social que, provavelmente, deixava explícito o descontentamento da população com relação à falta de desfiles de rua.

Figura 19 - Sem desfiles de rua, joinvilense está desanimado



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia, p.20- 11/02/1994

Assumindo este descontentamento como verdadeiro, é possível também delinear algumas prováveis explicações sobre ação da comunidade carnavalesca joinvilense. Pela segunda vez⁷³, como forma de protesto, articulou-se o enterro fictício do gestor municipal, Wittich Freitag, que recusou-se, novamente, a subvencionar o desfile. O enterro fictício foi revogado em consenso entre as agremiações, prevalecendo o bom senso devido ao respeito pela saúde debilitada do administrador da cidade, o sr. Freitag.

Afirmam Brandão e Borges (2014), que, a reunião de pessoas na luta pela garantia de seus direitos, faz com que estas sejam ouvidas, e assim, preconizam numerários do poder público, no que diz respeito a salvaguarda da cultura imaterial, em

⁷³ O primeiro enterro fictício do prefeito Wittich Freitag ocorreu em 1986, durante a sua primeira gestão, devido ao corte de verbas, quando os foliões organizados pelo senhor Nestor João Padilha, saíram pelas ruas de Joinville vestidos de preto, carregando um caixão fechado com o nome do prefeito, cantando a popular canção "Não deixe o samba morrer", composta por Edson Conceição e Aloísio Silva, gravada em 1975 pela cantora Alcione. Disponível em: <https://paralelojornalismo.com.br/index.php/2018/02/09/dos-saloes-para-as-ruas-ha-cinco-decadas-joinville-revia-o-carnaval-de-rua/>. Acesso em 15 de set, 2019.

especial aqui, o Carnaval, pois este, “[...] não designa, portanto, a festa simplesmente, mas todo o processo que nela desemboca” (CAVALCANTI, 1999, p. 12). Por este viés, Cunha Filho (2018) afirma que a cultura interpõe todos os seres humanos, fazendo com que todos tornem-se coparticipativos nesta batalha.

As comunidades Príncipes do Samba, Nação Tricolor, Unidos do Boa Vista e os blocos de Carnaval, em destaque, As Depravadas, incumbidas pelos desfiles de rua, deram tréguas às rivalidades para unirem-se em nome da preservação da cultura carnavalesca. O papel das comunidades, neste sentido, é fundamental, pois esta instituição social concentra interesses comuns (MOCCELIM, 2011), que se materializam em ações conjuntas.

A única saída para os foliões, carentes de investimentos públicos, foi a utilização dos salões de bailes, que se diferenciava de seu uso nos dias de Carnaval no formato de desfiles de rua. Diante deste cenário, o jornal AN do dia 13 de fevereiro de 1994, página 10, elevava o crescimento das festas internas de 10 sociedades recreativas da cidade, que alcançavam diferentes pontos do município com os seguintes dizeres: “Clubes monopolizam o Carnaval em Joinville”. Este monopólio representava o confinamento de uma festa que, como relembra Queiroz (1999), é secular e de amplo prestígio popular.

O clube Kênia, o primeiro na lista dos 10 clubes supracitados na reportagem acima, reuniu foliões como de costume desde a sua fundação em 1968. O clube promovia não somente bailes nos dias de Carnaval, mas durante o ano todo. A capacidade destas festas de serem incorporadas em qualquer época do ano é lembrada por Queiroz (1999), que ainda ressalta o potencial de qualquer festa se tornar, em seus ritmos, uma festa carnavalesca.

Em entrevista, Nara nos relatou com tom de nostalgia, tanto os bailes quanto a interrupção dos desfiles:

Foi um choque né, porque o Kênia sempre trabalhou assim. Kênia e Escola Príncipes do Samba sempre foram um elo. As duas entidades sempre foram casadas. Então o Kênia tocava bailes, desfiles, concursos, rainha de primavera e outros concursos também abrindo pra bailes, pra outras pessoas.

(FERREIRA, Lucia Nara. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 26 out. 2019)

O depoimento de Nara nos ajuda a entender que mesmo a comunidade estando abatida pela ausência dos desfiles, não deixou de brincar o Carnaval, abrindo suas portas a todos que quisessem se unir no festejo de salão.

De acordo com o sr. Padilha⁷⁴, presidente da Liga das Escolas de Samba no referido recorte temporal, a celebração na cidade reunia como de costume mais de trinta mil pessoas, as quais se espremiavam nas calçadas para se deleitarem com o espetáculo. Para Cavalcanti, (2015, p. 26) o “Samba remete às formas exclusivas e abertas de expressão, como o canto, música, percussão e dança”, e esse é um fator motivador para tamanho interesse popular. O ano de 1994 foi tipificado pela ausência dos desfiles em Joinville na rua do Príncipe.

4.2 O CONTEXTO DE JOINVILLE DURANTE O PERÍODO CARNAVALESCO ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2005

O Carnaval de Joinville de 1995 não presenciou o retumbar das baterias. Envoltos no eco do silêncio, enredos sem temas expostos em papéis sem linhas e sem versos, evidenciavam a falta de apoio e iniciativa do poder público na contribuição para a manifestação cultural. Tal cenário, trouxe a ausência do turista e uma nuvem enegrecida pelo descaso. Os jornais que tanto enaltecera o Carnaval joinvilense com profusas matérias, cujo intento era o chamamento da plateia da cidade para brincarem o Carnaval durante a passagem das agremiações, mudou a sua epígrafe em alusão ao festejo joinvilense.

Figura 20 - O carnaval da produção



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia, p.1- 06/03/1995

⁷⁴ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 23 out. 2019

“O Carnaval da Produção”, esta foi a antitética anúncio do AN do dia 06 de março de 1995, em sua página 1, em comparação aos anúncios dos festejos de anos anteriores. Joinville, nacionalmente conhecida como cidade industrial, ainda que em um momento de “[...] verdadeiros retrocessos para os segmentos representativos da indústria nacional” (GOULART FILHO, 2017, p.994), continuava manufaturando intensamente. A crise não parou as máquinas nem mesmo para a passagem do Momo. Os anúncios do jornal faziam uma analogia ao Carnaval, denominando as grandes empresas como Döhler, Consul, Embraco, Ciser, Tigre, Docol, Douat e outras, como o “Bloco da Produção”. Estas indústrias mantinham expediente normal, com suas atividades habituais.

Baggio (2014, p. 67) argumenta que o Carnaval, parte da cultura expressiva do Brasil, “[...] é um momento propício ao incentivo ao consumo”, assim também nos informa Werthein (2003), ao esclarecer o seu valor econômico. Com a ausência do Carnaval de rua em Joinville em 1995, ficou incontestável que, os turistas, que costumeiramente vinham prestigiar o Carnaval, passaram a evitar a cidade, alegando a falta de atrações, o que causou prejuízos em vários setores da economia (AN, 6 mar. 1995, p. 1). Imaginamos o sentimento dos carnavalescos, foliões de alas, espectadores, comerciantes e prestadores de serviços, ao lerem a reportagem enfática alegando que Joinville estava às moscas nos cinco dias de reinado do Momo.

Ainda que haja uma predominância étnica associada à imigração europeia, e que por vezes é assumida como totalidade pela administração pública, a tristeza pela ausência do festejo tocou a uma grande parcela da sociedade joinvilense. Fala-se em sociedade, referindo-se enfaticamente a todos, os abastados e menos favorecidos, pois o gosto pelo Carnaval independe da classe social (CAVALCANTI, 1999).

Apenas o salão da Liga de Sociedades⁷⁵ no centro da cidade, festejava o baile carnavalesco lotado com cidadãos que brincavam num ambiente fechado com suas máscaras e fantasias, enquanto as ruas desabitavam os foliões. O mesmo sucesso não ocorreria na Sociedade Floresta⁷⁶, o qual mirrava num grande salão com seus 100

⁷⁵ A Liga de Sociedades, que no início do século XX chamava-se Salão Walther, tendo como proprietário o sr. Guilherme Walther, também responsável pela organização de corsos e préstitos em Joinville, situado na rua Jaguaruna nº 100, promovia grandiosos bailes de Carnaval com lotações máximas. Mais tarde em 1922, o afamado salão Walther ganha seu novo nome.

⁷⁶ Fundado por um grupo de desportistas em 1937, o Floresta Futebol Clube, assim batizado devido a abundante vegetação que predominava na região sul de Joinville, foi formalizado com estatuto, uniforme e diretoria. Porém, somente dia 7 de setembro de 1943 passou a se chamar Sociedade Floresta. Disponível em: < [https://ndmais.com.br/noticias/sociedade-floresta-em-](https://ndmais.com.br/noticias/sociedade-floresta-em)

foliões de acordo com a estimativa feita pelo AN, página 9 do dia 02 de março de 1995. O que se conclui, a partir da análise do material periódico, é que a rede hoteleira, restaurantes, bares, agências de turismo, camelôs, ambulantes e comércio de lojas da cidade lamentavam a incidência de mais um ano sem o folguedo, um verdadeiro tédio.

A entrevista feita pelo jornal AN com o garçom Leomar do Santos, exibida na continuidade do corpo do texto da página 1 do dia 06/03/1995, deixou claro o descontentamento do cidadão, o qual desabafou dizendo ser uma vergonha Joinville não ter o Carnaval. O mesmo acusou o prefeito por ser o culpado preconceituoso, dando atenção somente às festas alemãs.

Apesar da ojeriza aos festejos carnavalescos, o taxista Valdemar Reis, de 55 anos, julgou ser de suma importância o Carnaval, tanto para a economia da cidade, quanto para àqueles que trabalham incessantemente e esperam este momento de descontração e diversão. O referido taxista finalizou sua fala comparando Joinville, que estava parada, com São Francisco do Sul, que fervia durante os festejos. O ano de 1996 reproduziu na íntegra a calma nas ruas da cidade durante os dias de Carnaval, sem os desfiles de rua, que caracterizam o Carnaval coletivo brasileiro (QUEIROZ, 1999).

Havia uma nostalgia ao lembrar os antigos desfiles de rua e a tomada dos foliões e o público nas ruas da cidade. Além disso, percebe-se neste ano a diminuição brusca de matérias alusivas ao Carnaval, com poucas reportagens sobre os festejos em outros municípios. O único chamamento do AN, que convidava os munícipes joinvilenses para extravasarem sua euforia, resumia-se num ínfimo roteiro⁷⁷, apontando os principais salões de bailes, que promoveram a diversão em ambientes fechados sob os preços dos ingressos, contrastando os anos anteriores, quando os anúncios informavam o festejo de rua gratuito, tendo como protagonistas, as escolas de samba da cidade no deferimento do direito cultural.

O olhar lançado sobre os anúncios de jornais e entrevistas com os atores do período carnavalesco de 1995, constatam que não foram despertados os interesses em se discutir ou implementar políticas públicas culturais, expressões do Direito Cultural. Na realidade, fica claro que, saídas alternativas, que não dependessem da subvenção do Estado, não foram encontradas, nem sequer estimuladas. Essa situação nos leva a entender que a exteriorização dos desfiles de Carnaval, no recorte analisado, estão em

joinville-comemora-68-anos-de-historia-tendo-o-esporte-como-referencia/> Acesso em 07 de ago, 2019.

⁷⁷ AN do dia 13/01/1988, p.05.

uma situação de dependência total do financiamento público, com pouca articulação envolvendo a comunidade carnavalesca, os foliões, e a iniciativa privada.

Quanto a figura do gestor cultural, que seria a conexão entre o poder público e a área cultural, percebe-se que não houve uma promoção efetiva de debate com a comunidade. A busca por soluções para a disseminação e a valorização das manifestações culturais, viabilizando a expressão carnavalesca em Joinville, ficou na inércia.

É nessa intrincada trama que entra a figura do gestor cultural, cuja tarefa é a de promover a mediação entre os vários campos das artes, artistas e público, sendo este último visto não mais como um simples consumidor, mas aquele que, tendo sido educado para a cultura, adquiriu a capacidade de retirar de determinada atividade cultural algum benefício que, ao ser incorporado, possibilite uma transformação em sua vida. Isso, evidentemente, sem deixar de pensar que o gestor cultural será um dos elos que interligarão os vários sistemas (FERREIRA, 2009, p. 62).

Em 1997, no entanto, o AN do dia 06 de fevereiro na página 04, demonstrou uma expectativa para a comunidade carnavalesca. A promessa seria que, em 1998 a Prefeitura⁷⁸ apoiaria a volta das escolas de samba com *know-how* de cidades experientes, patrocinando viagens aos agentes culturais para investigarem o festejo em outras cidades, com o intuito de trazerem estas experiências na prática joinvilense. É incontestável que o poder público tinha ciência que a junção do patrocínio da Prefeitura e o conhecimento tradicional de quem sabe fazer Carnaval, seriam ingredientes perfeitos para que em um ano o festejo pudesse ser reavivado com sucesso.

Uma semana após tornar-se pública tal ação, lemos uma crítica antagônica no periódico do dia 12 de fevereiro de 1997 na página D2, no texto do sr. Antônio César Cabral, crítico do AN. Mediante a nota jornalística intitulada “Já Chega!”, atacava o prefeito da cidade, proferindo que além de pressionar a bancada de vereadores da cidade para a aprovação do aumento do IPTU em 150%, também liberaria verbas públicas para uma comissão investigar o Carnaval no Rio de Janeiro, intencionando em disponibilizar

⁷⁸ A partir de 1º janeiro de 1997, o prefeito Luiz Henrique da Silveira, pela segunda vez como gestor municipal, reuniu-se com os carnavalescos de Joinville para viabilizar o retorno dos desfiles carnavalescos em 1998, conforme campanha de governo. Com base na análise de carnavais das cidades como São Francisco do Sul, Laguna, Florianópolis, Criciúma, e até mesmo a ida de uma comissão para o Rio de Janeiro, os responsáveis averiguariam como eram organizadas as escolas de samba e blocos nas respectivas cidades, na esperança de reimplantar tal festejo com o mesmo sucesso.

numerários para as escolas de samba de Joinville. Ao seu ver, tal atitude não seria coisa de gente honesta. Em complemento à sua fala hostil, o senhor Antônio, admite sua oposição à manifestação carnavalesca, justificando que Joinville jamais atrairia turistas. Finalizava com as seguintes palavras, declaradas no jornal:

Dar dinheiro a tais escolas, é alimentar a malandragem, é malvesar recursos públicos, é, evidentemente, politicagem barata de quem não tem mesmo a intenção de terminar o mandato à frente da prefeitura, usando-a apenas para alcançar outros patamares de governo. É, enfim, na minha opinião trair a confiança do povo crédulo que já está farto de promessas. (Jornal A Notícia, 12/02/1997, p. D2)

A liberdade de expressão, declarada pelo artigo 19º da DUDH, permite que qualquer indivíduo possa expressar sua opinião, sem temer qualquer retaliação. Suspeita-se, que o desabafo do senhor Antônio tenha sido lido como natural, tendo em vista que não lemos em edições a posterior réplica alguma, tanto do poder público quanto dos presidentes das agremiações. Porém, percebe-se a repulsa do cidadão à expressão carnavalesca ao referir-se às escolas com termos pejorativos, além de acusar o poder público como traidor ao engendrar uma iniciativa, na busca do profissionalismo do Carnaval joinvilense.

Cavalcanti (1999) opõe-se a estes discursos ostensivos, considerando um “dever” à exibição momesca para os cidadãos que se deleitam no Carnaval, sendo para estes, a festa mais relevante do ano, enquanto os que desdenham a folia, alegam que os quatro dias de folguedo transformam boas famílias em personagens rejeitados pela sociedade.

Percebe-se neste cenário, a fala⁷⁹ do Secretário de Turismo de Joinville, Laércio Beckhauser, que alega que o tempo curto e as mudanças na nova gestão da Prefeitura, impossibilitaram a organização de um Carnaval de rua, fazendo questão de afirmar que o Carnaval de Joinville se apresenta como manifestação cultural e não turística. Há de se interpretar mediante a este relato uma preocupação mais acentuada em atrair turistas e conseqüentemente receita para o município durante o festejo, ao invés da primazia da manutenção da cultura carnavalesca joinvilense, na exteriorização de suas características próprias⁸⁰.

⁷⁹ AN do dia 06/02/1997, p.E2.

⁸⁰ É digno de nota que o senhor Laércio Beckhauser é o principal organizador da Fenachopp, que ocorre no município e procura reunir características de festas típicas europeias, inspirando-se na Oktoberfest de Blumenau, segundo relatou em matéria do Nd+ (BATISTA, 2013).

O AN, página E5 do dia 13 de fevereiro de 1998, trouxe a seguinte manchete, informando a todos o cenário em Joinville: “Sexto Ano Sem Carnaval de Rua”. O senhor Padilha, presidente da Liga, criticava sem rodeios no corpo do texto da reportagem, o Conselho Municipal de Turismo (Comutur) que, em reunião com os carnavalescos da cidade, afirmava que Joinville não tinha a mínima tradição para o Carnaval de rua.

O presidente da LECAJ implorava ajuda do poder público, afirmando que o povão estava perdendo seu espaço na manifestação cultural. Neste contexto, nos debruçamos na análise de Roberto da Matta (1981), que define o papel do Carnaval e seus efeitos como uma inversão social marcada pela hierarquia da sociedade, empoderada por homens,

[...] que controlam tudo o que externo e jurídico, como os negócios, a religião oficial e a política. Por tudo isso, o Carnaval é a possibilidade utópica de mudar de lugar, de trocar de posição na estrutura social. De realmente inverter o mundo em direção à alegria, à abundância, à liberdade e, sobretudo, à igualdade de todos perante a sociedade (DA MATTA, 1981, p.78).

“Carnaval não repete brilho do passado”. Adicionou ainda a reportagem do AN do dia 25 de fevereiro, página 8: “Folia isolada em salões sobrevive pela teimosia, mas em nada lembra as festas de antigamente”. Percebe-se a influência destas notícias na vida cotidiana dos munícipes. Em meio a tantos informes negativos, restava, para os foliões, o descontentamento. O único indício⁸¹ de ocupação das ruas de Joinville em 1998, foi um pequeno grupo de foliões, que travestidos, saíram pelas veredas da cidade, na tentativa de animar o Carnaval. A cultura carnavalesca brasileira permite essa abertura de representação constantes do masculino para o feminino (DA MATTA, 1981). Um dos travestidos, o sr. João Hermano, bancário de 50 anos, dizia ser um absurdo a maior cidade do estado não ter Carnaval.

Restava apenas a indignação dos idealizadores da manifestação dos desfiles de Joinville, enquanto mais uma vez, a afamada São Francisco do Sul, fervia com milhares de turistas, que usufruíam da cidade histórica, suas praias e a calidez do Carnaval, que se estendia nas noites de farra com desfiles de escolas e blocos, e também se engrandecia com a promoção de bailes, desde os infantis, até aos adultos, nas matinês e madrugadas adentro⁸².

⁸¹AN seção verão do dia 21/02/1998, p.01.

⁸²AN do dia 24/02/1998, p.D5.

O promotor de turismo da região no ano de 1999 alegava⁸³, tomado pela perspectiva que a cidade de Joinville é “alemã”, que seria difícil o Carnaval ser solidificado, por falta de uma cultura turística fundamentada em movimentação rentável para promotores e patrocinadores, alegando em entrelinhas que cada região tem sua festa popular, desmerecendo o festejo em Joinville. Percebe-se um declínio gradativo do amparo do governo na manifestação cultural carnavalesca, ofuscando as identidades culturais e os processos de legitimação dos carnavalescos e foliões da cidade, sendo que:

Os direitos culturais pressupõem , portanto, assegurar a todos o direito à criação artística, ao respeito às suas identidades, à diversidade e à participação na vida cultural de suas comunidades e para além de suas fronteiras, incluindo a plena participação no processo de construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais (DO CARMO; MACHADO, 2013, p. 103).

Na mesma reportagem supracitada, mais uma vez, João Nestor Padilha, aduzia toda a culpabilidade aos responsáveis pela gestão pública, em especial aos dirigentes do turismo, os quais aos poucos, deixaram os festejos de rua minguaem na cidade, atentando todo o investimento somente para as festas alemãs do município. Encontra-se nas palavras do ator e artista plástico Sérgio Mamberti, como a cultura é tratada na maioria das vezes pelos gestores administrativos da cidade:

A primeira imagem que aparece quando penso em cultura é a da resistência. Num país como o nosso, historicamente com uma experiência autoritária tão longa, parece-me natural que qualquer cidadão que se preocupe com a questão cultural defronte-se de imediato com a consciência dos obstáculos que terá que enfrentar. (MAMBERTI, 2003, p.15)

⁸³AN do dia 14/02/1999, p.02

Figura 21 - Só se for na rua da amargura!



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia: p. 2 – 14/02/1999

Retrata-se na charge acima, o descaso com a cultura carnavalesca da cidade em acareação com a cultura alemã. Mais que isso: os estereótipos exibidos revelam o preconceito na caracterização do público que participa do Carnaval, e daqueles que não tem sequer conhecimento sobre a realização, ou não, da manifestação. Constrói-se uma imagem de que apenas os negros se interessam pela festa, e de que a população supostamente alemã, não se envolve de qualquer maneira.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, as escolas de samba encenavam os 500 anos do Brasil, tendo como destaque a agremiação do grupo principal “Tradição”, que trouxera para a avenida o enredo “Liberdade! Sou Negro, Raça e Tradição!”, elevando a imagem do negro que mesmo após séculos de opressão e discriminação, tornara-se uma forte nação (CATTANI, 2008). Joinville passou despercebida nos informes dos jornais impressos do ano 2000, quanto aos festejos de rua, seguindo a costumeira monotonia da cidade do trabalho. Os primeiros anos do século XXI não seriam diferentes quanto à manifestação externada da cultura carnavalesca em Joinville.

Neste cenário nos debruçamos sobre as palavras de Mocellin (2011, p. 109) que nos diz: “Enquanto a comunidade é tradicional, a sociedade é moderna; enquanto a comunidade agrega, a sociedade desagrega”. Sendo assim, a comunidade do samba de Joinville, sem acesso às ruas da cidade natal, procurou um novo espaço para jubilar-se no formato de desfiles momescos durante os 5 dias de festejo.

Por este viés, infere-se, especialmente na cidade de Joinville, que mesmo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como diante da Constituição Brasileira, que abraça e protege os direitos culturais, “[...] eles ainda permanecem desconhecidos e incompreendidos” (CUNHA FILHO; BOTELHO; SEVERINO, 2018, p.27) por muitos cidadãos, sendo estes adeptos e não adeptos do Carnaval, envoltos numa nuvem de indiferença, sem tomarem posse dos seus devidos direitos culturais.

4.3 POR ONDE ANDAVAM OS FOLIÕES E OS CARNAVALESCOS DURANTE O SILENCIAMENTO DE QUASE UMA DÉCADA EM JOINVILLE?

Partindo da pressuposição de que a falta de apoio pode calar a manifestação de rua, mas não pode chacinar a cultura e todo o conhecimento tradicional de uma comunidade, era de se suspeitar que a irmandade do samba, que não vive apenas o período de Carnaval, mas subsiste em um ambiente intrinsecamente carnavalesco durante todo o ano, tivesse uma válvula de escape, para exteriorizar seu desfile nos dias oficiais das festividades, congregando-se entre si. Isso, no entanto, indica que a comunidade carnavalesca preferiu encontrar uma alternativa viável fora do Estado, sem recorrer aos mecanismos de garantia básica dos direitos culturais.

Em entrevista, a passista Taís Regina da Silva, hoje com 38 anos, mas que desde os 7, desfila na Escola do Kênia, foi direta em afirmar que além de apresentações em eventos durante o ano, também desfilava durante os dias de Carnaval em São Francisco do Sul:

Os Amigos do Kênia desfilavam em São Chico, que era Príncipes do Samba. A gente sempre estava envolvida com esta questão de Carnaval. Tanto é que nesse período que estava o Carnaval parado, a gente fazia apresentações de passistas também. Juntava a bateria e fazíamos apresentações em alguns eventos, formaturas e a gente fazia essas apresentações. E era muito apreciada pelo público né, pelo samba, pela energia, pela magia, pela alegria do Carnaval. (SILVA, Taís Regina. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 04 nov. 2019).

Em investigação sobre a comunidade carnavalesca de Joinville, percebemos a influência de todo o conhecimento tradicional deste agrupamento de pessoas em firmar

com sucesso os desfiles de Carnaval na cidade próxima, São Francisco do Sul, tendo alguns âncoras, inclusive na fundação de uma nova agremiação em terras são francisquenses, conforme a fala do Seu Ernesto, o Seu Butiaquinho:

Montou uma escola aqui em Joinville, a Majorca, Unidos da Majorca. Até tava eu, a Nara juntos, aí montei Unidos da Majorca. Majorca por que é o nome de um bairro em São Francisco. O fato é que a gente queria competir lá, porque aqui não tinha mais competição, não tinha Carnaval. Aí eu digo: _Nara, vamos colocar o nome Unidos da Majorca, porque o meu irmão tinha então residência lá no Majorca, aí precisava colocar CNPJ, endereço, tudo lá Majorca, bairro de Ubatuba lá. Aí montamos Unidos do Majorca, ensaiávamos aqui no Acaraí, aí fomos em São Francisco na época, falamos com a prefeitura lá, a prefeitura aceitou a nossa proposta desde que a gente desse o endereço no Ubatuba. Nós pegávamos 6, 7 ônibus, ia pra lá desfilarmos e ganhamos o Carnaval lá desde muito tempo. (CORRÊA, Ernesto Miranda – Butiaquinho - Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 21 out. 2019).

Há de se compreender a influência positiva do seu Butiaquinho, residente em Joinville há mais de 40 anos, natural de São Francisco, que desde os 3 anos de idade já era envolvido com a musicalidade carnavalesca, o qual rememorou com saudosismo que tocava na bateria da Mocidade Independente da Água Branca⁸⁴, utilizando uma frigideira, e que mais tarde passou a instrumentalizar uma lata de leite em pó, antes de possuir um instrumento oficial de Carnaval. Aos 16 anos de idade, após passar a infância e adolescência ouvindo os apitos e afinações de todos os instrumentos, recebeu o convite para comandar a bateria. Em relação a este fato, nos relatou:

Eu com medo então, ainda guri, novo, nunca tinha feito e aceitei. Daí então começou os meus passos com a bateria, onde hoje o norte catarinense me conhece com esse nome Ernesto Miranda Corrêa, o Butiaquinho, bateria nota dez. (CORRÊA, Ernesto Miranda - Butiaquinho. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 21 out. 2019).

O relato de Butiaquinho confirma que “não são poucas as comunidades tradicionais em que esta memória do passado continua numa vivida história de presente” (BRANDÃO e BORGES, 2014, p.13). Destacamos aqui, a sua relevância na formação de um novo carnavalesco, o sr. Jucélio Manoel Narciza, que anos mais tarde, após a retomada do Carnaval em 2006, a qual relataremos no próximo capítulo,

⁸⁴ Antiga agremiação carnavalesca de São Francisco do Sul.

contribuiu substancialmente para a reintegração dos foliões na passagem momesca em Joinville com formação de blocos e escola de samba.

Acentua-se alguns excertos dos relatos do sr. Jucélio, fundador e presidente da agremiação Unidos do Caldeirão⁸⁵, acerca do estalo da veia sambista e musicista:

Então teve um baile de Carnaval, a gente entrou no baile e depois do baile, a bateria saiu na avenida. Aí a gente vendo tudo aquilo ali, me chamou a atenção. Eu me encontrei dentro daquilo ali, vendo aquilo, só vendo. Estão aqui as minhas origens, estão aqui as minhas raízes. Eu tinha 6 anos. Quando eu fui buscar isso mais tarde, não tinha muito contato com o Carnaval. Uma vez eu fui num desfile na avenida, onde a pessoa principal que se destacou ali dos meus contatos, foi o mestre Ernesto, mestre de bateria e eu estava na avenida, na rua do Príncipe. Ele veio, cumprimentou a minha família, beijou a mão da minha tia né, e aquilo ali me chamou a atenção. Ele negro, o mestre Ernesto, que hoje é conhecido. Aquilo ali me chamou a atenção e aquilo ali foi a minha ligação com o movimento do samba e Carnaval com ele. E no final levantaram ele nas costas e tal né. (NARCIZA, Jucélio Manoel – Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 09 nov. 2019).

Para Candau (2011), narrativas como a do sr. Jucélio, as quais envolvem a nomeação, a memória e a identidade, se entrelaçam afirmando sua existência.

Enfatiza o sr. Jucélio, na entrevista, que instituiu na escola onde trabalhava, uma banda de fanfarra de batuques com 40 alunos. As apresentações sob seu comando eram consideradas momentos de loucura no bairro, quando performavam com coreografias na praça, tocando os diferentes ritmos populares. Para Campos (2018), este aprendizado pedagógico não se restringe a uma única instrução, mas também a um aprendizado vinculado a outros quesitos, tais como a disciplina e a amizade, norteados pelo prazer desta prática, sincronicamente causando diferentes experiências. Neste contexto, como se pode perceber, se propaga o conhecimento tradicional carnavalesco.

A presença dos carnavalescos joinvilenses em São Francisco do Sul é narrada por Nara, que nos relatou a participação da sua comunidade na cidade vizinha:

Nós íamos pra São Francisco do Sul. Lá era o Carnaval. Era reunido um grupo de pessoas aqui. Eu fui responsável pra organizar um pessoal daqui pra levar pro bairro da Majorca lá em São Francisco, próximo a Enseada pra poder desfilar em São Francisco e lá a gente se divertia. Ia muita gente daqui pra lá. (FERREIRA, Lucia Nara. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 26 out. 2019).

⁸⁵ Estreia como escola de samba, associada à LECAJ, em 2014, no primeiro ano competitivo pós retomada, ficando em 6º lugar na classificação geral.

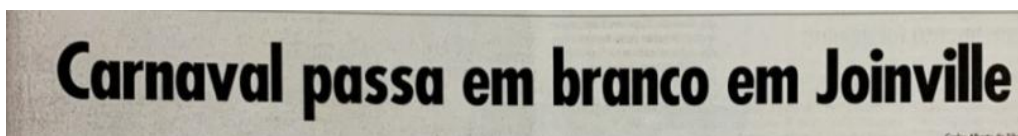
Atenta-se à narrativa do sr. Padilha, o qual contribuiu com seu relato ao pôr em prática a sua experiência carnavalesca na cidade de São Francisco, contribuindo na luta pelo êxito dos desfiles:

Lá em São Francisco não tinha rei, não tinha enredo, não tinha nada. Eles faziam o desfile com música do Carnaval do Rio de Janeiro. Então daí um dia fomos, começamos a ensaiar lá e o prefeito nos contratou. (PADILHA, João Nestor. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 23 out. 2019)

O jornal AN do dia 24 de fevereiro, página 4 de 2001, deixou nítido na fala de uma das fundadoras da Unidos do Majorca, Renata Winand, que todo o trabalho da nova agremiação na construção do enredo dava-se em Joinville, uma vez que quase toda a comunidade desta escola de samba pertencia à cidade. Cavalcanti (2015) engrandece este tipo trabalho como minucioso, detalhado, cuidadoso, o qual exige mãos hábeis e calejadas de tanto costurar e ornamentar delicadamente cada detalhe.

Relatava ainda, a fundadora, que, não haveria a mínima condição de revitalizar o Carnaval em Joinville sem subsídios. Renata, na reportagem supracitada, deixou uma indagação registrada: “Se São Francisco consegue, por que Joinville não pode?”, referindo-se ao apoio da Prefeitura são francisquense à agremiação, fundada por munícipes joinvilenses.

Figura 22 - Carnaval passa em branco em Joinville



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia: p.1 – 22/02/2001

Durante o ano de 2001, enquanto os informes do jornal AN anunciavam o invisível Carnaval em Joinville, estes, davam notoriedades a outras cidades de Santa Catarina, além de São Francisco do Sul e Florianópolis.

Em 2002, além da participação dos foliões joinvilenses na ilha de São Francisco do Sul, a capital catarinense, Florianópolis, em meio aos 2.800 integrantes da escola de samba Unidos da Coloninha⁸⁶, contou com a participação de 400 foliões de Joinville,

⁸⁶ AN do dia 05/02/2002, p.09 seção geral.

a qual homenageou a cidade joinvilense com o enredo “Colon, a Barca dos Sonhos dos 150 anos de Joinville”. Para Cavalcanti (2015, p. 24/25), o desfile de uma agremiação é

[...] em essência, a encenação de um enredo, narrado por múltiplos meios em cortejo linear. Os outros elementos formais, fantasias das alas e dos demais componentes da escola, alegoria e samba-enredo, transformam e ampliam significados já sugeridos pelo enredo. É ele o elemento-chave como forma estética e cultural do desfile; sem enredo não há desfile. (CAVALCANTI, 2015, p.24/25)

A agremiação Unidos da Coloninha, contou com o patrocínio de matéria prima de algumas indústrias de Joinville na construção de alas e de 4 carros alegóricos, os quais oneraram à escola de samba um montante de R\$ 450.000 reais. É de se estranhar que em nenhum dos relatos dos entrevistados para esta dissertação, assim como também, em nenhum dos jornais analisados, até este recorte temporal, foi declarada qualquer chancela das empresas de Joinville para a construção dos desfiles locais. Levantam-se alguns questionamentos a serem refletidos: Seria o patrocínio dado, pela visibilidade dos desfiles de Florianópolis? A credibilidade do Carnaval da capital teria maior solidificação? Ou seriam os dirigentes da Unidos da Coloninha mais sistematizados que os presidentes de Joinville?

Percebe-se que, enquanto o periódico local elevava a qualidade e a diversão, nos dias festivos de Carnaval de rua por todo o estado, a única reportagem em relação ao festejo de Joinville, restringia-se aos acanhados informes alegando que apenas as boates, na tentativa de atrair foliões, investiam no chamamento daqueles que residiam na cidade, contando com a mínima participação do público de outros locais.

Nos atenta um dado bastante relevante encontrado no AN do dia 13 de fevereiro, página 7 de 2002, por intermédio de uma pesquisa referente ao gosto popular dos munícipes de Joinville quanto aos festejos de Carnaval de rua na cidade. A manchete “Carnaval de Rua Divide Opiniões”, indubitavelmente deixaria claro o ponto de vista sobre a retomada do folguedo, pesquisado entre os cidadãos participantes desta investigação. Os dados bem equilibrados, mostraram com clareza que, 44,55% eram a favor ao reinado de Momo, 41,98% eram contra o Carnaval de rua, sendo que 13,47% não souberam responder.

Estes dados permitem supor que o discurso emoldurado pelo Estado se torna uma inverdade, na justificativa em que a cidade de Joinville não detinha para si a cultura carnavalesca. O êxodo dos foliões da cidade para outros territórios onde as fronteiras de

tais celebrações eram de livres passagens, contrastava com o rechaço ao apoio à manifestação do Carnaval nos logradouros da cidade.

Há de se presumir o preconceito contra a exteriorização deste festejo, desrespeitando não somente as agremiações, mas, ainda mais importante, uma grande fatia da população, que outrora se manifestava gratuitamente na apreciação dos desfiles em Joinville. De acordo com Vasques e Siqueira (2015), o Carnaval de rua, reivindicado pelos cidadãos, é parte dos direitos culturais eminentes a partir da Constituição de 1988, tão evidentes como em outros setores tais como saúde, moradia, educação, assistência social.

Para contribuir com esta pesquisa, Neusa de Lourdes Cagneti, professora há 40 anos, residente em Joinville e apaixonada pelo Carnaval da cidade, relatou que pela incerteza de ano a ano durante o silenciamento momesco e por não haver os desfiles em Joinville, via como alternativa se preparar para os festejos, como fizeram outros joinvilenses já aqui mencionados, de São Francisco do Sul:

Em Joinville não tinha incentivo. Em São Francisco você sabia o que ia acontecer no Carnaval, você já tinha um ano antes quase, vamos dizer uns oito meses antes, a programação. Nós fizemos um grupo um bloco com 24 pessoas, todos assim meio que da mesma família né. Nós começamos a fazer as roupas, eram todas bordadas com lantejoulas e foram meses, bordando aquilo. [...] Tinha incentivo e você podia se programar e estávamos muito decepcionados porque aqui em Joinville não tinha como se programar. A gente nunca sabia o que ia ter e se ia ter. (CAGNETI, Neusa de Lourdes - Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 17 out. 2019).

Figura 23 - Joinvilenses extravasam alegria em São Francisco



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia: p. 11 – 02/03/2003

Se Joinville desconsiderou o conhecimento tradicional de uma comunidade, que era capaz de fazer do Carnaval uma expressão cultural ao céu aberto, por outro lado, a cidade de São Francisco do Sul abraçou não somente os que têm todo o conhecimento em fazer e aplicar a cultura no moldes de desfiles de rua, mas também os foliões e espectadores afetivos à celebração momesca.

O jornal AN, que tanto consagrou o Carnaval de Joinville na década de 80 e início dos anos 90, não designou sequer um espaço na seção “Agende-se, roteiro da folia” exibida na página 7 do dia 20 de fevereiro de 2004, para exprimir a agenda carnavalesca da cidade de Joinville. Por outro lado, advertiu a população sobre os festejos de 14 cidades catarinenses com seus desfiles de escolas e blocos durante os 5 dias de Carnaval, destacando a programação em São Francisco do Sul, quando pela quarta vez, a Unidos do Majorca desfilaria com metade de toda a agremiação formada por foliões joinvilenses.

A rua do Príncipe, em Joinville, é lembrada pelo sr. Adolfo Bernardo Schneider (1997) como tomada por foliões nas primeiras décadas do século XX com desfilantes envoltos em confetes e serpentinas, cantando as marchinhas “Chiquita Bacana”, “Allah-la-ô” e “Jardineira porque estás tão triste?”. Em contrapartida, esta mesma rua foi lembrada em fevereiro de 2004 nas manchetes dos jornais, como cidade calma, sem movimento turístico, sem folia nas ruas, um verdadeiro tédio.

4.4 A RETOMADA DO CARNAVAL EM JOINVILLE: A AÇÃO DO GOVERNO E O CHAMAMENTO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL CARNAVALESCO

Fevereiro de 2005 seria marcado como mais um mês silencioso em Joinville durante os 5 dias de Carnaval, se não fosse a iniciativa dos foliões saudosistas em reativarem a volta do memorável bloco As Depravadas. Depois de doze anos inativo, o grupo foi novamente reunido por iniciativa de dois membros que, em 1988, aos 17 anos de idade, haviam desfilado pelo bloco.

O jornal AN, página 4 do dia 04 de fevereiro de 2005, enfatizou que para os dois organizadores, Carlos Cesar e Luiz Francioni, na época com 38 anos, foi um momento histórico desfilarem com a mesma fantasia de coelhinhos, as quais também foram suas

indumentárias no desfile de 1988. Como se percebe por seu relato, é no Carnaval e na criatividade permitida por ele que temos a oportunidade de nos disfarçarmos e desvencilharmos nossos devaneios da realidade e da normatividade social (DA MATTA, 1986).

Com 50 foliões masculinos trajados de mulheres, o bloco conseguiu com êxito a atenção dos joinvilenses, ativando a memória dos foliões mais antigos e atraindo os olhares dos mais jovens, sendo que alguns se juntaram a eles, formando assim um grande cortejo de dois quilômetros pelas ruas centrais ao som de marchinhas.

Figura 24 - Cidades resgatam a alegria do Carnaval



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia: p. A4 – 04/02/2005

Reflete-se a respeito do termo “resgatar”, na manchete referenciada ao Carnaval. A dignidade carnavalesca nunca esteve em cativo ou enferma, apenas silenciada como manifestação nas ruas de Joinville, cuja luta dos foliões seria a ressignificação do festejo através de sua retomada. No mesmo ano, Rodrigo Bornoldt, recém-eleito vice-prefeito⁸⁷ de Joinville, assumiu também a responsabilidade da gestão da FCJ - Fundação Cultural de Joinville, atualmente SECULT – Secretaria de Cultura e Turismo, cujo

⁸⁷ De 01/01/2005 a 31/12/2008, a prefeitura teve como gestor o senhor Marco Tebaldi (PSDB).

objetivo era definir uma política cultural para o município de Joinville, a partir de discussões abertas com a comunidade, e implementá-la.

Em entrevista com sr. Rodrigo, este nos relatou que convidou em 2005 toda a classe artística da cidade para debater o meio cultural, antes mesmo de nomear agentes diretos para trabalharem na FCJ, e assim apresentar suas ideias e o que gostaria de trabalhar em meios culturais na cidade. A respeito dos planos de reativação do Carnaval em Joinville, o entrevistado expôs:

Confesso que não estava ligado no Carnaval, pois estava adormecido. Até que uma jornalista me ligou e perguntou: “Como é que vai ser o Carnaval este ano?”. Lembro que o Carnaval seria na semana seguinte. Aí eu falei: “_ O mundo levou 7 dias para ser criado. Foram 7 dias bíblicos, então eu não consigo em 7 dias normais fazer o Carnaval, mas no ano que vem nós vamos fazer em Joinville. E a partir daí, tive como um dos nortes da minha gestão voltar o Carnaval no ano seguinte. (BORNHOLDT, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 29 abr. 2019)

Partindo da hipótese que a gestão pública, na pessoa do presidente da FCJ, não teria conhecimento, muito menos experiência na área do Carnaval, ressoaria a seguinte indagação mediante o interesse em restabelecer a expressão do patrimônio cultural em Joinville: Como fazer? Para Cavalcanti (1999), o Carnaval sobressai a afetividade com a sua comunidade carnavalesca, pois o conhecimento específico em realizá-lo sobreexcede.

Num entrelace de estratégias, compreende-se duas táticas relevantes para que o projeto da retomada em 2006 fosse efetivada: o conhecimento técnico, cuja habilidade seria a sapiência em captar fundos financeiros para a realização do evento, assim como o chamamento dos que têm *know-how* da praticidade em aplicar com êxito tal evento. Por este viés, Cruz e Rodrigues (2010, p.3), afirmam que

[...] a lógica composicional dessas manifestações, os significados atribuídos ao tempo de Carnaval pelos brincantes e pelo poder público, além dos rearranjos simbólicos que se promovem na cidade, estão intimamente relacionados às articulações entre cultura e política.

Quanto ao primeiro procedimento, ficou claro que a saída imediata, tomada em meados de 2005 foi a seguinte, como se pode ler neste trecho da entrevista:

E a nossa outra preocupação, era, obviamente a questão financeira, o que que a gente pode oferecer? Como fazer o Carnaval? Eu falei, pro Carnaval eu vou bater em Florianópolis. Aí comecei a conversar com o Luis Henrique e tive essa facilidade de conseguir um recurso mínimo, que foi 100 mil reais, na época, que não era tão pouco.

(BORNHOLDT, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 29 abr. 2019)

Havia o ceticismo do então governador de Santa Catarina, em alegar que Joinville não teria êxito em expressar o Carnaval de rua, na argumentação de que os cidadãos não ficariam na cidade por haver a forte expressão na cidade vizinha, São Francisco do Sul. Suspeita-se também, que a incredulidade do sr. Luíz Henrique da Silveira, dar-se-ia pela investida fracassada na reativação do Carnaval de rua no ano de 1997/1998, em sua gestão como prefeito de Joinville, como já foi apresentado nesta dissertação. Percebe-se a retórica do presidente da FCJ em oposição a este pessimismo, ao contra argumentar que pelo fato de Joinville ter em média 500.000 habitantes, normalmente quem sairia da cidade seria a classe média ou elite, e que, portanto, boa parte do povão, que labuta em fábricas, ainda estaria na cidade.

Os trabalhadores, que apreciam o momento farrista durante os dias de Carnaval, também teriam o direito de um festejo de qualidade sem se deslocarem para outros lugares, uma vez que lhes sejam proporcionadas oportunidades e meios legais para a manifestação de rua, complementou o entrevistado Rodrigo Bornholdt. Para Da Matta (1986), a festa carnavalesca expressa semelhantemente a euforia, contrastando com o trabalho que por sua vez é o eufemismo da punição, rigidez e suor.

Nos relatou ainda o senhor Rodrigo, que, por ter uma proximidade política com o governador e conseqüentemente pelo fato do prefeito ter que manter uma boa relação com o seu vice, ambos acolheram a proposta levantada pelo secretário da FCJ, para que houvesse a reintegração das agremiações com o povo joinvilense, no Carnaval do ano vindouro, sendo que o recurso viria do poder público e a partir disso voltasse a somar no calendário de festejos fixos da cidade.

O segundo e imprescindível passo para a consolidação do festejo, seria ao chamamento e o reconhecimento daqueles que no passado fizeram da passagem de Momo por Joinville um evento respeitável e eloquente. Percebe-se a confiabilidade do poder público em considerar toda a experiência de um grupo que construiu no passado um histórico com os desfiles de rua em Joinville há mais de uma década. Comunidades como estas devem tomar posse da legalidade de seus direitos na fruição da sua sapiência, gerando o produto final daquilo que é engendrado (ZANIRATO e RIBEIRO, 2007).

Os vanguardistas carnavalescos, foram chamados para debater o melhor plano para a execução da retomada da festa. As entidades, mesmo oxidadas, se sentindo marginalizadas, excluídas culturalmente, não viam a hora de brincar com o povo joinvilense nas ruas a sonância do Carnaval, em razão de que:

A explosão libertadora do Carnaval permite que muito do que é marginalizado e excluído da vida convencional, como o insano, o escandaloso e excluído, passe a ser admitido, havendo uma vitória simbólica da vida sobre a morte, do profano sobre o sagrado, da liberdade sobre a opressão (CAMPOS, 2000, p. 41).

Há muito tempo não se percebia esta aliança em ouvir, debater e assentir os dois lados, tanto da preservação quanto do reativamento do Carnaval de rua de Joinville, que desde o final do século XIX, tem se manifestado como forte expressão cultural na cidade. Rodrigo Bornholdt (2019) esclarece que, a partir de maio de 2005, é que os agentes culturais foram, de fato, chamados para o diálogo.

Transcrevo, abaixo, recortes de algumas das entrevistas realizadas com aqueles que, com suas vivências na organização de carnavais passados, fizeram parte da discussão com o poder público. Estes trechos permitem uma compreensão ampliada da maneira pela qual foram retomadas e firmadas estas práticas, por meio da relação entre a população e os atores do poder público:

“Em 2006 quando nós sentamos no Mercado Municipal, conversa vem, conversa vai, tomamos um cafezinho, tomamos uma cerveja, levamos umas horas conversando, aí foi que surgiu a volta do Carnaval” (MATIAS, Jair de Lima - Diretor da agremiação Acadêmicos do Serrinha. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 06 fev. 2019).

“Me procuraram sabendo que eu era um dos carnavalescos da época anterior. Já que o Carnaval ficou muito tempo parado, nós poderíamos tentar o retorno do Carnaval fazendo Blocos e trazer um show nacional e podíamos fazer no Mercado Municipal. Desfilaria na Rua do Príncipe, desceria a Abdon Batista e faria no Mercado Municipal” (FERREIRA, Mário Sérgio - Diretor do bloco Das Depravadas. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 28 out. 2019).

“Rodrigo Bornholdt? Ele cismou em fazer o Carnaval. Mas fazer blocos só, só blocos. E foi feito blocos” (PADILHA, João Nestor - Presidente da LECAJ na década de 80, 90. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 23 out. 2019).

“E aí eu peguei, fiz a proposta, eu comentei e tal, vendi o peixe e eles compraram o nosso show. E aí, nós fizemos a abertura” (NARCIZA, Jucélio Manoel - Musicista e fundador da atual agremiação “Fusão do Samba”. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 09 nov. 2019).

“O poder público deve dar apoio, porque dá retorno pra cidade. Dizer que Joinville não dá retorno do Carnaval, isso é uma grande mentira, certo?” (CORRÊA, Ernesto Miranda - Mestre de Bateria e um dos fundadores da “Príncipes do Samba. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 21 out.2019)

Dando voz aos notórios agentes das festas carnavalescas do passado, fica perceptível que a confluência dos debates de 2005 foi o trampolim para a concretização do formato da retomada, convergindo futuramente à ascensão do festejo pândego nos anos subsequentes em Joinville, celebrada também nacionalmente que “[...] consumida em seu uso ritual, é uma das mais belas expressões da arte popular contemporânea” (CAVALCANTI, 1999, p.49).

4.5 AS BOAS VINDAS AO RETORNO DE MOMO

*Oh! Saudade, ô
Meu Carnaval é você
Caprichosamente
Vamos reviver, vamos reviver...
"Saudadeando" o que sumiu no dia-a-dia
Na fantasia de um eterno folião*

O refrão do samba-enredo⁸⁸ da agremiação carioca Caprichosos de Pilares do ano de 1985, poderia ter sido o estribilho oficial cantado por todos os foliões e

⁸⁸ Composto pelos sambistas Almir Araújo, Marquinhos Lessa, Hércules Corrêa, Balinha e Carlinhos de Pilares, a escola que cantou as saudades das coisas que desapareceram, ficou em quinto lugar na apuração, apesar de ser aclamada campeã pelo público.

espectadores do Carnaval de rua de Joinville, que há mais de uma década de mutismo, envolto pela calma, repouso e quietude, regressaria para entronizar a corte carnavalesca nos dias festivos da então latente cidade joinvilense, abrindo espaços para cada qual brincar à sua maneira, pois o Carnaval é assim, “[...] não se aprende com textos ou livros, mas na vida” (DA MATTA, 1981, p.95).

Há 13 anos o periódico AN não tinha em suas páginas do mês de fevereiro, referências da festa de Carnaval no formato de desfiles na cidade. Foi com surpresa que seus leitores se depararam com a manchete do dia 25 de fevereiro de 2006: “Joinville cai na folia após 13 anos sem Carnaval”, dando enfoque aos 4 estrangeiros que estamparam seus sorrisos, alegando estarem extasiados por experienciarem como foliões de bloco, o Carnaval no Brasil, sendo este um momento único para eles.

A mesma edição do jornal supracitado reservara as páginas 8 à 11, aludindo ao festejo, cujas epígrafes trouxeram os informes detalhados de como seria a retomada no município, o integrando ao roteiro catarinense carnavalesco para os turistas que desfrutariam o Estado.

Figura 25 - Joinville cai na Folia após 13 anos sem Carnaval



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 1 – 25/02/2006

A cidade do trabalho teria em 2006 a passagem do Rei Momo com a rainha e suas princesas, que seriam eleitos no mesmo dia do desfile em um palco aberto no Mercado Municipal de Joinville, o qual durante toda a sexta-feira (dia 24) e sábado,

chamava a atenção dos transeuntes, que observaram a decoração com máscaras e serpentinas. O chamamento visual prometia aos joinvilenses um grande evento.

Percebe-se também a consideração do poder público ao sujeitar-se ao formato sugerido durante a reunião com os experientes carnavalescos e organizadores dos desfiles da década de 80 e 90, ao proporem o trajeto dos blocos pelas ruas centrais da cidade, conforme anunciado nas páginas 8 e 9 do dia 25/02/2006 do periódico já supracitado.

Para Queiroz (1999), o Carnaval não pode ser visto apenas como uma simples tradição, mas como algo sobrepujante, uma vez que este legado tenciona tocar às novas gerações objetivando a continuidade desta prática mediante ao que viram, sentiram e conheceram dos antigos, na esperança de libertar a cada ano o espírito festivo, mantendo viva a manifestação cultural. Viver apenas de memórias, preso às lembranças do passado, a fim de conservá-las diverge, do que realmente deve ser construído e experienciado ano a ano. Complementa ainda a escritora:

O mito carnavalesco é uma narrativa que explica a realidade, a partir de dados da experiência (insatisfação com a sociedade existente) que se misturam a aspirações coletivas (desejo de uma 'outra' sociedade); estabelece uma convergência entre o aspecto objetivo do conhecimento e o aspecto subjetivo dos sentimentos para atingir um porvir imaginário mas acessível (QUEIROZ, 1999, p.184)

O presidente do bloco As Depravadas, o senhor Mário, homem de prestígio na escola de samba Império Serrano, agremiação do grupo especial do Rio de Janeiro, em contato com o carnavalesco e intérprete da referida escola de samba, trouxe com o apoio da FCJ, o sambista Jorginho do Império para o show principal no palco montado no Mercado Municipal, que gratuitamente foi oferecido aos foliões joinvilenses.

Da Matta (1981), declara que é nestes agrupamentos de pessoas durante o Carnaval, que é possível enxergar o desencarceramento das formalidades impostas pelo Estado, ainda que seja de maneira temporária. O autor declara ainda que é durante os dias festivos que a massa atua de forma mistificada, já que o comportamento coletivo no cotidiano é uniforme, não muda, é linear. Não existe outro momento em que a população possa se sentir livre, vitoriosa, despreendida de regras por completo que não seja o Carnaval. Isto faz o Brasil ser Brasil, prestigiado, por isso, por cidadãos de todas as nações.

Figura 26 - Sábado de Festa

SÁBADO DE FESTA Confira a programação de hoje em Joinville

Das 18 às 20 horas - Haverá som mecânico, aguardando a chegada dos blocos, na praça do mercado público.

18 horas - Concentração dos blocos na **rua do Príncipe**.

19 horas - Início do desfile dos blocos pela rua **Abdon Batista**. Participa também a Escola de Samba Unidos do Paulas, de São Francisco do Sul.

20 horas - Banda Sacanagem toca no palco do mercado público.



21 horas - Desfile das candidatas a rainha do Carnaval e escolha da vencedora. Desfile do rei Momo.

21h30 - Desfile de fantasias com carnavalescos de Joinville, Guaratuba, Curitiba e São Francisco do Sul.

22h30 - Shows com as bandas Balakubaco e Karina Kluge.

0h00 - Show nacional com Jorginho do Império.

0h30 - Show com Fofoca Show.

Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 8,9 – 25/02/2006

Supõe-se a admiração dos cidadãos e a euforia dos foliões ao lerem a programação detalhada da celebração carnavalesca, estampada no jornal. Fato este não presenciado desde a década de 90 em Joinville. Vale ressaltar um fato bastante expressivo. Se durante os 13 anos sem Carnaval de rua na cidade, a comunidade do samba joinvilense contribuiu para a consolidação das festas de Carnaval em São Francisco do Sul, agora seria a vez da contribuição da Liga são franciscuense, que gentilmente mudou o seu calendário festivo, de modo a poder prestigiar o retorno de Momo à Joinville.

Com o propósito de gratificar por meio de sua comunidade o festejo em Joinville, a Unidos do Paulas, agremiação de São Francisco, trouxe sua bateria com passistas e foliões, unidos numa única finalidade: retomar a celebração em Joinville com expertise, brilho e virtuosismo. Para Arantes (2013, p.19), esta celebração

[...] é uma festa democrática [...]. Nenhuma outra festa popular consegue a mobilização das pessoas num contagiante entusiasmo coletivo que o Carnaval consegue. Não importam a condição social e econômica, a cor da pele, a convicção política, a crença religiosa, o sexo e a idade. Todos cantam as mesmas músicas, dançam os mesmos passos e se divertem .

Os 10 blocos inscritos para os desfiles, concentrados na rua do Príncipe, palco onde ocorreram as comemorações nas décadas anteriores, unificaram-se na espera de

entrarem na rua Abdon Batista⁸⁹, afim de exaurir toda a liberdade festiva que lhe era assegurada como direito cultural no sábado inusitado.

Enquanto o bloco As Depravadas festejava como nos antigos carnavais, junto a plateia composta por 10.000 pessoas, que mesmo sem arquibancadas se espremia, vibrando com os cânticos de Carnaval. O bloco Amigos do Werner, saudava a todos no sábado histórico. Para Queiroz (1994), foliões como estes carregam consigo a carga mais intensa da concupiscência carnavalesca.

“Exemplo de Superação!”. Esta foi a frase do jornal AN dentre as outras, em destaques, do dia 25 de fevereiro, página 8, em referência ao bloco Rodopio, que desafiando seus limites, exibiu pela primeira vez em Joinville 50 foliões cadeirantes, vítimas de acidente vascular cerebral e poliomielite. Mostrando o samba criativo com manobras em cadeiras de rodas, esqueceram suas limitações, pois “Carnaval é felicidade”, reportou ao jornal, a foliã com necessidades especiais, Olga Maria de Oliveira de 41 anos. Segundo Queiroz (1994) é o folião que assume neste momento o papel de ator, admirado e aplaudido.

Figura 27 - As Depravadas e o Rodopio



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.11 AN Geral – 28/02/2006

Os blocos dos Artistas Unidos, Manda Brasa (filiado ao PMDB), Amigos do Box 4, Vermelho e Branco, Amigos do Vila Nova, Romeu e Julieta e Grefaloucos desempenharam seus desfiles, reverenciando o público que aclamava e tomava conta da

⁸⁹ Rua central escolhida para ser o palco do desfile da retomada do Carnaval de 2006. Esta, lateral da rua do Príncipe (local dos desfiles de 1988 a 1992), desembocaria no Mercado Municipal da cidade, onde seria festejado o Carnaval em formato de shows gratuitos, assim como pela escolha da corte carnavalesca de Joinville.

rua. Seguindo o último bloco, formaram um cortejo em direção ao Mercado Público, onde as 18 candidatas disputariam a coroa de rainha da retomada do Carnaval, com profuso samba e simpatia, na composição da primeira corte após 13 anos sem o festejo.

Figura 28 - Rainha do Carnaval 2006



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.10 AN Geral – 28/02/2006

Eleitos, Izamara dos Santos, ao lado do rei Momo Everton da Maia Gomes, assumiram o reinado em Joinville, e foram ovacionados, recebendo o encômio do vice-prefeito e presidente da FCJ, Rodrigo Bornholdt. Em entrevista, Bornholdt (2019) relembra que ficou surpreso com magnitude do evento, destacando o crescimento anual do público nas edições posteriores. Desfile de blocos, eleição da corte, show gratuito e aceitação do público joinvilense: estes foram os elementos principais para o firmamento da retomada do Carnaval em Joinville, que também recebeu críticas positivas da imprensa nos dias subsequentes.

Figura 29 - Joinvilenses prestigiam o retorno do Carnaval



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 10 – 28/02/2006

Não somente o jornal AN, mas também o periódico de circulação estadual Diário Catarinense, página 25 do dia 27 de fevereiro de 2006, dedicou-se para detalhar o festejo em Joinville com a seguinte manchete: “Joinville retoma a Tradição e surpreende”. Fazendo menção ao público que regozijou-se, o DC sugeria que mesmo em terra de colonização alemã, o samba é mania.

A cidade de Joinville, esquecida pelo tempo como cidade expressiva durante o Carnaval pela imprensa local, tomou seu posto de cidade com características carnavalescas, revivendo a manifestação de foliões com apoio do poder público e a consultoria da comunidade tradicional do samba. Para Araújo et al (2006, p.12),

[...] entende-se por conhecimentos tradicionais todas as formas de expressões, práticas, costumes, crenças e conhecimentos produzidos ao longo dos anos, passados de geração em geração, por uma determinada comunidade.

Vê-se que a comunidade carnavalesca é, neste sentido, portadora de conhecimentos tradicionais específicos. Congregando um público considerável que outrora permanecia adormecido em meio as lembranças empoeiradas do passado, percebe-se a provocação ao governo da cidade em traçar um plano para a realização do Carnaval nos anos seguintes, na prerrogativa que Joinville tem a cultura momesca advinda de gerações passadas, prevalecendo entre as gerações do presente.

Por este viés, Araújo et al (2006) pactuam em afirmar, que ações como estas e outras diligência, abrangem diferentes manifestações artísticas não apenas nacionalmente, mas também internacionalmente. O objetivo é a integração dos detentores desses conhecimentos tradicionais juntamente à população, a qual podemos incluir também o Carnaval, em especial na cidade de Joinville, onde o folguedo tenderia a crescer expressivamente em anos vindouros.

Não há dúvidas da força desta expressão cultural em Joinville. Embora tenha enfrentado repúdio nos anos finais do século XX e início do século subsequente, os foliões, diretores e carnavalescos que compunham as agremiações, tinham sobrevivido, resistindo a visão daqueles que rejeitavam a concepção de uma cultura do Carnaval na “cidade do trabalho”. Pode-se perceber, portanto, que um olhar atento sobre o passado do município nos permite sugerir que ao longo de uma considerável parte da trajetória da cidade, chegando também aos nossos dias, o Carnaval se configura como um Patrimônio Cultural, e deve assim ser concebido pela administração pública.

5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS A PARTIR DA RETOMADA DO REINADO DE MOMO EM JOINVILLE E OS FESTEJOS CARNAVALESCOS ENTRE 2007 A 2012.

5.1 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM ÂMBITOS MUNICIPAL E FEDERAL

O Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura, o SIMDEC, criado em Joinville no ano de 2005 pela Lei 5.372, no governo Marco Tebaldi, é visto pela maioria dos agentes culturais da cidade como a maior iniciativa do poder público municipal no que tange o fomento à criação, produção e difusão cultural da cidade. O SIMDEC objetiva estimular a classe artística a pôr em prática, mediante a aprovação de projetos, a produção e execução destes trabalhos em diferentes áreas, desde que considerados relevantes para o desenvolvimento dos munícipes joinvilenses. A criação deste sistema está em consonância com alguns dos aspectos centrais da Constituição Federal de 1988. Como apontam Silva e Midlej (2011, p. 25), a cultura recebe, na CF/88, “um papel sistêmico”, sendo tratada como parte dos direitos sociais.

A criação do SIMDEC resultou na revogação do Fundo Municipal à Cultura (Lei 3951/1999, aprovado pelo Decreto 9521/2000). Abrangendo as mesmas áreas, porém de forma ampliada, este novo dispositivo assegurou diligências a setores ignoradas por governos anteriores. Durante a entrevista com o senhor Rodrigo Bornholdt, este esclarece que:

O SIMDEC na verdade, teve como embrião, o próprio edital de apoio à cultura, o que havia aqui em Joinville. Você tinha desde o ano 2000 uma lei aprovada, instituindo os editais de apoio a cultura, prevendo recursos públicos para as várias espécies de difusão cultural. Só que essa lei, como tanta coisa que existe no Brasil, não estava sendo cumprida. (BORNHOLDT, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 29 abr. 2019).

Rodrigo atribui também a criação e o sucesso do SIMDEC ao seu diretor executivo Charles Narloch, lembrado por ele como pessoa talentosa, e com uma visão de política muito consistente. Acrescentou o sr. Rodrigo Bornholdt:

O Charles me disse: “_ Rodrigo, nós precisamos fazer agora uma efetiva política pública, disponibilizando recursos para várias formas de expressões culturais, pra várias categorias. Precisamos criar um sistema de desenvolvimento pela cultura né?”. Nós demos apoio político, toda a concepção foi muito do seu Narloch. (BORNHOLDT, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 29 abr. 2019).

A instauração de um sistema de qualidade na gestão das políticas públicas culturais resulta na melhoria da qualidade de vida, uma vez que, como observa Ribenboim (2003, p.125):

[...] um povo que tem acesso à arte e à cultura possui maior autoestima, maior conhecimento do mundo que o cerca e maior entendimento do seu papel na sociedade. Sabemos que trabalhar para a inclusão cultural é uma atuação transformadora.

É importante lembrar que, a partir da Constituição de 1988, as portas para o Direito Cultural no Brasil foram ressignificadas, ampliando a visão dos gestores, cuja noção era unicamente das artes e das letras. É ilustrativo desse fenômeno o fato de o ministério federal receber o nome de “Educação e Cultura”, embora apenas 1% de sua verba fosse destinada a cultura, dado o foco nas políticas educacionais (SILVA e MIDDLEJ, 2011).

Reflete-se também que, a exultação de quem executa a arte não se resume apenas em aplicá-la. O prazer maior consiste em apresentá-la tanto àqueles que corriqueiramente têm acesso a ela, quanto àqueles desprovidos de oportunidades do enriquecimento cultural. Os efeitos dos desfiles carnavalescos de Joinville, a partir de sua retomada em 2006, são exemplos deste processo.

No Brasil, um dos principais meios de se fazer políticas públicas culturais é por meio da renúncia fiscal, nas quais o governo dispensará determinados valores de impostos para serem aplicados na área cultural. Em suma, a Lei municipal em Joinville, representada pelo SIMDEC, determina uma parte do recolhimento do ISSQN (imposto sobre serviço de qualquer natureza) e IPTU (imposto sobre a propriedade territorial urbano). Já as leis estaduais tomam como base o ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços). Quanto as leis federais, estas alicerçam o aporte à cultura com base no IR (imposto de renda).

Atentamos a um breve olhar sobre o funcionamento da lei do SIMDEC, que de 2005 a 2016 era administrada pela FCJ, substituída pela Secretaria de Cultura e Turismo

(SECULT) em 2017. Por meio de decreto anual, um mínimo de 2% e máximo de 3% da receita municipal do ISSQN e do IPTU são direcionadas à cultura. Desta forma, é fracionada através de duas modalidades do edital: o FMIC (Fundo Municipal de Incentivo à Cultura) e o MMIC (Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura). Todos os projetos devem ser apresentados por joinvilenses, residentes por no mínimo dois anos na cidade, uma vez que o desígnio da política do SIMDEC é difundir a cultura local.

O FMIC, responsável por 50% do montante, é reservado para os projetos apontados por pessoas físicas e jurídicas, sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal (Cap. III, seção I, art. 23). Deixa-se claro, que todos os projetos serão avaliados pela CAP (Comissão de Análise de Projetos), nomeada por decreto do Prefeito Municipal, e composta por cidadãos notórios na área cultural. A modalidade do FMIC tem como tutor a FCJ/SECULT, cujo valor será repassado pela Secretaria da Fazenda conforme prescrito na Lei Orçamentária.

Deixa-se claro que os 50% destinados ao FMIC, terão, porém, que atender os dispêndios administrativos do SIMDEC, que variam entre 10 a 20% do montante. Além disso, 30% será destinado a projetos exclusivos da FCJ/SECULT, restando uma variável de 50 a 60% do valor remanescente aos projetos admitidos.

A outra fatia de 50% será aplicada sob a modalidade MMIC (Mecenato⁹⁰ Municipal de Incentivo à Cultura), ou seja, mediante a dedução de impostos dos contribuintes do ISSQN e IPTU. A estes, é dado o poder decisório da liberação de numerários para a aplicabilidade dos projetos. Ressalta-se que os atores principais desta categoria são empresas da cidade, cujo montante será restrito a 30% do total de tributos devedores. Em outras palavras, após a aprovação dos projetos, do SIMDEC, os aderentes ao MMIC, devem selecionar os projetos aos quais pretendem direcionar sua dedução. Este é o mesmo trâmite aplicado pela Lei Rouanet, que opera na esfera federal.

Fica determinado que o proponente, maior interessado em angariar tais fundos, deverá por si só apresentar sua proposta às empresas, convencendo-as da relevância à sociedade, para que então receba parte ou o total de verbas requisitadas para pôr em

⁹⁰ O termo “Mecenas” faz referência ao conselheiro do imperador romano Augusto (63 a. C.), Caio Clínio Mecenas. Neste momento observa-se um florescer da arte romana (COELHO, 2004). Coelho (2004, p.247) sugere que: “[...] Como se verifica em muitas políticas culturais, também a de Mecenas não era desinteressada: seu propósito, ao estimular a arte e a cultura, era de glorificar o regime de Augusto”.

prática seu projeto cultural. Em suma, é dada total liberdade para o responsável determinado pela empresa, para aportar ou não as propostas culturais.

A ideia central de todos os governos, ao se referirem às políticas públicas, é convidar principalmente empresas para subsidiarem eventos artísticos, associando a doação à marca do patrocinador, caso seja na forma de patrocínio (ANDRADE, 2003). Doação e patrocínio são esferas diferenciadas nas leis de incentivo, caso SIMDEC (artigo 35 do Decreto 5.374/2005), conforme a simulação abaixo, tendo como base uma empresa com impostos a pagar (IPTU) o valor de R\$100.000,00.

Tabela 1 - MODALIDADE DOAÇÃO

Empresa	IPTU a pagar	Porcentagem	Total de doação à projetos	Restante a pagar à Prefeitura
XY	100.000,00	30%	30.000,00	70.000,00

Neste caso, os R\$ 30.000,00 deixarão de ir para a Prefeitura, tendo destino definitivo o agente cultural, cujo projeto apresentado foi acolhido como relevante, trazendo benefício para à sociedade. Por não se tratar de patrocínio, mas de um afluente deste rio, cujo valor total desembocaria no cofre público municipal, estará vedado qualquer merchandising do contribuinte mediante a este ato, tendo ele como benefício a dedução de 100% do valor outorgado.

Tabela 2 - MODALIDADE PATROCÍNIO

Empresa	IPTU a pagar	Porcentagem	Total de patrocínio à projetos	Restante a pagar à Prefeitura
XY	100.000,00	30%	30.000,00	76.000,00

Em complemento a esta ilustração, o patrocínio praticamente segue os mesmos trâmites da doação, porém o valor fundeado de R\$ 30.000,00 ao projeto não terá a dedução fiscal de 100%, passando a ser 80% do valor total. No caso dos R\$100.000, o devedor prestará conta de R\$ 76.000,00 à Prefeitura. Por outro lado, a empresa terá total

liberdade de vincular sua marca na execução do projeto como marketing, justificado pelo custo de R\$ 6.000,00 do seu próprio orçamento. Mesmo parecendo interessante, ANDRADE (2003, p.129) alerta que sob esta situação, “[...] alguns novos artistas ficam distantes dos patrocínios, pois, para os empresários, apostar na vanguarda e no desconhecido é sem dúvida um investimento de risco”.

Atentamos a um olhar sobre a Lei Federal 8313/1991, que já mencionamos, e é outro exemplo de política pública, criada pelo Secretário Nacional de Cultura de 1991, Sérgio Paulo Rouanet. A lei estabelece normas de como o governo deve providenciar recursos para a efetuação de projetos artístico-culturais de contexto nacional⁹¹. Apesar de ter sido aprovada em 1991, este dispositivo passou a ser aplicado em 1993, tendo um período de latência no qual foram organizados os caminhos para captação de investimentos (BELEM e DONADONE, 2013).

Sabe-se que a captação destes recursos é vista como um desafio árduo, uma vez que este trabalho requer certo profissionalismo, visto que o próprio proponente deverá atuar como captador do seu projeto, e, portanto, deve convencer o apoiador. Diante deste cenário, nos deparamos com uma cartilha⁹² disponibilizada pelo PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura), cujo intuito é responder todas as possíveis dúvidas desta lei de incentivo, conduzindo o cidadão interessado a compreender melhor a metodologia a ser seguida.

Vale salientar que, como aponta Faria (2003, p.44), leis como estas, serviram basicamente aos benefícios dos grandes empresários, que viram uma oportunidade de aprovar projetos de gosto pessoal, vislumbrando a exposição de seu produto ou da sua própria marca. Por este viés afirmam Belem e Donadone (2013, p.57): “A lógica do mercado se afirma como superior e o Estado relega ao mercado a decisão do que patrocinar, ou seja, do que é legítimo de receber financiamento [...]”.

⁹¹ Diversas mudanças realizadas no funcionamento da Lei Rouanet. Por exemplo, em 1995, como explicitam Belem e Donadone (2013), quando o orçamento passou de 2%, para 5% do abatimento de impostos no que tange a área jurídica para o patrocínio de projetos culturais, assim como em 1997, com a Medida Provisória nº 1.636/97, a qual abateu o limite de renúncia fiscal, definido na Lei para 4%.

⁹² Disponível: <https://static.fecam.net.br/uploads/1522/arquivos/1216310_Leis_de_incentivo___Cartilha_Lei_Rouanet.pdf> Acesso em 05 de out. 2019. É possível observar que as instruções deste documento podem auxiliar também os interessados em submeter projetos para a captação de recursos do Mecenato do SIMDEC.

Tão verdade e muitas vezes perigosa a prática da afirmação supracitada, que vemos a partir de 2009, mais de 50 projetos⁹³ de Joinville admitidos em diversas áreas culturais pela Lei Rouanet para a captação de recursos, sendo que destes, metade foram aceitos pelo apadrinhamento de empresas. As demais propostas foram refutadas pelo Mecenato, entre elas, os únicos cinco projetos referentes ao Carnaval, obtendo assim captação zero.

Não diferente, encontramos 40⁹⁴ projetos aceitos pela Lei Rouanet voltados às escolas de samba desde 2010, em âmbito nacional, abrangendo cidades como Florianópolis, Itajaí, Santa Maria, Brasília, Belém, Vitória, São Paulo e Rio de Janeiro. Destes, apenas 23% conseguiram parcialmente a captação, o que significa a inviabilidade para a execução do projeto. Referindo-se não somente ao Carnaval, mas em relação a todas as dinâmicas culturais em desenvolvimento, há de se concordar com Farias (2003), que, pelo foco dos investimentos serem direcionado aos grandes eventos, não houve, de fato, democratização cultural, por conta da centralização de recursos.

Podemos questionar, neste contexto, se há alguma forma de preconceito ligado as festas populares. A ideia de que existam culturas superiores e inferiores, ou uma cultura erudita e uma cultura do “populacho”, pode sustentar a escolha de determinados projetos, e a recusa de outros tantos. Esta discussão foge ao escopo deste trabalho, mas não pode ser ignorada quando o tema em discussão é democratização do acesso e proteção das manifestações culturais.

É claro que tal embaraço não diz respeito exclusivamente à Lei Rouanet. A modalidade Mecenato passa pelos mesmos entraves quando nos referimos ao SIMDEC. Em entrevista com Guilherme Gassenferth, que foi presidente da FCJ entre 2016 e 2017, e atualmente é um dos nomes mais fortes e experientes na captação de fomentos do SIMDEC, este nos relatou os obstáculos encontrados, desde sempre, quando se trata de projetos relacionados ao Carnaval de Joinville:

[...] o dinheiro do Mecenato que é captado com as empresas, para o Carnaval é muito difícil... captar recursos junto às empresas. Existe um preconceito muito grande. Eu já fui captador de recursos, já tentei captar projetos, no ano passado, 2018. Eu consegui captar todos os projetos que faltavam no ano. Então assim, pela primeira vez em alguns anos, os projetos culturais foram todos eles captados 100%...100% não, porque um projeto não foi captado que tinha um

⁹³Disponível:<<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos?sort=PRONAC:asc&limit=12&offset=48&nome=joinville>> Acesso em 05 de out. 2019.

⁹⁴Disponível:<<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos?limit=12&offset=36&nome=escola%20de%20samba%20&sort=PRONAC:asc>> Acesso em 07 de out, 2019.

nome “Comissão de Frente”, no título do projeto. [...] ou seja, a empresa olhava aquilo, é Carnaval. Na verdade, era um projeto de pesquisa. Enfim, [...] só por ter comissão de frente no título, as empresas abriam mão de apoiar e eu notei em todas elas. (GASSENFERTH, Guilherme Augusto Heinemann. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 18 jan. 2019)

Mediante o seu relato, a desconfiança de empresários quanto a festa de Carnaval é trazida à tona. É notável também uma incoerência desproporcional entre os técnicos da CAP, que sendo especialistas na área cultural, privilegiam os projetos de Carnaval como fatia imprescindível na composição da diversidade cultural, enquanto o decisor maior, a empresa, a descarta do processo de legitimação, deixando a cultura carnavalesca sem o aporte financeiro. Fato este, muito provável ser também a justificativa do Mecenato da Lei Rouanet.

Em complemento à entrevista com Guilherme, que alega, neste sentido, já ter mantido uma visão irracional em relação ao Carnaval, afirma ter desfeito toda a sua reflexão “retrógrada” somente em 2013, quando de fato trabalhou na Secretaria de Turismo da cidade, participando em conjunto com as agremiações na gestão do Carnaval. Envolvido com a organização, percebeu que a festa é uma manifestação legítima, e como todas as outras deve ser protegida e garantida pelo Estado.

Ao ser inquirido sobre qual a possível causa para a recusa das empresas de Joinville ao incentivo à festa carnavalesca, Guilherme acredita que entre os motivos estão, inclusive, a falta de prestações de contas das agremiações, que é uma das principais alegações das empresas⁹⁵. Todavia, ele ainda afirma que certamente há preconceito. Assim nos disse o entrevistado, narrando o que supostamente pensam estes potenciais apoiadores: “_Olha, Carnaval é bucha, não se mete aí, é prostituição, é bagunça”.

Não há dúvidas que Joinville, ainda faceja por muitos cidadãos tal visão. Por esta perspectiva, a captação de recursos, mesmo que por meio de política pública, fica quase impossível, principalmente pela categoria Mecenato, apesar de o desfile reunir, nos dias de Carnaval, milhares de espectadores. Faria (2003), resume que um dos papéis principais das políticas públicas culturais é tornar a diversidade cultural visível, possibilitando que cada cidadão conserve e pratique a sua cultura, sendo que apenas as

⁹⁵ A análise das fontes utilizadas nesta pesquisa, de fato, não foi capaz de indicar nenhuma comprovação da realização de prestações de contas das agremiações carnavalescas frente aos investimentos do Estado.

manifestações acolhidas pelo mercado e indústria cultural, possuem tal consideração.

Acrescenta o autor:

Sabe-se que medir a contribuição da cultura para a cidadania é tarefa extremamente penosa. No entanto, as perdas e ganhos de uma comunidade passam também pela cultura. A conquista de uma qualidade de vida está indissolivelmente ligada aos processos culturais. As políticas públicas de cultura, mais do que nunca, devem dirigir seus olhares e ações para a rica diversidade que extrapola aquelas políticas já reconhecidas pelas formas tradicionais do fazer cultural (FARIAS 2003, p.36).

Nessa linha, deixo explícito que restrinjo esta análise ao Carnaval de Joinville, o qual enfrenta oscilações de apoio. Observando os desfiles de Carnaval do Rio de Janeiro e São Paulo, um dos eventos que mais giram dinheiro no país, financiadas pela iniciativa pública e privada, ganha atenção total da mídia, incluindo a cobertura ao vivo dos desfiles.

As políticas públicas de Joinville, em seus insucessos de estimular o apoio privado das exteriorizações dos desfiles carnavalescos, parecem deixar claro que a Prefeitura acaba sendo impelida pelas circunstâncias, a tomar para si essa responsabilidade, sendo o SIMDEC a principal fonte de fomento. Refletimos as palavras de Cunha Filho (2018, p.45), o qual afirma que é preciso relacionar os termos “garantia” e “direito cultural”, pois:

Se, por um lado não se pode entender *garantia* como perfeita equivalência de direito, por outro lado, algo tem em comum, Diz-se que, no aspecto da efetividade, um direito corresponde a uma simples declaração (ex. todos podem realizar criações artísticas), já a garantia é o instrumento capaz de concretizar o que o direito declara (ex.: o Estado criará fomentos aos que não têm recursos para realizar as criações artísticas). As garantias são, portanto, direitos especiais, de natureza secundária, que somente entram em cena quando os direitos propriamente ditos não são respeitados ou não podem ser efetivados voluntária e espontaneamente.

Desta forma, o autor elucida a confusão cometida por muitos, deixando esclarecido que garantia e direito não são as mesmas coisas. “Se assim fosse o constituinte teria cometido um erro primário na designação do Título II da Constituição Federal, ao utilizar duas palavras sinônimas” (CUNHA FILHO, 2018, p.45). Atentamos a partir deste ponto, as edições de 2007 a 2012 dos desfiles de Carnaval da cidade de

Joinville, que garantidos pelo Estado consolidaram a manifestação cultural carnavalesca.

Não há incertezas de que o formato do Carnaval de Joinville tem sido umas das maiores manifestações culturais da cidade, cuja atmosfera atravessa diferentes classes sociais de desmedida visibilidade na cidade.

5.2 O FOLGUEDO EM JOINVILLE EM 2007 E O RETORNO DA AGREMIÇÃO ACADÊMICOS DO SERRINHA.

Atentamos à reflexão de Da Matta (1986), que ao traçar um paralelo com os desfiles militares e as procissões religiosas, cujas celebrações julga serem imprescindíveis para a organização social, cada qual com sua especificidade de apresentação, vê no Carnaval algo que se sobressai devido a sua praticidade, onde o povo se auto apresenta pomposamente, potente e requintado, destacando-se das demais festas, podendo ser ele, tanto o ator quanto o espectador.

Ficou evidente, pelos anúncios de jornais, o retorno do Carnaval em 2006 e o alento dos carnavalescos da cidade a se organizarem previamente, cada qual com suas agremiações, para as comemorações do ano vindouro. Para Eneida (1958), não há adjetivos a altura para demonstrar a importância destas agremiações como representações do Carnaval no Brasil. Joinville, com suas agremiações do passado, outrora adormecidas, despertaria para o samba a partir da retomada, instigando outros grupos com diferentes nuances, os quais se associariam ao festejo. Para Pancevski (2014), o Carnaval não é uma simples manifestação, trata-se de um elo para o povo, pois uma celebração que resiste há séculos é um distintivo da cultura popular que sobreleva a impressão de que a cultura do Carnaval é superior à de outros povos.

A mais antiga agremiação de Joinville em atividade é a Acadêmicos do Serrinha. De acordo com o resumo histórico da escola concedido pela foliã Rosa Maria de Oliveira, é notório que, a referida comunidade carnavalesca, é a pioneira desde 18 de janeiro de 1975, uma vez que a escola do Kênia Club, também fundada na década de 70, passou a ser chamada anos mais tarde, Príncipes do Samba.

Rosa Maria iniciou sua participação no Carnaval, na década de 80, na escola de samba “Fúria Tricolor”, posteriormente migrou para a agremiação Kênia Club. A foliã nos relatou que tomou gosto pelo Carnaval desde criança ao ouvir a musicalidade do conjunto “Originais do Beira”, no qual seu pai fazia parte como instrumentista. Ao ser questionada sobre a origem do nome Serrinha, percebemos a correlação de sua narrativa com o histórico oficial da escola:

Há 44 anos ali no bairro Saguacu, tinha a charanga⁹⁶, que eles, as pessoas mais antigas, os fundadores faziam. Era uma espécie de trio elétrico da época ali e começaram a se concentrar no Bar Serrinha, e dali veio a Instituição né, a Escola de Samba. O Serrinha nasceu no Saguacu e quando ele veio pra cá (bairro Aventureiro), a gente começou a vir participar dos ensaios. De casa, ouvia o barulho, vamos lá conhecer né. Aí a gente foi se envolvendo, se envolvendo, e depois cada vez mais né, querendo mais, querendo se aprofundar, querendo não só desfilar e daí já deu aquela vontade de ajudar, de fazer o Carnaval. (OLIVEIRA, Rosa Maria de. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 24 out. 2019)

Percebe-se, na fala de Rosa Maria, a simpatia pela tal agremiação e a aspiração em afiliar-se ao Acadêmicos do Serrinha, quando a escola de samba passou a ter como sede o Aventureiro, bairro de Joinville onde residia. Para Queiroz (1995, p.43) “[...] a emoção carnavalesca existe, e as emoções constituem indubitavelmente parte da realidade psicossociológica”, sentimento este compreendido no comportamento de Rosa, que tocada pela batida do samba, sentiu-se pertencente ao grupo de foliões Acadêmicos do Serrinha.

Durante os ensaios de bateria, foi impulsionada a participar ativamente não somente como foliã, mas também como parte da diretoria após o consentimento do presidente da agremiação. É comum nos ensaios de baterias de todas as agremiações do Brasil ver negros, trabalhadores comuns e pobres marginalizados, que, ao assumirem como integrantes nos ensaios têm a perspicácia que naquele momento são eles, os mestres, doutores e professores do samba (DA MATTA, 1979).

Releva mencionar a figura do senhor Jair de Lima Matias, o seu Laranjinha, no Carnaval joinvilense. Desde a fundação da escola em 1975, quando este ainda era jogador de futebol do América, time de Joinville, focou-se nos esforços em manter o Serrinha como agremiação nos carnavais, participando também das rodas de samba da

⁹⁶ Começava nas reuniões da rua Castro Alves, bairro Saguacu (na época chamado bairro Serrinha), precisamente no bar do mesmo nome, que após horas de ensaio, era levada aos campos de futebol de Joinville, reunindo figuras ilustres para o jogo.

escola Kênia Club. Aos 70 anos de idade, o seu Laranjinha lembrou a relação da sua entidade carnavalesca, com o time de futebol no qual atuou:

Naquele tempo, no Carnaval, o Serrinha fundou a charanga. Começou com a charanga para acompanhar os times de futebol do América, Caxias, no bairro que era Juventus. Então onde tinha jogo, a charanga ia. Aí quando tinha jogo principal, o América, Caxias, jogo de fora, o Serrinha estava lá. (MATIAS, Jair de Lima. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 06 fev. 2019).

A sua influência foi um dos motivos que o fez membro na organização da retomada de 2006, como experiente carnavalesco e conhecedor tradicional da festa do Carnaval. Ressalta-se que, durante os anos de 1988 a 1993, a tal agremiação não teve participação nos desfiles de rua de Joinville por motivos financeiros, sendo que os foliões do Serrinha se distribuíram voluntariamente entre as agremiações Príncipes do Samba, Unidos do Boa Vista e Fúria Tricolor.

O Jornal AN do dia 17 de fevereiro de 2007, dia do desfile de blocos do Carnaval de rua de Joinville, reservou na primeira página, a convocação do povo para a festa de Momo na cidade, trazendo a foto do seu Butiaquinho com o seu pandeiro, que nesta edição faria parte da bateria do Serrinha. Com o seguinte convite a todos os cidadãos: “Um sábado para deixar a alegria rolar”, o referido jornal anunciou em primeira mão a euforia dos foliões para a demonstração do sábado a noite. Da Matta (1979), aponta uma comparação dos desfiles de Carnaval com o dia da pátria, quando ambos compilam multidões para prestigiarem os desfilantes. Porém, no Carnaval, há uma distinção nítida, pois o dia é invertido pela noite, adquirindo uma vitalidade inversa ao habitual.

“A Hora dos Tamborins”. Esta foi a inscrição da página 12 da mesma edição do jornal, anunciando que o Carnaval de rua prometia fazer os joinvilenses caírem na festa do sábado à noite. A reportagem fez alusão ao Acadêmicos do Serrinha, que ao invés do formato de escola de samba, viria neste ano na formatação de bloco se juntar com os demais inscritos para o desfile. Há quase duas décadas sem festejar o Carnaval na cidade como agremiação, o Serrinha regressaria à passarela para reviver a folia.

Chama a atenção na referida reportagem, a declaração de que nenhum dos blocos participantes recebeu patrocínio direto, tanto do município quanto do estado de SC, para a realização do desfile. Complementou o seu Laranjinha neste informe, que a verba não destinada não se comparava com o significado da realização pessoal de todos

os integrantes em voltarem a desfilar e reviver a emoção do desfile de rua. Da Matta (1986, p.73) define esta emoção experimentada no Carnaval como:

[...] um momento onde se pode deixar de viver a vida como fardo e castigo. É, no fundo, a oportunidade de fazer tudo ao contrário: viver e ter uma experiência do mundo como excesso – mas agora como excesso de prazer, de riqueza (ou de ‘luxo’, como se fala no Rio de Janeiro), de alegria e de riso; de prazer sensual que fica – finalmente – ao alcance de todos.

Repetindo o mapa de 2006, demonstrando por onde se concentrariam os blocos, assim como a rua oficial do desfile, a qual desembocaria no Mercado Municipal, informou o AN quais exatamente seriam os blocos participantes da edição de 2007, tendo como atração inédita, o show nacional de um dos intérpretes da escola de samba carioca Mocidade Independente de Padre Miguel, Paulinho da Mocidade.

Toda a organização da edição 2007, teve como âncora a FCJ e a Prefeitura, que patrocinou tanto a instalação do evento, quanto as apresentações após os desfiles, reunindo cinco mil pessoas. Ao ser questionado sobre o artigo 215 da CF/88, quanto ao seu entendimento no que concerne ao dever do Estado em apoiar, incentivar e valorizar a disseminação da expressão cultural, entre elas o Carnaval, o senhor Rodrigo Bornholdt apontou o seu olhar, tanto juridicamente, sendo ele advogado, quanto politicamente, na função de gestor durante a retomada do Carnaval:

No sentido jurídico, eu gostaria de dizer que o município tem obrigação de dar recursos para o Carnaval em Joinville. Mas, eu acho que juridicamente não existe essa obrigação do município. Apoiar e incentivar pode acontecer de várias formas, como o prefeito vem fazendo, de dar só um suporte logístico para o evento. [...] Então, o poder público tem essa obrigação com certeza, de não vetar, de não impedir as pessoas de expressarem o seu sentimento, as suas condutas no Carnaval. Mas de dar um apoio financeiro, acho que não existe essa obrigação jurídica né. Politicamente a minha resposta já foi dada (*risos*) quando eu fui gestor e continua sendo a mesma. Eu acho que o município deve sim incentivar de uma maneira geral, deve inclusive financeiramente incentivar essa expressão. [...] Joinville é uma cidade multicultural. Apesar de ser uma cidade provinciana ainda, ela é multicultural, no sentido de você ter diversas culturas representadas aqui. E mesmo aqueles mais tradicionais, mais antigos de Joinville dos anos 50 ou 60, muitos curtiam também o Carnaval naquela época. Como você falou, lá em 1865 já tinha Carnaval em Joinville (*risos*). (BORNHOLDT, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 29 abr. 2019).

O bloco Manda Brasa, este com cunho político, formado por eleitores do partido MDB, o Box 4, composto por amigos e clientes de um dos pontos comerciais do

Mercado Público, assim como o bloco Artistas e Amigos, que inovou ao desfiler em pernas de pau, foram os primeiros a abrirem as comemorações, recebendo a aprovação do público. Os blocos Rodopio, Vermelho e Branco, Grefaloucos, Brasil Mostra tua Cara, também desempenharam seus desfiles ao som do retorno da percussão da bateria do Serrinha, que cantou o seu enredo homenageando os moradores do bairro Saguauçu da década de 70. Para Cavalcanti (2015), o enredo é a base do desfile, que transita entre a linguagem plástica (fantasias e alegorias) e a musical (puxado pelo intérprete) evoluída pelo canto dos foliões acompanhados pela vigorosa bateria.

A agremiação campeã do Carnaval de São Francisco do Sul do ano de 2006, a Imperadores do Samba, contribuiu com o festejo. Ao desfilando com uma parcela dos agremiados e sua bateria com rainha e princesas, sustentando o espírito festivo do público com um Carnaval experiente, mostrou uma prévia de como seria o desfile no domingo em São Francisco, o qual contaria com uma boa parcela dos ritmistas, sambistas e sambeiros de Joinville para comporem o espetáculo.

Figura 30 - Escola de Samba Imperadores do Samba em Joinville



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.04 – 19/02/2007

O ano de 2007 caracterizou Joinville como uma cidade com premissa festiva durante os dias de Carnaval. Em sua declaração, Rodrigo Bornholdt dizia-se satisfeito

ao presenciar o êxito do segundo ano de Carnaval de rua de Joinville, deixando a entender nas entrelinhas, o intento em aprimorar a festa popular na próxima edição, em 2008.

5.3 AS SEXTAS E SÁBADOS DE CARNAVAL DE RUA DE JOINVILLE NAS EDIÇÕES DE 2008 E 2009.

Os resultados positivos das edições anteriores do Carnaval de rua, motivaram a ampliação do percurso e da duração do evento. Antes limitado a rua Abdon Batista, agora contaria com um novo trajeto a ser percorrido. A Avenida Procópio Gomes, do bairro Bucarein, foi a escolhida para converter-se em sambódromo da cidade. A FCJ, em parceria com a LECAJ, decidiu fragmentar a festa em dois dias: a sexta-feira para a prévia do festejo com a escolha da realeza e o sábado, para os desfiles de blocos juntamente com o Serrinha, para proporcionarem aos munícipes maior extensão do festejo.

O AN do dia 31 de janeiro de 2008, página 4, anunciou o evento de sexta-feira com a seguinte inscrição: “Para quem quer cair na folia”, deixando cientes todos os leitores que, Joinville teria a partir de então um novo reinado. Percebe-se que a tática dos organizadores, ao instituir um evento carnavalesco na sexta-feira, era reunir uma parcela de joinvilenses que se ausentam da cidade no sábado. Com shows gratuitos na área externa do Mercado Municipal, com direito a uma arena montada exclusivamente para o evento, com patrocínio da Prefeitura, um misto de pagode, samba de raiz e as versões de tradicionais sambas-enredos, seriam entoados pelo grupo local “Bera Samba” e o intérprete carioca Gilsinho da Portela.

O AN do dia 03 de fevereiro, página 06, referiu-se ao evento de sexta-feira como “Samba, Beleza e Folia Garantida”, aludindo às cinco mil pessoas, que interagiram com as músicas de Carnaval, e presenciaram a vitória da Rainha 2008, a bailarina Valdirene Bernardi, de 26 anos, ao lado do novo Rei Momo, Everton da Maia Gomes. A Rainha eleita, professora de balé clássico e contemporâneo, nos relatou sua emoção quanto a se tornar rainha de Carnaval:

[...] É indescritível a sensação. Eu acho que só quem pisa na avenida sabe o que acontece no nosso corpo. Há uma euforia, há uma energia

que vem das pessoas e de você próprio né. É um amor muito grande que eu sinto em poder representar o Carnaval de Joinville. É uma alegria imensa. (BERNARDI, Valdirene. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 28 out. 2019).

Para os apaixonados, a sexta feira de Carnaval de 2008 seria apenas uma prerrogativa mediante ao que seria o sábado de folia. Para os observadores, seria a comprovação do descortinamento de uma folgança em Joinville, outrora adjetivada como calada, calma, sisuda e entediada durante os dias de Carnaval. A emoção do período da festa, conforme afirma Queiroz (1999), provoca, desde a véspera, uma grande emoção, que une os indivíduos. Desde o início da tarde houveram desfiles de fantasias para as crianças, ritmadas pelas marchinhas de Carnaval, que juntamente com familiares e amigos, esperavam a passagem das agremiações.

Figura 31 - Folia com qualquer tempo



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 04– 04/02/2008

Inferre-se pelas imagens e textos do AN do dia 04 de fevereiro, página 4, cuja inscrição foi “Folia a Qualquer Tempo”, um misto de emoções de várias gerações que

se divertiram durante os desfiles, e com os shows gratuitos, mesmo debaixo de chuva. Entendemos que a Prefeitura, no ano de 2008, em conjunto com os que compunham as diretorias das agremiações, deu condições para a execução do festejo, respeitando os valores culturais, que dentro do orçamento socioeconômico proporcionou um Carnaval de grande porte, corroborando para a manutenção e a difusão da manifestação carnavalesca em Joinville.

Refletimos, assim, nas palavras de Cunha Filho (2018) ao referir-se ao sistema de garantias do direito cultural, que, munidas pelo ordenamento jurídico, não teriam êxito sem a efetivação do Estado:

Os direitos culturais, naquilo que pedem uma ação implementadora por parte do Poder Público, demandam, sim, ação pronta e imediata, mas que pode variar de acordo com a conjectura socioeconômica e até mesmo com a adoção de uma nova e legítima postura axiológica, desde que fiquem respeitados os princípios e as regras constitucionais (CUNHA FILHO, 2018, p. 48).

Figura 32 - Joinville tem Samba

Joinville tem Samba.

Neste carnaval, você, nossos blocos e escolas vão espalhar a alegria, o ritmo e as cores da nossa cultura por toda a cidade.

Confira a programação e participe.

PROGRAMAÇÃO:

20/02 • Sexta-Feira • 18 horas
Praça do Mercado Municipal
 Show com Paulão e Banda
 Eleição da Rainha do Carnaval e Rei Momo
 Show com Marcelinho Moreira (RJ)

21/02 • Sábado • 16 horas
Praça do Mercado Municipal
 Carnaval Infantil
 Desfile de Fantasias Infantis
 Show com Bera Samba
 Desfile de Blocos e Escolas de Samba
 Show com Marquinhos Diniz (Portela - RJ)
 Show com Reinaldo, Príncipe do Pagode (SP)

CARNAVAL 2009 Joinville

Apelo: LECAJ, Ministério do Turismo, GOVERNO FEDERAL, Realização: Prefeitura de Joinville

Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 19– 15/02/2009

Com o slogan “Joinville tem Samba”, a Liga carnavalesca, com o apoio da Fundação Cultural, tentava se reerguer como articuladora entre as agremiações e o poder público. O senhor Mira, sem ter vínculo com qualquer bloco e escola de samba, tornou-se o presidente da LECAJ. Aos poucos o silenciamento em Joinville, durante o Carnaval, foi comutado pela farra. Com o apoio da Prefeitura a estrutura do ano de 2009 prometia ser ainda maior.

Pressupõe-se que a Liga, mesmo tendo um histórico inveterado desde os tempos áureos dos anos 80, passava por um momento de descrédito por parte dos diretores e foliões. Alegavam os críticos, nos treze anos sem manifestações na cidade, entre 1993 e 2006, a instituição nada teria feito de concreto para a manutenção dos desfiles, consentindo a falta de verbas, silenciando-se igualmente.

Percebemos na entrevista com Marta Pires, que futuramente se tornaria a presidente da Liga, um dos primeiros impasses durante as reuniões entre todos os diretores das agremiações, cuja intenção seria discutir a melhor forma de congregar-se na formatação do espetáculo de rua.

Nós retomamos então algumas reuniões com a Liga e com o Mira que era o único representante, e fizemos uma diretoria. Mas houve várias discussões nessas reuniões em virtude de que a gente não concordava muito com o formato que essa Liga vinha tendo e nós queríamos uma participação mais efetiva de integração, de conhecimento, de participação, de decisões daquilo que fosse feito. Houveram discussões, nós tentamos retomar o estatuto da Liga pra ver, não tínhamos acesso a este estatuto né, não era permitido, até que conseguimos no cartório pra poder verificar quais eram realmente os quesitos né, e aí meio que batemos um pouco de frente, até que acabou tendo um desfile. (NUNES, Marta Pires. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 25 out. 2019)

Ao referir-se ao descontentamento do formato, Marta menciona a transparência de todos terem acesso ao estatuto da Liga. Se o espetáculo de rua dependeria também da participação efetiva das agremiações, todos deveriam ter a obtenção na averiguação da documentação legal, prevendo repasses diretos, que futuramente seriam subvencionados. Patrocinados pela prefeitura, sob a gestão do prefeito Carlito Merss⁹⁷, os dias 20 e 21 de fevereiro seriam os dois dias oficiais da festa na cidade. Com confirmação do show nacional de Marquinhos Diniz da Escola de samba da Portela – RJ – em parceria com o sambista Reinaldo Príncipe do pagode de São Paulo.

⁹⁷ Dos 43 itens do Plano de Governo de Carlito Merss, o item 42 é reservado para o fomento ao Carnaval de Joinville.

Humberto Cunha Filho (2018), levanta uma discussão sobre Direito e Cultura. Sendo o “Direito” um produto cultural, a “Cultura” o antecede, ou o sucede? A partir destes questionamentos, o autor defende o que ao nosso ver é bastante plausível: a discussão sobre cultura só se dá “[...] nos ambientes em que a presença humana é plural, pois seu sentido de ser reside no aprimoramento, na transmissão e na partilha de saberes e fazeres” (CUNHA FILHO, 2018, p.15). Em outras palavras, sem cultura não há direito cultural. Em suma, o referido autor afirma serem, tanto a cultura quanto o direito, termos inseparáveis, que apesar do enfrentarem-se, se completam como parte da própria vitalidade (CUNHA FILHO, 2018).

Atenta-se para a estreia do novo bloco em Joinville sob o comando de Jacila de Souza Barbosa, a mãe Jacila da casa da vó Joaquina, que cogitou a formação de um grupo de Afoxé. Em reunião com o prefeito e o presidente da FCJ, Silvestre Ferreira, recebeu o apoio para que a partir de então fosse a responsável em comandar os foliões da sua instituição. Em entrevista com a dona Jacila, fica evidente que, a partir de 2009, o Carnaval de Joinville daria a notoriedade e reconhecimento à religiosidade expressiva, simbolizada pelos afrodescendentes durante as comemorações, formado por pessoas que perpetuam e coabitam os terreiros de candomblé da cidade.

Doravante, o Afoxé, com danças ritualísticas encenando a lavagem da avenida com aromatizantes e pétalas de flores (REIS, 2013), foi designado como introdutório aos desfiles de Momo, conforme a explicação da entrevistada:

Quando eu saio eu joga água na rua, tomo benção à rua e peço licença pra eu caminhar. Então, era feito isso, para que os filhos, os escravos pudessem dançar fazer a sua festa. Então quando nós fomos convidados, nós colocamos isso, que gostaríamos de fazer esse ritual. Nós gostaríamos de oferecer o padé para Baraonã, para Exu pedindo licença e, a água para pedir a permissão para que nós pudéssemos fazer uma festa bonita e que não houvesse nenhum contratempo. [...] quando a gente desfila, a gente tem um boneco que é uma representação de um Baraotim para que a gente possa desfilas e pedir uma festa e um momento de alegria, com tranquilidade. (BARBOSA, Jacila de Souza. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 13 jul. 2019)

O Bloco Fusão do Samba, sob o comando de Jucélio Manoel Narciza, organizado com bateria independente, reforçava os primeiros vislumbres em se tornar adiante uma escola de samba, assim como a Fúria Tricolor, que na promessa de reviver a década de 80, sinalizava seu retorno em formato de bloco. Os blocos KG Laboratório,

Box 4, Rodopio, Manda Brasa e Dos Artistas, asseguraram suas participações no desfile de 2009, seguido da única escola oficial, “Acadêmicos do Serrinha”.

Constata-se neste ano a ausência do bloco As Depravadas, que em 2009 não participou do festejo, comprovando sua última participação em 2008. O idealizador do bloco, seu Mário, migrou para o Rio de Janeiro como folião durante o Carnaval, associando-se à escola de samba Império Serrano, onde desfilou por 8 anos consecutivos na egrégia Marquês de Sapucaí.

De acordo com o AN do dia 22 de fevereiro de 2009, página 16, cinco mil pessoas foliaram a sexta feira de Carnaval, durante a escolha da realeza. A passista representante do bloco Fusão do Samba, Ruhana Mayra Ferreira, foi coroada a majestade do Carnaval joinvilense ao lado do novo rei Momo Cleverson Pereira.

O comércio de ambulantes entre os foliões avolumava o evento, solidificando ainda mais o que estava manifesto nos dois banners laterais do palco: “Joinville tem Samba”, transformando o cenário do Mercado Municipal numa grande arena acolhedora em homenagem à Momo. Queiroz (1995, p.31) afirma que em cenários como estes, “atores e espectadores podem estar reunidos pela comunhão da festa; coexistem, como se vê, em espaço e tempo, com os servidores que ali conservam as atividades de sua vida habitual”.

No sábado, cinquenta crianças farristas participaram com suas famílias do concurso de fantasias, promovido consecutivamente pela FCJ, que desencadeou marchinhas de Carnaval até ao anoitecer. A chuva, que se fez presente mais uma vez, gerou um atraso de duas horas. Isso não impediu que uma multidão se espalhasse nas calçadas da avenida Procópio Gomes, na apreciação da passagem dos grupos carnavalescos.

Figura 33 - Acredite se quiser, é Joinville



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 02– 22/02/2009

Percebe-se a perplexidade, até mesmo da imprensa, dos que testemunharam a manifestação carnavalesca aos redores da construção de inspiração germânica do Mercado Municipal no sábado à noite. A prevalência do êxtase dos blocos e da escola de samba Serrinha, assim como dos shows que adentraram a madrugada de domingo, causou murmúrios positivos dos que prestigiaram o evento, constatando o que muitos procuram negar: “Aqui tem Carnaval!”.

5.4 O DESFILE DE 2010: NOVO LOCAL PARA O FESTEJO E A VOLTA DA AGREMIÇÃO “PRÍNCIPES DO SAMBA”

Se dirigir, não beba
 Meu amor, no embalo da folia
 Tô que tô
 O calor desta alegria
 Vai te contagiar
 Porque o Serrinha
 Tá botando pra quebrar

O refrão acima, composto por Luíz Antônio de Souza, marcou a participação dos Acadêmicos do Serrinha, sob o comando do intérprete Gigi e seu cavaquinho, no desfile

de 2010, sob o enredo “Carnaval dos Carnavais: Serrinha, um Carrossel de Alegria”. A escola que protagonizou alas valorizando as quadrilhas e a dança do pau de fita, apostou na ajuda da mão de obra gratuita de seus foliões na composição tanto dos figurinos quanto das alegorias, uma vez que ainda encontravam dificuldade para a captação suficiente de recursos financeiros.

Acentua-se na letra do refrão do “Serrinha”, a mensagem com o viés social, alertando o público sobre a Lei Seca⁹⁸. Os enredos têm esse papel na sociedade, cujo intento, além de homenagear personalidades, contar a história da humanidade, valorizar outras expressões culturais, também “[...] estão em jogo uma pedagogia e uma imensa conversa sobre assuntos que interessam a diversas camadas sociais” (CAVALCANTI, 1999, p.35).

A LECAJ sistematizou encontros durante o ano de 2009, preconizando mais profissionalismo dos desfiles e aumento de agremiados, cogitando um Carnaval ainda maior em 2010. A FCJ, na direção de Silvestre Ferreira, propôs nas reuniões com a LECAJ, a mudança do local dos desfiles. Em declaração ao AN no dia 11 de fevereiro, Silvestre informou tal alteração para a Rua Rio Branco, com shows e escolha da corte de 2010, na praça Dario Salles. Entende-se que ações como estas cumprem o que inscreve o artigo 215 da CF/88, cujo “[...] dispositivo aponta o dever estatal em garantir o exercício dos Direitos Culturais por meio de ações prestatais” (STUDART, 2018, p.212).

Em entrevista com o senhor Silvestre Ferreira⁹⁹, este nos revelou que considera o diálogo com o Estado um dos fundamentos das políticas culturais. Em suas palavras: “a gestão pode indicar algumas políticas, mas a escuta é a mais importante das políticas”. Além disso, o então Secretário da FCJ, apesar de defensor das políticas públicas voltadas ao Carnaval, tece críticas ao modo pelo qual os agremiados se relacionam com o Estado, e nos remete à fala do senhor Nestor Padilha em 1988, já mencionada neste trabalho:

Há uma cultura da espera que o Estado resolva também [...] isso em todas as áreas. Ah, se não tiver o SIMDEC, eu não vou mais fazer cultura. Não, o SIMDEC é importante, mas não dá pra esperar só o SIMDEC. Então você é um artista, ou você é um cliente do SIMDEC?

⁹⁸ O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), de 1997, proibia a direção após ingestão de álcool. Embora pouco avanço tenha-se percebido em 10 anos, devido algumas brechas de tolerância, a Lei 11.705, em vigor a partir de 19 de junho de 2008, aumentou a rigidez prevista pelo CTB. Disponível em: < <https://g1.globo.com/carros/noticia/autuacoes-pela-lei-seca-crescem-ano-a-ano-e-ja-passam-de-17-milhao-desde-2008.ghtml> > Acesso em 14 de set, 2019.

⁹⁹ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 08 nov. 2019.

[...] Então esse ano eu não ganhei SIMDEC, eu deixo de ser artista, e volto [...] quando o SIMDEC voltar? [...] Não! Acho que o Carnaval tem que criar uma certa autonomia, uma certa independência e ter uma organização suficiente [...]. (FERREIRA, Silvestre. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 08 nov. 2019)

O artigo 216 da CF/88, esclarece que o Estado em colaboração com a comunidade, defenderá os bens culturais, entre estes, os de natureza imaterial, como é o Carnaval. Neste sentido cabe à sociedade e aos Poderes “[...] prover ações que visem efetivar a proteção, em razão de suas competências, possibilidades e deveres” (STUDART, 2018, p.212). Percebe-se a participação da Prefeitura de Joinville em dispor um trajeto de 400 metros para os desfiles, uma vez que o ano de 2010 contaria com a participação de 6 blocos e 3 escolas de samba oficiais, Serrinha, Fusão do Samba e o aguardado retorno da Príncipes do Samba, há 17 anos sem desfilar na cidade (AN, 10 fev. 2010, p. 9).

A reestreia da Príncipes seria um marco para Joinville, visto que muitos dos espectadores haviam vivenciado os desfiles das décadas passadas, quando esta, a maior agremiação da cidade, desfilava na rua do Príncipe, e era, portanto, na memória dos joinvilenses, um símbolo do festejo da cidade. Quanto ao enredo escolhido para o espetáculo de 2010, o senhor Padilha, presidente da escola à época, nos relatou:

Daí eu peguei a responsabilidade eu fui na reunião e disse: _ o Kênia Clube, a Príncipes do Samba vai voltar, nós vamos sair, vamos sair. Daí eu estava dormindo, me acordei, fui ao banheiro, quando me deitei. 70 anos da TUPY. Acendeu uma estrela. Tá aí. Tá aí o enredo. Homenagear a Tupy¹⁰⁰. Daí naquela semana teve a feijoada do Bera e eu fui. Estava o presidente da Tupy e o Guedes, que gostava de um cavaco carioca. Eu cheguei: _O senhor dá licença um pouquinho? “É o seguinte, nós temos uma escola de samba em Joinville e aproveitando que vocês estão aqui, nós queríamos perguntar se a gente podia fazer o enredo da escola esse ano, dos 70 anos da TUPY”. Pow!, os caras ficaram contentes e tal. Já falaram com esse cara que tem um monte de disco gravado no Rio, o Marquinhos Diniz, “_ Oh, vai fazer o samba enredo” e já mandou fazer o samba enredo e daí começamos. Eles nos ajudaram um monte, fizeram dois carros pra nós, as alegorias. Saíram mais ou menos umas 80 e poucas pessoas da empresa na escola. A bateria representava o operário da TUPY. (PADILHA, João Nestor. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 23 out. 2019).

¹⁰⁰ Multinacional Brasileira, situada em Joinville. É especializada em fundição de ferro.

Com o enredo “Fundição Tupy e seus 70 anos”, a agremiação desenhou seu desfile distribuído em 12 alas fantasiadas e alegorias patrocinadas pela homenageada, entoando a história da empresa e a sua importância para a cidade de Joinville desde a fundação. Este tipo de marketing cultural se diferencia, pois a empresa atinge diretamente o público pela vinculação de sua marca a comunidade. Ocorre, portanto, um reforço da imagem institucional e do papel social do patrocinador (CORREIA, 2010).

Em entrevista, Nara, passista à época, contou que não houve patrocínio em dinheiro vivo, afirmando que a escola fez dívidas extras para a compra de fantasias em Florianópolis. A narrativa de Nara ainda chama atenção, quando esta traz algumas objeções quanto a refiliação da Príncipes do Samba à LECAJ e o repasse de verbas da Liga mediante ao regimento interno:

Pra voltar, nós tínhamos que registrar a nossa ata e ficar 2 anos sem receber verbas igual as outras. Daí eu disse: ‘não, aí não dá’. Eu disse que tava tudo programado. Foi conversado, a gente pediu pra voltar, só que vocês decidiram sem a gente saber, né. Eles disseram: _não, porque a Liga já tá em andamento e vocês estão chegando agora. Eu disse: _A gente tá chegando agora, mas tá tudo preparado. Aí eles disseram assim: _tem que apresentar a ata, tem que apresentar CNPJ. E tinha que apresentar um estatuto se eu não me engano. Eu disse: _vou trazer, eu vou trazer. E fui na casa do Butiaco e revirei a documentação dele lá. Fui lá com o Padilha, fui na casa da tia Fióca e encontrei a nossa documentação que nós precisávamos. Aí era só atualizar e foi o que a gente fez. (FERREIRA, Lucia Nara. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 26 out. 2019)

Figura 34 - A Tupy Reverencia a Príncipes do Samba



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 07– 13/02/2010

Percebe-se, portanto, que o poder público, além de patrocinar a construção da estrutura do evento, designou subvenção direta para a Liga distribuir entre as agremiações. Por outro lado, lê-se no AN do dia 12 de fevereiro de 2010, página 9, que além da realização ser de responsabilidade da Prefeitura, FCJ e LECAJ, também contava com o apoio do SIMDEC, conforme os editais abaixo de 2009:

Tabela 3 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 01 DE JUNHO DE 2009

PORTARIA N035/2009, Edital de Concurso n 03/2009, Leis 8.666/93, 8.883/94 e 5.372/2005, e o Decreto 12.839/2006.

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
131	Implantação de Grupo de Afoxé no “Ilê Axé Lya Omi Lode”	R\$ 15.000,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Tabela 4 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - DIA 27 DE JULHO DE 2009

PORTARIA N054/2009, Lei 5.372 de 16/12/2005 e o Decreto 12.839 de 17/03/2006

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
312	Carnaval de Rua de Joinville 2010 – LECAJ	R\$ 65.850,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Sabe-se que “a confecção de um desfile começa mal terminado o Carnaval do ano anterior” (CAVALCANTI, 2015, p.87). Pode-se supor a dependência de todas as agremiações, reféns do repasse financeiro para o início da construção dos desfiles. Não tendo em caixa o valor básico necessário, estas dependiam de outros mecanismos, além da subvenção direta da Prefeitura.

Atenta-se também para a primeira participação do bloco carnavalesco Diversidade. Filiados à Associação Arco-Íris, voltada à luta social e representativa da

classe LGBT¹⁰¹, o grupo já havia experienciado o desfile de 2009, inserido no Bloco dos Artistas. A ala da Diversidade foi deslocada deste bloco, pela necessidade de maior visibilidade durante o Carnaval. O primeiro desfile contou com a participação de 100 foliões, tornando-se futuramente a maior agremiação de Joinville, o “Grêmio Recreativo Escola de Samba Unido pela Diversidade”, fundada somente no dia 1 de abril de 2011.

Diferente do bloco As Depravadas, a Diversidade nasce com uma bandeira, pautada não só pela luta a favor do firmamento do Carnaval na cidade, mas também pelo respeito aos gays, travestis, transexuais, e a todos que se sentissem marginalizados numa sociedade considerada padronizada. O olhar de Da Matta (1981, p.29), nos instiga a refletir em relação ao plano do Carnaval, cujos foliões ao se apresentarem nos dias de festejo provocam “[...] o estilhaçamento de um mundo altamente ordenado, centralizado, hierarquicamente definido. Um mundo obcecado pela ordem e pelas organizações e graduais, com uma coisa seguindo a outra”.

Complementa Da Matta, que este mundo ordenado onde o dono se sente o centro, na obrigação de saber quem é cada um, é desconstruído no Carnaval como uma dinamite, aniquilando-o em pedaços, assumindo cada um, o que desejar ser, deliberado como conjunto de loucuras. Tais loucuras, para Ferreira (2004), são aceitas desde que não caracterizem o grotesco Entrudo do passado.

O vice-presidente Roger de Souza, foi contundente durante a entrevista, ao afirmar o aumento gradativo dos foliões em desfiles posteriores, nas edições de 2014 e 2015, como veremos adiante. Ao ser questionado sobre quais as mudanças pessoais, sentidas tanto por ele, quanto por seu companheiro, quando estes embrenharam-se no Carnaval de Joinville, Roger nos declarou:

A gente já vinha nesta questão de luta para os movimentos sociais, aí a gente focou a luta para o Carnaval, para a retomada de um Carnaval melhor pra Joinville. [...] Era um Carnaval pequeno de blocos e bem amador assim, então a gente começou a lutar por isso, a se envolver dentro da Liga de Carnaval, dentro da parte da Fundação Cultural também pra tentar retomar o Carnaval de rua de Joinville. (MACIEL JUNIOR, Roger de Souza. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 16 jan. 2019)

Joinville teria, a partir de então, um grupo de foliões, que forte e organizado, tonificou a LECAJ na defesa do direito de externar seu modo de fazer Carnaval.

¹⁰¹ Acrônimo (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais), também utilizado como nome de um movimento que luta pelos direitos dos homossexuais e, principalmente, contra a homofobia.

No dia 5 de fevereiro, a manchete do AN trouxe a seguinte inscrição: “Elas disputam a coroa da folia”. Provocando o leitor a participar das comemorações indiretamente, o jornal abriu enquete informal, via internet¹⁰², para o posto de rainha de 2010, na eleição que contava com número recorde de candidatas, dezessete no total. Ferreira (2004) alega que a maior ligação que a internet propicia com o Carnaval, dá-se pela viabilidade disposta à sociedade, a qual passa a ter participação ainda maior no festejo. Outra inovação foi do jornal impresso, que fomentou a edição 2010 do Carnaval de Joinville, foi a divulgação do histórico e o enredo de cada agremiação a partir de 09 de fevereiro.

A noite que antecedeu a estreia do desfile na rua Rio Branco, aglomerou uma multidão na praça Dario Salles. Pela segunda vez, Valdirene Bernardi, representante do bloco “Manda Brasa”, foi entronizada pelo júri, e teve ao seu lado o estreante Leonardo dos Santos Passos, que recebeu as chaves da cidade, eleito rei Momo. O prefeito da cidade, Carlito Merss, juntamente com os cinco mil foliões que compareceram ao evento, atestou o espírito festivo de Joinville, uma cidade que popularizou o Carnaval, proporcionando aos seus munícipes a manifestação, congregando a todos que quisessem aproveitar um Carnaval sem cobranças de ingressos.

O AN do dia 15, página 13, destacou a seguinte manchete: “Um Desfile de Alegria e Beleza em Joinville”. O quinto ano de uma nova era do Carnaval joinvilense reforçou a ligação da cidade com o samba. A corte, que agradeceu a presença da plateia, abriu os desfiles, seguida pelo grupo Afoxé. Destaca-se o bloco da Diversidade, que com o enredo “Apoteose da Diversidade na Mitologia e no Mundo”, trouxe 4 alas representando Medusa, Afrodite, Iemanjá e a Velha Guarda. O movimento com bandeiras coloridas e passistas transformistas, teve como destaque a rainha do primeiro concurso Gala Gay de Joinville, promovido pela Associação Arco-Íris.

No Rio de Janeiro, conforme Queiroz (1999), surgiam nos carnavais, os grupos dos gays, que extasiados com o sucesso, exclamavam serem as pessoas mais felizes do mundo, empoderando-se durante os bailes proclamando: “Nós somos a marginalidade mais luxuosa do mundo” (QUEIROZ, 1999, p.45). Elucida-se que o bloco Diversidade era formado não somente por gays, mas por simpatizantes que se agrupavam na luta contra o preconceito na sociedade.

¹⁰² O AN do dia 14/02/2010, p. 17, divulgou a rainha eleita pelos internautas, a representante também do bloco Manda Brasa, Tamara Cristina Geiser, com 37% dos votos dos mais de 10.000 participantes via votação eletrônica.

Após a passagem dos blocos, as escolas Serrinha e Príncipes do Samba, cantaram seus enredos, transformando a rua Rio Branco num sambódromo, o qual deu acesso à cultura carnavalesca. Para fechar os desfiles de 2010, a mais jovem agremiação Fusão do Samba, distribuiu em 9 alas o seu enredo “As Maravilhas da Cidade”, o qual enalteceu os pontos turísticos de Joinville, reverenciando também em versos, tanto o Museu Nacional de Imigração e Colonização, quanto a rua das Palmeiras, ambos situados na via por onde passavam.

Diante do sucesso do Carnaval e do crescimento das demandas culturais, o município de Joinville passou a dar espaço para as necessidades da comunidade local. Neste sentido, foi implementado o PMC - Plano Municipal de Cultura de Joinville, criado pelo Conselho Municipal de Política Pública Cultural de Joinville, com o apoio da FCJ, sustentado pelas três Conferências Municipais de Cultura (2007, 2009 e 2011), em acolhimento ao art. 13 da Lei número 6.705, de 11 de junho de 2010, (PMC, 2012).

A partir de então, decretado pela Lei nº 7.258 de 05 de julho de 2012, a cidade teria oficialmente o seu Plano Municipal de Cultura. Este documento de orientação ao cumprimento da política cultural local, expressa de maneira clara e de fácil compreensão, abrangendo todos os segmentos culturais em respeito aos seus direitos. Vale salientar o deferimento dado pelo PMC ao Carnaval de Joinville, reconhecendo-o como patrimônio imaterial da cidade, cuja manifestação voltou a assumir a sua sistematização atraindo um público considerável a partir da retomada de 2006. (PMC, 2012, p.84,85).

5.5 A EDIÇÃO DE 2011 DA FESTA CARNAVALESCA NA RUA RIO BRANCO

Os dois últimos anos da gestão Carlito Merss em Joinville são lembrados pelas agremiações pela consolidação do apoio à cultura carnavalesca. Devido ao sucesso de 2010, blocos e escolas de samba concluíram os festejos, maturando a construção do Carnaval do ano seguinte, característica esta, da própria lógica constitutiva do festejo (CAVALCANTI, 2015).

O ano de 2011 marcava o 160º aniversário da fundação da cidade. Por este motivo, foi acordado entre a Liga, que os enredos deveriam ter como tema as histórias

de Joinville. Para Jório e Araújo (1969), os compositores dos enredos devem se preocupar com textos menos descritivos, suprimindo palavras difíceis tiradas de dicionários. O objetivo é que a linguagem do povo possa ser cantada e gravada em suas memórias. Exemplo disso foi o samba-enredo “É hoje¹⁰³”, de 1982 da “União da Ilha do Governador”, do RJ, cujo estribilho: “Diga espelho meu, se há na avenida, alguém mais feliz que eu”, é entoado por quase todos os foliões nos pré-carnavais de todo o Brasil até os dias de hoje.

Cada entidade apoderava-se da mão de obra voluntária de seus agremiados durante as oficinas, nas reutilizações de fantasias e adereços para o Carnaval de 2011, dando formas às novas ressignificações. Releva notar que, como já mencionado nesta dissertação, a maioria dos que desfilam tem origem nas classes de baixa renda, e, por isso, as escolas optaram por não realizar cobrança de taxas para o uso destas indumentárias. Este espaço, gerido pelo carnavalesco, comanda a todos a “[...] responsabilidade pela concepção artística, tanto visual quanto verbal, de um desfile [...]” (CAVALCANTI, 2015, p.96/97).

Apesar da evidente falta de verbas, apenas no dia 14 de fevereiro o senhor Wilson José Mafra, presidente da LECAJ, dirigiu-se à Câmara de Vereadores de Joinville para solicitar recursos financeiros para o aprimoramento do Carnaval. Isso porque, de acordo com ele, houvera apenas uma captação ínfima por meio do SIMDEC.

Tabela 5 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 26 DE JULHO DE 2010

PORTARIA N023/2010, Edital de Concurso n 05/2010, Leis 8.666/93, 8.883/94 e 5.372/2005, e o Decreto 12.839/2006.

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
155	Bloco Carnavalesco DIVERSIDADE	R\$ 3.000,00
099	Bloco de Rua Segmentado – Jackson Oliveira	R\$ 3.000,00
277	Bloco Carnavalesco AMIGOS DO BOX 4	R\$ 3.000,00
235	Bloco Carnavalesco GREFALOUÇOS	R\$ 3.000,00
273	Desfile de Carnaval – PRÍNCIPES DO SAMBA	R\$10.000,00
191	Divulgação e Aquisição e Manutenção dos Equipamentos Musicais da Bateria - SERRINHA	R\$ 9.947,02

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

¹⁰³ De autoria de Max Lopes, a letra do samba-enredo, inspirado no livro “É Hoje”, de Haroldo Costa (1978), mostra o cotidiano de um folião na Ilha do Governador.

Tabela 6 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - DIA 09 DE SETEMBRO DE 2010

PORTARIA N031/2010, Lei 5.372 de 16/12/2005 e o Decreto 12.839 de 17/03/2006

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
192	Aquisição de Materiais para Fantasias - SERRINHA	R\$ 9.947,02
154	Bloco Diversidade – Um Bloco Diferente	R\$ 10.000,00
175	Carnaval de Joinville 2011 – LECAJ	R\$ 40.000,00

Fonte: DESPACHO SEI Nº 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Tratando de políticas públicas, Farias (2003) alega que há a necessidade urgente de estimular debates sobre as práticas e experimentações, buscando a manutenção das manifestações culturais. Em complemento, a fala de Moura (2011) levanta um ponto bastante relevante em referir-se as Leis de Incentivo, afirmando que estas devem existir, mas não em caráter perene, e sim educativo. Em outras palavras, o empresário que intenciona auxiliar, deve ser muito bem instruído para que ao contribuir com os projetos, esteja ao mesmo tempo contribuindo principalmente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Percebe-se nitidamente esta falta de pedagogia ao referir-se a Lei Rouanet. Como discutido anteriormente, o insucesso na captação de recursos em 2011, quando o proponente Silvestre Ferreira da FCJ, ao submeter o projeto no valor de R\$ 576.400,00 para toda a construção do Carnaval de rua de Joinville, não conseguiu o aporte junto às empresas após aprovado pelo sistema.

O exemplo do Rio de Janeiro, é elucidativo quanto a política pública referente ao Carnaval, pelo menos desde 1907. O Conselheiro¹⁰⁴ Vieira de Moura apresentou um projeto de lei, encarregando à Prefeitura a reserva de subsídios para a promoção do festejo. O mesmo pode ser visto alguns anos depois, sendo possível ler no 9º parágrafo do projeto da cidade: “Fica o Prefeito autorizado a aplicar na despesa das subvenções para o Carnaval de 1928, de que trata a lei, as verbas orçamentárias ao mesmo destinadas, etc.” (MORAES, 1958, p.246).

O orçamento do Carnaval no Rio era obtido através do auxílio de particulares, de pequenas e grandes empresas, que assinando o Livro Ouro, colaboravam espontaneamente, demonstrando seu poder econômico à sociedade (QUEIROZ, 1999). Assim, contribuíam para a realização da manifestação cultural, dando total liberdade

¹⁰⁴ De acordo com Moraes (1958), o cargo de Conselheiro corresponde, em nossos dias, ao de vereador.

para os carnavalescos e foliões fazerem o Carnaval do seu jeito. A subvenção do Estado enfraqueceria o festejo, transferindo toda a responsabilidade à Prefeitura, tirando a incumbência da população na manutenção das comemorações. Para Moraes (1958), as subvenções eram atemorizantes inimigos do Carnaval em tal época. Em Joinville, o Livro Ouro funcionou até a década de 80. O seu Laranjinha, do Serrinha, nos informou que além das empresas de Joinville, também as da cidade de Jaraguá do Sul cooperavam com a agremiação, assinando o Livro Dourado do apadrinhamento da escola: uma espécie de Mecenato sem burocracia.

Se a abertura de crédito de 40 contos (40.000\$00) auxiliou os clubes do Rio de Janeiro em 1928, o veto do prefeito subsequente declarava ser o Carnaval uma festa de cunho popular, não cabendo ao Estado nenhuma ação governamental (MORAES, 1958). Há de se perceber o início de uma batalha entre “Direito Cultural e Garantias” da manifestação carnavalesca, que apesar de ser oficializada em 1933 com programas relacionando a festa ao turismo, os velhos carnavalescos afirmavam que a tal oficialização desconfigurou o Carnaval, pelas razões explicitadas abaixo:

[...] Matou será um exagero dizermos, mas enfraqueceu, não há dúvidas. Por várias razões: tirou o bom senso de responsabilidade dos carnavalescos em suas grandes sociedades, ranchos e blocos; fez com que o Carnaval de rua ficasse na dependência de subvenções que são pequeníssimas; um verdadeiro regulamento para os foliões, criando assim uma alegria dirigida; obrigando as escolas de samba e ranchos a terem enredos exclusivamente nacionais e a manter (as escolas de samba) sempre fantasiadas de baianas, etc. (MORAES, 1958, p.249).

Interpreta-se que, o que era para os carnavalescos uma manifestação genuína, livre de qualquer regra, passa a ser uma exteriorização festiva engessada, com determinações impostas em troca da subvenção. Tão verdade que, em 1931, um cronista carnavalesco do Diário Carioca afirma não se ouvir outra coisa entre os clubes que: “Se o governo não der auxílio, não sairemos” (MORAES, 1958, p.249).

Seria a oficialização da década de 30, a responsável pela guerra que respinga até os dias atuais? Falamos aqui de uma autora da década de 50, sabendo que muitas coisas em todos os âmbitos culturais mudaram em 70 anos, em especial o Carnaval, que por não ser uma festa padronizada, passaria a ser definida como um evento multifacetado, representando um país plural (FERREIRA, 2004). Assim, é preciso considerar o que diziam os velhos carnavalescos do passado, cujo discurso nos parece contemporâneo:

[...] essa subvenção oficial criou uma mentalidade passiva nos grandes clubes, que ficam dependendo das graças do Governo, das verbas, sem

as ousadias das outras eras, nas quais mobilizavam todas as forças dos associados comércios, do povo, para os seus préstitos e folguedos (MORAES, 1958, p.251)

Ao referirem-se às políticas culturais do Carnaval contemporâneo, Costa e Cezar (2015, p.289) afirmam que:

[...] a gestão pública deveria estar norteadada pelo planejamento, o diálogo com os canais envolvidos com a festa e uma política pública de cultura que favorecesse os atores locais no seu âmbito sociocultural.

Em meio a esta pesquisa, percebe-se que a partir de 2006 em Joinville, tais mesas-redondas, colocando face a face organizadores do Carnaval e Prefeitura, são quase inexistentes, sendo esta iniciativa imprescindível para a saúde da manifestação carnavalesca na cidade. Defendendo a ampliação dos debates entre setor público e sociedade, Farias (2003, p.45) afirma que

[...] nada se discute sobre temas culturais essenciais como a descaracterização de culturas pela modernização obsessiva e pela globalização do mercado, a democratização dos meios de comunicação, a cultura política, a construção de valores de paz e de solidariedade, o protagonismo jovem, o pluralismo e a diversidade, o papel das mulheres na sociedade e outros temas relevantes.

A política pública do Brasil, argumenta Farias (2003), está, assim, ligada a uma lógica de estímulo ao espetáculo, no que se configura como a recorrente metáfora do “pão e circo”. Neste caso fica claro que a substância destas políticas, o debate cultural, é deixado de lado em nome da superficialidade das aparências.

Quanto as anunciações dos periódicos de Joinville em relação ao Carnaval de 2011, lemos no AN do dia 05 de março, na seção anexo página 03, a confirmação da escolha da corte carnavalesca na praça pública, tendo como atração principal o grupo de pagode paulistano de renome nacional “Negritude Júnior”, que, aportado pela Prefeitura, ficou responsável pela abertura da noite de Carnaval de Joinville, na expectativa de reunir turistas e milhares de foliões locais.

Figura 35 - A corte do samba está eleita



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 06 – 05/03/2011

Constata-se a euforia do Rei Momo eleito, Luiz Carlos de Oliveira, de 51 anos, representante dos Acadêmicos do Serrinha. Este, não hesitou em dedicar seu título ao fundador da sua escola. O público, que lotou a praça na sexta-feira do dia 04 de março, reverenciou também a passista Sabrina Costa Lima, que agremiada à escola Príncipes do Samba, foi a escolhida a Rainha de Joinville.

No sábado do desfile, dia 05 de março, o AN, página 4, anunciou a sequência dos desfiles com a seguinte epígrafe: "Chegou a Hora", participando aos cidadãos o croqui do festejo com legendas inéditas, situando-os desde o ponto de concentração, banheiros, arquibancadas, palanque para as autoridades e um espaço apropriado para que os vinte mil¹⁰⁵ foliões esperados pudessem aproveitar os desfiles.

Os festejos foram iniciados com o Afoxé, abriu passagem para a corte saudar o público, atraindo a atenção com o tema "Fertilidade", homenageando mulheres grávidas, tendo como destaque a rainha do bloco, Pâmela Grazielle da Cruz, gestante de oito meses. O bloco Manda Brasa fez menção às obras da cidade na gestão do senhor Luíz Henrique da Silveira, sob o enredo "Feliz Joinville". O bloco Diversidade, por sua vez, atentou aos olhares da plateia com o tema "Vou Dormir e Acordar nesta Cidade, Num Lindo Sonho da Diversidade". Nas cores do arco-íris, surge uma inovação no Carnaval Joinville: o destaque era a Drag Queen Conchita, no papel da princesa Dona Francisca, conforme informou o AN do dia 07 de março, página 4.

¹⁰⁵ Disponível em: <wp.clicrbs.com.br/carnavalan/2011/03/06/joinville-blocos-e-escolas-agitaram-rua-rio-branco/?topo=84,2,18,,84&status=encerrado> Acesso em 18 de set, 2019.

Figura 36 - A Drag Queen Conchita no papel da princesa Dona Francisca



Fonte: <<https://ndmais.com.br/noticias/joinville-caiu-no-samba-na-noite-de-sabado/>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

Ressalto que no referido ano, como espectador deste desfile, fiquei extasiado ao vê-la de mãos dadas com o folião, que performava o Príncipe de Joinville. Os dois curvaram-se, em reverência, em frente ao museu de Imigração e Colonização da cidade, causando uma excitação súbita do público. Para Goldwasser (1975), encenações como estas são definidas como “fazer Carnaval” e este “saber” diferencia-se de qualquer outra forma de ciência artística, por se tratar de uma atribuição demasiadamente apurada.

A participação das *Drag Queens* no festejo carnavalesco, em contraste com o olhar lançado sobre o bloco dos sujeitos, revela uma oportuna abertura para o exercício da resistência aos gêneros normativos. Segundo Butler (2003, p. 196), “a performance do drag brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado”. Assim, a performance da *drag* Conchita, evidencia a estrutura padronizada, e a rompe, desnaturalizando-a. Nesse sentido, a atribuição de uma personagem histórica a folião em questão, não só mobiliza um questionamento às próprias estruturas de gênero, mas também ao papel das mulheres e homens na tradicional história da cidade. De semelhante apelo foi a performance realizada em 2015 por Calupsyta Zabelê, ou “Drag Princess”, conforme discute Diego Finder Machado (2018). “Podemos identificar nestas performances”, escreve o pesquisador, “táticas que não buscaram necessariamente marcar uma ruptura com as narrativas estabelecidas, mas resignifica-las” (MACHADO, 2018, p. 193).

O bloco “Grefaloucos”, formado pelo Grêmio Fabril Lepper (Grefal), cantou a história da sua fábrica, uma das mais antigas da cidade. O último bloco a condecorar

Joinville, o Box 4, representante do comércio do Mercado Municipal com o mesmo nome, tematizou “Alegria, História e Tradição”. A Fusão do Samba, em seguida, foi a primeira escola oficial a desfilar. Com o enredo “A Arte Convida Joinville para Dançar”, as 11 alas, fizeram menção ao Centeventos Cau Hansen e ao palco do festival de dança de Joinville.

O bairro de Pirabeiraba¹⁰⁶ foi o protagonista do Serrinha, que rememorou as festas germânicas do distrito. Suas 13 alas e 2 alegorias, trouxeram a história encenada sob o tema “Nas Festas de Pirabeiraba é só Alegria”. Na iminência da madrugada, o rufar da bateria, cuja “[...] batida é uma combinação complexa de ritmo, andamento, compasso, intensidade de som, etc., peculiar de cada Escola de Samba” (GOLDWASSER, 1975, p.177), anunciava a Príncipes do Samba. Com o tema “Joinville e sua Gente: Muito Além dos 160 anos”, o samba enredo lembrou a trajetória dos negros e dos brancos migrantes e imigrantes da cidade. A escola fechou os desfiles e conduziu o povo para a dispersão na Praça Dario Salles, cuja festa seria um fio condutor até às 4 horas da manhã, com bandas de axé e marchinhas, encerrando assim o Carnaval de 2011.

Divulgado meses após o Carnaval, evidencia-se o resultado do SIMDEC 2011, com o número recorde de 461 de todos os projetos inscritos, distribuídos entre o Edital (repasso direto ao produtor) e o Mecenato cujo valor destinado foi o total de R\$ 3.125.745,35, um total de R\$139.000 a mais que o ano anterior.

Tabela 7 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - DIA 07 DE OUTUBRO DE 2011

PORTARIA N034/2011, Lei 5.372 de 16/12/2005 e o Decreto 12.839 de 17/03/2006

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
130	GRES DIVERSIDADE	R\$ 12.000,00
304	Carnaval Joinville 2012 - LECAJ	R\$ 40.000,00
175	GRES DIVERSIDADE	R\$ 30.000,00
363	Manutenção, Ampliação e Divulgação do AFOXÉ OMILODÊ	R\$ 30.000,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

¹⁰⁶ Fundado em 15 de abril de 1859, o bairro Pirabeiraba - que significa “Peixe Brillhante” -, está situado a 11 km do centro da cidade.

Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wpcontent/uploads/2017/01/Joinville-Bairro-a-Bairro-2017.pdf>> Acesso em 14 de out, 2019.

**Tabela 8 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 30 DE JUNHO DE
2011**

**PORTARIA N016/2011, Edital de Concurso n 03/2011, Leis 8.666/93, 8.883/94 e
5.372/2005, e o Decreto 12.839/2006.**

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
326	Bloco Carnavalesco GREFALOUÇOS	R\$ 3.000,00
426	Bloco Carnavalesco MANDA BRASA	R\$ 3.000,00
415	Bloco Carnavalesco AMIGOS DO BOX 4	R\$ 3.000,00
354	Grupo AFOXÉ OMILODÊ	R\$ 3.000,00
129	GRES DIVERSIDADE	R\$ 12.000,00
246	Desfile de Escola de Samba – PRÍNCIPES DO SAMBA	R\$ 12.000,00

Fonte: DESPACHO SEI Nº 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Destaca-se a ida do presidente da FCJ, Silvestre Ferreira, ao nordeste no ano de 2011, que a convite da Fundação Cultural de Fortaleza, apresentaria o funcionamento do SIMDEC, tido como exemplo para muitos municípios do Brasil

5.6 O CARNAVAL DE 2012 - A GRES DIVERSIDADE, OFICIALMENTE ESCOLA DE SAMBA

O povo aplaudiu, não é vaidade
O Oscar é meu, é da Diversidade
Surgiu, meu samba vai pra avenida
Na mais pura ação e emoção
O filme mais lindo da vida
Ao som da mais bela canção

“Drama ou Comédia: A História do Cinema na Avenida Surgiu”. Outrora como bloco, este foi o tema da primeira participação da Diversidade oficialmente como Escola de Samba no Carnaval de 2012. A ideia de que a escola seria composta exclusivamente por homossexuais masculinos e femininos, assim como travestis e Drag Queens, vai sendo abandonada aos poucos, abrindo assim espaço para todos.

Com o enredo e melodia autoral do presidente da agremiação, Jackson de Oliveira, que também assumiu o papel de carnavalesco, croquis ganhavam formas de alas, fantasias e alegorias no primeiro semestre do mesmo ano, para que no Carnaval de 2012 estreasse com a mesma expertise das escolas veteranas, levando para a avenida a sua bandeira ideológica. Mais do que passeio na avenida, um desfile é “[...] todo o

conjunto social que se constrói ali em torno do acontecimento que explica a realidade e ideologia da Escola de Samba” (GOLDWASSER, 1975, p.109).

A imprensa local, com os informes referentes ao Carnaval de 2012, prometia que este seria o ano de maior destaque desde a retomada, uma vez que seriam 4 escolas agremiadas. Salvo a Príncipes do Samba, que com sede no Kênia Club abrigava a sua comunidade, as demais agremiações não possuíam exatamente um barracão ou quadra, sendo estas improvisadas em galpões alugados, garagens dos presidentes e cômodos de lares. Ao ser questionada, Marta Pires, presidente da Liga a partir de 2013, nos atenta ser esta uma das barreiras para o firmamento do Carnaval:

O Serrinha existia, mas não tinha sede e hoje continua da mesma forma. As agremiações se acomodaram ou numa casa alugada na qual o presidente tira do bolso pra poder manter ou numa garagem emprestada e por aí vai. Então essa falta de estrutura traz para cada agremiação a falta de segurança, de ter realmente uma comunidade carnavalesca que possa dar apoio como nós temos em outras cidades vizinhas, onde cada escola ou agremiação tem a sua comunidade inserida numa região e ela defende a sua agremiação com tudo o que tem direito. Além disso, por elas não terem essa estruturação, elas acabam não sabendo, não conseguindo buscar o lugar de valor delas. (PIRES, Marta Nunes. Entrevista cedida a Joceli Fabrício Coutinho. 25 out. 2019).

A fala de Marta é crucial, pois como pesquisador, agremiado à Diversidade, percebo que não somente minha escola, como também as demais, não possuem o que chamamos de quadra da escola, sentindo-se compelidos a ensaiarem suas baterias nas dependências de escolas públicas ou em praças a céu aberto. Além disso, têm na sua maioria adeptos de vários bairros e até mesmo de cidades vizinhas, dissemelhantemente das escolas das capitais Florianópolis e Rio de Janeiro, que possuem uma casa fixa no seu bairro, criando um espaço de pertencimento à sua comunidade, onde estão suas instalações com espaços para ensaios, concursos de sambas-enredos, eventos beneficentes, entre outros.

Um exemplo da importância destes espaços é a Estação Primeira de Mangueira¹⁰⁷, cuja quadra está aberta todos os dias. Essa situação proporciona a sensação de usufruto, não somente para os foliões, mas para toda a comunidade. Neste espaço são realizados vários projetos sociais, incluindo prestações de serviços da

¹⁰⁷ Observam-se os diversos projetos e ações sociais divulgados nas mídias sociais da agremiação.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/GRESEPMangueira/posts/1916143808447735/>> Acesso em 19 de set, 2019.

Prefeitura. Além disso, há aulas para assistentes, oficinas de mestre-sala e porta-bandeira. Ações como estas são descritas no estudo da antropóloga Maria Julia Goldwasser, que revela que, em seu discurso, os afiliados versam sobre “[...] o contraste que se gerou entre sua situação de marginalidade, no passado e o prestígio que, de modo inesperado, passou a desfrutar no presente” (GOLDWASSER, 1975, p.115)

Ainda com dificuldades na captação de verbas, o AN do dia 17 de fevereiro de 2012, indica a propagação dos festejos carnavalescos em Joinville, focando sobretudo a escolha da corte e os desfiles dos blocos e escolas de samba. Com a manchete “Na Contagem Regressiva”, os informes anunciaram a montagem do palco na Praça Dario Salles, provocando o leitor a participar do evento.

Entre as notas jornalísticas, o AN¹⁰⁸ declarou a subvenção da Prefeitura, cujo investimento foi de R\$ 164.000,00, entregues a Liga e distribuído às escolas de samba e blocos na investida para subsidiarem parte dos gastos nas preparações. Registra-se que a Diversidade não foi contemplada com verbas, em cumprimento ao estatuto da LECAJ, já que era estreante. No entanto, por terem sido contemplados pelo SIMDEC, tanto pelo edital, quanto pelo Mecenato, os dois fundadores da escola Diversidade, Jackson e Roger, buscaram alternativas:

Houve muitas reutilizações de materiais, de empresas que nos doavam ou que a gente ia lá e comprava por um preço menor ou até reutilizações de materiais de outras entidades de outras cidades. O primeiro ano quando surgiu em 2012 eu e o Jackson fomos até Belo Horizonte, numa escola de Belo Horizonte, Canto do Alvorada, que nos vendeu algumas coisas e que nos doou muitas outras coisas. Eu trouxe um caminhão de lá lotado de coisas e nos outros anos teve outras parcerias com outras entidades que também nos doavam ou que a gente trocava, roupas e peças para poder fazer o Carnaval, senão não dava conta. Montar uma alegoria do zero em Joinville é muito caro. (MACIEL JUNIOR, Roger de Souza. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 16 jan. 2019)

Percebe-se, neste conjunto de atividades, uma tarefa árdua, partindo do pressuposto que uma das características do formato de desfile do Carnaval de rua é o luxo, o brilho e o glamour, produzindo nessa época um consumo de novos materiais a partir de recursos naturais na elaboração de novos figurinos. Uma reflexão sobre a problemática do consumo e da reutilização no âmbito do patrimônio, é levantada nas palavras de Zanirato (2016, p.205):

¹⁰⁸ 17/02/2012, p.12,13.

Para tal, não se pode perder de vista que o patrimônio, uma elaboração social, em sua acepção cultural e natural, tangível e intangível, também se insere na lógica de consumo que imperou da sociedade moderna à sociedade de riscos, com a absorção e o esgotamento de objetos, lugares, pessoas.

“Samba Joinvilense!”. Esta foi a capa do AN do dia 18, apresentando a nova corte carnavalesca tendo como plano de fundo a praça lotada de foliões que compareceram para prestigiar a primeira noite do Carnaval de Joinville 2012. Toda a estrutura do evento para os dois dias foi patrocinada pela Prefeitura, assim como os shows nacionais do intérprete Preto Jóia, um dos autores do samba “Liberdade, Liberdade, Abre as Asas sobre Nós¹⁰⁹”, e a participação do sambista Gilsinho da Portela, que faria o show na madrugada de sábado após os desfiles. Depreende-se a efetiva participação do poder público no cumprimento da festa carnavalesca no último ano de mandato de Carlito Merss.

Figura 37 - Samba Joinvilense



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 01– 18/02/2012

A Rua Marinho Lobo, lateral da Rua Rio Branco, passarela do samba, foi reservada para a concentração das escolas. Narro em primeira pessoa, pois integrei uma das alas da Diversidade nesta edição. Duas horas antes do desfile atentei o meu olhar para o público que aos poucos lotava as arquibancadas. Via famílias que traziam suas caixas térmicas com suco, cerveja, água e lanches. Crianças acompanhadas dos pais,

¹⁰⁹ O samba-enredo do Gres Imperatriz Leopoldinense, campeã do Carnaval carioca no ano de 1989, composto por Niltinho Tristeza, Amauri Bonifácio de Paula (Preto Joia), Vicentinho e Jurandir, ficou eternizado como um dos mais belos hinos carnavalescos.

idosos e jovens faziam parte da plateia, na expectativa dos desfiles até o início da madrugada.

Muitos traziam suas cadeiras de praia e banquinhos, posicionando-se após os gradis que os separavam do desfile. Os policiais asseguravam a ordem do evento. Vendedores ambulantes transitavam por toda a parte e, ainda que envolvidos na atmosfera festiva, ganhavam sua vida fornecendo comida, bugigangas e pequenos adereços carnavalescos. Neste contexto, podemos dizer que o espaço do Carnaval “[...] não se divide apenas entre os que olham e os que dançam; uma terceira divisão menos clara, porém existente, separa estas duas categorias dos que trabalham” (QUEIROZ, 1994, p.31).

Curiosamente, muitos espectadores transitavam em meio ao alarido na concentração, despertando a vontade de fazer parte dos desfiles. Alguns eram convidados de última hora pelos integrantes das escolas para incorporarem atores, e vestiam as fantasias excedentes para preencherem as alas das quatro agremiações. Empolgados com as primeiras batidas dos tamborins, transfiguravam-se em componentes oficiais de alas. Para Da Matta (1986), no dia a dia usamos nossas roupas comuns sem a mínima preocupação de sermos notados. Já no Carnaval, por sermos observados pelas indumentárias, causamos uma vontade, uma sedução aos observadores em participarem, devido a nossa investida carnavalesca.

Há de se admirar a pujança carnavalesca e o efeito causador de transmutações, o qual reflete a autenticidade, ânsias e escolhas (DA MATTA, 1986), convertendo-os em futuros agremiados após a inédita experiência, que para estes foliões de primeira viagem, assim como eu, afirmavam: “Vou desfilar no Carnaval”.

“Joinville Arre pia no Carnaval!”. Esta foi a manchete do AN de segunda feira do dia 20 de fevereiro, página 8. O jornal informou aos munícipes joinvilenses o sucesso do festejo de sábado à noite, tendo a participação de mais de 25.000 pessoas, detalhando os desfiles de cada agremiação.

O Afoxé de Joinville, cujas características não se diferem de outros grupos do Brasil, com roupas brancas igualmente aos turbantes, cada qual levando seus colares do seu santo ou orixá (COSTA, 2001), fizeram menção à Gandhi, com o tema “Paz”, na voz do intérprete Sandrinho, que mereceu destaque do AN¹¹⁰, sendo este, além de um

¹¹⁰ 18/02/2012, p.04,05.

dos intérpretes do bloco Box 4, foi também o carnavalesco da Príncipes do Samba, como também arranjador do enredo da Diversidade.

O Rei Momo Leonardo dos Santos, no seu segundo reinado, e a rainha do Carnaval 2012, Mônica Roberta de Oliveira Costa, ambos da Príncipes do Samba, saudaram o público seguidos dos blocos Grefaloucos, Manda Brasa e Box 4. A estreia da Diversidade, que abriu os desfiles das escolas, fez referência aos clássicos do cinema como “Dançando na Chuva, Priscila a Rainha do Deserto e os filmes de Charles Chaplin e Marilyn Monroe”.

O Fusão do Samba contou as memórias da rádio, TV e jornais impressos com o tema: “A imprensa de Joinville e suas Glórias”. Além da participação da velha guarda da mídia joinvilense, compondo a comissão de frente da agremiação, trouxe como destaque no carro Abre-Alas uma passista com os seios nus, representando a liberdade da imprensa.

O Serrinha, com o enredo “No Colorido das Flores Viajei”, trouxe com alegorias e foliões fantasiados a homenagem às flores, um dos adjetivos da cidade. Atenta-se para a tradição desta agremiação, que desde a retomada do Carnaval de Joinville, preocupasse em dar foco à algum aspecto da cidade, valorizando a história local.

A última agremiação, Príncipes do Samba entrou na avenida com o tema “Dos Trilhos do Trem à Estação da Memória”. A escola, que contou como a alegria do samba era transportada pelos trilhos até São Francisco do Sul, fez menção ao esforço dos negros em manter a cultura carnavalesca, em especial ao senhor Adelmo Bráz, fundador da comunidade.

Figura 38 - Joinville Arrepiá no Carnaval



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.08– 20/02/2012

Figura 39 - Sim, é em Joinville



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.02– 20/02/2012

Destaca-se a bateria da escola, que sob o comando do mestre Chancellor, deu um show à parte, conforme informava o AN do dia 20 de fevereiro. A escola fechou os desfiles da última edição na avenida Rio Branco, e em conjunto com a bateria, mais uma vez conduziu o povo para a dispersão na praça Dário Salles. Infere-se mais uma vez o espanto, até mesmo da imprensa, que como em 2009 por intermédio do AN, ficou atônita com a multidão, divulgando a todos os leitores a imagem da praça lotada.

6 AS MÁSCARAS DO CARNAVAL JOINVILENSE ENTRE 2013 A 2018

6.1 O NOVO ENDEREÇO DOS DESFILES CARNAVALESCOS: A AVENIDA BEIRA RIO

O ano de 2013 marcou uma nova era para o Carnaval joinvilense. Com o crescimento dos desfiles carnavalescos, a paisagem do Museu de Imigração e as palmeiras imperiais da rua Rio Branco, deram espaços para uma das principais avenidas da cidade, a Beira Rio, destacado pelo Rio Cachoeira e o maior centro de eventos da cidade, o Centreventos Cau Hansen.

Patrocinado pela Prefeitura¹¹¹, os trezentos metros da avenida Beira Rio, foram dotados de arquibancadas, gradis, sonorização e iluminação, especialmente para o evento. Além disso, foram instalados banheiros químicos, assim como uma infraestrutura de barracas de bebidas e comidas. Queiroz (1995), lembra que tais serviços são indispensáveis na realização de eventos como este. Para Siqueira e Vasques (2015), estas ações são essenciais na promoção da gratuidade do festejo, e fortalecem o poder inclusivo do Carnaval de rua, que é um exercício ao direito à cidade.

Atenta-se para o entrelace entre Prefeitura, FCJ e LECAJ, que organizaram a escolha da corte do Carnaval na Liga de Sociedades. O AN do dia 02 de fevereiro, página 10 afirmava ser este um “Baile para ficar na história”. Sabe-se que o espaço físico da Liga de Sociedades comportaria apenas mil foliões, que sem ingressos antecipados, adentrariam no evento por ordem de chegada. A limitação do número de participantes é notável, quando comparado com o público das festas que eram realizadas na praça pública.

Um segundo baile de Carnaval foi anunciado para a sexta feira do dia 8, pós os desfiles dos blocos. Neste ensejo, a atração principal ficaria sob a responsabilidade da bateria da escola de samba campeã dos desfiles carioca de 2006 e vice-campeã de 2012, Unidos de Vila Isabel, que além de uma oficina promovida pela FCJ a todas as agremiações com o propósito de profissionalizar o trabalho das escolas de samba local, prometia com suas passistas congregar todos os foliões noite adentro no primeiro crepúsculo do Carnaval 2013.

¹¹¹ Gestão do senhor Udo Dohler, entre 2013 a 2016.

De acordo com Queiroz (1999) os bailes de Carnaval não intervêm nas estruturas sociais e valores dos que cultivam o festejo. Para ela, preconceitos e indiferenças permanecem igualmente, porém maquiados sob a efervescência coletiva que compõe o momento festivo. Eu mesmo festejei neste dia, e pude ouvir comentários preconceituosos sobre os foliões fiéis da cidade.

Percebe-se a transparência na fala do vice-prefeito e presidente da FCJ, o senhor Rodrigo Coelho, ao esclarecer na reportagem do dia 02 de fevereiro a todos os cidadãos que o patrocínio de R\$ 300.000,00 investidos no Carnaval de Joinville, já havia sido programado, não comprometendo outros setores como Educação e Saúde. Além disso, salientou que todo o aporte às escolas e blocos para a idealização do festejo era proveniente do SIMDEC, modalidade Carnaval, conforme o Edital abaixo, divulgado em Julho de 2012 e outubro do mesmo ano (Mecenato), para a realização do evento em 2013.

**Tabela 9 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 06 DE
JULHO DE 2012**

**PORTARIA N034/2012, Edital de Concurso n 01/2012, Leis 8.666/93, 8.883/94 e
5.372/2005, e o Decreto 12.839/2006.**

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
149	Desfile de Bloco - GREFALOUÇOS	R\$ 3.000,00
139	GRES DIVERSIDADE	R\$ 12.000,00
214	SERRINHA CARNAVAL	R\$ 12.000,00
292	Desfile de Escola de Samba – PRÍNCIPES DO SAMBA	R\$ 12.000,00
172	Desfile de Escola de Samba – FUSÃO DO SAMBA	R\$ 12.000,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

**Tabela 10 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO – DIA 30 DE
OUTUBRO DE 2012**

PORTARIA N059/2012, Lei 5.372 de 16/12/2005 e o Decreto 12.839 de 17/03/2006

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
252	Manutenção, Ampliação e Divulgação do AFOXÉ OMILODÊ	R\$ 20.000,00
138	Escola de Samba GRES DIVERSIDADE	R\$ 15.000,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Para Mamberti (2003), fomentos como estes supracitados, são de total dever do Estado, sendo a inserção de tais políticas culturais o meio definitivo à criação e fruição dos bens culturais, os quais transformam a cultura no canal efetivo de inclusão. Para tal, acrescenta o autor que é “[...] fundamental transformá-la em direito à cidadania cultural” (MAMBERTI, 2003, p.17).

A intenção era definitivamente colocar a cidade joinvilense no mapa das grandes celebrações de Carnaval do estado, conforme afirmava o presidente da FCJ¹¹². Declarações como estas são imprescindíveis para elucidar à sociedade o destino das verbas públicas, apesar de em nada influenciarem os não afetuosos a simpatizarem com o movimento carnavalesco, que “[...] também o rotulam de festa da desordem e dos excessos” (QUEIROZ, 1999, p.182).

A Liga de Sociedades, lotada de foliões, presenciou a eleição da nova corte¹¹³ da cidade composta pela rainha Pamela Caroline Ricardo, agremiada ao Fusão do Samba e John Helder Garcia. A transferência dos eventos carnavalescos para a avenida Beira Rio transmutaria a logística do Carnaval. O pavilhão de eventos Edmundo Doubrawa, anexo ao Centreventos, foi disponibilizado gratuitamente, desde janeiro, para todas as agremiações realizarem a finalização de seus desfiles. Para Cavalcanti, (1999), este ofício, característica de todas as escolas de samba, trata-se de um longo processo até chegar à avenida

A quinta e sexta-feira de Carnaval, dias 07 e 08 e fevereiro, foram bastante atípicos aos olhos dos pedestres e motoristas que transitavam a avenida Beira Rio, uma vez que viam a movimentação de trabalhadores nas instalações dos arcos de metal e arquibancadas que aos poucos transformavam a avenida em um sambódromo, artéria dos desfiles carnavalescos, aguçando a curiosidade dos que passavam.

O AN, desde a terça-feira dia 05, até o dia 07 de fevereiro, dispôs páginas de seus periódicos para apresentar as agremiações e seus enredos à toda a comunidade joinvilense. Lia-se ainda na sexta-feira de Carnaval, a seguinte inscrição impressa no jornal, página 12: “Passarela da Folia”, mostrando aos leitores o local do festejo, a sequência dos desfiles dos blocos e a disponibilização do reforço de policiais para a segurança do evento.

¹¹² Disponível:<<https://www.santacatarina24horas.com/bateria-da-vila-isabel-sera-a-grande-atracao-do-carnaval-de-joinville-2013/>> Acesso em 24 de out, 2019.

¹¹³ AN do dia 04/02/2013, p.32.

Figura 40 - Passarela da Folia



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 12 – 08/02/2013

Atenta-se para os espectadores, que na sua maioria ao chegarem com o transporte público de diferentes pontos da cidade, dirigiam-se para o local dos desfiles. Queiroz (1995) afirma ser esta uma forte característica do festejo, cujo público por não ir à um desfile sozinho, aproveita o evento entre amigos, familiares e vizinhos. Estes, ocupavam seus assentos às arquibancadas para festejarem a primeira noite de folia. Após a passagem da corte, o grupo Afoxé, realizou como de costume, o seu ritual de abertura.

Seguindo o Bloco Manda Brasa, o estreante Bloco Estrela da Praia, representante do bairro Boa Vista, formado por torcedores do clube de futebol de mesmo nome, sambou o enredo “Dos Campos do Futebol para a Avenida”. Não menos animado, o bloco Flusão do Samba, entrou na avenida com o estilo de escola de samba com direito a porta-bandeira sob o enredo “Academia de Letras, Educação e Formação”. Nos bastidores da LECAJ havia murmúrios das divergências da diretoria da escola Fusão do Samba, sendo que uma grande parte teria se dividido e fundado a Flusão em homenagem ao campo do Fluminense onde ensaiavam e os abraçaram como sede. Coisas de egos do Carnaval.

O bloco União Tricolor, com bandeiraços embalados por mastros de bambus nas cores do time da cidade, invadiu a Beira Rio. Os leigos do Carnaval diziam que o bloco foi a melhor “escola de samba” da noite. Talvez tenham profetizado, pois em desfiles futuros a União Tricolor viria neste formato.

Para fechar os desfiles da primeira noite de folia, estreou o bloco Dragões do Samba, sob o enredo “Joinville, a Flor desse País”. Importante ressaltar mais uma vez a experiência do seu Butiaquinho da escola Príncipes do Samba, que procurado pelo presidente, o senhor Evandro Censi, articulou a bateria para a consolidação e fundação do bloco conforme o excerto da sua entrevista:

Está lá escrito o meu nome na diretoria. (risos) Eu sou o fundador junto com o Evandro e o Vitão. Foi fundada aqui na rua Getúlio Vargas. E ele tem o azul, porque a Dragões não tinha o azul, certo? Era só vermelho e branco, Eles queriam botar o preto e eu disse não. Já que eu sou da Príncipes, a Príncipes é o azul. (CORRÊA, Ernesto Miranda. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 21 out. 2019)

Terminados os desfiles, o povo adentrou ao Centreventos ao som da bateria da Vila Isabel, numa festa nunca antes vista. Aquele que é a casa do maior festival de dança do mundo, o Festival de Joinville, agora também se tornava o palco da festa da cultura popular brasileira, o Carnaval.

Falar de cultura popular é traçar uma discussão conflituosa com diversos autores. Teixeira Coelho (2004) elucida que não se trata de uma cultura isolada, mas sim de um fragmento dentre as demais culturas, que podem ou não dialogar entre si. Por este viés, o autor esclarece que não se trata apenas de tradição e folclore que se reproduzem a si mesmos, mas de uma imensidão de diferentes pontos de vista e produtos culturais, os quais devem ser analisados e não definidos intuitivamente. Se tratando de Carnaval, Silva (2014, p.15) afirma que

[...] não é difícil perceber a importância que as escolas de samba, como sendo esse lugar de produção cultural, e como geradoras de conhecimento que são, possam tornar-se em agências construtoras de subjetividades de indivíduos fazendo a inserção destes na linguagem, seja esta resultado da criação de um coletivo seja como mediadora do posicionamento político de novos sujeitos na cena urbana.

Figura 41 - Vila Isabel na Beira Rio



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 01 – 10/02/2013

Analisando as entrevistas concedidas para o embasamento desta dissertação, por atores como seu Padilha, seu Laranjinha, Butiaquinho, Mário Fofoca, Lucia Nara, Sônia, Rosa Maria, e outros ícones da história do Carnaval de Joinville, percebe-se em suas práticas o que Arantes (1984, p.55) define como cultura popular: “[...] a consciência de que a cultura pode ser tanto um instrumento de conservação, como de transformação social”. Em outras palavras, como esclarece Silva (2014), o ‘popular’ encontra-se no sentido construído na relação entre as individualidades e a vida em sociedade.

Percebe-se ser esta prática, não somente uma vivência nos dias de Carnaval, mas um conceito de vida, experienciado como cultura presente no dia a dia, e não somente na articulação como peritos em gerenciar os dias oficiais do festejo. Para Da Matta (1986, p.68), “[...] tanto a festa quanto a rotina são modos que a sociedade tem de exprimir-se, de atualizar-se concretamente, deixando ver a sua ‘alma’ ou o seu coração”.

“Sábado com Escolas de Samba na Avenida!”. Este foi o recado do AN do dia 09 de fevereiro de 2013, página 17. Aqueles que não conseguiram espaços nas arquibancadas, se espremiavam nos gradis próximos à passarela, e nas escadarias da entrada principal do Centreventos, apelidado pelo jornal NA, página 08 do dia 12/02/2013, de “lona improvisada”. O Grefaloucos, único bloco contemplado pelo SIMDEC para este Carnaval, antecedeu as escolas. A Diversidade contou a história do

Fritz Plaumann¹¹⁴, o colecionador de borboletas, cujo inseto é o símbolo da escola, com o enredo “Borboleta, Todo Fritz tem um pouco de Darwin”, fazendo uma referência ao sistematizador da Teoria da Evolução.

Os integrantes da Príncipes do Samba contaram a história do Kênia Club, sede da agremiação. O enredo, cujos versos elevavam a luta pela igualdade, trouxe como destaque os haitianos que vivem no Brasil há quase uma década. Para Da Matta (1986), somos um país desigual e preconceituoso, principalmente com os negros, devido ao DNA dos portugueses com valores discriminatórios. A exaltação ao clube homenageado destacou-se pela experiente bateria, que fez a plateia pular com acenos e aplausos.

A Fusão do Samba trouxe para a avenida o tema “O Circo, a Alegria Chegou na Cidade”. Mágicos, malabaristas e palhaços brincaram com a plateia interagindo principalmente com o público infantil. O circo a céu aberto passou na avenida em meio a chuvas de confetes e serpentinas. Com o tema “A Vida do Serrinha é uma História”, a Acadêmicos do Serrinha, contou sua própria narrativa, dividida em onze atos representados pelas alas que lembraram a fundação da escola, quando ainda era bloco na década de 70. Para Da Matta (1979, p.94), o Carnaval “[...] permite o exercício de uma criatividade social extrema”, exemplo disso foi uma das alegorias representando o Bar do Serrinha, local das primeiras reuniões da agremiação, tendo como destaque o seu Laranjinha, um dos fundadores da escola.

A capa do AN dia 11 de fevereiro trouxe a seguinte manchete: “Consolidado, Carnaval terá campeã em 2014”, antevendo o primeiro desfile competitivo pós retomada. A imagem do carro abre-alas da Diversidade com a seguinte epígrafe: “Embalou para 2014”, constatou a aprovação do público de trinta mil pessoas nos dois dias de desfiles na nova Sapucaí da cidade, alegava o jornal supracitado, referindo-se à avenida Beira Rio.

¹¹⁴ Natural da Lituânia, migrou para o Brasil em 1924, fugindo da miséria após sua cidade ter sido destruída na 2ª Guerra Mundial. Pesquisador de insetos, instalou-se na cidade de Seara, oeste de Santa Catarina. A cidade possui um museu em homenagem ao pesquisador, cujo acervo dispõe 80.000 exemplares de espécies de insetos, provenientes de suas pesquisas. AN do dia 05/02/2013, p. 3, seção anexo.

Figura 42 - Embalou para 2014



Fonte: AHJ – Jornal A Notícia p. 04 – 11/02/2013

Reflete-se sobre a opinião do AN na alegação de ser inconcebível a discussão da probabilidade de ter ou não o Carnaval numa cidade de meio milhão de habitantes com público para diferentes manifestações culturais. Acrescenta-se ainda o arbítrio da editora executiva do jornal, Cristiane Schmitz, expressa no dia 11 de fevereiro de 2013, página 4:

Queremos Carnaval! Nosso Carnaval não é aquele que se samba do alto de vários metros de carros alegóricos. Sambamos no chão, nossa passarela ainda é a rua. Temos muito o que aprender. Mas a alegria nós já temos. E agora, um grande público também.

Percebe-se que após oito anos da retomada do Carnaval, passando por 3 gestões diferentes da Prefeitura, havia ainda a sujeição das agremiações ao dinheiro público. O apoio cultural do SIMDEC, no segundo semestre de 2013, anunciou os vencedores da modalidade, agora chamada de “Manifestações Carnavalescas”, para a construção do Carnaval de 2014.

Tabela 11 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - RESULTADO DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2013

PORTARIA N073/2013, Edital de Concurso n 02/2013, Leis 8.666/93, 8.883/94 e 5.372/2005, e o Decreto 12.839/2006.

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
126	Desfile – GRES DIVERSIDADE	R\$ 15.000,00
203	Montagem de Carro Alegórico/ Confecção de Fantasia - SERRINHA	R\$ 15.000,00
249	Oficina de Mestre-Sala e Porta-Bandeira – DRAGÕES DO SAMBA	R\$ 3.000,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Tabela 12 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - RESULTADO DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2013

PORTARIA N090/2013, Lei 5.372 de 16/12/2005 e o Decreto 12.839 de 17/03/2006

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
437	Manutenção, Ampliação e Divulgação do AFOXÉ OMILODÊ	R\$ 20.000,00
254	Desfile e Concurso Joinville 2014- LECAJ	R\$ 40.000,00
130	GRES DIVERSIDADE 2014	R\$ 15.000,00
202	Manutenção das Fantasias e do Carro Alegórico - SERRINHA	R\$ 15.000,00
253	Desfile de Carnaval 2014 – DRAGÕES DO SAMBA	R\$ 15.000,00
131	Manutenção GRES DIVERSIDADE (Primeira Etapa 2014)	R\$ 50.000,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

6.2. A ASSISTÊNCIA DO ESTADO E O PRIMOR DOS BLOCOS E ESCOLAS NO PRIMEIRO CARNAVAL COMPETITIVO EM 2014

Aquele momento é como se eu estivesse num teatro. Eu bato palmas, é muito lindo. (ATHAYDE, Monique Bilk. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 22 out. 2019)

A Liga¹¹⁵ das escolas de samba de Joinville, por estar desestruturada, demandava a eleição para uma nova gestão. Em agosto de 2013, Marta Pires Nunes, foi eleita pelos

¹¹⁵ Para Ferreira (2004) a Liga é de suma importância para a solidificação das escolas de samba, exemplo este, a LIESA (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro), que após a sua fundação em 1984, marcaria o ingresso das agremiações na era empresarial, tornando-se cada vez mais independente do poder público. Quanto a organização, Moraes (1958) elucida que quarenta escolas de samba participaram do desfile de 1957, filiadas à Confederação

presidentes de blocos e escolas, a nova presidente da Liga Carnavalesca de Joinville.

Marta esclarece:

A partir do momento que eu me tornei presidente, eu deixei de ter um vínculo direto com o bloco. Todos da diretoria tinham uma representação de Escolas e blocos. Nenhum membro da diretoria da LECAJ era ou foi remunerado. Toda e qualquer movimentação, todo e qualquer trabalho executado por nós, desde a corrida pra tirar uma certidão de negativa da Prefeitura, documentação de cartório, licença de tudo que era necessário ser feito, era feito voluntariamente. Ou era o presidente, ou era o secretário, ou era alguém da estrutura da Liga que fazia voluntariamente. (NUNES, Marta Pires. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 25 out. 2019)

O formato dos festejos de 2014 seria mantido nos mesmos moldes do ano anterior: dois dias de desfiles, com eleição da nova corte uma semana antes do evento oficial. Enfatiza-se a fundação de duas novas escolas de samba, o então Bloco Flusão do Samba, que passou a se chamar Unidos do Caldeirão e a Dragões do Samba. Além disso, três novos blocos passaram a integrar a festa: Carnaville Folia, Borandá e Império Joinvilense.

Partindo das escolas de samba a vontade de competir nos desfiles, estas estavam cientes que teriam que seguir regras para que pudessem ser avaliadas. No entanto, percebe-se que mesmo com eventos extras, promovidos pelas agremiações durante o ano com o intuito de levantarem fundos, não havia uma reserva financeira adequada. Atentamos a fala do secretário Marco Aurélio Braga Rodrigues, Secretário de Comunicação da PMJ quanto a subvenção direta para o Carnaval de 2014:

Em 2014, a gente passou de 4 Escolas pra 6 escolas. A gente aumentou o repasse de R\$16.500,00 pra R\$18.000,00 pra cada Escola o que deu no total de R\$108.000,00, e para os 6 blocos que mantiveram um ano pro outro, a gente aumentou de R\$1.000,00 para R\$1.500,00, o que deu um valor de R\$9.000,00. No total nós tivemos de repasse para as Escolas R\$117.000,00 repassados. (RODRIGUES, Marco Aurélio Braga. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 11 fev. 2019)

Sabemos que é função do Estado a elaboração de políticas públicas culturais, assim como sua efetivação e todo o processo de auditoria e avaliação, dando espaço a discussões em conjunto com a sociedade (CARMO e MACHADO, 2013). Para CUNHA FILHO (2017), não cabe discutir se há ou não a necessidade da prática de

Brasileira de Escolas de Samba. Tal evento foi ovacionado pela imprensa como o maior espetáculo carnavalesco do mundo.

políticas públicas, uma vez que estas devem subsistir como dispositivos de efetuação dos Direitos Culturais, já que há o risco da renúncia do Estado quanto ao aporte direto.

Ciente que os numerários do SIMDEC seriam exíguos para a construção do Carnaval 2014, a Prefeitura de Joinville subsidiou, diretamente do cofre público, parte da realização do Carnaval 2014. Mediante a garantia do festejo, as reuniões com a nova gestão da LECAJ e seus agremiados juntamente com o secretário Marco Aurélio tornaram-se frequentes a partir de agosto de 2014. Para Pereira e Pinzan (2014), diálogos envolvendo o poder público e os agentes culturais, assim como os diversos atores que consomem a cultura numa esfera abrangente, são imprescindíveis.

Considera-se as palavras do senhor Guilherme Gassenferth, na época gerente de eventos da FCJ, para entendermos melhor a importância do senhor Marco Aurélio como ponte entre Prefeitura e LECAJ:

O Marco Aurélio Braga, ainda é o Secretário de Comunicação, desde 2013. [...] O prefeito indicou que ele levasse essa gestão do Carnaval, e a gente trabalhava junto com ele nesse sentido. Eu participava praticamente de todas as reuniões com as agremiações, mas sempre digamos que a briga maior era com a Secretaria de Comunicação. O secretário encarnava então, digamos assim, como se fosse um porta-voz da Prefeitura em relação aos assuntos de Carnaval. No que diz respeito a Secretaria de Cultura, nós estávamos muito mais ligados às agremiações na questão do fomento via SIMDEC. Então, a Secretaria de Cultura tinha uma função na linha de fomento para o Carnaval e aí claro, a gente tinha uma relação com as agremiações, mas no geral era muito mais forte com a Secretaria de Comunicação. (GASSENFERTH, Guilherme Augusto Heinemann. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 18 jan. 2019)

O relato de Guilherme explicita a divisão de funções no apoio às agremiações. Neste cenário, existia uma relação triangular: Fundação Cultural, Secretaria de Comunicação e LECAJ.

O jornal AN mostrou-se, ano após ano, um importante componente no processo de divulgação do Carnaval. Como é possível ler em Moraes (1958) e Ferreira (2004), desde o início do século XX, também a mídia realizava recorrentes menções às agremiações cariocas e seus enredos, reforçando não somente a importância da manifestação cultural na cidade, mas também valorizando aqueles que labutam na exteriorização do espetáculo. A declaração de Marta Pires Nunes ao jornal AN¹¹⁶, foi elogiosa ao impulso da imprensa na divulgação do Carnaval, alegando que apesar do pouco recurso, os esforços das agremiações seriam recompensados pelo espetáculo

¹¹⁶ 28/02/2014, p.05.

preparado para o grande público esperado. O AN do dia 20 de fevereiro, página 32, anunciou o concurso da realeza no clube Big Bowling.

Embora o evento tenha sido gratuito, houve pouca adesão dos cidadãos, comparado com a multidão que lotava a praça nos primeiros concursos pós retomada. Diziam os presentes, que o joinvilense quer ocupar espaços abertos onde todos possam brincar informalmente, trazendo suas caixas de bebidas, para assim foliar o Carnaval. Espaços fechados como estes, não convidam a classe humilde, que mesmo entrando gratuitamente, tem que pagar o alto preço das bebidas. Valdirene Bernardi e Leonardo dos Passos Santos, ambos representantes da escola Diversidade, foram eleitos a corte 2014. Ressalta-se a experiência dos dois como realeza em carnavais passados, os quais abririam também os desfiles de sexta e sábado próximos no primeiro Carnaval competitivo de Joinville depois de duas décadas.

Envolvido com o Carnaval diretamente neste ano, percebi o comprometimento das agremiações desde o segundo semestre de 2013. O povo trabalhava durante o dia e a noite se reunia nas sedes de suas escolas para a produção de fantasias. As indumentárias do enredo de 2013 eram todas reaproveitadas. Nada se jogava fora, tudo se recriava a partir do novo enredo. Posso atestar que o espírito carnavalesco estava instaurado meses antes. Serralheira, marcenaria, pintura de esculturas, costura e milhares de tubos de cola quente eram manuseados pelos agremiados na finalização de fantasias e construções de alegorias, que por fazerem parte dos quesitos na competição, prometiam ser apoteóticas no padrão joinvilense.

Os leitores do AN, liam no dia 28 a seguinte epígrafe: “Eles começam a Festa”, aludindo aos desfiles de blocos. O festejo democrático reuniu, na noite de sexta feira, operários, patrões, brancos, negros, pobres e ricos, envoltos pela alegria do samba. Para muitos, que ficariam na cidade durante o feriado, a sexta feira foi apenas um aperitivo do que seria o prato principal no sábado. Por este viés Da Matta (1986, p.71) afirma que

[...] como toda a festa, o Carnaval cria uma situação em que certas coisas são possíveis e outras devem ser evitadas. Não posso realizar um Carnaval com tristeza, do mesmo modo que não posso ter um funeral com alegria. Certas ocasiões sociais requerem determinados sentimentos para que possam ocorrer como tais.

“Festa com Garoa”. Assim se referiu o jornal AN¹¹⁷ no dia seguinte a festa. Curiosamente, no Carnaval do ano de 1900 um cronista escreveu, se referindo ao festejo

¹¹⁷ 01/03/2014, página 05.

do Rio de Janeiro: “[...] ‘nunca se pode separar Carnaval da chuva’ e outro em 1903, fez um trocadilho infame: Baco, rei da Chuva” (MORAES, 1958, p.235). Após a passagem da corte 2014 e do grupo Afoxê, seguiram-se os blocos Manda Brasa e Carnaville Folia, Borandá e Império Joinvilense. A União Tricolor fechou os desfiles sob o enredo “Versão Original”. O vencedor da noite foi a comunidade joinvilense que, reprimindo a chuva, não se intimidou até o final da passagem do último bloco, informava o jornal supracitado.

A manchete do AN do dia do desfile estampou a corte 2014, convidando toda a população para o espetáculo. Para muitos, este momento representaria um retorno à feliz época dos velhos desfiles competitivos. Destaca-se a parceria da Prefeitura¹¹⁸ com a empresa “Vejoaovivo”, que em tempo real transmitiria os desfiles online, com o intuito de possibilitar um maior alcance do evento.

Chama a atenção que, além do público, que lotou em peso as arquibancadas, calçadas e as escadarias do Centreventos, os jurados poderiam ser vistos caminhando de um lado para o outro, confundindo-se com os diretores das alas para melhor observarem detalhes das agremiações. A maior campeã dos carnavais da década de 80, a Príncipes do Samba, trouxe uma homenagem a todas as entidades que desenvolvem trabalhos com pessoas deficientes. Com o enredo “O Que os Teus Olhos veem, o Meu Coração Sente”, um dos destaques foi a inovação da porta-bandeira, bailando sobre uma cadeira de rodas.

A Dragões do Samba desfilou sob o enredo “Ela é Encantada, Clara Claridade, Guerreira Mineira”, homenagem à cantora Clara Nunes. Os 350 componentes, divididos em 9 alas, e nas 3 alegorias, mantiveram o público eufórico com as passistas, e sua ensurdecadora bateria durante os 50 minutos. A multiplicidade de pessoas que comungam do Carnaval é notável, como atesta Pancevski (2014). É relevante notar, neste sentido, o olhar sobre a festa que é lançado pela professora Monique, residente em Joinville desde 2010,

É uma alegria contagiante e eles cantam com tanta garra, arrepia de verdade. Uma coisa que contagia, você tem vontade de aplaudir. Você fica feliz por estar ali, fica feliz por eles estarem ali, porque é a apoteóse mesmo né. É o resultado de um ano de ensaio, de preparação, de costura, de conversa. É aquele momento, é o palco. Eu acho que essa é uma manifestação mais democrática, porque da arquibancada a gente vê todas as classes sociais. Tem logicamente aquelas pessoas que nem sobem nas arquibancadas, ficam só junto com o cordão, dão uma olhadinha básica e saem. Tem aqueles que

¹¹⁸ AN do dia 28/02/2014, p.07.

sentam e trazem o lanchinho. Tem aqueles que conversam, que tiram fotos e ficam entusiasmados. Mas a população que participa mais, me dá a impressão que é a periferia, eles estão mais felizes, eles se manifestam muito mais do que a elite que passa ali de ladinho e só dá uma olhada e passam de carro até onde dá. [...] Eu percebo que a periferia participa mais e é muito, muito, muito bom ver que as pessoas que ficam em Joinville têm uma opção de ir lá. (ATHAYDE, Monique Bilk. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 22 out. 2019)

A Unidos do Caldeirão trouxe a saúde como tema¹¹⁹. No impulso do enredo “No Embalo da Euforia, Saúde é a nossa Alegria”, os 350 foliões trataram do cuidado com a máquina humana, tendo como destaque a comissão de frente com macas de hospital, e como surpresa trouxe em uma das alegorias um religioso pedindo a Deus proteção a todos.

“O Grande Segredo na Soma de Todos os Medos”. Com este enredo, a Unidos pela Diversidade entrou na avenida. As 16 alas, intercaladas pelas 4 alegorias, impressionaram o público que gritava “já é campeão!”. Para Cavalcanti (2015) “[...] na avenida uma escola deve ‘passar bem’, ou seja, contagiar a plateia que admira e brinca ao evoluir [...]”. O quesito evolução deste desfile foi um dos pontos altos de todos os carnavais pós retomada. Como folião, participei deste momento icônico. O último carro alegórico acabou sofrendo a quebra de sua barra de direção, o que o lançou ao encontro dos alambrados, que separavam o público dos desfilantes.

Todo o esforço da agremiação estava fadado a ser um desastre e decepção, visto o insucesso, devido ao peso da alegoria e destaques, da tentativa de recolocar o carro na avenida. O público foi ao delírio ao perceber que espectadores voluntariamente pularam os gradis e num esforço em conjunto conseguiram redirecioná-lo na avenida, empurrando-o até o final do desfile, envoltos pelo enredo.

Ficou perceptível a emoção ao cruzar a linha de chegada, e perceber o último minuto no temporizador digital, instalado na passarela, para o tempo máximo previsto. Segundo Queiroz (1999), o Carnaval é absorvido por todos que participam devido seus sentimentos universais como a alegria, a esperança, o desejo e as angústias. Restavam abraços e agradecimento à ajuda da plateia, que sem indumentárias carnavalescas fizeram parte do imprevisto.

Inspirado numa das figuras mais representativas do Carnaval joinvilense, a Fusão do Samba, homenageou o mestre de bateria nota dez, o seu Butiaquinho, tão

¹¹⁹ AN do dia 25/02/2014, p.01 anexo.

citado nesta dissertação. Durante mais de 40 anos envolvido com projetos de Carnaval em Joinville e São Francisco, ele é considerado um dos alicerces da história carnavalesca nas duas cidades. Deixa-se claro, que a “Fusão” mesmo com dificuldades financeiras, obteve apoio com fantasias cedidas da escola de samba “Filhos da Ilha” de São Francisco do Sul.

Perto das 02:00h da manhã, a “Acadêmicos do Serrinha”, premiada por dois editais do SIMDEC no valor de R\$30.000,00, condecorou¹²⁰ o Balneário de Barra do Sul¹²¹, contando também com o patrocínio da Prefeitura da cidade homenageada. A história do município transformada em enredo, destacou a Festa da Tainha, representada na primeira alegoria. Com a diferença de 1 décimo, a Dragões do Samba consagrou-se a primeira campeã do Carnaval joinvilense do século XXI. Em segundo lugar ficou a Unidos pela Diversidade, seguida pela Acadêmicos do Serrinha.

Figura 43 - Mais de 30 mil pessoas acompanharam os desfiles



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 05 – 03/03/2014

¹²⁰ AN do dia 26/02/2014, p.01 anexo

¹²¹ Cidade a 52 quilômetros de Joinville.

Figura 44 - A Campeã de Joinville



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 01 – 03/03/2014

O Secretário de Comunicação, senhor Marco Aurélio dizia¹²² sentir-se com o dever cumprido na organização do evento que reuniu mais de trinta mil pessoas, o qual ficaria para a história. O papel da Prefeitura é dar suporte para as escolas se profissionalizarem sem dependerem do poder público, dizia o secretário em entrevista. Para Carmo e Machado (2013, p.113) “O Estado tem um papel importantíssimo na política do financiamento cultural, mas os recursos devem ser usados com critérios e responsabilidade”.

A presidente da Liga, Marta Pires, avaliou¹²³ positivamente o Carnaval, alegando que as entidades carnavalescas precisam enxergar na iniciativa privada, uma oportunidade para conquistarem patrocínios, e assim não ficarem reféns dos cofres públicos. A fala casada de Marco e Marta reafirmam a subordinação total das agremiações quanto aos numerários assegurados pela Prefeitura, na complementação aos valores providos pelo SIMDEC, para a exteriorização dos desfiles carnavalescos. O zelo pela área cultural revela-se, diante disso, como asseguram também Carmo e Machado (2013), uma tarefa fundamental a ser realizada pelo Poder Público.

¹²² AN do dia 03/03/2014, p.05.

¹²³ AN do dia 04/03/2014, p.13

6.3. O ANO DE 2015, CONSIDERADO O AUGES DO CARNAVAL JOINVILENSE

Carnaval 2015, Joinville se Veste de Alegria! Este foi o slogan estampado nos jornais, e propagado via rádio e televisão na expectativa de reunir milhares de pessoas nos desfiles das sete escolas oficiais e blocos de Carnaval. De acordo com Rogério de Souza Maciel¹²⁴, vice-presidente da Diversidade, decorriam impasses burocráticos das agremiações e até mesmo enfrentamentos de egos entre as entidades, pois cada uma defendia seus próprios interesses. Para Rosa Maria¹²⁵, presidente do Serrinha, muitas das reuniões eram improdutivas, visto que não chegava-se a conclusão alguma, pois havia uma repetição de pautas sem resultados concretos. Rosa ainda nos relatou: “_ Problemas têm, mas tem que haver uma solução. Não adianta cada reunião ficar trazendo um problema sem ter solucionado a anterior”. Destaca-se que estas assembleias se davam desde o primeiro semestre.

Discutia-se os repasses de verbas do poder público, a lei do SIMDEC, promoções durante o ano para a arrecadação de fundos e principalmente o aprimoramento na construção dos desfiles. Para Chiavenato e Sapiro (2004) na formulação de estratégias busca-se a sistematização de uma missão onde o grupo está inserido, cujo objetivo maior deve ser potencializar os resultados e reduzir as deficiências com táticas de ações e praticabilidades.

Tabela 13 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA N211712014, Edital de Concurso n 01/2014, Leis 8.666/93, 8.883/94 e 5.372/2005, e o Decreto 12.839/2006.

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
27	Desfile – GRES DIVERSIDADE	R\$ 15.000,00
339	Desfile – DRAGÕES DO SAMBA	R\$ 15.000,00

Fonte: DESPACHO SEI Nº 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

¹²⁴ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 16 jan. 2019.

¹²⁵ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 24 out. 2019.

Tabela 14 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA N118/2014, Lei 5.372 de 16/12/2005 e o Decreto 12.839 de 17/03/2006

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
399	Afoxé Omilodê (Alas e Grupos)	R\$ 50.000,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Apesar do número menor de projetos aprovados pelo SIMDEC, atenta-se para as subvenções do governo do Estado¹²⁶, sendo Joinville contemplada com R\$ 200.000,00. Para Cunha Filho (2017, p.190) “[...] a política é indispensável à cultura”, e, associada ao exercício da cidadania, deve antepor a inclusão dos que buscam manifestá-la, considerando a excelência e a qualidade de vida do indivíduo que será gratificado pela sua implementação (CAVALCANTE, 2012).

Além disso, a LECAJ foi gratificada com o aporte da Prefeitura de Joinville. A fala do Secretário de Comunicação, Marco Aurélio, em entrevista no dia 11 de fevereiro de 2019, revela detalhes sobre este fato:

Em 2015 a gente fez um repasse ainda maior. Nós consideramos que 2015 foi realmente o auge do carnaval neste período e que nós tivemos um grupo de jurados muito mais qualificados que nós tivemos em 2014. [...] Nós saltamos de 117 para mais R\$190.000,00 de repasse para as 7 Escolas, agora repassado R\$24.000,00 para cada entidade e R\$2.000,00 para 6 blocos.

Ao ser questionado¹²⁷ sobre o olhar da Prefeitura para o Carnaval em relação as outras manifestações culturais de Joinville, o produtor cultural da cidade em 2015, Guilherme Gassenferth, presume que o Carnaval recebia mais atenção do que a maior parte das outras manifestações culturais, tendo em vista que além do apoio financeiro, foi providenciada toda a estrutura. Como informa o jornal AN do dia 14 de fevereiro de 2015, página 21, foram viabilizadas arquibancadas para 10.000 pessoas, banheiros químicos, iluminação, som e segurança.

Por outro lado, indagado sobre o mesmo tópico, o senhor Marco Aurélio afirmou que a situação não era tão vantajosa para o Carnaval a longo prazo:

¹²⁶Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/turismo/festas-de-carnaval-atraem-turistas-e-movimentam-economia-de-cidades-catarinenses>> Acesso em 30 de out, 2019.

¹²⁷ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 18 jan. 2019.

A gente não tem um poder público, um vereador, alguma classe política engajada na questão do Carnaval que possa ter voz, que defenda o Carnaval como uma manifestação popular importante na cidade e aí o que acontece é que as forças econômicas, forças de opinião pública, ficam mais voltadas para as festas, vamos dizer, mais tradicionais da cidade, e não tanto o Carnaval.

Compreende-se que os carnavalescos de Joinville, por não terem sequer um representante, estavam indefesos, pressupondo que muitos dos vereadores constituintes da Câmara Municipal se quer teriam noção da existência das escolas de samba da LECAJ. Cavalcante (2012) acentua que uma das prerrogativas das políticas públicas é resgatar a integridade dos que estão desassistidos de seus direitos culturais, incentivando os amantes das diversas expressões, reduzindo as desigualdades:

[...] por isso, o Estado Brasileiro deve se preocupar em implementar políticas públicas diferenciadas para grupos desiguais, para minorias, para os que podem ser chamados de excluídos pela Sociedade [...]. (CAVALCANTE, p.7, 2012)

O termo “minorias” não deve ser tratado no seu sentido literal, ou seja, em termos numéricos. Faz-se o uso da concepção sociológica de minoria, ou seja: agentes e sujeitos culturais negligenciados. Por este viés, Cavalcante (2012) é categórico em afirmar que a efetividade da política pública pode simbolizar uma forma de reduzir a exclusão social, amenizando o processo de marginalização.

O método escolhido para a eleição da corte em 2014, em salão fechado, embora gratuito, pode ser considerado, levando em consideração o público minguado, um revés. Ferreira (2004) alega que a estratégia de sair dos salões e brincar nas ruas data a década de 1840, quando os cariocas gozavam tal folgança, sendo considerada a verdadeira festa carnavalesca “[...] capazes de mostrar-se pelas ruas com um esplendor nunca imaginado” (FERREIRA, 2004, p.136).

Marta Pires e o secretário Marco Aurélio da SECOM, contataram a RBS TV¹²⁸, que após uma reunião, deliberou o investimento para o festejo do dia 07 de fevereiro, contratando o show do sambista Dudu Nobre. Para mobilizar a comunidade, a patrocinadora divulgou em diversas mídias¹²⁹, a realização da pré-folia gratuita, na qual seria conhecida a realeza de 2015 na área externa do Mercado Público de Joinville. Moraes (1958) relembra que a imprensa tem essa força propulsora, que além de noticiar

¹²⁸ Emissora afiliada à Rede Globo na cobertura das notícias locais.

¹²⁹ Disponível em :<<http://redeglobo.globo.com/sc/rbstvsc/joinvillefazbem/noticia/2015/02/rbs-tv-realiza-show-de-dudu-nobre-no-pre-carnaval-de-joinville.html>> Acesso em 31 de out, 2019.

o festejo despertando os entusiasmos adormecidos, também tem o poder de promover concursos e criar inovações, mostrando-se ser amiga do Carnaval.

Uma megaestrutura de som e luzes, com palco e telão, anunciava: “Joinville Folia 2015”. Até mesmo os camarins em formato de tendas cercados de gradis davam o tom do magnânimo evento desde a sexta-feira, dia 6, quando a passagem de som avisava os desinformados o que aconteceria no dia seguinte. Pela primeira vez entrelaçados, a política pública do SIMDEC, as subvenções do município e do estado, e o patrocínio da TV local, apoiavam o Carnaval de Joinville. Gritos, faixas, assovios e apitos ensurdeciam os milhares de espectadores que lotaram novamente a praça do Mercado Municipal. Eu mesmo, estava presente e confesso que nunca presenciara um aglomerado de tal proporção neste espaço.

Bruna Sestrem, de apenas 18 anos, representante da Príncipes do Samba, foi eleita a majestade de 2015. As chaves da cidade foram entregues a Andrei Michel, folião da Fusão do Samba, eleito o novo rei Momo. O tão esperado show tomou conta dos foliões que usufruíram madrugada adentro.

Os informes do AN do dia 14 de fevereiro, página 20, referiu-se à sexta feira de Carnaval como “Chuva de Alegria e Ritmo em Joinville”. Marcando presença, a chuva não intimidou os blocos e o público. Aproveitando a água do céu, o “Afoxé”, lavou ritualmente a avenida, com incensos e distribuição de flores brancas, preparando o povo para o desfile. A plateia, protegida pelas capas de chuva e sombrinhas aguardava a passagem dos blocos.

Figura 45 - Espectadores na Avenida Beira Rio.



Fonte: Acervo Gres Diversidade

O Império Joinvilense abriu os desfiles cantando a “Igualdade”, fazendo alusão a todas as etnias. O Borandá e o seu maracatu, sambou o enredo “Recife me Chama, Tumaracáborandamaracatu”, seguido do bloco Manda Brasa. O bloco estreante União do Samba cantou “Na busca da Felicidade, o Samba Encontrei”. Finalizando a primeira noite, o bloco Carnaville, sob o tema “Vem com a Gente Extravasar”, levantou a plateia. Era visível a euforia de parte do público, que após os desfiles, entrava no pavilhão Edmundo Doubrava para admirar os carros alegóricos. Para Cavalcanti (2015, p.87), a alegoria é “[...] uma forma extraordinária de arte popular”. As fantasias organizadas para os desfiles de sábado, conseguiam seus adeptos de última hora, envoltos num desejo súbito, já que não se pode frequentar um Carnaval sem vontade e sem prazer (DA MATTA, 1986).

No sábado, a LECAJ anunciou, antes mesmo do meio dia, após uma reunião com os diretores de escolas e responsáveis da Prefeitura, a mudança do desfile para a segunda-feira, devido a chuva torrencial, que se estenderia também no domingo, de acordo com dados meteorológicos. Salienta-se que os desfiles de São Francisco do Sul¹³⁰ também foram transferidos, porém para terça feira de Carnaval. Muitos foliões discordavam da procrastinação dos desfiles ao defenderem-se que o Carnaval não poderia ficar à mercê das intempéries, ainda mais tratando-se de uma competição.

Embora se esperasse que o público do Carnaval de 2015 seria inexpressível, o que ocorreu foi o contrário. Na segunda-feira, a população compareceu em número ainda maior do que no ano anterior. Comprova-se que independente do dia da semana, os foliões estariam lá, apreciando os festejos. Os 18 jurados, o dobro do ano anterior, se espalhavam pela avenida para não perderem nenhum detalhe. A corte carnavalesca agradeceu a presença de todos, abrindo oficialmente os desfiles, seguido do bloco Grefaloucos..

Conforme a programação, a Unidos do Caldeirão entrou no começo da noite cantando o “Universo das Crianças”, com 3 alegorias, que de acordo com o AN do dia 17/02/2015, página 16, arrancou gritos de euforia do público. Em momentos como estes, de acordo com Cavalcanti (2015, p.48) “[...] o espectador torna-se um brincante que não apenas saúda a passagem da escola, mas que se une efetivamente a ela, como um

¹³⁰ AN do dia 16/02/2014, p.11.

participante especial”. A emergência de temas sociais, neste caso específico, relacionados à infância, é um elemento presente nos espetáculos do Carnaval.

Figura 46 - Folia na Beira Rio



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 01 – 17/02/2015

A segunda escola a entrar na avenida foi a Diversidade com o enredo “Emoções à flor da pele”, arrebatando a plateia que gritava “campeã, campeã!”. O carro alegórico de 2014, que quebrou durante o desfile, esse, aliás, um dos motivos que levou a escola a perder o campeonato, foi visto novamente em 2015. Agora remodelado, de acordo com o enredo, o veículo trilhou a avenida, e dessa vez sem nenhum contratempo. Para Cavalcanti (2015) a ousadia do carnavalesco demonstrada nas alegorias, instigam e surpreendem: e foi isso o que a resiliência da escola fez.

A União Tricolor começou o desfile cantando “Sou Jec, Sou Fogo meu Irmão - Orgulhosamente Octacampeão”. O povo acenava e bradava em bom tom o nome do time da cidade: “JEC, JEC”. Destacava-se a ala das baianas, que mereceu menção no jornal AN, já supracitado. A ala, que é composta somente por mulheres, é analisada por Cavalcanti (2011), como um show à parte, cuja função é evoluir e executar uma coreografia própria: girar em torno de si mesmas, rodando suas saias, causando um belíssimo efeito visual.

Figura 47 - Emoções em busca do título



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 16 – 17/02/2015

A campeã de 2014, Dragões do Samba, homenageando o artista¹³¹ joinvilense Juarez Machado, desfilou sob o enredo “Nas Asas da Imaginação, Juarez Machado é Inspiração”. Além da comissão de frente que surpreendeu com a montagem da obra do artista: “A Bicicleta com as Rodas Quadradas”, uma ala formada por cadeirantes recebia os aplausos do público. Juarez Machado, destaque no último carro alegórico, brincando de mágicas com sua cartola, foi ovacionado pelo público.

A quinta escola, Príncipes do Samba, levou para a passarela o enredo “Avenida Cubas¹³²: Berço do Samba, Terreiro de Samba”, do bairro Bucarein, contando a história dos primórdios sambistas da cidade de Joinville. A ressoante bateria da penúltima escola, Fusão do Samba, anunciava o enredo “A Consciência Negra Volta a Sorrir – Valeu,

¹³¹ É comum, nos desfiles contemporâneos do Rio de Janeiro e São Paulo, celebridades serem homenageadas tais como: Maurício de Souza (Unidos do Peruche 2007), Sílvio Santos (Tradição 2011), o maestro João Carlos Martins (Vai Vai 2011), Beth Carvalho (Tatuapé 2013), Maria Bethânia (Mangueira 2016), Ivete Sangalo (Grande Rio 2017) entre outros.

¹³² A avenida Cubas, hoje avenida Procópio Gomes, é lembrada como o reduto do samba, a constituição do negro na cidade. Após os jogos de futebol de domingo, o batuque nos bares e fundos de quintal regiam a festa, tendo como figura imprescindível, o seu Beira, sambista de renome em Joinville nas décadas de 60 à 90. Disponível: <<https://ndmais.com.br/entretenimento/escola-principes-do-samba-reverencia-a-avenida-cubas-berco-de-grandes-personagens-de-joinville/>> Acesso em 21 de nov, 2019.

Zumbi”. As alas realçaram a história da influência dos africanos na formação da cultura nacional. As fantasias aludiram referências à África, a chegada dos portugueses e a escravidão. Já era de madrugada e o Acadêmicos do Serrinha desfilou o samba-enredo “Araquari, a Memória dos Guerreiros no Canto dos Pássaros”, que fez alusão a origem do nome da cidade vizinha, contando a sua história nas 8 alas e 4 alegorias.

Figura 48 - Diversidade vence Carnaval



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 01 – 18/02/2015

A capa do AN do dia 18 de fevereiro de 2015 reservou a seguinte manchete: “Diversidade vence o Carnaval”, detalhando ainda na página 18 não somente os bastidores da contagem das pontuações dos quesitos, mas também a anúncio do resultado final, parabenizando a agremiação vencedora dos desfiles, que beirou a unanimidade. A apuração que ocorreu nas dependências do galpão Edmundo Doubrawa, fechou as comemorações do Carnaval 2015, tendo como vice-campeã a “Príncipes do Samba”.

Encontra-se no AN (seção verão) do dia 13/02/2015, página 8, a afirmação de que Joinville não é uma cidade com tradição do Carnaval. A crítica estabelece que, apesar disso, o costume está sendo aos poucos instalado. Percebe-se que este discurso estereotipado também emana de muitos joinvilenses, que insistem em não reconhecer tal manifestação cultural na cidade, mesmo com o triunfo dos desfiles do referido ano. Para as agremiações, a efetividade do direito cultural e o cumprimento do artigo 215 da CF/88, foi a certeza que em 2016 seria ainda maior a exteriorização carnavalesca na cidade.

6.4 O CARNAVAL SEM SUBVENÇÕES DA PREFEITURA

O primeiro semestre de 2015 foi caracterizado por várias assembleias da LECAJ com seus agremiados para a costura do Carnaval de fevereiro do ano seguinte, uma vez que brilhava a memória dos festejos da última edição. O Carnaval de Joinville vivia um momento crescente. Não caberia a falácia da inexistência carnavalesca. Em busca de recursos, algumas agremiações já tinham seus projetos junto ao SIMDEC.

TABELA 15 - PROJETOS APROVADOS PELO EDITAL - DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA N° 152/2015, Edital de Concurso n° 02/2015 , as Leis 8.666/93, 8.883/94 e 5.372/2005, e o Decreto 12.839/2006.

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
256	Projetando Alegorias – GRES DIVERSIDADE	R\$ 20.000,00
476	Carnaval 2016 – FUSÃO DO SAMBA	R\$ 20.000,00
467	DRAGÕES DO SAMBA	R\$ 20.000,00
273	Desfile de Bloco – IMPÉRIO JOINVILENSE	R\$ 14.713,00

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Tabela 16 - PROJETOS APROVADOS PELO MECENATO - 15 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N151/2015, Lei 5.372 de 16/12/2005 e o Decreto 12.839 de 17/03/2006

PROT.	PROJETO - PROPONENTE	VALOR
259	Reciclando 2016 – GRES DIVERSIDADE	R\$ 30.000,00
259	Passado e Futuro – SERRINHA	R\$ 26.810,46

Fonte: DESPACHO SEI N° 4869917/2019 - SECULT.UCP.ASDC/ PMJ

Em agosto de 2015, a LECAJ promoveu o jantar carnavalesco com o intuito de sortear a sequência dos desfiles para o Carnaval 2016. Nesta ocasião ocorreram as apresentações dos pavilhões com seus respectivos casais de porta-bandeiras e mestres-salas, acompanhados de suas passistas. Para Jório e Araújo (1969), a porta-bandeira é a majestade da escola, e não existe concurso para tal, assim como o mestre-sala que já traz de berço o jeito para a coisa, sendo ambos reverenciados pelos componentes da

escola. Já as passistas, procuram chamar a atenção pela beleza e movimentos coreográficos e “[...] quanto mais vistosas e ricas forem as fantasias, tanto melhor atingem os objetivos” (JÓRIO E ARAÚJO, 1969, p78).

O local escolhido foi o Kênia Club. Evidencia-se a presença do diretor executivo da FCJ, o senhor Evandro Censi, ex-presidente da escola Dragões do Samba, que na ocasião representou o prefeito Udo Dohler. Particpei como mestre de cerimônia do evento. Ao ceder a oportunidade ao sr. Evandro, cujo discurso elogiava a organização da LECAJ, o indaguei sobre asserção do apoio da Prefeitura para o Carnaval de 2016. Ao garantir o suporte publicamente, em nome do prefeito, foi aplaudido em meio ao rufar da bateria do Acadêmicos do Serrinha.

A mídia¹³³ anunciou a ordem, confirmando o evento para o próximo ano. Vale citar que eventos independentes eram promovidos pelas agremiações, principalmente durante o segundo semestre de 2015, conforme pautado no relatório¹³⁴ de atividades da LECAJ. Esforços como estes são empreendidos no Carnaval do Rio de Janeiro, e apesar de todos os recursos mobilizados, fontes geradoras, subvenções ou doações, são e serão sempre escassos (JÓRIO E ARAÚJO, 1969).

Em novembro, três meses antes dos desfiles de 2016, foi anunciado pelo governo municipal o corte de verbas em diversas áreas, entre elas o Carnaval. Não haveria subvenção direta para nenhuma entidade do samba. A justificativa, conforme nos informa o senhor Marco Aurélio¹³⁵, foi a crise econômica, que afetava diversos setores da economia brasileira.

Embora fossem articuladas as reuniões entre a LECAJ e o poder público, a fala do Secretário era clara: “Não estamos impedindo o desfile, estamos cortando 100% a verba. Se quiserem desfilar, apoiaremos”. Mediante a esta afirmação, fica claro a opção do executivo, pelo que Coelho (2004) chama de Liberalismo Cultural, que não deixa de ser uma política em defesa da liberdade de expressão e manifestação. Partindo desse pressuposto, o autor elucida que esta condição garante o livre exercício da cultura, sem que necessariamente ocorra alguma intervenção do Estado. A ação de empresas privadas acaba sendo uma alternativa para a satisfação dos anseios desta ordem.

¹³³Disponível em <: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/08/ordem-dos-desfiles-do-carnaval-2016-de-joinville-e-definida.html>> Acesso em 03 de nov, 2019.

¹³⁴Atividades desde escolha da realeza das agremiações, feijoadas, galinhada, concursos de samba-enredo, cursos de formação de passistas, festa a fantasia e junina, assim como ações sociais como dia das crianças e natal foram desenvolvidas pelas agremiações a partir de junho à dezembro de 2015.

¹³⁵ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 11 fev. 2019.

Analizamos o discurso do senhor Evandro Censi, ao ser questionado durante a entrevista sobre a sua compreensão quanto aos verbos “apoiar” e “incentivar” a valorização e a difusão das manifestações culturais, explícitas no artigo 215 da CF/88:

Apoiar é dar total apoio para que se realize o evento, a festa, o Carnaval. Quando a gente fala total apoio, eu como poder público entendo na parte de estruturação de desfile, a condição da data, fechamento de avenida, liberações de alvarás, entre outros, tudo o que envolve a avenida. O apoio também parte da promoção que aí eu também entendo, é o aporte financeiro ao evento e a cultura popular do Carnaval. Nessa parte, a gente teve até 2015 repasses diretos da prefeitura à Liga de Carnaval. Nós tivemos problemas de prestações de contas da Liga de Carnaval quanto a nível estadual. [...] Eu acho que a valorização passa, quando falamos em valorização e reestruturação, pela agremiação com seus componentes com as suas comunidades, com as suas dificuldades, oficinas, com a capacitação das pessoas que estão envolvidas com o Carnaval. Então isso é feito pela prefeitura de uma maneira que poderia ser até melhorada mas que também envolve, voltamos agora a parte da reestruturação das agremiações. Não é só simplesmente um recurso para o desfile e sim fomentar o Carnaval como nós comentamos o ano inteiro com os seus eventos, com suas oficinas, com as suas capacitações. Eu acho que é esse o caminho que temos que tomar, tanto o poder público, quanto o privado, pra parte da valorização do carnaval. (MONTEIRO, Evandro Censi. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 05 fev. 2019)

Percebe-se na alocação do senhor Evandro, que tanto o custeio para as escolas de samba, assim como a estruturação do evento, faz parte do apoio à expressão carnavalesca, e mesmo não havendo o aporte direto, a estruturação do espaço deveria ser garantida. Por este viés, Brant (2003) afirma que pelo fato do Estado se ver ladeado de diversas áreas culturais na concepção de serem promovidas com o dinheiro público, não haverá lugar para todos. Assim, a participação do Poder Público, no processo de aprovação de projetos por intermédio de políticas públicas - no caso de Joinville via SIMDEC - é uma alternativa necessária.

Esta imensidão cultural, leva-nos a entender o que Coelho (2004) quer dizer, quando se refere a uma reordenação ideológica, considerando não ser mais uma atividade primordial do Estado apreciar e/ou gerar cultura, simplesmente pelo fato de não saber o que privilegiar, por não haver mais um núcleo delimitado de expressões culturais. Para Feijó (2003), se o Estado passa por uma crise, sem numerários para poder se comprometer com o mínimo de subvenções, o mesmo deve abrir as portas para as leis de incentivo, na qual empresas e organizações não-governamentais venham a contribuir. Vale aqui salientar, que, conforme Silveira (2003), o setor cultural difere das

outras esferas. Para o autor, quanto mais se faz nas áreas da saúde, educação, segurança, urbanização, etc, menos se tem a fazer. Já a cultura, “[...] quanto mais se faz, mais se tem a fazer, pois a cultura faz aumentar o desejo por mais cultura e aguça a sensibilidade, que parece não ter fim” (SILVEIRA, 2003, p25).

Diante da alegação do senhor Evandro, acima mencionada, referente às prestações de conta por parte da Liga, fui instigado a investigar melhor essa questão. Questionou-se, então, o senhor Marco Aurélio, Secretário da SECOM e articulador entre o poder público e a LECAJ, quanto ao método utilizado no repasse de verbas da Prefeitura para as agremiações nos anos anteriores. Este nos relatou:

A gente simplesmente passava para as escolas, pra Liga das Escolas de samba, como forma de organização do Carnaval e isso foi um problema sério, inclusive jurídico, que a prefeitura esbarrou nesse período que até impede o nosso repasse. A Liga não prestava conta e não estava estruturada legalmente pra receber esses recursos e prestar essas contas do dinheiro público pra prefeitura. (RODRIGUES, Marco Aurélio Braga. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 11 fev. 2019).

A partir de sua fala, pode-se entender que havia a deficiência nas prestações de contas para o poder público municipal. Há de se presumir que também não eram exigidas com veemência, já que há alguns anos tal política vinha sendo aplicada. Joinville não é um caso à parte, já que temos exemplos semelhantes em todo território nacional.

Marco Aurélio ainda afirma que há um equívoco em pensar que é dever da Prefeitura aportar 100% todo o Carnaval, tendo em vista que o dever maior do Estado é fornecer toda a estrutura do desfile e, se possível, ajudar na produção artística das agremiações. Rebate ainda, o entrevistado, que se as escolas não criarem uma identidade com sua comunidade, e se auto sustentarem, ficará inexecutável as agremiações pressionarem o poder público. Por outro lado, reconhece que há a culpabilidade dos dois lados, tanto por parte da Liga, quanto da Prefeitura:

Não dá pra cruzar os braços e dizer assim: “_Se a prefeitura não ajudar, não se faz o Carnaval”. A Prefeitura também não pode cruzar os braços e dizer assim: “_Eles não se organizam, eu não vou ajudar”. Não é assim que se constrói o carnaval. [...] Eu costumo dizer que os problemas estão dos dois lados, nem a prefeitura deveria ser tão patriarcal assim, de bancar, de ser a bancadora do Carnaval, mas também não tanto as Escolas ficarem também numa atitude passiva esperando do governo. Ou o governo me paga com o dinheiro público e eu saio no Carnaval, se não me pagar eu não saio. (RODRIGUES,

Marco Aurélio Braga. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 11 fev. 2019)

Constata-se o mesmo discurso na fala¹³⁶ da senhora Marta Pires, ao afirmar as dificuldades organizacionais da própria entidade, que apesar de não estarem estruturadas tanto financeiramente quanto fisicamente, conseguiam juntar a população para os desfiles, mesmo demonstrando um Carnaval não tão refinado. Jório e Araújo (1969) apontam vários motivos que levam escolas de samba a situações de instabilidades financeiras, entre eles está o esquema de luxo-riqueza, característica de todas as agremiações. Por outro lado, os autores concordam que tal caráter é indispensável, pois além da beleza visual, converge em um sonho realizado tanto para o folião quanto para o carnavalesco em expor a sua comunidade com tal magnificência.

Com a ausência de reservas financeiras para o financiamento próprio, mais uma vez haveria a necessidade de pleitear recursos extras, seja por patrocínios, por subvenções direta do Estado ou por meio do incentivo de uma política pública. Para tal, compreende-se que há indispensabilidade que qualquer agremiação carnavalesca esteja legalmente instituída, para a garantia na captação do auxílio. Reforça-se que estatutos como estes, são rigorosamente obedecidos pelas agremiações cariocas desde a década de 60, conforme os registros da obra de Amaury Jório e Hiram Araújo (1969).

Ao entrevistarmos o senhor Gabriel de Paula, responsável pela parte legal da LIESJ¹³⁷, é possível observar uma problemática referente a documentações. O entrevistado nos relatou:

Então, existem os problemas internos da Liga e das agremiações e ao mesmo tempo existe do outro lado a burocracia por conta do poder público. Então, das Escolas é questão de legalidades, de registros, de atas, de relatórios de mobilizações financeiras. Todas as atas de assembleias ordinárias ou extraordinárias têm que ser registradas em cartórios. Na verdade existe um termo, averbadas em cartório. Então todo esse registro tem que ser feito anualmente porque é uma entidade, tem CNPJ, tem contador etc. Joinville teve uma cultura muito grande por parte até mesmo do poder público de não exigir isso até meados de 2015. Não tinha uma cobrança efetiva dos convênios e das parcerias. Não vou dizer tudo vago, mas era por interpretação, muito acordo de boca dos contratos firmados etc. E com a administração atual de Joinville, decretaram uma reforma administrativa, e nessa reforma firmaram várias regras para que se tivesse convênio com a Prefeitura. (SILVA, Gabriel de Paula.

¹³⁶ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 25 out. 2019.

¹³⁷ Liga das Escolas de Samba de Joinville, fundada no segundo semestre de 2018, em substituição à LECAJ.

Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 17 jan. 2019)

Interpreta-se que, o que deveria ser encarado também como um problema da própria Prefeitura, uma vez que ela não efetivou nenhuma prática de transição de responsabilidades sobre o financiamento, e as prestações de conta com relação aos desfiles de carnaval, seria agora um embaraço exclusivo da Liga e seus agremiados.

Os desfiles carnavalescos de 2016 acabaram sendo financiados pelo patrocínio da Funcultural obtido pela LECAJ para investimento exclusivo na estrutura do evento, sem repasses as escolas. O acordo entre os agremiados era de que os desfiles ocorreriam apenas no sábado, sem arquibancadas. O acordo, no entanto, foi questionado pela campeã de 2015, a Unidos pela Diversidade. A diretoria da agremiação apontava não ter condições de expor o enredo na avenida, que por estar em fase de construção, sem verbas, e não poderia contrair mais dívidas. Alguns blocos também declinaram suas participações com a mesma argumentação.

Atenuados os quesitos prescritos¹³⁸ pela LECAJ durante as apresentações, os enredos poderiam ser repetidos, assim como não houve imposição de apresentação de alegorias, destaques e número de alas. Diante deste cenário, devido à escassez de recursos, ficou decidido que não transcorreria a eleição da nova corte carnavalesca para o evento, mantendo-se no reinado a realeza de 2015, que também representaria o Carnaval durante todo o ano de 2017.

Acentua-se a importância do casal real carnavalesco, que passado o período festivo, honrou durante o ano com total exímio a cultura pândega de Joinville. Neste sentido, Marta Pires afirma que a corte deveria representar o Carnaval não somente nos eventos paralelos da escolas, mas em todas as festividades oficiais, como qualquer outra corte representativa de uma festividade típica da cidade:

A rainha e as princesas de outras festas típicas que representam tais celebrações em todas as festividades oficiais do município, são convidadas e levadas com pompa para irem com todo o direito de serem assim tratadas. A corte do Carnaval nem é lembrada, e muitas vezes a gente até provocou algumas situações em levá-los. Houveram discussões nesse sentido, mas infelizmente isso não avançou. (NUNES, Marta Pires. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 25 out. 2019)

¹³⁸ Obrigatório: a apresentação da comissão de frente, mestre-sala e porta-bandeira, ala das baianas e bateria, totalizando o mínimo de 100 integrantes por agremiação.

Vê-se que, para Marta, há certo descaso da gestão pública em relação a corte carnavalesca, cuja ênfase é dada somente durante o período oficial de Carnaval. Em declaração ao AN do dia 07/02/2015, página 22, complementou Marta, que o mais importante é ter uma corte que represente o Carnaval de Joinville o ano todo.

Contribuindo para essa discussão, a presidente da Diversidade, Maria Inês¹³⁹, afirmou que é cruel o tratamento dado ao rei Momo e rainha do Carnaval. Exemplo disso foi a recepção dada ao rei Momo, que a convite da FCJ em 2015, se fez presente à festa alemã *Stammtisch* de Joinville, e indumentado com coroa e cetro, foi hostilizado por desconhecidos com atos de racismo. Como frisamos durante o decorrer desta dissertação, o pobre e o negro marginalizado, que no seu cotidiano anda de cabeça baixa, se transmuta ao se vestir com luxuosa indumentária carnavalesca, sentindo-se nobre, exibindo a sua habilidade de sambar (DIAS CAVALCANTI, 2010).

Devido a este incidente, encontramos a carta 0001/2015 entregue pela escola Dragões do Samba no dia 26/11/2015 à presidência da LECAJ, solicitando um ofício protocolado junto à FCJ para ser designado à SECOM, exigindo que os mesmos prestassem esclarecimentos. Para Marta, esta discriminação vem sendo alimentada há anos. Segundo Dias Cavalcanti (2010, p. 104):

Em uma sociedade, como a brasileira, marcada pela desigualdade social, pelo preconceito racial velado, o Carnaval se torna uma festa nacional de grande importância, porque é somente nesta festa popular e, talvez no futebol (quando a seleção participa de jogos internacionais) que uma grande parcela da nação brasileira, pode-se dizer se une em uma mesma ‘corrente’ de confraternização.

Eleita três vezes a rainha do Carnaval de Joinville, Valdirene Bernardi¹⁴⁰, afirma nunca ter havido respaldo e reconhecimento do poder público, por não saberem a função e a importância de uma corte ao ser entronizada, sendo esta a representação máxima do festejo durante todo o ano pós folia.

Oficializados pela LECAJ, os desfiles carnavalescos ficaram acordados para o sábado, dia 06 de fevereiro. Os mais de 1.600 desfilantes¹⁴¹, distribuídos em 9 blocos e 6 escolas de samba, não se intimidaram ao presenciarem a avenida lotada. Seja com intérpretes ao vivo com suas respectivas baterias, ou enredos entoados por meio de play-

¹³⁹ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 08 nov. 2019

¹⁴⁰ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 28 out. 2019.

¹⁴¹ Relatório da LECAJ após os desfiles, contendo a sequência das apresentações, número de agremiados e tempo de desfile de cada agremiação.

backs, desfilaram os blocos Grefaloucos, Borandá, Arca de Noé, Destak do Samba, União do Samba, Manda Brasa, Império Joinvilense, Carnaville e Sassarico.

Figura 49 – Avenida Beira Rio no dia do desfile de 2016



Fonte: Acervo Gres Diversidade

Apesar de não estarem competindo em 2015, o Acadêmicos do Serrinha, Unidos do Caldeirão, Príncipes do Samba, Dragões do Samba, Fusão e União Tricolor, levantaram a plateia num desfile de característica simples, mantendo a atenção dos presentes até a última apresentação, pouco antes das 2 horas da madrugada. Com duração de 8 horas de espetáculo gratuito, o Carnaval 2016 foi aludido pelo AN do dia 08 de fevereiro, página 10 como sendo a vitória do Carnaval, que com muito samba e criatividade, se manteve vivo, mesmo com menos recursos, atraindo um bom público para a Beira Rio.

6.5 O IMPEDIMENTO DO REINADO DE MOMO EM 2017

Percebia-se que uma grande parcela da população mostrava-se indiferente quanto a manifestação das escolas de samba, martelando o discurso de que Joinville não teria a tradição da cultura carnavalesca. Entendemos que ninguém é obrigado a gostar

do Carnaval, porém “[...] todos devem ter assegurado seu direito de acesso aos bens culturais” (LABAKI, 2003, p.63).

Os agremiados almejavam o apoio da Prefeitura, como foi em 2015, na esperança de subsidiar parte das despesas para os desfiles de 2017. No que tange as subvenções da Prefeitura de Joinville para o Carnaval, percebe-se a desaprovação por boa parte dos cidadãos. As atividades das agremiações em Joinville, fluíam normalmente, com suas promoções de eventos, envolvendo a comunidade do samba na intenção de fomentar recursos extras, aquecer seus foliões e angariar novos adeptos. De acordo com Miranda (2003), popularizar a cultura é persuadir à formação, a preferência, a admiração, estabelecendo um diálogo com a obra ou manifestação, instigando o hábito e o senso crítico. “Sem esse contato, obviamente não é possível criar novos públicos, mais críticos, exigentes e informados” (MIRANDA, 2003, p.32).

Figura 50 - Prefeitura cancela o repasse do Carnaval



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 01 – 03/02/2017

A manchete do dia 03 de fevereiro, veiculou o dissabor da festa com a seguinte epígrafe: “Prefeitura cancela o repasse do Carnaval”. O patrocínio de R\$ 80.000,00¹⁴² não seria concretizado, o que ameaçava a manifestação das agremiações na Avenida Beira Rio. Situações como estas, sugerem que sob o olhar do poder público, a manifestação cultural resume-se a diversão dos cidadãos, diferente de ser expressão dos direitos culturais. Ao adjetivar a cultura, seja como mero entretenimento, ou ainda como algo positivo ou negativo, conforme elucida Cunha Filho (2018), o Estado acaba estagnando a manifestação popular.

¹⁴² AN do dia 03/02/2016, p.05.

Ressalta-se que a decisão da Prefeitura veio através da recomendação do Ministério Público, cuja orientação fora estendida a 16 municípios catarinenses, para que se abstivessem de qualquer despesa relativa ao Carnaval. Outro agravante foi o edital do SIMDEC, que apesar de ser lançado em 2016, não foi contemplado, por não haver banca avaliadora para o Carnaval. Tal situação vai na contramão do que afirma Farias (2003, p.36), já que o papel das políticas públicas é “[...] dar visibilidade e apoio a essas múltiplas criações culturais. Possibilitar cada vez mais que cada um viva e realize a sua cultura”.

O alerta do MP, que motivou o cancelamento da subvenção, visava evitar qualquer gasto que pudesse implicar em restrições, dentre outras áreas, nos setores da saúde, educação ou segurança. Miranda (2003) é contundente em afirmar que tal confrontação se trata de um erro, pois são áreas distintas, sendo uma obrigação estar no orçamento do Estado, a cultura, ou seja, dar visibilidade às manifestações e as produções da cidade. Por este viés, Rosa Maria, relata, em entrevista para esta dissertação:

Quando a gente ouve diariamente: “_Pega esse dinheiro do Carnaval aí, e aplica na saúde que tá precária”, eu digo: “_ Joinville ficou 13 anos sem Carnaval, e durante estes anos a saúde, educação não estavam precárias?”. As pessoas também têm que se conscientizar e entenderem que cada coisa tem o seu devido lugar, o seu devido espaço. (OLIVEIRA, Rosa Maria. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 24 out. 2019)

Para a Rosa, portanto, pelo fato de cada setor do município ter o seu orçamento, tirar de um setor para cobrir despesas de outro é um exemplo de falta de planejamento, sendo o Carnaval a vítima, flechada com sombras de preconceito. Entendemos que, por se tratar de uma recomendação do MP, a Prefeitura poderia ter optado por não atender, sem penalizações, sendo apenas responsabilizados caso não houvesse o cumprimento dos demais serviços supracitados.¹⁴³ O sr. Marco Aurélio justifica a decisão tomada:

A Prefeitura recuou, não passou o recurso para as Escolas e as Escolas desistiram de sair no Carnaval. Então esse é um problema que a partir daí vem sendo recorrente. As Escolas não aproveitaram o auge do Carnaval para se estruturarem como Escolas de samba, para buscarem seus próprios patrocínios, suas próprias ferramentas para manter o mínimo do Carnaval. Ficaram dependentes do dinheiro público. Nós criamos essa dependência das Escolas e sem o dinheiro público o Carnaval se desidratou. (RODRIGUES, Marco Aurélio Braga.

¹⁴³ AN do dia 11/02/2016, p.04.

Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 11 fev. 2019).

Diante disso, a LECAJ teve que deliberar sobre exibir ou não seus enredos, inclusive responsabilizando-se por completo por todo o aporte do evento. Há de se imaginar o termômetro das conversas entre as agremiações, as quais se sentiam traídas por serem comunicadas apenas através do jornal a respeito de tal infortúnio. Em reunião com a Liga, não foi possível enxergar outra saída a não ser anunciarem oficialmente o cancelamento dos desfiles, como expresso no periódico AN do dia 04 de fevereiro, página 2.

Ao questionarmos¹⁴⁴ o senhor Marco Aurélio sobre a culpabilidade da suspensão dos desfiles, este nos alegou ser de responsabilidade principalmente da Liga, que por não ser composta por uma diretoria profissional, não conseguiu custear um Carnaval com a mais básica estrutura que fosse. A única transgressão da Prefeitura seria ter-se tornado patriarcal, nutrindo a passividade das agremiações na espera do dinheiro público, acrescentou o entrevistado. Labaki (2003) argumenta que pelo fato de o orçamento para a cultura ser irrisório, há a necessidade de afrontá-los por verbas condizentes para a efetuação da prática cultural.

Apesar da decisão do cancelamento dos desfiles, reuniões foram convocadas a fim de arquitetar estratégias para externarem a 12ª manifestação carnavalesca pós-retomada de 2006. Com o apoio da RBS TV, foi convencionado o acordo de congregar todas as entidades carnavalescas no Mercado Municipal no sábado do dia 25 de fevereiro. Com o suporte do síndico do estabelecimento, todo o espaço externo seria reservado para reunir a comunidade do samba e os foliões joinvilenses, num novo formato de Carnaval, com apresentações dos enredos em comemoração ao reinado de Momo 2017. Neste sentido, Queiroz (1999, p.194) afirma que:

O motor indispensável para que a festa seja revigorada, quando enfraquece, é constituído pela adesão entusiasmada dos habitantes ao mito; acreditando nas virtudes aparentemente muito antigas dos costumes carnavalescos, buscam os participantes reanimá-los.

¹⁴⁴ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 11 fev. 2019.

Ressalta-se que, como forma de divulgar o evento desde o início da semana do festejo, cada agremiação mostrou, ao vivo no Jornal do Almoço¹⁴⁵, os seus enredos, apresentando seus pavilhões aos joinvilenses. O intuito da RBS seria dar destaque as agremiações, reforçando o convite a todos que quisessem gratuitamente festejar o Carnaval no sábado, dia 25. A campeã de 2015, a “*Diversidade*”, fez o último apelo ao vivo, seduzindo os joinvilenses a comparecerem à festa. O Carnaval para Siqueira e Vasques (2015) está entreposto na proposta de integrar os diferentes grupos da sociedade, a fim de agregar a população da cidade para a produção da diversidade.

Porém, através de uma denúncia anônima ao Ministério Público, Momo e seus foliões foram surpreendidos, não pela recomendação, mas pela proibição de realizarem o evento a menos de 24 horas das festividades. O que para as entidades carnavalescas, teria sido uma agressão emocional, para o MP seria a garantia e a segurança dos participantes e a manutenção da ordem pública, já que os alvarás¹⁴⁶ obrigatórios para a realização do evento não foram sequer requeridos. A única solução seria a regularização para que o festejo acontecesse, informou tanto o jornal televisivo do dia 25, quanto o periódico impresso AN dos dias 25/ 26, página 5. Atentamos ao relato do senhor Gabriel de Paula, quanto ao incidente ocorrido:

A agremiação que eu estava tocando foi na sexta feira no Jornal do Almoço por ter sido a campeã do Carnaval de 2015 e se apresentou ao meio dia. As 13:00h, a prefeitura solta a nota cancelando novamente o desfile que já havia sido cancelado (risos). Na verdade, cancelaram por falta de alvarás, só comunicando a LECAJ às 13h 30min, sendo que a Secretaria que liberava tais alvarás fechava às 14:00h. (SILVA, Gabriel de Paula. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 17 jan. 2019).

A fala do sr. Gabriel deixa claro que conforme a 17ª promotoria de Justiça de Joinville, o único pretexto para a coibição da festa no Mercado seria o conjunto de autorizações, que embora solicitado ao síndico do Mercado Municipal, não foi por ele apresentado, impedindo que o evento transcorresse legalmente. Diante da situação, o MP encaminhou ofício, orientando os órgãos públicos a utilizarem seu poder de polícia

¹⁴⁵ Jornal televisivo, vai ao ar diariamente, a partir das 12h, com notícias locais e regionais, exibido pela emissora RBS TV.

¹⁴⁶ Segundo a denúncia, o evento não teria os alvarás do Corpo de Bombeiros, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Proteção Civil e Militar, assim como não teria a contratação de uma empresa de serviços de saúde para dar o suporte à festa. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/v/carnaval-no-mercado-publico-de-joinville-e-cancelado-horas-antes-da-festa/5682212/>> Acesso em 08 de nov. 2019.

para coibir a realização do evento. O síndico do local emitiu nota¹⁴⁷ confirmando o cancelamento.

Agremiados da LECAJ, a SECOM e o síndico do Mercado, reuniram-se na sexta-feira à noite, a fim de debater o ocorrido. Falo neste momento como agremiado e diretor do bloco “*Arca de Noé*”. Indaguei o poder público se não tinham ciência prévia de tais autorizações, o que do meu ponto de vista, era uma obrigação, já que blocos e escolas ficaram responsáveis pelo espetáculo. Cavalcante (2012) alega ser de responsabilidade maior do poder público municipal o apoio às manifestações culturais, uma vez que esta esfera está mais próxima dos agentes culturais da cidade.

Em meio a discussões eloquentes, ficou acordado que o bloco “*Arca de Noé*” estaria presente no mercado, por se tratar de um espaço público e democrático. Moraes (1958) declara que o Carnaval sempre teve seus inimigos implacáveis, empenhados em diminuí-lo e aniquilá-lo e que “[...] se algumas vezes conseguiram perturbar as expansões de nosso povo, nunca puderam, felizmente, fazer com que o nosso Carnaval deixasse de empolgar corpos e corações” (MORAES, 1958, p.235).

No sábado, havia policiamento na região do mercado. O único momento em que alguns ritmistas chegaram com seus instrumentos, foram intimidados pelos policiais para não se manifestarem. Estaria somente o batuque do samba proibido de exhibir-se na cidade de Joinville durante o Carnaval, já que havia outros gêneros de música ao vivo? Estariam as autoridades proibindo o Carnaval, como fora com o Entrudo em Florianópolis em 1832 (FERREIRA, 2004), exigindo que quem quisesse brincar, brincasse em seus lares? Para Marta, a alegação da polícia militar em afirmar que seria impossível tal manifestação, foi um desrespeito com os foliões que agendaram o sábado carnavalesco para festejarem.

Não se entende isso porque tantas outras festas e manifestações já aconteceram e acontecem até hoje ali no Mercado Público com pessoas né. Foi um sentimento de sermos um grupo de baderneiros e que conosco não poderia ser feito nada. [...] tivemos que na véspera suspender tudo. Houve um desrespeito imenso com todos que deixaram de viajar para poderem ficar, para poderem participar dessa manifestação. Esse desrespeito foi com as agremiações, foi com os foliões e com a população. (NUNES, Marta Pires. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 25 out. 2019).

¹⁴⁷ Disponível em : < <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/carnaval/2017/noticia/2017/02/mp-questiona-falta-de-alvaras-e-mercado-de-joinville-cancela-carnaval.html>> Acesso em 09 de nov, 2019.

Em entrevista com Guilherme Gassenferth, este afirma que, apesar de estar dentro da legalidade quanto a exigência dos alvarás, assim como a polícia no seu dever em executar uma ordem, ninguém estaria no direito de impedir que alguém levasse um tambor para se manifestar culturalmente na praça e se congregar com os demais. Por esta perspectiva, Brant (2003), afirma que a garantia dos Direitos Culturais deve se dar em correlação com os Direitos Humanos, tendo caráter universal e, por isso, deve ser garantido.

Além disso, acentua o sr. Guilherme, funcionário da FCJ no período de 2013 a 2017, que tais alvarás são demasiadamente burocráticos. No seu entendimento, a decisão do MP foi seletiva, partindo da assertiva que quase todos os outros eventos culturais são realizados sem essas autorizações prévias.

[...] conseguir um alvará nessa cidade, ou talvez nesse estado, realmente é uma tarefa hercúlea. Eu consegui o alvará para o Carnaval de 2015, mas foram meses de trabalho. [...] Além do Carnaval ser uma manifestação cultural, também o Direito Cultural está previsto pela Constituição Federal. Existe então uma garantia da realização desses eventos. Claro que essa garantia não é absoluta, mas assim, pelo fato de não ter a documentação, ninguém pode evitar que o Carnaval exista. Então, eu achei, olhando de fora, uma violência contra essa manifestação [...] reiteração desse preconceito muito forte que existe. (GASSENFERTH, Guilherme Augusto Heinemann, entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 18 jan. 2019).

Interpreta-se no discurso do sr. Guilherme, que se o Carnaval de 2017 foi impedido, a maioria das demais expressões culturais deveriam ser de igual modo proibidas, levando em consideração, que sem alvará não há autorização de externar nenhum evento. Acreditavam os carnavalescos, que pelo fato do Carnaval de 2017 ter sido acordado com o consentimento do poder público da cidade, nas dependências do Mercado Público, haveria a total legalidade documental para a realização deste evento. Por este viés, rebate o senhor Evandro Censi, em defesa à gestão pública, que além de afirmar que todos os eventos do Carnaval de rua de Joinville apoiados pela Prefeitura eram realizados sob a proteção de todos os documentos necessários, assume não ter sido do Estado a responsabilidade por tal situação:

Eu posso te dizer com certeza que naquele momento o gestor do mercado, o síndico, não quis assumir a responsabilidade e eu acho que com razão, porque era transferir pra ele uma responsabilidade enorme, sendo que a gente poderia ter vários tipos de pessoas. A gente não sabe o que poderia acontecer. Ele não quis assumir, a Liga de Carnaval também não poderia assumir e a Prefeitura como já havia o

entendimento que não haveria mais o desfile oficial e sim só esta manifestação também não ia assumir essa responsabilidade. Então naquele momento, sim, entendeu pelo Ministério Público que estava cancelado a festa de Carnaval. (MONTEIRO, Evandro Censi. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 05 fev. 2019).

Conforme o sr. Guilherme, não é comum ver a maioria do público carnavalesco em outros eventos culturais como teatro, dança, exposições de arte etc., sendo o Carnaval de rua, a única manifestação cultural promovida pelo município, a qual participam. Para Silveira (2003), é necessário que haja definitivamente para qualquer manifestação cultural uma garantia por parte do poder público, pois “só assim estaremos agindo à altura que somos: seres em permanente produção cultural e dignos de ser amparados em nossas expectativas e afazeres” (SILVEIRA, 2003, p.26).

Vale citar, que ainda em 2017, precisamente no domingo de Carnaval, o “Arrastão de Carnavá”, promovido pelos foliões do Maracatu, também teve sua defrontação com a polícia militar. A guarnição procurou, sem sucesso, impedi-los de externarem, pelas ruas de Joinville, o cortejo que sairia do MAJ¹⁴⁸ em direção à Rua das Palmeiras. Desse modo, os foliões do Maracatu, ignoraram o decreto do MP. Nota-se que, uma vez que “povos, países e cidadãos têm direito à liberdade de expressão” (MAMBERTI, 2003, p.16), o Maracatu exerceu uma garantia fundamental, ao concluir seu trajeto ao som dos tambores.

¹⁴⁸ Inaugurado na década de 70, o Museu de Arte de Joinville (MAJ), situa-se na rua XV de Novembro, número 1400, bairro América.

Figura 51 - Maracatu



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p. 10 – 27/02/2017

O senhor Gabriel, presente neste episódio, nos relatou em entrevista que mesmo famílias, crianças fantasiadas, jovens e idosos, foram acuados pela presença de viaturas da polícia fortemente armada. Ao tentarem negociar com a PM, foram recebidos com a seguinte assertiva: “_ Está expressamente proibido a manifestação de Carnaval, vocês não podem tocar, vocês não podem sair daqui”. Atentamos aos excertos da narrativa do entrevistado em alusão a este incidente, que em debate com a polícia, alegava ser um direito a manifestação do Maracatu:

O Maracatu tomou pra si isso e começou a tocar né, e aí gerou aquele impasse. As pessoas estavam com suas caixinhas de som escutando música, eles mandavam desligar se não eles iriam recolher, mandavam tirar músicas de celulares se não eles iriam recolher, circulando dentro do pátio do MAJ. De repente, surge algum comandante, não sei, não lembro qual era o título dessa pessoa específica, boné, bermuda, camiseta, de traje esportivo. Disse que veio de helicóptero de Florianópolis para resolver o impasse. Nesta tratativa, estava eu, um advogado, o Silvestre que já foi presidente da Fundação Cultural, e mais 5 a 10 pessoas tratando com o comandante. Enquanto a gente estava nessa acalorada discussão, o Maracatu saiu na avenida. Eles foram indo, foram indo, dentro do jardim do MAJ e foram para a rua XV. Ninguém conseguiu segurar, porém esse cara determinou que as 10 pessoas que estavam ali entregassem os seus documentos com fotos pra eles. Eles anotaram o nosso nome, RG e CPF e nos informaram que nós seríamos responsabilizados via Ministério Público por qualquer dano que acontecesse ao bem público durante este trajeto, ou durante até o término do evento. Aí já era Carnaval, o Bloco já estava na rua, foi tranquilo, foi uma ação maravilhosa que não deixou que se fosse calado a manifestação cultural. (SILVA,

Gabriel de Paula. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 17 jan. 2019)

Curiosamente, Moraes (1958), relata que todas as proibições contra os carnavalescos tornavam-se inférteis no início do século XX. Se não bastassem as constantes coibições da polícia, até mesmo o exército interviria, como no Carnaval de 1910, quando, nos lembra a escritora, tais impedimentos eram visíveis, ao ponto do periódico *Gazeta de Notícias*, publicar a seguinte posição: “O povo está ameaçado de grandes restrições ao único divertimento que ele estima” (MORAES, 1958, p.241). Acrescenta a escritora, que tantas são as resistências, insistências, adequações a novos formatos, que mesmo atravessando a ditadura e sua oposição a certos enredos, fantasias e festejos, hoje o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro é o maior espetáculo do mundo (MORAES, 1958).

Em Joinville, o Carnaval de 2017 é lembrado pelos foliões da cidade como o ano da proibição do reinado de Momo, que apesar dos imbróglios, gerados pela falta de autorizações legais, manteve viva a chama carnavalesca, a qual geraria, em 2018, o último desfile sob a tutela da LECAJ.

6.6 O ÚLTIMO DESFILE DA ERA LECAJ

No dia 12 de abril de 2017, no Plenarinho da Câmara Municipal, houve a Assembleia Geral da LECAJ, com o intuito de eleger a nova diretoria da Liga, já que a atual gestora deixaria o cargo à disposição após o íterim momesco do referido ano. Os vinte e seis presentes¹⁴⁹, representantes de quatorze agremiações, entre blocos e escolas, elegeram o senhor Marcos de Oliveira¹⁵⁰, que, tendo apresentado a proposta de gestão, foi eleito.

Ressalta-se que alguns meses depois, justificado pelo embaraço em juntar as documentações da atual Liga, houve a abdicação voluntária do presidente, uma vez que pela morosidade do registro como presidente em cartório, ficou invalidado tal eleição.

¹⁴⁹ Conforme a lista de assinaturas dos agremiados encontrada nas documentações da LECAJ.

¹⁵⁰ Salienta-se que o referido candidato teve participações no Carnaval de Joinville nos anos anteriores, desfilando pela Unidos pela Diversidade.

Agregado a renúncia da presidente anterior, a LECAJ manteve-se sem gestor durante o ano de 2017. A partir do segundo semestre, os blocos e as escolas passaram a reunir-se, em conjunto com a Prefeitura, tendo como ponte de acesso o senhor Marco Aurélio, o Secretário da Comunicação.

Com a nova Reforma Administrativa, a partir da reeleição do prefeito Udo Dohler¹⁵¹, além da FCJ ser extinta, passando a ser Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT). É interessante observar o comentário do sr. Evandro:

A Secretaria de Cultura e Turismo se torna uma administração direta, enquanto a Fundação seria administração indireta. Esse processo passando pela secretaria de Administração e Planejamento existe uma análise legal quanto a lei do SIMDEC. Na lei do SIMDEC é previsto o apoio cultural em várias categorias. O Carnaval era tido como uma subcategoria. Não está na lei do SIMDEC explícito a categoria Carnaval e sim Cultura Popular, dança, teatro e outros. Então seria o Carnaval uma subcategoria. Naquele momento a Secretaria de Administração e Planejamento leva ao nosso conhecimento que não poderia lançar um edital com uma subcategoria, somente com as categorias. (MONTEIRO, Evandro Censi. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 05 fev. 2019)

No período anterior, apenas os proponentes, diretores e carnavalescos das agremiações da LECAJ competiriam entre si para a captação do fomento, facilitando muitas vezes o aporte de mais de três agremiações no mesmo edital. A partir da reforma administrativa, o Carnaval deixou de ser subcategoria na política pública do SIMDEC, e passou a disputar tais incrementos com todos os projetos voltados a categoria Cultura Popular, num grande pacote.

Para Maria Inês¹⁵², presidente da Diversidade, este agrupamento, tornaria mais acirrada a concorrência, partindo do pressuposto que seria quase improvável a banca avaliadora contemplar três a cinco projetos de diferentes entidades, voltadas à exteriorização da cultura carnavalesca. Para Coelho (2004), um dos arquétipos para a legitimação da política pública, é a prática comunicacional entre os que formulam a política, cidadãos e instituições privadas, para a efetividade da difusão cultural ou a procura do bem-estar.

Em defesa às agremiações, o sr. Marco Aurélio¹⁵³ rejeitou o novo modelo de edital. Disse ainda estar surpreendido com tal modificação, tendo ciência desta alteração, somente após sua publicação. Para ele, em questões de números, o Carnaval

¹⁵¹ Reeleito, assumiu o segundo mandato em 01/01/2017, por mais quatro anos.

¹⁵² Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 08 nov. 2019.

¹⁵³ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 11 fev. 2019.

de rua de Joinville, é sem sombras de dúvidas, a maior expressão popular da cidade, a qual também mexe com a economia do município. Em aquiescência com o sr. Marco, o diretor executivo da SECULT, o sr. Evandro Censi, alega ter sido um defensor da manutenção da subcategoria do Carnaval nas discussões do Conselho Municipal de Políticas Públicas, apesar da legalidade em suprimi-la em uma única esfera.

Acrescenta o sr. Jucélio¹⁵⁴, presidente da Unidos do Caldeirão, que além deste obstáculo, o fato de ser contemplado pelo Mecenato, modalidade do SIMDEC, não significaria garantias do aporte. Em concordância com Maria Inês e os demais presidentes das agremiações, Jucélio declara a resistência das empresas em consentirem o Carnaval. Para ele, o patrão acredita que pelo fato de os foliões serem geralmente trabalhadores de indústrias da cidade e se divertirem madrugadas adentro nos dias de Carnaval, aparentemente causarão prejuízos na produção, o que os fazem apoiarem outras manifestações culturais.

Tratando-se de âmbito nacional, Branti (2003) afirma que por aprovarem projetos sem nenhum critério, menos de 20% dos proponentes conseguem a concretização dos patrocínios. Complementa o autor que o método adotado pelo sistema de incentivos torna-se malevolente, ao controlar o aporte cultural correlacionando à sua marca, desassistindo os demais atores culturais. O Carnaval de Joinville é exemplo, uma vez que ainda rechaçado como festa da desordem, muito raramente é consentido pela captação do Mecenato. Por este viés, o autor levanta uma indagação a ser refletida:

É possível realizar parcerias saudáveis com o setor empresarial em torno do desenvolvimento da cultura? Como permitir o acesso a todos ao fazer cultural? [...] Políticas Culturais não tem outra pretensão senão ampliar o debate sobre a questão, favorecendo a inclusão de novos atores nesse processo (BRANTI, 2003, p.12,13).

A interlocução de Marta Pires, para esta dissertação, dá indícios de que, além da intensificação burocrática em expor a proposição na captação de recursos, não há sequer um sambista avaliador dos projetos do SIMDEC, correndo o risco de prevalecerem muito mais os critérios pessoais do que os técnicos na diferenciação das análises das propostas em geral, já que o Carnaval entraria na vala comum, litigiando com todas as demais fatias convergentes ao bolo da cultura popular. Para Farias (2003), visto que as políticas culturais devem ter seu foco no desenvolvimento humano, instigando a cidadania cultural, é primordial entendê-las de forma abrangente e quais os benefícios

¹⁵⁴ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 09 nov. 2019.

que possam causar. Assim sendo, “[...] devem ser integradas e a formação de agentes culturais multidisciplinares deve acontecer nas diversas áreas de trabalho” (FARIAS, 2003, p.44).

Dona Jacila¹⁵⁵, que já desfilou em todas as agremiações, nos declarou em entrevista, o seu ponto de vista, alegando que a SECULT designa julgadores de projetos do Carnaval e da cultura afro que nunca leram sobre tal, ou que as desapreciam. Acrescenta a entrevistada, exemplificando o seu olhar: “Como posso julgar um projeto da Festa da Pamonha sem pelo menos ter lido sobre?”.

Embora tenhamos registros das festividades de Carnaval em Joinville desde o final do século XIX, deixamos claro que tal celebração, apesar da sua inscrição no calendário nacional, não teria, em Joinville, até 2018, sua inclusão por lei na tabela anual, manifestada entre as demais datas e eventos oficiais do município da cidade. Infere-se que a montanha-russa dos êxitos e adversidades, experienciado desde 1988 pelos foliões e enamorados do Carnaval, seja o motivo da mobilização da comunidade carnavalesca, em 2017, junto à presidência da Câmara de Vereadores, para que uma das mais antigas manifestações populares da cidade, fosse devidamente tratada, respeitada e inserida no calendário das comemorações oficiais de Joinville.

Neste sentido, é importante observar a narrativa construída no relato de dona Jacila:

Nós precisamos nos conscientizar que se não lutarmos pelo Carnaval, vamos chegar no final do túnel e vamos ver uma lanterna, pois percebermos a desmotivação daqueles que sempre se empenharam. Existe uma conscientização de alguns políticos de que realmente o Carnaval é uma festa do povo e que eles precisam realmente dar uma direção. É um direito cultural, apesar que a minoria vê isso. Devemos lutar muito para nós colocarmos na Secretaria de Cultura alguém que seja capacitado e olhe a cultura no geral e não como uma cultura que vai só se reunir meia dúzia de pessoas e favorecê-los. Alguém que veja a importância que tem a cultura carnavalesca para as comunidades da periferia. [...] Se todos nós ficarmos caladinhos, a gente simplesmente vai virar sabe o que? Nada. (BARBOSA, Jacila de Souza. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 13 jul. 2019)

A indagação e a auto resposta de dona Jacila, deixa claro que havia a imprescindibilidade de uma ação urgente, para que após trinta anos da CF/88, o Carnaval de Joinville fosse inserido, finalmente, no calendário da cidade.

¹⁵⁵ Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 13 jul. 2019.

Ressalta-se a figura do senhor Rodrigo Fachini, presidente da Câmara de Vereadores de Joinville no referido ano. Rodrigo admite-se apaixonado pelo Carnaval desde criança. Por participar desde 2006 dos eventos paralelos promovidos pela LECAJ, o entrevistado acredita ser, a escola de samba, uma indutora desta prática cultural, democratizando o conhecimento com as crianças, com a comunidade e com a periferia. Cavalcanti (2015, p.228) define as escolas de samba “[...] como expressão moderna e híbrida desde seus primórdios, agregando tradições rítmicas e musicais, especialmente pujantes entre negros e mulatos habitantes dos morros e periferias da cidade

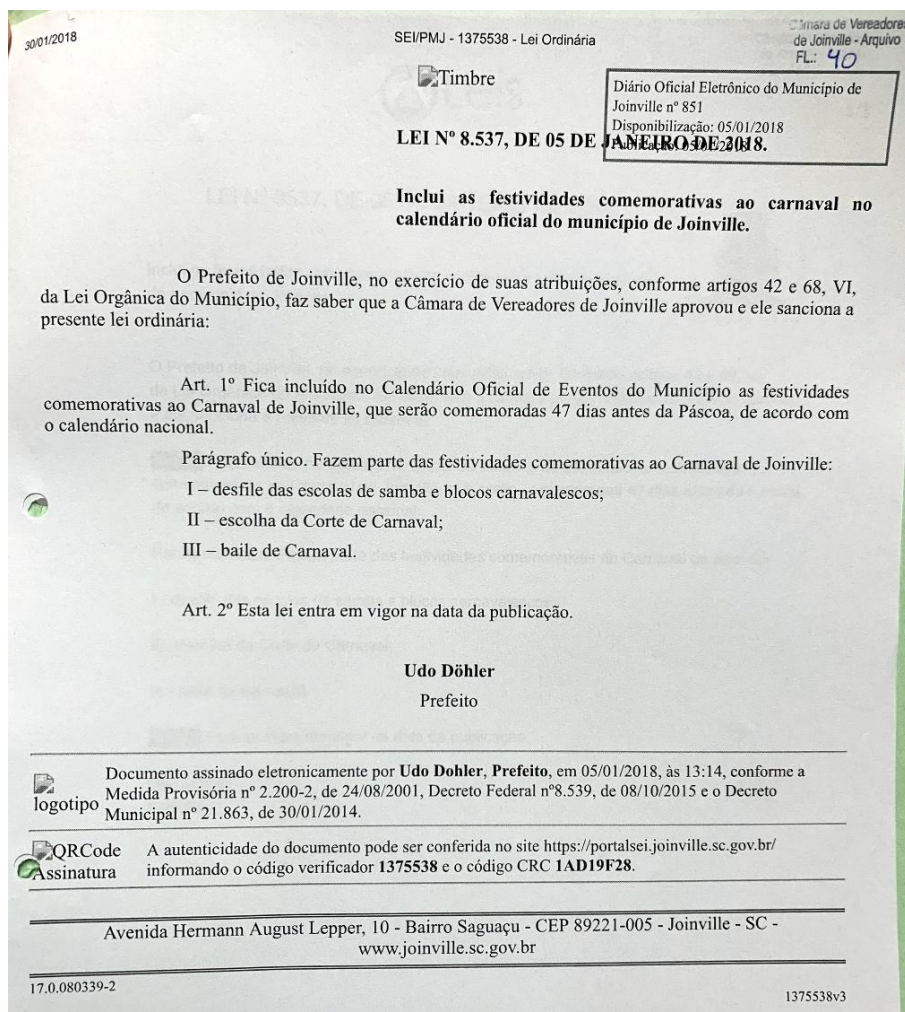
Rodrigo Fachini afirma ter sido procurado pela Liga nos anos anteriores, para debater a integração das festividades carnavalescas no calendário oficial da cidade, alegando ser imprescindível tal deliberação.

Nesse diálogo, a gente acabou chegando ao entendimento da necessidade de se fazer com que o Carnaval pudesse estar no calendário oficial da cidade, até para que isso signifique a garantia da existência e da manifestação do próprio Carnaval, mas também que isso possa significar como um propulsor do festejo em nossa cidade, trazendo recursos do poder público, seja estadual, federal ou seja até municipal. Ou seja, né, se a Liga, ou até uma determinada escola de samba buscar um recurso vindo do poder público, é importante que o Carnaval esteja no calendário oficial da cidade. Aí preparamos a lei e confesso que houve alguns preconceitos, sim. (FACHINI, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 22 jan. 2019)

Ao ser questionado sobre tais preconceitos, o sr. Rodrigo nos alegou que a discordância dentro de um parlamento é normal, uma vez que cada vereador representa os seus semelhantes. Afirma ainda, o presidente da Câmara, que houve por parte dos vereadores, manifestações particulares sintetizando indagações tais como: “_Tu tens certeza de que vai apresentar esse projeto?”.

Enfatiza o entrevistado, que apesar de todo o respeito às divergências, há também de se ter a coragem para o enfrentamento, partindo do pressuposto que o Carnaval faz parte da história do cidadão joinvilense e cumpre um forte papel social. Rodrigo Fachini indica que, apesar das oscilações, a festa sempre foi bem-vinda, e proporcionou, principalmente à comunidade empobrecida da cidade, um espetáculo cultural e de convívio harmônico. Cavalcanti (2015) afirma que as escolas de samba têm como primícias a conservação à inclusão social e cultural étnica-racial sempre com produção de identidades locais as mais diversas, abertas para o mundo e suas transformações.

Figura 52 - Lei 8.537, de 05 de janeiro de 2018



Fonte: Câmara de Vereadores de Joinville

Inferese-se que, ainda que sancionada, a Lei 8.537 do dia 05 de janeiro de 2018, não se configura como uma garantia factual quanto a escolha da corte, desfiles e baile de Carnaval. É necessário que haja a reorganização da diretoria da Liga. Ainda para Fachini, uma solução seria amadurecer a possibilidade de um fundo municipal para o Carnaval, ou discutir a garantia de uma política pública que efetivasse a permanência do festejo em Joinville. Por outro lado, o sr. Rodrigo alega que:

Há alguns setores da sociedade que são organizados e fazem um enfrentamento ao próprio Carnaval. Então tem algumas denominações religiosas que se colocam de forma contrária ao Carnaval e eles são organizados. Então, aqueles que gostam de Carnaval muitas vezes não são tão organizados quanto, aí pode parecer que a maioria não gosta e a gente sabe que isso não é verdade. (FACHINI, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 22 jan. 2019)

Comprova-se que pelo fato de a comunidade carnavalesca não ser tão sistematizada, a luta pela garantia da manifestação faz-se desigual. Isso acontece, como perceptível na fala do entrevistado, por conta da organização e da força dos grupos que se opõem a esta festa.

Cunha Filho (2018, p. 104) define que “[...] cidadania compreende essencialmente a ideia de participação na vida política do país e que cidadania cultural é, em princípio, a especificação desse fundamento republicano no setor da cultura [...]”. No caso do Carnaval de Joinville, ao nosso ver, não necessariamente há a necessidade de ser representada por algum indivíduo na Câmara Municipal. Por este viés, o autor afirma que no campo da democracia semidireta pode haver a intervenção na formação de leis, a certificação e a fiscalização do povo no seu cumprimento. Assim, “[...] as decisões políticas resultam do casamento das vontades dos representantes e do povo” (CUNHA FILHO, 2008, p.104).

Ao ser questionado por este autor sobre o seu olhar quanto a Lei 8.537, o sr. Marco, da SECOM, afirmou que tal decreto traz uma força para o Carnaval, porém não categorizado desta forma, já que o Carnaval é uma manifestação plural, podendo ser exteriorizado não somente pelos desfiles tradicionais, mas também com blocos regidos por trios elétricos e outros grupos organizados, cuja manifestação dá a liberdade de diferentes reinvenções. Além disso, o Secretário de Comunicação enfatiza que a lei escorrega quanto a promoção do baile de Carnaval, não sendo este formato responsabilidade do poder público, e sim de um movimento privado. Enfatiza o entrevistado: “_O Carnaval em si é algo maior do que categorizar como desfile de Escola de Carnaval. No meu entendimento não é isso. Acho que o governo tem que ajustar melhor essa lei”.

Vale citar que muitos dos representantes das agremiações que compunham a Liga, tinham vínculo com o funcionalismo público, sendo este um outro empecilho na captação de recurso do SIMDEC, já que de acordo com o Decreto¹⁵⁶ nº 30.176, de dezembro de 2017, ficaria vedado qualquer projeto apresentado por proponentes ligados diretamente ao poder público. Ainda em 2006, de acordo com o SIMDEC, havia a

¹⁵⁶ Art. 49. Quanto à realização de despesas, é vedada: I - a título de taxa de administração, de gerência, assessoria jurídica, assessoria de imprensa, de gestor ou similar; II - em benefício de agente público ou agente político, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração municipal direta ou indireta, por quaisquer tipos de serviços, salvo nas hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em leis específicas;

vedação¹⁵⁷ de encaminhamentos de projetos, cujos proponentes de qualquer área artística, fossem servidores públicos municipais detentores de cargos comissionados ou funções gratificadas. Neste sentido, suspeita-se que mesmo havendo algumas propostas contempladas pelo SIMDEC, voltadas ao Carnaval, os proponentes destes estariam nesta peneira, e que caso houvesse denúncias, sofreriam as consequências.

A entrevistada Maria Inês resume que a partir de 2017 nenhum presidente de agremiação poderia ser servidor público municipal, ou ter cônjuge ou parentesco ligado à Prefeitura. Fato este que dificultou ainda mais os trâmites dos repasses a partir de então, de acordo com o excerto abaixo:

[...] Muitas das pessoas que estavam na LECAJ eram funcionários públicos, tinham uma ligação com o poder público. E geralmente você nunca cobra nada do teu patrão né? Uns com muito interesse, vontade de fazer mesmo né, outros com menos interesses, o que vir tá bom né? Então assim, todo mundo deve bater no peito e reconhecer as suas culpas. A LECAJ, ficou um bom tempo sem se regularizar burocraticamente. (GONÇALVES, Maria Inês. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 08 nov. 2019)

Ao se referir a regularização de documentos, esclarece-se que não havia registros das últimas atas de reuniões em cartório, dificultando assim a posse de uma nova diretoria. Inês declarou que, para o reconhecimento de uma nova administração, haveria a necessidade de declarações, elucidando os motivos da falta dos registros anteriores, assim como o interregno da movimentação do CNPJ da entidade. Conclui a entrevistada, que muito provavelmente seriam questionados em cartório, conforme sua suspeita: “Como é que aparece agora um povo dizendo que é a nova LECAJ, se há tempo não há satisfações de tais reuniões?”

A partir desta suposição, se fez necessário que tanto a Liga quanto as agremiações fossem 100% regularizadas, tendo suas atas em dia, contador ativo há mais de dois anos, CNPJ, diretoria, estatuto social e utilidade pública municipal, para que os convênios tanto com a Prefeitura, quanto governo Estadual e Federal, fossem acordados. Complementa ainda, o sr. Gabriel em entrevista que, a partir de então não haveria mais acordos verbais. Com base nestes requisitos, também se suspeita que a Prefeitura, ciente dos problemas burocráticos da Liga e de seus agremiados, mantinha desde o passado suas subvenções, ignorando tais documentos necessários.

¹⁵⁷ Decreto nº 12.839, de 17 de março de 2006, artigo 49.

Apesar das contrariedades, Momo não ficaria sem passagem na cidade de Joinville no ano de 2018. O jornal AN, dia 09 de fevereiro, anunciava a previsão da nova corte com a seguinte manchete: “De volta à Folia”, assegurando também aos cidadãos joinvilenses os desfiles de sábado.

Figura 53 - De Volta à Folia



Fonte: AHJ - Jornal A Notícia p.01 – 09/02/2018

Como já esperado, os espectadores e os foliões uniformizados com seus abadás, lotaram a praça do Mercado Municipal. Assegurada da posse de todas as documentações legais para a realização do concurso, a Prefeitura patrocinou o evento com sucesso, congregando milhares de cidadãos na esperança de conhecer a nova corte. Compondo a mesa de jurados, representantes da imprensa, autoridades e convidados especiais, foi nomeado o rei Momo Marcos Manoel da Silva, da Unidos pela Diversidade e Lilian Cristina da Rosa, da Fusão do Samba, rainha do Carnaval de 2018. No sábado, dia 10, o desfile oficial deu o seu prelúdio com a apresentação dos seis blocos: Joinvileiros/Unidos do Chineque, Destak do Samba, Arca de Noé, Dias Ville, Carnavá Maracatu e Manda Brasa.

No sábado, realizadas as aberturas como de costume, após a anúncio e a queima de fogos, a primeira agremiação bradou: “Somos Diversidade”. A Unidos pela Diversidade desfilou sob o enredo “Cada Herói tem seu Tempo, Cada Tempo tem seu Herói”. No auge do desfile, a bateria interrompeu o seu enredo em frente ao palanque das autoridades, e por 20 minutos ouviu-se um coral formado pelos desfilantes e espectadores entoando o hino no formato acapella¹⁵⁸: “Não deixe o samba morrer”. No século passado, o Rio de Janeiro presenciou momentos de censura a qualquer manifestação política ou reivindicadora deste tipo (QUEIROZ, 1999). Para Siqueira e Vasques (2015), pelo fato de o Carnaval também ser considerado um momento político, é comum nos dias de hoje, vermos em todo o Brasil protestos pacíficos, cujos pedidos e críticas exigem a atuação do Estado.

As notícias vinculadas ao Carnaval atestaram a força carnavalesca de Joinville, que após o interregno de 2017, trouxe à avenida seis agremiações, e apesar de não participarem de um desfile competitivo, encenaram suas histórias com maestria em respeito ao samba. A manchete do AN do dia 12 de fevereiro comprovou que “Joinville Tem Folia”, que mesmo sem aportes para as escolas, foi cenário de um sucesso reunindo 10.000 espectadores.

Para ser um folião desfilante basta permitir-se. Não há idade e nem habilidades específicas de passistas para experienciar a emoção de ser um coadjuvante ou figurante deste espetáculo. Atentamos a narrativa de Silvane, cinquenta anos de idade, adepta ao Rock n’roll, que ao ser convidada para desfile, relutou, mas condescendeu em participar juntamente com seu marido, integrando uma das alas da “Diversidade”:

Foi muito divertido, pegamos uma chuva, ficamos todos molhados, foi muito bacana. Me senti abraçada, acolhida, diverti, dei gargalhadas. Não conhecia todo mundo, mas todo mundo me acolheu muito, muito gostoso. [...] Com cinquenta anos, nunca imaginei que eu ia ter uma experiência dessa, uma coisa, uma folia que eu não dava valor. De repente me senti uma Global lá no meio da rua. Fiquei na última fileira, não sabia o que fazer, ficava olhando pros lados, perguntando para as pessoas: “_ Ó que que eu faço agora?, o que eu faço agora?”. Respondiam: “_ Faz o que eu faço”. (PSCHEIDT, Silvane B. Funk. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 14 jan. 2019)

Depoimentos como o de Silvane, dão indícios de que muitos joinvilenses, por não conhecerem e muito menos participarem de um evento carnavalesco,

¹⁵⁸ Caracterizado pela forma vocal sem acompanhamento de instrumentos.

desconsiderem tal manifestação. Para Mikhail Bakhtin (1987, p.6) “Durante a realização da festa, só se pode viver de acordo com as suas leis, isto é, as leis da liberdade”. Para ele, trata-se de um estado típico de caráter universal, que só sente quem participa do festejo intensamente. Subentende-se que só ao experienciarem na pele tal prática, os sujeitos possam tecer seus pareceres, que no caso da foliã de primeira viagem foi demasiadamente positiva.

A fala do presidente Muller Freitas da Dragões do Samba, reportada ao AN do dia 09/02/2018, página 6, esclareceu que se não revivessem o Carnaval em Joinville, os desfiles deixariam de existir. Interpreta-se de acordo com o sr. Muller que mais do que simplesmente desfilar, a edição de 2018 significaria a manutenção da retomada de 2006. Com o tema “O Rei Mandou Cair na Folia”, a segunda agremiação cantou versos que exaltaram a explosão de felicidade com pierrôs, arlequins e colombinas.

Após a escola Príncipes do Samba, que manteve a excitação da plateia cantando “Ilha Encantada, Terra dos meus amores” em homenagem a São Francisco do Sul, entrou a Fusão do Samba, que trouxe o colorido da África, sob a temática “Fusáfrica”, cujo tributo ao povo africano aludia a sua contribuição na formação do Brasil em diversas áreas. A pluralidade dos enredos “[...] não cansam de desenhar imagens do Brasil” (CAVALCANTI, 2015, p.229).

Intitulado “O Caldeirão de Tecidos e Rendas de um Homem Visionário”, o enredo da Unidos do Caldeirão, recordou os feitos do imigrante alemão, empresário e político, o sr. Hermann Augusto Lepper¹⁵⁹, fundador da Fabril Lepper. Os enredos têm esta característica, musicar a história através do samba.

Passado a primeira hora da madrugada, o Acadêmicos do Serrinha, encerrou os desfiles de 2018. Felizes, ainda que encharcados, os foliões erguiam seus braços, saudando as molhadelas da chuva. Devido as dificuldades de orçamentos, as indumentárias e adereços foram reutilizadas com criatividade a partir de enredos de anos anteriores para a construção do novo tema: “No Colorido das Flores, Viajei”.

Assim como o Carnaval na Idade Média era a segunda vida do povo (BAKHTIN, 1987), da mesma forma percebe-se que Joinville é lar de milhares que vivem o Carnaval intensamente, no dia a dia, como cultura de vida, que extasiados por terem cumprido o seu papel, se abraçavam e exaltavam o nome de sua comunidade e se fundiam com as demais agremiações, batucando seus instrumentos.

¹⁵⁹ AN do dia 12/02/2018, pág.12.

Negros, brancos, crianças, jovens, adultos, idosos, mulatos, pardos, pobres, ricos, com sapatilhas, pés descalços, fotos em grupos, selfies, cantando, sambando, sozinhos, abraçados, sentados, em pé, roucos, com vozes, admirando e participando, foram algumas das cenas que pude vislumbrar, participando do Carnaval 2018. Momentos como estes motivam Queiroz (1999) a categorizar a festa carnavalesca como um dos fundamentos da “tradição nacional”, a qual encontra no brasileiro facilmente a sua entrega ao divertimento e à alegria.

A LECAJ, sem presidência, seguia sem rumo o ano de 2018. Surge então o senhor Deyvid da Silveira, envolvido desde criança com a cultura popular carnavalesca. Atualmente empresário do meio do entretenimento das festas noturnas de Joinville. Em entrevista, alegou que a Prefeitura, e algumas pessoas ligadas ao Carnaval, já há muito o cotavam para assumir o comando da LECAJ. Após assumir o comando da instituição, percebeu que os documentos burocráticos da Liga apresentavam incompatibilidades:

[...] O que a gente encontrou foi uma falta de prestações de contas de quase dois anos pra trás. Como nós estaríamos assumindo, então a gente achou por melhor não continuar com o LECAJ. Um ponto negativo também que eu acabei observando, foi que a LECAJ não entrava nas escolas para fazer as escolas serem escolas de samba o ano todo, estando dentro das suas comunidades com escolas de artesanato, escolas de costura, escolas de bateria. Isso era uma coisa que eu também não gostei e foi um dos motivos que a gente até pensou em uma nova Liga. (SILVEIRA, Deyvid da. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 20 out. 2019)

O depoimento do senhor Deyvid sintetiza o que fora pesquisado durante esta dissertação, quanto a parte legal da LECAJ. Por outro lado, ao ser questionado sobre o patrocínio das empresas, o entrevistado foi contundente em declarar a sua decepção, indicando que, por se tratar de Cultura e Carnaval, estaria certo de que encontraria apadrinhamento das empresas; no entanto percebeu resistência e preconceito. Quanto ao poder público, endossa o que os demais entrevistados nos relataram, ou seja, não existe uma igualdade no tratamento para todas as festas culturais. Para Deyvid, não se trata de preconceito, mas descaso com os carnavalescos, o que não acontece com as festas tradicionais germânicas.

Ao ser indagado sobre a Lei 8.537, a qual garante as festividades carnavalescas em Joinville, mais uma vez o sr. Deyvid foi categórico: “_Essa lei de nada adianta se não há uma força do poder público quando se é necessária para que se efetive a Lei, mesmo ela sancionada”. O entrevistado entende que situações pontuais como crises,

quando o olhar da população é contrário à festa, assim como a falta de entendimento de recursos destinados a cada pasta, são momentos mais propícios a rejeição desta manifestação cultural.

Devido a morosidade para que se deixasse todas as documentações da LECAJ em dia, o novo presidente das agremiações optou por fundar a Liga das Escolas de Samba de Joinville (LIESJ). Seu intuito era trabalhar a questão social dentro das agremiações, regando as raízes o ano inteiro, recuperando tanto a credibilidade junto às empresas privadas, quanto da população. Um dos objetivos centrais era, agora, privatizar o Carnaval de Joinville, desvinculando as agremiações das dependências do poder público, garantindo autonomia dos desfiles carnavalescos. Porém, acentua o presidente da LIESJ: “Nós precisamos da rua”, referindo-se ao papel da Prefeitura, responsável pela deliberação dos alvarás e garantias de aproveitamento do espaço público para as manifestações carnavalescas.

Morre a LECAJ para os agremiados, nasce a LIESJ. O Carnaval de Joinville, no formato dos desfiles carnavalescos, continua, neste ínterim, na batalha pela Rua e pela garantia do Direito Cultural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqueles que observam Joinville de uma certa distância, ou mesmo os que circulam nas vias principais da cidade, vislumbrando construções que apresentam referências germânicas, podem ficar surpresos ao entrar em contato com esta pesquisa. O caráter festivo de uma população cuja imagem é de seriedade e compromisso incorruptível com o trabalho e o progresso, gera uma ruptura na percepção do observador. As longínquas raízes das comemorações momescas, que remontam os tempos da Colônia Dona Francisca, antes mesmo da Proclamação da República brasileira, abalam narrativas que, em nossos dias, tentam deslegitimar os anseios das dezenas de milhares de pessoas que, anualmente, procuram as avenidas improvisadas para sambar, cantar e participar do espetáculo.

Ao longo desta pesquisa, constatamos as progressivas evidências dos festejos carnavalescos, ano a ano, nos diversos periódicos da cidade, desde os anos finais do século XIX e início do século XX. As homenagens a Baco, ou Dionísio, realizadas através do estapafúrdio Entrudo, também foram assumidas pelos graciosos corsos, restritos, estes, à alta sociedade. Os ousados préstitos, que tematizavam protestos relacionados à época, bem como os pomposos bailes de Carnaval regados à confetes, serpentinas e lança-perfumes, movimentaram desde o início o comércio da cidade. Os relatos sr. Schneider (1997), que traz a memória da festa pândega do início do século, já revelam a função social do evento: um momento de descarrego da monotonia de uma cidade sisuda. Esse desvio momentâneo das tarefas cotidianas é também apontado pelo cronista Aristides Rego, do jornal *Commercio* de Joinville, ainda em 1914.

Depois da extensa discussão que foi aqui realizada, ouvir que a antiga Joinville não teria um momento anual da fragmentação comportamental coletiva, de suspensão do que se pode ser chamado de “bons costumes”, é coisa questionável. Desde o primeiro quarto de século de colonização, as celebrações ao Deus Momo expunham a euforia carnavalesca na região. Embora distinta dos moldes contemporâneos, com desfiles competitivos, regrados com os imprescindíveis quesitos, percebe-se que esta celebração, mesmo policiada, não foi ostensivamente reprimida, e os habitantes podiam exteriorizar sua alegre folgança.

Chama a atenção que, mesmo em uma época desprovida de legislações sólidas referentes aos Direitos Culturais, Joinville acompanhou os grandes centros urbanos, configurando-se como uma das paradas do Zé Pereira, que deixou o legado de seu retumbante tambor. Despertaram-se muitos outros Zé Pereiras, os quais invadiam as ruas para regozijarem com súbita euforia, carregando consigo cidadãos transfigurados em foliões. Mas não só de rua vive o Carnaval. Os bailes mascarados, arquétipos nacionais, revelam uma Joinville que se integrava nos moldes carnavalescos brasileiros.

Passado mais de meio século, encontramos uma diferente Joinville carnavalesca, moldada agora, com desfiles de escolas de samba como nos grandes centros, segmentada com comissão de frente, carro abre-alas, bateria, mestre-sala e porta-bandeira, baianas e foliões indumentados agrupados em alas. É constatado que antes mesmo de 1988, estes grupos, organizados em agremiações associadas à LECAJ, já festejavam neste formato, trazendo aos cidadãos da cidade a folia de Carnaval na conhecida rua dos Príncipes. Desde então, é evidente o entrelace com a Prefeitura da cidade, que mantinha o hábito das subvenções diretas para que as escolas Príncipes do Samba e Unidos do Vista, assim como para os blocos, como o popular As Depravadas, fizessem o show na avenida. Neste trabalho, este tema foi frequentemente tangenciado, mas há ainda muito espaço para que pesquisadores se apropriem dos dados aqui reunidos e possam ampliar esta discussão.

Em 1988, após um longo período de regime militar, o Brasil recebe uma nova Constituição democrática, que pela primeira vez na história nacional, insere um artigo, o 215, voltado aos Direitos Culturais, dando garantias a qualquer expressão cultural. O Estado deveria, portanto, garantir o pleno exercício e acesso aos bens culturais, além da defesa, valorização, produção e difusão destes. Apesar disso, o final do século XX foi, no âmbito do Carnaval em Joinville, um momento de silêncio. Percebe-se então, um tratamento antagônico do poder público, ou seja, o definhamento da tutela do samba. Há de suspeitar que, a partir de 1989, tanto a Prefeitura quanto as agremiações, por não darem o devido valor, ou mesmo desconhecem a proteção legal, começaram uma batalha sem armaduras no que tange a exteriorização dos desfiles.

É possível sugerir que uma das principais motivações para a não realização dos desfiles de rua neste período é a ausência da subvenção da Prefeitura. Acostumados a receber verbas públicas para a organização e composição da festa, as escolas e blocos acabaram encontrando-se em uma situação de abandono. É perceptível, neste recorte temporal, que a plateia calou-se, não defendendo aqueles que arquitetavam os desfiles

durante meses para levar a festa à avenida. Qual seriam, então, os motivos para o não cumprimento permanente e a garantia do Carnaval de rua em Joinville? Quais os critérios para o direcionamento, ou não, de verba para a valorização e disseminação desta expressão cultural?

Descaso e preconceitos, por vezes maquiados sob o termo “crise”, atingiram as agremiações, sem a mínima preocupação de mantê-las na ativa, tornando a cidade joinvilense emudecida, sem o rufar dos tamborins. Desacolhido pela população e pelo poder público, o samba foi flechado pelo desapareço, cimentando as mentes de uma geração de joinvilenses com a imagem de uma cidade sem a cultura carnavalesca. A fragilidade de tais agremiações é evidente. A falta de sustentabilidade financeira, associada a uma liga com pouco poder de barganha, prejudicou qualquer intenção que ainda houvesse de se exigir o cumprimento dos direitos da comunidade carnavalesca.

É comprobatório a separação de dois grupos bem distintos neste cenário: os joinvilenses, que simplesmente desfilavam, compondo alas, cujo arrebatamento momesco só acendia nos dias oficiais de Carnaval, e os servos de Momo, que não deixaram de manifestar a sua adoração ao samba. Se a grande Joinville preferiu não mais abraçar as escolas de samba, a pequena São Francisco do Sul abriu suas portas para os sambistas joinvilenses celebrarem os festejos. Enquanto Joinville desconsiderou os âncoras do Carnaval, estes foram recebidos com euforia na cidade vizinha, que cingida pelos batuques, mostrava-se pujante nos dias da grande manifestação cultural do Brasil.

Nos jornais deste período, chama a atenção as recorrentes menções aos festejos de outros municípios. O silêncio do Carnaval de Joinville foi, portanto, incorporado também aos jornais. Evidencia-se um comportamento duplo: muitos moradores da cidade, entediados pelo silêncio, ao mesmo tempo em que não se empenhavam pela realização das manifestações na cidade, aplaudiam, nas ruas de outras urbes, a alegria do samba. Neste sentido, podemos constatar uma falha em se consolidar uma visão a respeito da importância cultural deste evento. A comunidade do samba, encarregada de conduzir as festas de Momo, ficou desassistida pelo Estado, e acabou se tornando incapaz de difundir e dar sentido a laços de pertencimento com a população.

Foi apenas em 2006 que o silêncio foi rompido por um grito de Carnaval em Joinville. As páginas dos jornais da cidade e do estado anunciaram o retorno triunfal de Momo a Joinville, após trezes anos sem o soar da bateria. As dez mil pessoas reunidas para brincar a folia carnavalesca novamente revelavam o potencial popular desta festa, e

fundam o questionamento: por onde andavam os amantes do folguedo quando Zé Pereira se calou? O retorno da festa, por intermédio da atuação do poder público, concretizou-se através da convocação dos antigos carnavalescos. O conhecimento destes experientes diretores e presidentes de agremiações foi recebido pela Prefeitura. A expertise foi preeminente e, através dela, uma das mais antigas festas da cidade pôde ser revivida.

O entrelace das entrevistas e recortes de jornais, explicitam a ânsia do retorno, demonstrada tanto pelas escolas Acadêmicos do Serrinha e Príncipes do Samba, quanto pelo surgimento de novos grupos, provando que a cultura carnavalesca de Joinville, embora estivesse adormecida entre 1993 a 2016, contava com uma recepção positiva. Mesmo assim, apesar do ressurgimento do Momo nas ruas joinvilenses, não há um esforço em modificar as estruturas problemática, características da década de 80. Na prática, as agremiações continuavam cem por cento dependentes dos numerários do Estado para a construção de seus enredos. O SIMDEC, apesar de importante ferramenta de fomento a cultura, nem sempre se mostra capaz de bancar todos os custeios, mesmo adicionado de subvenções da Prefeitura.

Deixa-se nítido também, as peculiaridades da LECAJ, que apesar de unir os agremiados para a formatação dos espetáculos, se via frágil quanto às táticas da captação de recursos, ficando também sob a tutela do governo. A prática do mecenato submetia os proponentes a uma muralha: a preferência das empresas patrocinadores por outras festas, que não o Carnaval, dificultando assim o aporte. É de se imaginar que, muitos dos patrocinadores, envoltos num preconceito disfarçado, visualizam no festejo características negativas, como bagunça, libertinagem e balbúrdia, coisas típicas, alguns imaginam, de “gente pobre e preta”.

Evidencia-se que as quase trinta mil pessoas, que perfazem a média dos últimos anos de sucesso do festejo, diferenciam-se do público de outras festas populares da cidade. O feriado do Carnaval é tipicamente utilizado pelos joinvilenses para viagens curtas, para as praias do litoral catarinense. Permanecem na cidade, dentre outras pessoas, indivíduos que não podem lançar mão de uma parte preciosa de seu salário para tal fim. Em geral, são as pessoas que enfrentam um maior número de barreiras para o acesso à cultura, que acabam optando por aproveitar, de graça, a festa carnavalesca na cidade.

Atender às demandas culturais da população, é, como já está claro, dever constitucional do Estado. Os indivíduos entrevistados revelaram uma outra

problemática importante, qual seja, a falta de prestação de contas, por parte dos beneficiários das subvenções diretas, quanto ao uso da verba cedida. Durante um longo período, a falta de transparência nestes registros foi mantida sem questionamentos, tendo sido impugnada apenas recentemente, quando se transformou em motivação para os entraves referentes ao encaminhamento de verbas. Percebe-se que há um certo deslize por parte das agremiações e blocos, por sua falta de compromisso com o acerto das contas. A manutenção deste estado de coisas, no entanto, durante um longo período, permite que se questione o real interesse do Estado na condução das políticas culturais.

Frente ao SIMDEC, o “Carnaval” é visto ora como Cultura Popular, ora como “Carnaval”, ou ainda como “Manifestações Carnavalescas”. A instabilidade destas categorias, impede que se possa estipular qualquer projeção quanto ao custeio dos festejos. Neste vai e vem de categorias, segundo testemunham os agremiados, em certo momento há um privilégio às escolas e blocos, para que num instante seguinte, de maneira brusca, o valor seja dividido para outras práticas culturais municipais. Na dependência do setor público, os carnavalescos são submetidos aos diferentes interesses do governo, ano após ano. Essa perspectiva apresenta ainda uma outra complexidade: é possível falar de “dependência”, quando o Estado deve garantir o pleno exercício do direito cultural para que possa cumprir o que diz seu documento central, a Constituição? Este é outro tema sobre o qual podem se dedicar pesquisas posteriores, que talvez encontrem algumas contribuições nesta dissertação.

Durante a construção desta pesquisa, tornou-se claro que o artigo 215 é recorrentemente negligenciado pelo Poder Público municipal. Não há um motivo exclusivo para que isso ocorra, como as diferentes posições externadas pelos entrevistados, assim como também os dados discutidos sugerem. As diferentes peças deste quebra-cabeça não poderiam ser totalmente delineadas em apenas uma dissertação. As dificuldades e desafios do desenvolvimento de políticas públicas culturais que sejam capazes de dar conta da multiplicidade das expressões de nosso povo, acabam gerando situações similares em todo o território nacional.

Construída ao longo de vários anos, a cultura carnavalesca da cidade de Joinville passou por vários altos e baixos. Uma comunidade ativa é perceptível, quando nos atentamos para os esforços realizados, não só durante a semana da festa, mas durante todo o ano. Esta comunidade, no entanto, está ainda hoje sob os auspícios do poder público, dependendo de verbas diretas para que possa externar o seu amor pelo deus

Momo. Observamos que esta situação não dá estabilidade para o festejo, e impede que os foliões possam exercer seu direito cultural sem surpresas, ano após ano.

Ainda recentemente, ações da Prefeitura de Joinville, sob orientação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, acabaram não apenas bloqueando subsídios para a construção da festa, mas também proibindo expressamente a sua manifestação. Tal situação demonstra que, além das dificuldades financeiras, alegadas, sabemos, por todas as administrações públicas, outros entraves podem se colocar no caminho entre o cidadão brasileiro e o direito à cultura.

Ressalta-se também os problemas internos da LECAJ, quanto a legalidade de documentações e obrigações, perceptíveis durante toda a dissertação. Mediante esta fragilidade, a Liga se via debilitada na captação de patrocínios, ao ponto de não haver mais condições de atuação, dando espaço a outro órgão. Assim, mesmo a união das diferentes agremiações joinvilenses não demonstra constituir força suficiente para cobrar do Estado um suporte adequado, seja por problemas administrativos, ou por questões ligadas a própria sustentabilidade financeira do grupo.

Neste cenário, cabe ressaltar que as Escolas de Samba de Joinville acabam ficando a ermo. É notório que, ao contrário do que acontece no Rio de Janeiro, por exemplo, as agremiações da cidade não possuem sedes capazes de dar espaço para a formação um sentido de pertencimento comunitário. Desprovidas de verbas públicas e de sustentação social, o que vemos, são escolas preenchidas por amor à cultura carnavalesca, porém desalojadas.

A discriminação também é um componente importante, quando falamos deste tipo de festa popular. Muitos cidadãos rejeitam que a cidade deva sediar este tipo de evento, rechaçando a causa do Carnaval, o que pode estimular o poder público à comodidade, gerando redução ou cancelamento das verbas dos desfiles. Deve-se provocar uma reflexão ampla, neste sentido: quais são as festas que recebem verbas sem questionamentos? Por que isso ocorre? Por que o Carnaval é alvo preferido dos ataques contra os gastos com cultura? Como propõe o senhor Alcides (1988), devemos nos perguntar se alguém questiona o dinheiro público gasto com decorações e luzes de natal.

Vale lembrar que não é necessário que haja o provimento de um grande montante de verbas para a execução do Carnaval. O que as discussões feitas nestes capítulos permitem sugerir, é que a Prefeitura de Joinville deve atuar na promoção da festa como parte da cultura municipal, contribuindo para romper os preconceitos existentes, que dificultam a captação de verbas derivadas da iniciativa privada. É claro

que continua cabendo ao Poder Público ceder o espaço e estruturas básicas para o evento, mas o subsídio integral tem se mostrado superfície suspeita - porque instável -, para o financiamento de uma cultura de tamanha importância para uma parcela significativa da população.

A autonomia das escolas e blocos mostra-se uma necessidade urgente para o enraizamento definitivo do festejo na cidade. O Carnaval deve ser valorizado por seu potencial democrático. Este momento, que abre espaço para o protagonismo uma parcela dos agremiados como atores desfilantes e doutos do samba, destaca-se por empoderar especialmente a comunidade LGBT, os negros, e os pobres, sem rejeitar brancos, héteros e ricos. Todos se unem aos demais cidadãos nas principais avenidas da cidade. Para muitos, financiar esta festa é investir na indecência e proliferação da imoralidade, para outros, é garantir o direito essencial do acesso à cultura.

Ladeadas as centenas de recortes de jornais e as várias entrevistas aqui concentradas, é possível atestar que o Carnaval de rua tem se mostrado um relevante momento cultural para a cidade, que deve também ser aproveitado pelo setor do turismo, como já está descrito no Plano Municipal de Cultura. Independentemente da falta de profissionalismo da Liga e dos agremiados, ou do reconhecimento do poder público quanto a essa manifestação cultural, o Carnaval se mostra, sim, um Patrimônio Cultural Imaterial da cidade, e cabe ao Estado apenas reconhecer sua existência, dado que sua legitimidade se encontra nas relações de identidade mantidas pela comunidade. A batalha pelo reconhecimento da cultura na cidade está, ainda, longe de alcançar seu objetivo. Provoco, porém, o leitor, como declara a autora Maria Julia Goldwasser (1975), já citada nesta dissertação, a aproveitar a festa: se queres brincar o Carnaval, brinque, porque é um Direito.

ENTREVISTAS REALIZADAS

ATHAYDE, Monique Bilk. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 22 out. 2019.

BARBOSA, Jacila de Souza. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 13 jul. 2019.

BERNARDI, Valdirene. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 28 out. 2019.

BORNHOLDT, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 29 abr. 2019.

CAGNETI, Neusa de Lourdes - Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 17 out. 2019.

CORRÊA, Ernesto Miranda. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 21 out. 2019.

CRUZ, Sônia Regina. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 27 out. 2019.

FACHINI, Rodrigo. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 22 jan. 2019.

FERREIRA, Lucia Nara. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 26 out. 2019.

FERREIRA, Mário Sérgio. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 28 out. 2019.

FERREIRA, Silvestre. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 08 nov. 2019.

GASSENFERTH, Guilherme Augusto Heinemann. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 18 jan. 2019.

GONÇALVES, Maria Inês. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 08 nov. 2019.

LAURENTINO, Josué da Silva. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho, 29 out. 2019.

MACIEL JUNIOR, Roger de Souza. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 16 jan. 2019.

MATIAS, Jair de Lima. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 06 fev. 2019

MONTEIRO, Evandro Censi. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 05 fev. 2019.

NARCIZA, Jucélio Manoel –Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 09 nov. 2019.

NUNES, Marta Pires. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 25 out. 2019.

OLIVEIRA, Rosa Maria de. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 24 out. 2019.

PADILHA, João Nestor. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. 23 out. 2019.

PSCHEIDT, Silvane B. Funk. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 14 jan. 2019.

RODRIGUES, Marco Aurélio Braga. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 11 fev. 2019.

SILVA, Gabriel de Paula. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 17 jan. 2019.

SILVA, Thaís Regina. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 04 nov. 2019.

SILVEIRA, Deyvid da. Entrevista concedida a Joceli Fabrício Coutinho. Joinville, 20 out. 2019.

JORNAIS CONSULTADOS

4 PHANTASIAS. **Gazeta do Commercio**. Joinville, 13/02/1915. p. 03.

A CAMPEÃ de Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/03/2014. p. 01.

A CORTE do samba está eleita. **Jornal A Notícia**. Joinville, 05/03/2011. p. 06. AN Destaque.

ACREDITE se quiser, é Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 22/02/2009. p. 02

ADAM, Roberto. Carnaval tem encontro com público na praça. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/02/1988. p. 05 Turismo.

ADAM, Roberto. Fúria Tricolor faz rainha em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/02/1991. p. 11.

AGENDE-SE, roteiro da folia. **Jornal A Notícia**. Joinville, 20/02/2004. p. A7

ALEGRIA invade Rua do Príncipe. **Diário Catarinense**. Florianópolis. 12/02/1988, p. 06.

ALVES, Shirlei. Esforço para Impressionar. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2014, p. 5.

ANACLETO, Antônio. Carnaval de Rua Divide Opiniões. **Jornal A Notícia**. Joinville, 13/02/2002. p. 06. AN Geral.

ANIMAÇÃO no último dia do Carnaval lota a Liga. **Jornal A Notícia**. Joinville, 02/03/1995. p. 9.

A NOTA do Dia. **Jornal de Joinville**. Joinville, 01/03/1924. p. 01.

APENAS samba-enredo da Unidos entregue ontem. **Jornal A Notícia**. Joinville, 07/02/1988. p. 08.

A PROGRAMAÇÃO. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2014, p. 7.

APURAÇÃO. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18/02/ 2015. p. 04.

A REALEZA de Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 22/02/2009. p. 16. AN Geral.

A SEQUÊNCIA do desfile. **Jornal A Notícia**. Joinville, 05/03/2011. p. 04. AN Destaque.

AYRES, Debora. Carnaval não repete brilho do passado. Folia isolada em salões sobrevive pela teimosia, mas em nada lembra as festas de antigamente. **Jornal A Notícia**. Joinville, 25/02/2008. p. E6. AN Cidade.

BAILE de Fantasia. Guarnições de todas as qualidades à venda. **Joinvillense Zeitung**. Joinville, 07/02/1896. p. 63.

BAILE de Fantasia. **Joinvillenser Zeitung**. Joinville, 12/02/1896. p. 04.

BAILE para Ficar na História. **Jornal A Notícia**. Joinville, 02/02/2013, p. 10.

BARRACÃO do Samba faz a cidade viver o carnaval. Jornal de Santa Catarina. Florianópolis, 11, dezembro 1989. p. 01.

BARRETO. Julio. Grupo dos Tangarás. **Commercio de Joinville**. Joinville, 25/02/1911. p. 03.

BATERIA Fúria Primeira a desfilar. **Jornal A Notícia**. Joinville, 27/02/1990. p. 06.

BECKHAUSER, Laércio. Carnaval de Rua. Cada Região tem sua Festa. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/02/1999. p. 12.

BEIRA RIO virou Palco da Alegria. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12/02/2018. p. 12.

BERSCH, Maiara. Eleita a Corte do Carnaval. **Jornal A Notícia**, Joinville, 04/02/2013, p. 32.

BITTELBRUNN, Bia. Desfile de São Francisco será na 3ª feira. **Jornal A Notícia**. Joinville, 16/02/2015. p. 11.

BOEHM. C.W. Mascaras. **Commercio de Joinville**. Joinville, 18/02/1914. p. 03.

BOEHM. C.W. Para o Entrudo – Bisnagas. **Jornal Folha Livre**. nº 4, ano 1. Joinville, 13/02/1887. p. 04.

BRAGA, Marco Aurélio. A Tupy reverencia a Príncipes. **Jornal A Notícia**. Joinville, 13/02/2010. p. 07.

BRAGA, Marco Aurélio. Imperadores na Avenida. **Jornal A Notícia**. Joinville, 19/02/2007. p. 04. AN Cidade.

BRAGA, Marco Aurélio. Protesto, Ritmo de Berço, Animação. **Jornal A Notícia**. Joinville, 19/02/2007. p. 04.

BURG, Edson. Primeira Folia na Colônia. nº 15. **Jornal A Notícia**. Joinville, 20/02/2009. p. 09.

CABRAL, Antonio César. Já Chega. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12/02/1997. p. D2.

CARNAVAL. **Commercio de Joinville**. Joinville, 04/03/1911. p. 01.

CARNAVAL. **Commercio de Joinville**. Joinville, 25/02/1911. p. 03.

CARNAVAL. **Jornal de Joinville**. Joinville, 01/03/1919. p. 02.

CARNAVAL. **Jornal de Joinville**. Joinville, 02/02/1926. p. 02.

CARNAVAL. **Jornal de Joinville**. Joinville, 09/02/1925. p. 01.

CARNAVAL. **Jornal de Joinville**. Joinville, 11/02/1920. p. 02.

CARNAVAL. **Jornal de Joinville**. Joinville, 23/02/1925. p. 01.

CARNAVAL. **Jornal de Joinville**. Joinville, 25/02/1919. p. 02.

CARNAVAL. Os Bailes, O corso, Batalha de Confetti, Outras notas. **Jornal de Joinville**. Joinville, 25/02/1925. p. 01.

CARNAVAL 2015 já tem Realeza. **Jornal A Notícia**. Joinville, 09/02/2015. p. 12

CARNAVAL 90 está ameaçado. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 29/11/1989. p. 07.

CARNAVAL de Joinville 2012. Um desfile de atrações pra você. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11/02/2012. p. 19.

CARNAVAL Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 01/03/2014. p. 1.

CARNAVAL – Lança-perfume, serpentinas e confettis. **Jornal de Joinville**. Joinville, 15/02/1919. p. 03.

CARNAVAL na Ser Sadia terá duas modelos da Playboy. **Jornal A Notícia**. Joinville, 19/02/1995. p. 23.

CARNAVAL nos clubes. **Jornal A Notícia**. Joinville, 24/02/1995. p. 11.

CARROS ALEGÓRICOS e fantasias premiadas nas ruas de Joinville. **Jornal do Estado**. Florianópolis, 16/01/1988. p. 12.

CASCATA, Lord. Grupo Democrático Evohe, Evohe Carnaval 1908. **Gazeta de Joinville**. Joinville, 29/02/1908. p. 02.

CHEGOU a Hora. **Jornal A Notícia**. Joinville, 05/03/2011. p. 04. AN Destaque.

CIDADES Resgatam a alegria do Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 04/02/2005. p. A4.

CLUB Carnavalesco Joinvilense. **Gazeta de Joinville**. Joinville, 01/02/1882. p. 69.

CLUBES monopolizam o Carnaval em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12/02/1994. p. 10.

CLUB Joinville. Baile Infantil a Fantasia. **Commercio de Joinville**. 09/02/1907. p. 01.

CLUB Joinville. **Commercio de Joinville**. Joinville, 03/02/1912. p. 01.

CONSOLIDADO, Carnaval terá campeã em 2014. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11/02/2013, p. 1.

CORREIA, Iran. Alegria tomou conta das ruas de Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 27/02/1990. p. 6 Anexo.

CRISE não vai afastar os blocos de sujos da rua. **Jornal A Notícia**. Joinville, 27/01/1988. p. 13

DEBATES definem futuro. **Jornal A Notícia**. Joinville, 06/02/1997. p. E2.

DECLARAÇÃO. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/02/2015. p. 21.

DESFILÉ de Blocos surpreende Jaraguá. **Jornal A Notícia**. Joinville, 26/02/2001. p. A8.

DIA de Conhecer a Corte. **Jornal A Notícia**. Joinville, 21/02/2014, p. 1.

DIAS, Virgílio E. Edital. Delegacia de Polícia. **Jornal de Joinville**. Joinville, 14/02/1920. p. 02.

DIVERSIDADE vence o Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18/02/2015. p.01.

ELAS DISPUTAM a coroa da folia. **Jornal A Notícia**. Joinville, 05/02/2010. p. 14.

ELES Começam a Festa. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2014. p. 1. Anexo.

EM CRICIÚMA, Imperatriz é campeã pelo 2º ano consecutivo. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2001. p. A8.

EM Joinville, cansaço não tirou a animação. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 18/02/1988. p. 08.

EM JOINVILLE, folia começa amanhã. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11/02/2010. p. 17.
06/05/2020

EM JOINVILLE, só amanhã. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/1992. p. 06.

EMPOLGAÇÃO diz que renasceu o espetáculo. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 15/02/1988. p. 13.

ESCOLA prepara Carnaval 90. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 16/04/1989. p. 17.

ESCOLA PRÍNCIPES do Samba ganha mais um Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 15/02/1991. p. 05.

ESCOLAS de samba e salões prontos para o carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 24/01/1990. p. 01.

ESCOLAS não desfilarão em 89. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 21/12/1988. p. 07.

ESTRONDOSO Baile a Phantasia. Batalha de Confettis e Lança-Perfume. **Jornal de Joinville**. Joinville, 01/03/1919. p. 03.

ESTRUTURA. **Jornal A Notícia**. Joinville, 01/03/2014, p. 4.

ESTRUTURA. **Jornal A Notícia**. Joinville, 08/02/2013. p. 12.

FALTA de decoração nas ruas desanima escolas de samba. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 07/02/1988. p. 08.

FANTON, Ana Paula. Samba, Beleza e Folia Garantida. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/02/2008. p. 06. AN Cidade.

FARIAS, Hassan. Com muito Samba e Criatividade. **Jornal A Notícia**. Joinville, 08/02/2016. p. 10.

FELTHAUS, Rosane, São Francisco mostra como será a folia. **Jornal A Notícia**. Joinville, 05/02/2002. p. 9. Geral.

FESTA com Garoa. **Jornal A Notícia**. Joinville, 01/03/2014. p. 5.

FESTA de Carnaval é Cancelada. **Jornal A Notícia**. Joinville, 25/02/2017. p. 05.

FLORENCIO, Gabriela. Em Joinville, teve Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 27/02/2017. p. 10.

FOLIA volta à Rua dos Príncipes. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/01/1990. p. 05.

FOLIÕES aproveitam até as últimas horas. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 09/02/1989. p. 09.

FROEHLICH, Átila. Chuva de Alegria e Ritmo em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/02/2015. p. 20.

FROEHLICH, Atila. Emoções em Busca do Título. **Jornal A Notícia**. Joinville, 17/02/2015. p. 16.

GANBIN, Rejane. Em clima de Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/02/2018. p. 30.

GOMES, Cleber. Samba Joinvilense! **Jornal A Notícia**. Joinville, 18/02/2012. p. 01.

HERBST, Rubens. Lona Carnavalesca. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12/02/2013. p. 8. Anexo.

INTERRUPÇÃO após 16 anos de tradição. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11/02/2017. p. 06.

JOAÇABA Realiza. **Jornal A Notícia**. Joinville, 24/02/2001. p. A7.

JOINVILENSES desfilam em São Francisco. **Jornal A Notícia**. Joinville, 24/02/2001. p. 04 AN Geral.

JOINVILENSE terá novidades com o carnaval do povo. **Jornal A Notícia**. Joinville, 23/02/1990. p. 20.

JOINVILLE adia o Carnaval. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 07/01/1989. p. 11 Geral.

JOINVILLE arrepia no Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 20/02/2012. p. 08.

JOINVILLE cai na folia após 13 anos sem Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 25/02/2006. p. 01. AN Cidade.

JOINVILLE tem Folia. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12/02/2018. p. 01.

JOINVILLE tem Samba. **Jornal A Notícia**. Joinville, 15/02/2009. p. 19.

JORGE, Wagner. Escolas e blocos esperam verba para fazer carnaval. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 06/02/1989. p. 05 Turismo.

JUNGES, Leandro. Diversidade é Campeã em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18/02/2015. p. 04.

JÚRI POPULAR dá vitória para a Príncipes do Samba. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12/02/1991. p. 08.

JÚRI POPULAR escolhe melhor escola hoje. **Jornal A Notícia**. Joinville, 09/02/1991. p. 06.

KREIDLOW, Rogério; STINGHEN, Caroline. Embalou para 2014. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11/02/2013. p. 4 e 5.

LAMMERHERT, Maikon. Semana da Folia. **Jornal A Notícia**. Joinville, 10/02/2015. p. 28.

LEANDRO, Edenilson. Lecaj avalia 1º Carnaval competitivo em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 04/03/2014. p. 13.

LEANDRO, Edenilson. No Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2014, p. 2.

LEMOINE, Jorge D. Para o Carnaval de 1910. **Commercio de Joinville**. Joinville, 05/02/1910. p. 05.

LINDNER, Graziela. Sem Carnaval, Prainha perde R\$ 1,9 milhão. **Jornal A Notícia**. Joinville, 27/02/2000. p. I4.

LULA quer o melhor carnaval de rua. **O Estado**. Florianópolis, 22/12/1989. p. 23.

MACHADO, Eugenio. Baile Infantil à Phantasia. **Commercio de Joinville**. Joinville, 09/02/1907. p. 04.

MACHADO, Newton. Já definido o programa oficial oficial do Carnaval 88. **Jornal A Notícia**. Joinville, 13/01/1988. p. 13.

MAGDYEL, Alexsander. MPC afirma que a decisão é do gestor. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11/02/2017. p. 04.

MAGDYEL, Alex Sander. Nos Barracões, Carnaval de Rua era uma Certeza. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/02/2017. p. 05.

MAIS de 30.000 pessoas acompanharam os desfiles. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/03/2014, p. 05.

MAPA do Desfile. **Jornal A Notícia**. Joinville, 21/02/2009. p. 12.

MAR, Carolina. Carnaval passa em branco em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 24/02/2001. p. 06.

MARTENDAL, Luan. Joinville de volta à avenida. **Jornal A Notícia**. Joinville, 09/02/2018. p. 6.

MARTIN, Luiza. Hora de Conhecer a Realeza. **Jornal A Notícia**. Joinville, 07/02/2015. p. 22.

MARTINS, Luiza. Hora de Conhecer a Realeza-Declaração. **Jornal A Notícia**. Joinville, 07/02/2015. p. 22.

MAZZARO, Rafaela. Cada um com a sua Turma. **Jornal A Notícia**. Joinville, 08/02/2013. p. 3. Anexo.

MAZZARO, Rafaela. Unidos pela Diversidade. **Jornal A Notícia**. Joinville, 05/02/2013. p. 1. Anexo.

MAZZARO, Rafela. Príncipes do Samba resgata o Carnaval do Clube Kênia e tem o sambista Marquinhos Diniz como intérprete. **Jornal A Notícia**. Joinville, 10/02/2010. p. 09.

MORIESSSEN, Cláudia. LECAJ confirma o cancelamento do desfile de Carnaval de Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 04/02/2017. p. 02.

MORRIESSEN, Cláudia. Joinville se profissionalizou. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/02/2015. p. 21.

MOTTA, Fabrizio. A Hora dos Tamborins. **Jornal A Notícia**. Joinville, 17/02/2007. p. 12.

MOTTA, Fabrizio. Folia a qualquer Tempo. **Jornal A Notícia**. Joinville, 04/02/2008. p. 04. AN Cidade.

NA Batida do Som e da Saúde. **Jornal A Notícia**. Joinville, 25/02/2014. p. 01 Anexo.

NACHMITTAGE – Dioniffius Bromius. **Colonie Zeitung**. Joinville, 05/03/1865.

NÃO HÁ RECURSOS para a decoração de ruas. **Jornal A Notícia**. Joinville, 13/01/1988. p. 05.

NÃO SE PERCA. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18/02/2012. p. 04

NEM a chuva impediu a folia em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 27/02/1990. p. 01.

NOSSO Sambódromo. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/03/2014. p. 02

NUNES, Juliano. Dobradinha dos Espinheiros. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2006. p. 10.

NUNES, Juliano. Joinvilenses prestigiam o retorno do Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2006. p. 10. Geral.

O BAILE a phantasia. **Commercio de Joinville**. Joinville, 25/02/1914. p. 01.

O CARNAVAL dos Vagalumes. **Gazeta do Commercio**. Joinville, 14/02/1914. p. 03

O CARNAVAL dos Vagalumes. **Gazeta do Commercio**. Joinville, 14/02/1914. p. 03

O CARNAVAL e a policia. **Jornal de Joinville**. Joinville, 03/02/1926. p. 02.

O CARNAVAL em Joinville. **Jornal de Joinville**. Joinville, 25/02/1914. p. 02.

OLIVEIRA, Marcos. Joinvilenses extravasam em São Francisco. **Jornal A Notícia**. Joinville, 02/03/2002. p. A11.

O MENEZES. **Commercio de Joinville**. Joinville, 29/02/1908. p. 04.

ONZE blocos fazem desfiles. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2006. p. 11. AN Geral.

O PREÇO dos vehiculos no Carnaval. **Jornal de Joinville**. Joinville, 10/02/1923. p. 02.

OS BAILES de Sábado. **Jornal de Joinville**. Joinville, 17/02/1925. p. 01.

OS BAILES de Salão. **Jornal de Joinville**. nº 40. Joinville, 17/02/1925. p. 01.

OS VAGALUMES. **Gazeta do Commercio**. Joinville, 21/02/1914. p. 02.

PARA QUEM quer cair na Folia. **Jornal A Notícia**. Joinville, 31/01/2008. p. 04. AN Cidade.

PARA Sambar, Basta Existir. **Jornal A Notícia**. Joinville, 19/02/2014. p. 01 Anexo.

PASSARELA da Folia. **Jornal A Notícia**, Joinville, 08/02/2013. p.12.

PEREIRA, Mariana. A corte que agitou a Dario Salles. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/02/2010. p. 17.

PEREIRA, Mariana. Uma bailarina coroada em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/02/2010. p. 17.

PEREIRA, Thiago. Dragões do Samba – A Rainha na Avenida. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/03/2014. p. 04

PHILLIPPS, Rodrigo. Diversidade Vence o Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18/02/2015. p. 01.

PHILLIPPS, Rodrigo. Um Guia para quem Quiser Sambar. **Jornal A Notícia**. Joinville, 06/02/2016. p. 12.

POERNER. Charge Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/02/1999. p. 12.

POERNER. Charge – Para alemão ver. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/02/1989. p. 02.

PONTUAÇÃO 2014. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/03/2014. p. 04.

PREFEITURA Cancela o Repasse de Carnaval. **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/02/2017. p. 01.

PREPARE-SE para a Folia. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12/02/2007. p. 12.

PRÍNCIPES, com top less, é a nova Campeã. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 18/02/1988. p. 07.

PRÍNCIPES: campeã pela nona vez. **Jornal de Santa Catarina**. Florianópolis, 18/02/1988. p. 10.

PRÍNCIPES do Samba no carnaval 1990. **Jornal A Notícia**. Joinville, 22, /02/ 1990. p. 05.

PRÍNCIPES do Samba vence o carnaval de rua. **Jornal A Notícia**. Joinville, 09/03/1990. p. 01.

PROGRAMAÇÃO de Carnaval movimentou a cidade neste fim de semana. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12/02/2010. p. 09.

PROGRAME-SE! A Festa vai começar. **Jornal A Notícia**. Joinville, 17/02/2012. p. 09.

PUFF, Jefferson. Chegou o dia da folia em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 25/02/2006. p. 08/09.

PUFF, Jefferson. Exemplo de Superação. **Jornal A Notícia**. Joinville, 25/02/2006. p. 08/09.

QUEM MERECE reinar no Carnaval de Joinville? **Jornal A Notícia**. Joinville, 03/03/2011. p. 01.

REI MOMO e blocos abrem desfile de rua em Joinville. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 13/02/1988. p. 09 Geral.

ROTEIRO da Folia. **Jornal A Notícia**. Joinville, 19/02/1996. p. 13.

RUY, Karine. Joinville Retoma a Tradição e Surpreende. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 27/02/2006. p. 25.

SAAVEDRA, Jefferson. Acredite se quiser, é Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 22/02/2009. p. 02.

SAAVEDRA, Jefferson. Debut. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11/02/2013. p. 2. AN Portal.

SAAVEDRA, Jefferson. Declaração de Rodrigo Bornholdt. **Jornal A Notícia**. Joinville, 19/02/2007. p. 02.

SAAVEDRA, Jefferson. Sim, é Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 20/02/2012. p. 02.

SÁBADO com Escolas de Samba na Avenida. **Jornal A Notícia**. Joinville, 09/02/2013, p. 13.

SAMBA, Suor e Sucesso. **Jornal A Notícia**. Joinville, 20/02/2012. p. 01.

SAMBA e Alegria. **Jornal A Notícia**. Joinville, 07/03/2011. p. 04. AN Destaque.

SANDRINHO Afoxé está em todas no Carnaval Joinvilense. **Jornal A Notícia**. Joinville, 18/02/2012. p. 4/5.

SANTOS, Avelar Lívio. O Carnaval da Produção. **Jornal A Notícia**. Joinville, 06/03/1995. p. 06. AN Economia.

SANTOS, Avelar Lívio. Turistas evitam a cidade. **Jornal A Notícia**. Joinville, 06/03/1995. p. 01. AN Economia.

SEM DESFILES, joinvilense está desanimado. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11/02/1994. p. 20.

SEM DINHEIRO, a Fúria não desfila pela segunda vez. **Jornal A Notícia**. Joinville, 31, /01/1988. p. 16.

SEXTO Ano Sem Carnaval de Rua. **Jornal A Notícia**. Joinville, 13/02/1998. p. E5.

SIM, é em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville 20/02/2012. p.02

SOUZA, Emerson. A Escolhida do AN.com.br. **Jornal A Notícia**. Joinville, 14/02/2010. p. 17.

SOUZA, Giane Maria. Lembrando os Antigos Carnavais. Rainha e Rei Momo serão eleitos hoje. **Jornal A Notícia**. Joinville, 21/02/2014. p.4.

STINGHEN, Caroline. Na Contagem Regressiva. **Jornal A Notícia**. Joinville, 17/02/2012. p. 12.

SUZUKI, Denise. Joinville Sambou. **Jornal A Notícia**. Joinville, 23/02/2009. p. 04.

TEM Folia no Salão. **Jornal A Notícia**. Joinville, 04/02/2016. p. 32.

TRADIÇÃO de Cara Nova. **Jornal A Notícia**. Joinville, 26/02/2014. p. 01 Anexo.

TRANSMISSÃO. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28/02/2014. p. 7.

TRAVESTIDOS animam Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 21/02/2008. p. 01. AN Verão.

UM DESFILE de alegria e beleza em Joinville. **Jornal A Notícia**. Joinville, 15/02/2010. p. 13. AN Geral.

UM SÁBADO para deixar a alegria rolar. **Jornal A Notícia**. Joinville, 17/02/2007. p. 01. Anexo.

VILA Isabel na Avenida. **Jornal A Notícia**. Joinville, 09/02/2013, p. 01.

ZIMMERMANN, Arlei. Blocos e Escolas Animam a Babitonga. **Jornal A Notícia**. Joinville, 24/02/2008. p. D5. AN Cidade.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. A Crise da Federação no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 321-337, 1994. ISSN 1980-2668.

ANDRADE, Julia. Por uma Cultura que Garanta Diversidade e Acesso Socioespacial. *In*: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais vol.I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 129-131, 2003.

ANDRADE, R. M. D. A Gestão pública do Carnaval do Recife. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 244-267, Jan/Jun 2016.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. Brasiliense, 6ª edição, 1984

ARANTES, Nélio. Pequena história do Carnaval no Brasil. **Revista Portal da Educação Longeviver**, v.III, n. 29, p.6-20, Fev 2013.

ARAÚJO, N. L.; LEAL, A. F.; OLIVEIRA, D. A. **Conhecimentos tradicionais e patrimônio cultural imaterial: formas de proteção**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2006.

BAGGIO, Andreza Cristina. Os Sites de Compras Coletivas e a Compra de Pacotes de Viagens Para o Período do Carnaval. *In*: SCHAEFFER, Fernanda; MANCIA, Karin Cristina Bório (org.). **Carnaval – Os Efeitos Jurídicos da Folia**. Curitiba, PR, Juruá Editora, p.67-86, 2014.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch; VIEIRA, Yara Frateschi. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BATISTA, João. Dez anos sem a Fenachopp em Joinville. **Nd+**, Joinville, 20 out. 2013. Geral. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/dez-anos-sem-a-fenachopp-em-joinville/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BEIRÃO FILHO, José Alfredo. Moda e Carnaval: uma abordagem criativa. **ModaPalavra e-periódico**, v. 8, n. 15, p. 35-58, 2015.

BELEM, Marcela Purini; DONADONE, Julio Cesar. A Lei Rouanet e a construção do “mercado de patrocínios culturais”. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 1, n. 1, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. *In:* _____, **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas 1)

BEZERRIL, Simone da Silva. Imprensa e política: jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. **Anais do II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. Universidade Estadual do Maranhão-UEMA**, v. 7, p.1-12, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **O lugar da vida-Comunidade e Comunidade Tradicional. CAMPO-TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 9, n. 18, p.1-23, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Clara Bertrand. **Patrimônio Cultural Imaterial-Convenção da Unesco e Seus Contextos**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**, v.7, n.10, p.99-113, 2010.

CANDAU, Jöel. Da Mnemogênese à memogênese. *In:* _____, **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARMO, Adriana do; MACHADO, Lucília. DIREITOS CULTURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO CULTURAL: REFERÊNCIAS PARA A APLICAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS LEIS DE BENEFÍCIO FISCAL. **Políticas Culturais em Revista**, v. 6, n. 1, p.99-116, 2013.

CARVALHO, Marcela Souza. Cultura, Constituição e Direitos Culturais *In:* CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; Severino, José Roberto (org). **Direitos Culturais**, Salvador, BA, EDUFBA, p.35-55, 2018.

CAVALCANTE, H. A implementação de políticas públicas culturais: fomento da cultura como forma de combate à exclusão social. **ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS**, v. 1, p. 143-155, 2012.

CAVALCANTI, Luciano Marcos Dias. O motivo do Carnaval nas canções de Chico Buarque. **Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**, v. 1, n. 1, 2010.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Carnaval, ritual e arte. 1ª ed. **Rio de Janeiro: 7 letras**, 2015.

_____. **O rito e o tempo: Ensaio sobre o Carnaval. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 1999.

_____. Baianas e Velha Guarda: corpo e envelhecimento no Carnaval carioca. **Corpo, envelhecimento e felicidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica, São Paulo: Editora Mcgraw-Hill do Brasil LTDA, 1975.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. Elsevier Brasil, 2004.

COELHO, T. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 2004.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014.

CORREIA, Inês Fernandes. Do mecenato ao marketing cultural: a evolução do patrocínio no Brasil. **Organicom**, v. 7, n. 13, p. 80-91, 2010.

CORREIA, Leandro Brier. KÊNIA CLUBE E O CARNAVAL DE JOINVILLE. **Maiêutica-História**, v. 4, n. 1, p. 107-116, 2016.

COSTA, Bruno Azevedo da; CEZAR, Lilian Sagio. ROYALTIES DE PETRÓLEO E O CARNAVAL DE SÃO JOÃO DA BARRA (RJ): CONTRADIÇÃO ENTRE ABUNDÂNCIA ORÇAMENTÁRIA E POLÍTICAS CULTURAIS. **Políticas Culturais em Revista**, v. 8, n. 2, 2015.

COSTA, Haroldo. **100 anos de Carnaval no Rio de Janeiro**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Políticas públicas como instrumental de efetivação de direitos culturais. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 38, n. 77, p. 177-196, 2017.

_____. **Teoria dos direitos culturais: Fundamentos e finalidades**. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

_____, BOTELHO Isaura; SEVERINO José Roberto. *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (org). **Direitos Culturais: centenários mas ainda desconhecidos**. Direitos Culturais, Salvador, BA, EDUFBA, p.27-33, 2018.

CRUZ, Danielle Maia; RODRIGUES, Lea Carvalho. Tempo de Carnaval: políticas culturais e formulações identitárias em Fortaleza. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, v. 1, n. 2, p. 1-32, 2010.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

_____. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

_____; POPPE, João. **Universo do Carnaval: imagens e reflexões**. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1981.

DI GIORGI, Camilo Henrique Hernandez. Cultura e Lazer: à Procura de uma Boa Alquimia. *In*: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais vol.I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 77-82, 2003.

DUARTE, Ulisses Corrêa. A cultura Carnavalesca em Porto Alegre: O espetáculo, a retórica e a organização da festa. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 165-182, 2013.

DUARTE, Aimée Schneider. As Faces da Cultura no Âmbito da Constituição Federal de 1988. *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (org). **Direitos Culturais**, Salvador, BA, EDUFBA, p.57-77, 2018.

FACIN, Débora; DE FREITAS, Ernani Cesar. Samba-enredo e sua inscrição social: uma análise linguístico-discursiva da situação de enunciação. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 38, n. 2, p. 195-206, 2016.

FARIA, Hamilton. Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades. *In*: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais vol.I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 35-51, 2003.

FEIJÓ, Martin Cézár. As Políticas Culturais da Globalização. *In*: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais vol.I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 19-22, 2003.

FERREIRA, Felipe et al. **Meu Carnaval Brasil**. Aprazível Edições, 2008.

_____. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2004.

FERREIRA, Luzia A. Políticas Públicas de Cultura. **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo/Rio de Janeiro: Itaú Cultural/Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 59-68, 2009.

FICKER, Carlos. **História de Joinville-Crônica da Colônia Dona Francisca**, Joinville. 2ª. ed. Blumenau: Editora Nova Letra, 1965.

FLORES, Moacyr. Do entrudo ao Carnaval. **Estudos Ibero-Americanos, PUCRS**, v. 22, n. 1, p. 149-162, Jun 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOLDWASSER, Maria Julia. **O palácio do samba: estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira de Mangueira**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

GOULART FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

GUSSO, Luana de Carvalho Silva; TOBAR, Felipe Bertasso. Futebol e Patrimônio: Imbricações (Im)perceptíveis. *In*: GUSSO, Luana de Carvalho Silva; TOBAR, Felipe Bertazzo (org.) **Ensaio Sobre Direito e Patrimônio Cultural na América Latina**. Florianópolis SC: EMais editora, p.15-34, 2018.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

JÓRIO, Amaury e ARAÚJO, Hiram. **Escolas de Samba em desfile**: vida, paixão e sorte. Rio de Janeiro. Poligráfica Editora LTDA, 1969.

KOEHNTOPP, Paul Ivo. **Governança e Mudança Climática nas Cidades Contemporâneas**: O caso de Joinville-SC. Tese (doutorado) - Universidade de Santa Catarina-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, SC, 2010.

LABAKI, Aimar. *In*: BRANT, Leonardo (org). Mercado e Sociedade. **Políticas Culturais vol. I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 63-70, 2003.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os Jornais Como Fonte e Objeto de Pesquisa Histórica. **Escritas**: Revista do Curso de História de Araguaína, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015.

MACEDO, Lisandra Barbosa. Tradição x inovação: patrimônio cultural e memória através dos repertórios musicais do Carnaval Zé Pereira em Florianópolis/SC. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 230-240, Jul/Dez 2011

MACHADO, Diego Finder. **Marcas da Profanação**: Versões e Subversões da Ordem Patrimonial em Joinville-SC. Tese (doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, SC, 2018.

MAMBERTI, Sérgio. Por uma Cultura Democrática. *In*: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais vol. I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 15-17, 2003.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral Como Fazer Como Pensar**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MENEGOLO, Elizabeth D.; CARDOSO, Cancionila J.; MENEGOLO, Leandro Wallace. O uso da história oral como instrumento de pesquisa sobre o ensino da produção textual. **Ciências & Cognição**, v. 9, 2006.

MENESES, U. D. B. D. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 33-36, 1984.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Zahar, 2013.

MIRANDA, Danilo Santos de. Democratizar a Cultura, Democratizar as Culturas. *In:* BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais vol. I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 29-33, 2003.

MIRANDA, Dilmar. Carnavalização e multidentidade cultural: antropofagia e tropicalismo. **Tempo Social**, v. 9, n. 2, p. 125-154, 1997.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **Plural-Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, p. 105-128, 2011.

MORAES, Eneida de. **História do Carnaval Carioca**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958.

MOURA, Carlos Alves. Leis de Incentivo Fiscal. *In:* SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; MIDLEJ, Suylan (org.) **Políticas públicas culturais: a voz dos gestores**. Ipea, 2011, p.61-67.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. **Identidade de lugar. Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUSTAFÁ, Izani Pibernaut et al. **Alô, alô, Joinville! Está no ar a rádio Difusora! A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961)**. 2009. Dissertação (Dissertação de Mestrado em História) UDESC- Universidade do Estado de Santa Catarina. Joinville, 2009.

NICÉAS, Alcides. **Verbetes para um dicionário do Carnaval brasileiro**. FUA, 1991.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **O Carnaval de Joinville (1882-1930)**. Fundação Educacional da Região de Joinville. Joinville, p. 33. 1988.

OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, p. 403-414, 1995.

PANČEVSKI, Elen. **O Carnaval, a música e o futebol—componentes da identidade cultural brasileira**. 2014. Tese de Doutorado

PEREIRA, Daniele Prates; PINZAN, Rômulo Marcelo. Direito à cultura: a necessidade de compreensão conceitual jurídica para sua garantia e implementação através de políticas públicas. **Revista Jurídica**, v. 2, n. 35, p. 193-212, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Plano Municipal de Cultura de Joinville**, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A ordem Carnavalesca. **Tempo Social**, v. 6, n. 1/2, p. 27-45, 1994.

_____. **Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

RIBENBOIM, Ricardo. Cultura e Responsabilidade Social. *In*: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais vol. I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p.125-127. 2003.

RODRIGUES, Tarcila Mariana. A DANÇA DO MESTRE-SALA E PORTA-BANDEIRA: Tradição e Influências. **Biblioteca Latino-Americana de Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 1, 2012.

SANTANA, Francis Marques Otto de Camargo. Abram alas para estes carnavais: reconstruindo o Carnaval de Vila Boa à nova capital Goiânia. **REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, v. 26, p.1-15, 2006.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, v. 6, p.191-201, 2007.

SCHNEIDER, Adolfo B. **Memórias de um menino de 10 anos**. Vol III. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1997

SILVA, Dedival Brandão da. ESTADO E CULTURA: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 8, n. 11, p. 11-26, 2014.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; MIDDLEJ, Suylan. **Políticas públicas culturais: a voz dos gestores**. Ipea, 2011.

SILVA, Janine Gomes da et al. **Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX**. 1997. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade de Santa Catarina.

SILVEIRA, Px. *In*: BRANT, Leonardo (org). Alô Inteligência. **Políticas Culturais vol. I**. Barueri, SP, Editora Manoele Ltda, p. 23-28, 2003.

SIQUEIRA, G. S.; VASQUES, P. H. R. P. O Carnaval de Rua do Rio de Janeiro Como Uma Possibilidade de Exercício do Direito à Cidade. **Revista da Faculdade de Direito - UFPR**, Curitiba, v. 60, p. 137-161, Janeiro/Abril 2015.

STUDART, Vitor Melo. Integração Sistêmica dos instrumentos acautelatórios para a proteção do patrimônio cultural no Brasil. *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (org). **Direitos Culturais**. Salvador. BA, EDUFBA, p.209-225. 2018

THOMPSON, Paul. Histórias de Vida como Patrimônio da Humanidade. *In*: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasques (org). **História falada: memória, rede e mudança social**. MUSEU DA PESSOA (SÃO PAULO, BRAZIL); SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO. Sesc SP, p. 17-44, 2006.

TRZESNIAK, Piotr; KOLLER, Silvia H. A redação científica apresentada por editores. *In*: Sabadini AAZP, Sampaio MIC, Koller SH (org.) **Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica**. São Paulo: ABECIP/IP/USP, p. 19-33, 2009.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. **A festa do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da federação Carnavalesca pernambucana (1935-1949)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco PE – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

WANDSCHEER, Clarissa Bueno. Carnaval – Os Efeitos Jurídicos da Folia. *In*: SCHAEFER, Fernanda; MANCIA, Karin Cristina Bório (org.). **O Carnaval sob um Ângulo Constitucional: Direitos e Ambientais**. Curitiba, PR, Juruá Editora, p.87-99, 2014.

WERTHEIN, Jorge. Introdução. *In*: CANCLINI, Néstor García (org). **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: Unesco, p. 13-17. 2003.

ZANIRATO, Silvia Helena; COSTA RIBEIRO, Wagner. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 1, p.39-55, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ROTEIRO PARA OS ORGANIZADORES DAS ESCOLAS DE SAMBA E/OU BLOCOS.

Identificação - Introdução

1. Gostaria de saber seu nome completo, data e local de nascimento.
2. Você é casado (a), tem filhos?
3. Quando começou o seu gosto pelo carnaval?
4. Conte-nos uma experiência marcante envolvendo você no carnaval quando criança

Participação no Carnaval de Joinville.

1. Conte-nos como se deu o início do seu envolvimento no carnaval de Joinville.
2. O que mudou na sua vida participando ativamente deste festejo na cidade de Joinville?
3. Qual o sentimento que lhe envolve ao estar na avenida com a sua comunidade?
4. Conte-nos o seu envolvimento com o carnaval durante os outros meses do ano juntamente com a sua agremiação.

As dificuldades.

1. Quais os problemas diretos que você aponta para o firmamento do carnaval na cidade de Joinville como um direito cultural?
2. Você sente alguma resistência por parte do poder público ou da população em geral?
3. Você acha que falta apoio financeiro? Como sua agremiação lida com as verbas para a preparação do espetáculo no carnaval?
4. Existe remuneração para os carnavalescos? Vocês dependem de trabalho voluntário?
5. Na sua opinião, houve uma evolução do carnaval joinvilense em relação aos carnavais passados?

Lecaj

1. Como você analisa a atuação da Lecaj nos carnavais passados?
2. A sua comunidade se sente bem representada pela Lecaj?
3. Como você enxerga o futuro da Lecaj mediante ao cenário atual em Joinville?

Fantasia, Alegorias.

1. Vocês possuem uma equipe para a confecção de fantasias e alegorias?
2. Quanto as fantasias, os foliões pagam?
3. É feito o reaproveitamento de fantasias e alegorias de um ano para o outro? Quando começam os trabalhos?
4. Os agremiados pagam algum tipo de mensalidade?
5. No final do desfile eles ficam com as fantasias ou devem devolver?

Finalização

1. Como você poderia resumir até o momento o carnaval em Joinville? É diferente em relação ao festejo em cidades do mesmo porte de Santa Catarina? É expressivo?
2. Como você vê o futuro da manifestação carnavalesca em Joinville mediante a tudo o que já se passou entre glórias e decepções?
3. O que você diria e para quem você se referiria como um desabafo pelo seu esforço e de toda a sua comunidade para manter viva a cultura carnavalesca?

ROTEIRO PARA OS FOLIÕES DAS ESCOLAS DE SAMBA E/OU BLOCOS.

Identificação - Introdução

1. Gostaria de saber seu nome completo, data e local de nascimento.
2. Você é casado (a), tem filhos?
3. Quando começou o seu gosto pelo carnaval?
4. Conte-nos uma experiência marcante envolvendo você no carnaval quando criança

Participação no Carnaval de Joinville.

1. Conte-nos como se deu o início do seu envolvimento no carnaval de Joinville.
2. O que mudou na sua vida participando ativamente deste festejo na cidade de Joinville?
3. Qual o sentimento que lhe envolve ao estar na avenida com a sua comunidade?
4. Conte-nos o seu envolvimento com o carnaval durante os outros meses do ano juntamente com a sua agremiação.

As dificuldades.

1. Quais os problemas diretos que você aponta para o firmamento do carnaval na cidade de Joinville como um direito cultural?
2. Você sente alguma resistência por parte do poder público ou da população em geral?
3. Você acha que falta apoio financeiro? Como sua agremiação lida com as verbas para a preparação do espetáculo no carnaval?
4. Você já foi discriminado por estar desfilando em Joinville?

Fantasia, Alegorias.

1. Você possui alguma participação na confecção das fantasias e alegorias?
2. Você paga por alguma fantasia para desfilar?
3. Você tem que devolver a fantasia ou leva como recordação de desfile do referido ano?
4. Há uma diferença de sentimento em desfilar dentro de um enredo carnavalesco todo fantasiado ao desfilar em blocos apenas com os abadáis?

Finalização

1. Como você poderia resumir até o momento o carnaval em Joinville? É diferente em relação ao festejo em cidades do mesmo porte de Santa Catarina? É expressivo?

2. Como você vê o futuro da manifestação carnavalesca em Joinville mediante a tudo o que já se passou entre glórias e decepções?
3. O que você diria e para quem você se referiria como um desabafo pelo seu esforço e de toda a sua comunidade para manter viva a cultura carnavalesca?

ROTEIRO PARA OS ESPECTADORES DAS ESCOLAS DE SAMBA E/OU BLOCOS.

Identificação - Introdução

1. Gostaria de saber seu nome completo, data e local de nascimento.
2. Você é casado (a), tem filhos?
3. Quando começou o seu gosto pelo carnaval?
4. Conte-nos uma experiência marcante envolvendo você no carnaval quando criança

Participação no Carnaval de Joinville.

1. Conte-nos como se deu o início do seu envolvimento como espectador no carnaval de Joinville.
2. Você já desfilou como folião ou apenas curte o festejo assistindo?
3. Você realmente fica surpreso com o número de público e o espetáculo demonstrado?
4. Qual o sentimento que lhe envolve ao ver uma comunidade carnavalesca desfilar em Joinville?
5. Faz falta para você não ter o desfile carnavalesco em Joinville?
6. O que poderia ser melhorado em estrutura para tornar o carnaval ainda melhor?

As dificuldades.

1. Quais os problemas diretos que você aponta para o firmamento do carnaval na cidade de Joinville como um direito cultural?
2. Você sente alguma resistência por parte do poder público ou da população em geral?
3. Você acha que falta apoio financeiro?
4. Você já foi discriminado por estar assistindo o desfile de carnaval em Joinville?

Finalização

1. Como você poderia resumir até o momento o carnaval em Joinville? É diferente em relação ao festejo em cidades do mesmo porte de Santa Catarina? É expressivo?
2. Como espera melhoras no carnaval da cidade? Na sua opinião o que realmente estaria faltando para o carnaval se firmar como uma expressão cultural definitiva?
3. O que você diria e para quem você se referiria como um desabafo ao ver toda a comunidade desfilando sem quase terem recursos na esperança de manter viva a cultura carnavalesca?

ROTEIRO PARA OS SECRETÁRIOS/GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOINVILLE QUANTO AO CARNAVAL DE RUA

Identificação - Introdução

1. Gostaria de saber seu nome completo, data e local de nascimento.
2. Você é casado (a), tem filhos?
3. Quando começou o seu gosto pelo carnaval?
4. Conte-nos uma experiência marcante envolvendo você no carnaval quando criança

Participação no Carnaval de Joinville.

1. Conte-nos como se deu o início do seu envolvimento na organização do festejo do carnaval de rua da cidade.
2. O que mudou como gestor na sua vida pessoal e pública participando ativamente deste festejo na cidade de Joinville?
3. Qual o sentimento que lhe envolve ao ver os blocos e escolas de samba na avenida?
4. Conte-nos o seu envolvimento com os agremiados durante os outros meses do ano.

As dificuldades.

1. Quais os problemas diretos que você aponta para o firmamento do carnaval na cidade de Joinville como um direito cultural?
2. Você sente alguma resistência por parte do poder público ou da população em geral?
3. Você acha que falta apoio financeiro ou não para a profissionalização do carnaval de rua?
4. Na sua opinião, dá pra fazer um espetáculo carnavalesco sem dinheiro público? Como?
5. Na sua opinião, houve uma evolução do carnaval joinvilense em relação aos carnavais passados?

Lecaj

1. Como você analisa a atuação da Lecaj nos carnavais passados?
2. Você acha que houve até o momento uma boa gestão da LECAJ como intermédio entre agremiados e o Estado?
3. Como você enxerga o futuro da Lecaj mediante ao cenário atual em Joinville?

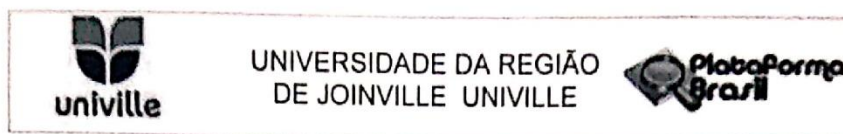
Políticas Públicas

1. Quais as ações do Estado quanto as políticas públicas para o cumprimento do artigo 215 da Constituição Brasileira?
2. Você enxerga como uma das prioridades como direito cultural este formato da manifestação carnavalesca, ou se faz carnaval de outra maneira?
3. Quando foi o último repasse de verbas públicas para o carnaval de Joinville? Os agremiados prestam conta deste repasse?
4. Na sua opinião, qual a receita para um bom relacionamento entre agremiações e o Estado?

Finalização

1. Como você poderia resumir até o momento o carnaval em Joinville? É diferente em relação ao festejo em cidades do mesmo porte de Santa Catarina? É expressivo?
2. Como você vê o futuro da manifestação carnavalesca em Joinville mediante a tudo o que já se passou entre glórias e decepções?
3. O que você diria e para quem você se referiria como um desabafo pelo seu esforço em manter a manifestação carnavalesca viva e a valorização deste patrimônio imaterial?

APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



Continuação do Parecer 3 645 742

a 2018, em especial na última década.

Objetivo Secundário:

- Apresentar a expressão carnavalesca na cidade de Joinville, principalmente nos anos de 1988 (ano da ruptura dos desfiles de Carnaval), a 1993 quando foi suspenso o apoio e o repasse de verbas para a manifestação das agremiações existentes em Joinville e seu impacto para os carnavalescos e não carnavalescos.

- Delinear os 13 anos de silêncio da manifestação carnavalesca no formato de curso entre os anos de 1993 a 2006 em Joinville e o comportamento das agremiações subdivididas em Escolas de Samba e Blocos nesta lacuna temporal e o levantamento da questão levantado na problemática da dissertação.

- Discutir as políticas públicas culturais e identificar as questões que impedem a consolidação do festejo carnavalesco em forma de desfile de rua durante o período de festa, uma vez que o espírito festivo está impregnado nas agremiações como escolas e blocos durante os 365 dias do ano, as quais facejam o preconceito e a resistência de alguns governantes em externar a folia.

Apresentar a retomada do Carnaval de rua com blocos a partir do ano de 2006 na cidade de Joinville e o sucesso de público obtido no referido ano, o qual trouxe o reavivamento do folguedo e das agremiações da cidade, assim como evidenciar a importância da manifestação cultural carnavalesca no padrão de desfiles de escolas de samba a partir de 2008, pautado pela sua legitimidade junto a Constituição brasileira, artigos 215 e 216 da Ordem Social do Capítulo III da Seção II da Cultura. Investigar a partir de 2006 até 2018, as edições da manifestação cultural com êxito e as reais contrariedades em externar o Carnaval de rua em anos seguintes, assim como a luta pela persistência do folguedo na cidade de Joinville e as oscilações de apoio à cultura, cuja ação trata-se de direito, para que haja definitivamente a consolidação desta manifestação regida também pelo Plano Municipal de Cultura de Joinville de 2010, tendo o Carnaval como Patrimônio Imaterial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Emenda analisada e liberada aprovada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Emenda analisada e liberada aprovada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador enviou emenda ao projeto de pesquisa informando da alteração no número de participantes de 10 para 30 pessoas. A emenda foi aceita e o projeto pode ser executado.

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10, Bloco B, Sala 119, campus Bom Retiro
 Bairro: Zona Industrial CEP: 88.219-710
 UF: SC Município: JOINVILLE
 Telefone: (47)3461-5235 E-mail: comitica@univille.br

Página 22 de 24



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: O CARNAVAL COMO UM DIREITO CULTURAL NA „TERRA DOS PRÍNCIPES“

Pesquisador: JOCELI FABRICIO COUTINHO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 01325218.1.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.645.742

Apresentação do Projeto:

O projeto apresentado se refere a proposta de pesquisa do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade com o título "O Carnaval como um direito cultural na Terra dos Príncipes". A pesquisa é desenvolvida pelo pesquisador Joceli Fabricio Coutinho sob orientação da Prof. Luana de Carvalho Silva Gusso.

A pesquisa apresenta como problemática a questão da tradição da cultura carnavalesca em Joinville que está entrelaçada pelo passado com o presente, manifestada durante o ano e externada através dos festejos nos dias de Momo e sendo protegida pelos artigos 215, 216 da Suprema Constituição brasileira, por quais motivos o Estado não tem cumprido permanentemente a garantia do pleno direito cultural a todos que vivem e executam a manifestação carnavalesca, uma vez que se há a prática implantada culturalmente em Joinville, não se trata de um favor do Estado e sim uma obrigação em apoiar, incentivar e valorizar a disseminação desta expressão cultural?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Discutir o motivo pelo qual o Carnaval em Joinville não é considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meio de políticas públicas culturais, impedindo a consolidação do festejo carnavalesco em forma de desfile de rua no período de 1988

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro
 Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
 UF: SC Município: JOINVILLE E-mail: comitica@univille.br
 Telefone: (47)3461-9235



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 3.645.742

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no site da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no site da Univille Universidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A emenda do projeto "O CARNAVAL COMO UM DIREITO CULTURAL NA TERRA DOS PRÍNCIPES", sob CAAE "01325218.1.0000.5366" do (a) pesquisador(a) "JOCELI FABRICIO COUTINHO", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares foi considerada APROVADA após análise.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no site da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso <http://www.univille.edu.br/status-parecer/645062>

Considerações Finais a critério do CEP:

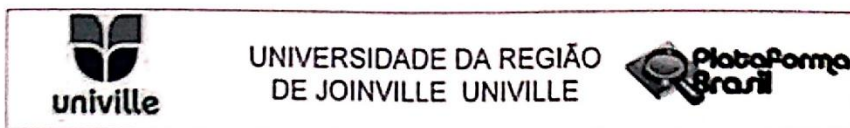
Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação da emenda ao projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_144018_5_E2.pdf	01/10/2019 15:45:52		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	01/10/2019 15:41:22	JOCELI FABRICIO COUTINHO	Aceito

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro
 Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
 UF: SC Município: JOINVILLE
 Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comiteta@univille.br

Página 03 de 04



Continuação do Parecer 3.645.743

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Oficial_do_Carnaval.pdf	01/10/2019 14:37:50	JOCELI FABRICIO COUTINHO	Aceito
Outros	NOVA_EMENDA_DO_PROJETO.pdf	23/09/2019 20:56:31	JOCELI FABRICIO COUTINHO	Aceito
Outros	Emenda_do_projeto.pdf	04/12/2018 22:51:33	JOCELI FABRICIO COUTINHO	Aceito
Outros	roteirizacao_gestores.pdf	04/12/2018 22:45:10	JOCELI FABRICIO COUTINHO	Aceito
Outros	roteirizacao.pdf	15/10/2018 23:34:19	JOCELI FABRICIO COUTINHO	Aceito
Outros	autorizacao_uso_de_bom.pdf	15/10/2018 21:04:26	JOCELI FABRICIO COUTINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_joceli_fabricio_Coutinho.pdf	15/10/2018 20:42:14	JOCELI FABRICIO COUTINHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 16 de Outubro de 2019

Assinado por:
Marcia Luciane Lange Silveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro
Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
UF: SC Município: JOINVILLE
Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comiteta@univille.br

Página 04 de 04

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
ERNESTO MIRANDA CORRÊA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 a 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Ernesto Miranda Corrêa, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

Ernesto Miranda Corrêa
Participante Voluntário (a)

Joinville, 21 de Out de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho
Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
SILVESTRE FERREIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119; E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Silvestre Ferreira, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

x 

Participante Voluntário (a)

Joinville, 08 de NOV. de 2019.


Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
MONIQUE BILK DE ATHAYDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Monique Bilk de Athayde, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:


Participante Voluntário (a)

Joinville, 22 de out de 2019.


Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
NEUSA DE LOURDES CAGNETI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado **“Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”**. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Neusa de Lourdes Cagneti, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:


Participante Voluntário (a)

Joinville, 17 de out de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE JOSÉ
DA SILVA LAURENTINO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

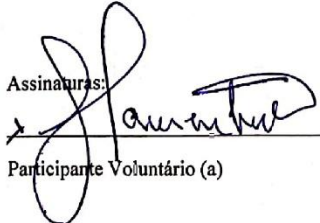
ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, José da Silva Laurentino, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:


Participante Voluntário (a)

Joinville, 29 de out de 2019.


Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
SILVANE B. PSCHIEDT FUNK

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Silvane B. Pscheidt Funk, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

Participante Voluntário (a)

Joinville, 14 de 01 de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE TAÍS
REGINA DA SILVA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado **“Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”**. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Taís Regina da Silva, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 04 de nov. de 2019.

Assinaturas:



Participante Voluntário (a)



Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE J - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
SONIA REGINA DA CRUZ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado **“Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 a 2018”**. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Sonia Regina da Cruz, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

Participante Voluntário (a)

Joinville, 27 de out de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE K - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
VALDIRENE BERNARDI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Valdirene Bernardi, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 28 de out de 2019.

Assinaturas:

Valdirene Bernardi

Participante Voluntário (a)

Joceli Fabrício Coutinho
Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE L - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
EVANDRO CENSI MONTEIRO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Evandro Censi Monteiro, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

Participante Voluntário (a)

Joinville, 05 de Junho de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE M - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
MARCO AURELIO BRAGA RODRIGUES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Marco Aurelio Braga Rodrigues, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 11 de fev de 2019.

Assinaturas:

Rodrigues

Participante Voluntário (a)

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE N - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
RODRIGO BORNHOLDT

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado **“Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”**. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Rodrigo Bornholdt, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 29 de abril de 2019.

Assinatura:

Participante Voluntário (a)

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE O - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
RODRIGO FACHINI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119; E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Rodrigo Fachini, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas.

Participante Voluntário (a)

Joinville, 22 de Jan. de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE P - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
DEYVID DA SILVEIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br. Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Deivid da Silveira, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 20 de out. de 2019.

Assinaturas:

Deivid da Silveira

Participante Voluntário (a)

Joceli Fabrício Coutinho
Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE Q - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
MARIA INÊS GONÇALVES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Maria Inês Gonçalves, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:



Participante Voluntário (a)

Joinville, 08 de 12 de 2019.



Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE R - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE JOÃO
NESTOR PADILHA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119; E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, João Nestor Padilha, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 23 de out de 2019.

Assinaturas:

[Assinatura]
Participante Voluntário (a)

[Assinatura]
Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE S - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
LÚCIA NARA FERREIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 a 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Lúcia Nara Ferreira, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

Lúcia Nara Ferreira

Participante Voluntário (a)

Joinville, 26 de out de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE T - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
JUCÉLIO MANOEL NARCIZA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 a 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119; E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Jucélio Manoel Narciza, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

Jucélio Manoel Narciza

Participante Voluntário (a)

Joinville, 09 de nov. de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE U - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
MARIO SERGIO FERREIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119; E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.


Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Mario Sergio Ferreira, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 28 de out. de 2019.

Assinaturas:



Participante Voluntário (a)


Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE V - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
GUILHERME AUGUSTO HEINEMANN GASSENFERTH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE
Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE ; Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Guilherme Augusto Heinemann Gasseferth, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 18 de Jan de 2019.

Assinaturas:

Participante Voluntário (a)

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE W - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
ROSA MARIA DE OLIVEIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 a 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Rosa Maria de Oliveira, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

Rosa M Oliveira
Participante Voluntário (a)

Joinville, 24 de out. de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho
Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE X - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
MARTA PIRES NUNES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado “Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetica@univille.br: Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Marta Pires Nunes, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:



Participante Voluntário (a)

Joinville, 25 de out de 2019.


Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE Y - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
JACILA DE SOUZA BARBOSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado **“Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018”**. A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119; E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

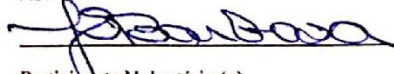
Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

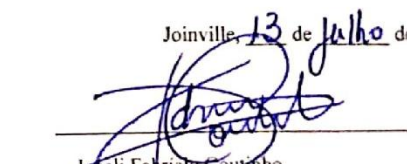
CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Jacila de Souza Barbosa abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 13 de julho de 2019.

Assinaturas:


Participante Voluntário (a)


Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE Z - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
ROGÉRIO DE SOUSA M. JUNIOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12
(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710: Bloco B, sala 119: E-mail: comitetic@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Rogério de Souza M. Junior, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, 16 de Jan. de 2019.

Assinaturas:

Participante Voluntário (a)

Joceli Fabrício Coutinho

APÊNDICE AA - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DE
GABRIEL DE PAULA DA SILVA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE / UNIVILLE

Conforme Resolução nº 466/12

(Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico: Joceli Fabrício Coutinho estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, para compor o Trabalho Dissertação, sob a orientação da Professora Luana de Carvalho Silva Gusso, intitulado "Os Desfiles Carnavalescos como um Direito Cultural em Joinville- 1988 à 2018". A pesquisa tem como objetivo principal investigar o porquê em Joinville o Carnaval não vem sendo considerado um direito cultural assegurado pelo poder público municipal e nem por meios de políticas públicas culturais. Quanto a metodologia, será uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória com levantamento documental historiográfico, assim como será também utilizado o método de observação participante e a coleta de dados através de entrevistas de História Oral. Esta pesquisa irá beneficiar estudos e pesquisas da área do patrimônio imaterial, da manifestação cultural carnavalesca, antropologia social, assim como à comunidade.

A participação nesta pesquisa é opcional e qualquer risco ou desconforto serão minimizados. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O seu consentimento é de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Você obterá informações sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O acadêmico pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e a identificação ficará restrita às características gerais do caso. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas. Tanto a entrevista transcrita, como a gravação de voz, serão doadas para o Laboratório de História Oral da Univille por tempo permanente enquanto durar o material. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de artigo científico ao final do ano de 2019. Em caso de dúvida, você poderá procurar o mestrando Joceli Fabrício Coutinho no telefone pessoal (47) 988034118 no horário comercial das 08:00 às 18:00h de segunda a sexta feira.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE : Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial: Campus Universitário - Joinville/SC CEP 89.219-710; Bloco B, sala 119; E-mail: comitetica@univille.br; Fone: (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de permitir que seu filho faça parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, Gabriel Paulo da Silva, abaixo assinado, concordo participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinaturas:

Gabriel Paulo da Silva
Participante Voluntário (a)

Joinville, 14 de Jan de 2019.

Joceli Fabrício Coutinho
Joceli Fabrício Coutinho

AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Joceli Fabrício Coutinho

RG: 2.840.777

Título da Dissertação: As Máscaras da Folia Joinvilense: Os Desfiles Carnavalescos como Direito Cultural – (1988-2018)

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 04 de maio de 2020.



Joceli Fabrício Coutinho